

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC R/S

GILMAR MANTOVANI MAROSO

**O MERCADO DE TERRAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA
SOCIEDADE AGRÁRIA, NA REGIÃO DE CRUZ ALTA R/S, A PARTIR
DO AVANÇO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS, ENTRE OS ANOS DE
1990 A 2004.**

**PORTO ALEGRE, RS
2009**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA – PUC R/S

GILMAR MANTOVANI MAROSO

**O MERCADO DE TERRAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA
SOCIEDADE AGRÁRIA, NA REGIÃO DE CRUZ ALTA R/S, A
PARTIR DO AVANÇO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS, ENTRE OS
ANOS DE 1990 A 2004.**

**Trabalho de Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação
em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul – PUC RS, para obtenção do grau de Doutor
em História, sob a orientação de Prof. Dr. Moacyr Flores.**

**PORTO ALEGRE, RS
2009**

GILMAR MANTOVANI MAROSO

**O MERCADO DE TERRAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE
AGRÁRIA, NA REGIÃO DE CRUZ ALTA R/S, A PARTIR DO AVANÇO DA
PRODUÇÃO DE GRÃOS, ENTRE OS ANOS DE 1990 A 2004.**

**Trabalho de Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação
em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul – PUC/RS, para obtenção do grau de Doutor
em História, sob a orientação de Prof. Dr. Moacyr Flores.**

APROVADO: 27/03/2009.

**Professor Dr. Moacyr Flores
PUC/R/S – Orientador**

**Professor Dr. Helder V. Gordim da Silveira
PUC/RS - Examinador**

**Professor (a) Dr.(a) Cláudia Musa Fay
PUC/RS – Examinadora**

**Professor Dr. Aldomar Arnaldo Rückert
UFRGS/RS - Examinador**

**Professor Dr. Gervásio Rodrigo Neves
IHG/RS - Examinador**

Dedico este trabalho aos meus pais Telmo Darui Maroso e Zena Maria Mantovani Maroso, ao meu tio Genoal Mantovani (todos in memória), os quais deixaram para mim o seu chão, espaço de vida não apenas a propriedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, a esposa Mara e os filhos Lorenzo, Luzia e Lázaro, razão pelo qual devemos ser persistente na vida.

Um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Maocyr Flores, pela sapiência e segurança as quais pude usufruir.

Agradecimento especial a Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ e a Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, a UNICRUZ por ser o primeiro espaço de minha docência superior e a ULBRA, por ser a casa onde exerço a profissão.

Agradeço as inúmeras pessoas que contribuíram com essa pesquisa, as diversas instituições privadas e órgãos públicos. Um agradecimento especial ao produtor Valdemar Costa Beber, na sua pessoa agradeço a todos os demais produtores entrevistados.

“Preciso de pão, de chão, de certidão, preciso de saúde, família e educação: deixe-me respirar, existir e ter esperança porque sou criança.” – Danimar de Castro, 13 anos em concurso de Mec – Jaboticaba R/S (2005).

“È melhor ser uma vaca na Europa e ganhar US\$ 2 de subsídio do que ser um pobre num país do Terceiro Mundo”. – Joseph Stiglitz (2006).

“Onde os agraristas atrasados enxergam enxadas, nós vemos o plantio direto: quando pensam na agricultura de subsistência, nós olhamos o abastecimento popular e a força dos agronegócios”. – Xico Graziano (2004).

“Mas o mundo vai depender cada vez mais dos nossos serviços ambientais. O Brasil não é só grãos.” – Engrº Agrônomo Antonio Nobre (2008).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo, analisar o mercado de terras e as transformações na sociedade agrária na região de Cruz Alta R/S, a partir do avanço da produção de grãos, entre os anos de 1994 a 2004. Visa elucidar a problemática das mudanças na estrutura fundiária, com o estabelecimento de um mercado de terra que provoca transformações na sociedade agrária regional. A hipótese básica afirma que as mudanças no espaço agrário regional são estudadas pelas dinâmicas e características de uso e apropriação da terra, e de seu fluxo de compra, pelo fato do adquirente buscar estabelecer uma maior escala de produção, com ampliação de área sob seu domínio. Para a compreensão da dinâmica da história agrária regional, o recorte histórico foi entre os anos de 1990 a 2004, período de mudanças das políticas econômicas e agrícola do governo Collor. Metodologicamente quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva e explicativa, já em relação aos meios, utilizou-se referencial bibliográfico, documental e pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada no município de Pejuçara R/S, nos meses de fevereiro a julho de 2008, utilizou-se do método de entrevista, com 28 perguntas semiestruturadas, com amostra de 30 produtores/proprietários que representou 10,9 % do universo. A tese apresenta uma nova abordagem, com objetivo de contribuir na reflexão a respeito das questões fundiárias. Sua interpretação busca resgatar o passado contido no presente, através da formação socioespacial. Mas o ineditismo reside na pesquisa local, sua interpretação a partir do estudo dos processos de colonização, modernização, transformações e permanências da classe de proprietários rurais. O estudo permitiu identificar a renda fundiária e suas possibilidades de apropriação, além de demonstrar que a renda é um fator determinante no preço da terra. Revelou que, em 1983, um hectare de terra para o cultivo, valia o equivalente a 50 sacas de soja; 80 sacas no ano de 1988 e 250 sacas em 1991. No ano de 1996 atinge a cotação de 480 sacas de soja o hectare, mesmo recuando para 250 no ano de 2000, volta a subir para 310 sacas no ano de 2002, chegando novamente ao patamar de 480 sacas por hectare no ano 2006. Dos produtores pesquisados, 40 % consideram a compra de terras um investimento excelente e 57 % consideram um bom investimento, e dotada de um valor simbólico e de muita significância, pois segundo eles é “meio de sobrevivência, patrimônio para o futuro e alta valorização”. O nível do preço da terra é o resultado das expectativas: rendas produtivas decorrentes da propriedade do ativo; custo de manutenção; prêmio de liquidez e ganho patrimonial. Essa realidade induz a junção do proprietário fundiário e o capitalista arrendatário numa só figura social, como forma de minimizar as perdas de renda absoluta, diferencial e até mesmo a renda agrícola. Essa nova configuração, mesmo sendo uma tendência, aponta para o surgimento de novos atores sociais e um novo modelo agrícola.

Palavras Chaves: História Agrária. Produção de Grãos. Mercado de Terras. Renda da Terra. Preço da Terra.

ABSTRACT

The present study has as objective to analyze the market of lands and the transformations in the agrarian society in the area of Cruz Alta R/S, starting from the progress of the production of grains, among the years from 1994 to 2004. The study aims to elucidate the problem of the changes in the land structure with the establishment of a land market that provokes transformations in the regional agrarian society. The basic hypothesis affirms that the changes in the regional agrarian space are studied by the dynamics and use characteristics and appropriation of the land of his/her purchase flow, for the acquirer's fact to look for to establish a larger production scale, with area enlargement under his/her domain. For the understanding of the dynamics of the regional agrarian history, the historical cut was among the years of 1990 to 2004, period of changes in the politics of economy and agricultural of the Collor government. As for the ends, the research was descriptive and explanatory. In relation to the means, it was used bibliographical referencial, documents and field research. The field research was accomplished in the district of Pejuçara R/S, in the months of February to July of 2008, it was used the interview method, with 28 semi-structured questions, with sample of 30 producers/landowners that represented 10,9% of the universe. The theory presents a new approach, with objective of contributing to the reflection regarding the land discussions. It's interpretation tries to rescue the past contained in the present, through the social spacial formation. But the innovation lives in the local research, it's interpretation starting from the study of the colonization processes, modernization, transformations and permanence of the rural proprietors' class. The study allowed to identify the land income and their appropriation possibilities, besides demonstrating that the income is a decisive factor in the price of the land. It revealed that in 1983 a hectare of land for the cultivation, was worth the equivalent to 50 soy bags; 80 bags the year of 1988 and 250 bags in 1991. In the year of 1996 it reaches the quotation of 480 soy bags per hectare, same retreating for 250 in the year of 2000, arises for 310 bags in the year of 2002, arriving again at the landing of 480 bags for hectare in the year 2006 again. Of the producers under research 40% consider the purchase of lands an excellent investment and 57% consider a good investment. And endowed with a symbolic value and of a lot of meaning, because according to them it is "a mean of survival, patrimony for the future and high evaluation". The level of the price of the land is the result of the expectations: current productive incomes of the property of the assets; maintenance cost; liquidity prize and patrimonial earnings. Such a reality induces the junction of the land proprietor and the capitalist tenant in only one social illustration, as way of minimizing the losses of absolute income, differential and even the agricultural income. That new configuration, despite the fact of being a tendency, it shows the emergence of the new social actors' and a new agricultural model.

Key words: Agrarian history. Production of Grains. Market of Lands. Land Income. Land price.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	PÁG.
Figura nº 01 - Mapa: Ocupação dos Lotes da Colônia Visconde de Rio Branco Pelos Imigrantes 1899-1930.....	272
Figura nº 02: - Mapa: Formação Vegetal Original do Bioma Cerrado do Brasil.....	273
Figura nº 03 - Gráfico: Variação dos Preços dos Alimentos e Bebidas em Relação ao IPCA, entre os Anos de 1995 a 2004.....	34
Figura nº 04 - Mapa: Produção de Arroz por Município, Média 1998 - 2000.....	274
Figura nº 05 - Mapa: Províncias Geomorfológicas do RS.....	275
Figura nº 06 - Mapa: Produção de Trigo por Município, Média 1998 –2000.....	276
Figura nº 07 - Mapa: Produção Soja por Município, Média 1998 – 2000.....	277
Figura nº 08 - Mapa: Produção de Milho por Município, Média 1998 – 2000....	278
Figura nº 9 - Gráfico: Evolução da Área Cultivada e da Produção de Grãos nos Últimos 14 anos.....	38
Figura nº 10 - Foto: Trator em Exposição na Feira Expodireto Cotrijal.....	279
Figura nº 11 - Mapa: Brasil - Variação da População Bovina, 1996-2002.....	280
Figura nº 12 - Gráfico: Evolução da Área Plantada com Soja no Brasil, entre 1990 a 2005.....	42
Figura nº 13 - Gráfico: Área Plantada para Cada Real (R\$) Concedido de Crédito.....	47
Figura nº 14 - Gráfico: Aumento do Uso da Água pelos Diferentes Setores Econômicos no Mundo.....	50
Figura nº 15 - Gráfico: Produção Brasileira de Carnes, entre os Anos de 1990 a 2004.....	51
Figura nº 16 - Gráfico: Custos de Produção de Diferentes Fontes de Combustíveis.....	53
Figura nº 17 - Organograma: Diferentes Abordagens Teóricas das Atividades do Agronegócio.....	54

Figura nº 18 - Mapa: Divisão Política do Estado do Rio Grande do Sul – 1850...	281
Figura nº 19 - Mapa: Estado do Rio Grande do Sul, em destaque do Município de Pejuçara.....	282
Figura nº 20 - Loteamento da Colônia Visconde de Rio Branco, entre 1889 a 1930.....	62
	84
Figura nº 21 - Curva da Renda da Terra e Produtividade.....	
Figura nº 22 - Mapa: Concentração Fundiária no Estado do Rio Grande do Sul – anos 1995/1996.....	283
Figura nº 23 - Percentual do Uso das Terras no Brasil, Segundo Aptidões.....	105
Figura nº 24 - Gráfico: Preços Médios da Soja, Base Chicago entre 1990 a 2004.....	113
Figura nº 25 - Dados Comparativos entre a Oferta de Terras e Cotações da Soja Cbot, entre os Anos de 1990 a 2004.....	117
Figura nº 26 - Gráfico: Áreas de Terras Transacionadas no Município de Pejuçara, entre Ano 1990 a 2004.....	122
Figura nº 27 – Gráfico: Período em que Comprou Terras.....	125
Figura nº 28 - Gráfico: Quantidade em Hectares de Terras Compradas pelos Produtores Rurais.....	126
Figura nº 29 - Preço Pago em Sacas de Soja por Hectares nas Transações de Terras.....	127
Figura nº 30 - Gráfico: Intenção de Negócios com Terras, dada a Conjuntura do Setor Agropecuário.....	130
Figura nº 31 - Gráfico: Considera a Compra de Terra como Investimento.....	131
Figura nº 32 - Gráfico: Período e Local das Expectativas de Compras de Terras por Produtores Rurais.....	137
Figura nº 33 - Gráfico: Operações de Compra de Terras no Município de Pejuçara em Diferentes Períodos.....	138
Figura nº 34 - Gráfico: Participação da Renda da Terra nos Custos de Produção – Safra 1999/00 a 2006/07.....	151
Figura nº 35 - Gráfico: Participação da Renda da Terra nos Custos Totais da Produção da Soja – Safras 1999/00 a 2006/07.....	152

Figura nº 36 - Gráfico: Estrutura Fundiária do Município de Pejuçara, entre 1975 a 1995.....	158
Figura nº 37 - Gráfico: Taxa de Cambio Real com Base no Poder de Comprar R\$/U\$ - PPC).....	162
Figura nº 38 - Gráfico: Relação entre Preços Médio da Terra em Saca de Soja e Juros Real Médio Brasil, entre anos de 1990 a 2004.....	163
Figura nº 39 - Gráfico: Comparação entre os Preços de Terra e Inflação (em %)......	170
Figura nº 40 - Gráfico: Preços da Soja e das Terras Agrícolas em Mato Grosso.....	171
Figura nº 41 - Gráfico: Custo de Produção Custo e Renda Líquida do Cultivo da Soja – Safra 1998/1999 a 2004/2005.....	174
Figura nº 42 - Gráfico: Exportação de Soja em Grão – Base 100 (1996=100)......	174
Figura nº 43 - Gráfico: Produção de Grãos de Brasil, entre Safra 1990/1991 a Safra 2003/2004.....	175
Figura nº 44 - Mapa: Área Agricultável do Brasil Comparável a o Tamanho de 32 Países.....	178
Figura nº 45 - Mapa: Percentagem de Terras nos Estados Brasileiros Ocupadas por Estrangeiros.....	189
Figura nº 46 - Mapa: Processo de Ocupação do Território Gaúcho.....	284
Figura nº 47 - Gráfico: Números de Invasões de Imóveis Rurais entre os Anos de 1996 a 2003.....	220
Figura nº 48 - Gráfico: Número de Assentamentos Rurais, por Região Geográfica, entre os Anos 1964 a 2002.....	221
Figura nº 49 - Gráfico: Resultado da Pesquisa com Sucessores dos Proprietários Rurais, no Vale do Taquari.....	223
Figura nº 50 - Mapa: Estado do Mato Grosso Equivale ao Cinturão no Milho (Corn Belt) nos Estados Unidos.....	285
Figura nº 51 – Gráfico: Evolução dos Preços das Principais Commodities, entre Anos de 1960 a 2000.....	286

LISTA DE TABELAS

	PÁG.
Tabela nº 01 - Evolução da Área, Produção e Produtividade de Soja e Milho no Brasil, entre os Anos de 1990 a 2005.....	39
Tabela nº 02 - Área Agricultável é a Grande Vantagem Brasileira.....	43
Tabela nº 03 - Estimativa de Água Necessária para Produção de Algumas Culturas e de Produtos Pecuários.....	50
Tabela nº 04 - Utilização da Terra, por Municípios no Ano de 1995.....	65
Tabela nº 05 - Preço das Terras em Sacas de Soja, Ofertado no Mês de Julho, no Município de Cruz Alta, entre 1990 a 2005.....	66
Tabela nº 06 - Indicadores Agropecuários entre os Anos de 1985 a 1995.....	88
Tabela nº 07 - Graus de Concentração do Índice de Gini.....	90
Tabela nº 08 - Concentração Fundiária: Índice de Gini 1920-1992.....	90
Tabela nº 09 - Indicadores da Concentração Regional da Atividade Agropecuária.....	91
Tabela nº 10 - Distribuição Relativa (%) dos Estabelecimentos Rurais, por Extrato de Área (ha) no Rio Grande do Sul, 1940/1950.....	106
Tabela nº 11 - Fracionamento de 165 Imóveis na Zona de Produção Capitalista e de Conflitos, 1944/1987.....	107
Tabela nº 12 - Conflito pela Terra entre os Anos 2000 a 2005.....	107
Tabela nº 13 - Quantidade de Terra Ofertada para a Venda e ou Arrendamento Junto às Imobiliárias na Cidade de Cruz Alta, entre o Ano de 1990 a 2004.....	108
Tabela nº 14 - Quantidade de Terras a Venda, Ofertada Mensalmente nas Imobiliárias da Cidade de Cruz Alta, em Hectares, no Período entre 1990 a 2004.....	115
Tabela nº 15 - Registro das Transações de Compra e Venda de Terras Ocorridas no Município de Pejuçara entre 1990 a 1991.....	118
Tabela nº 16 - Números das Transições Referentes ao Pagamento do ITBI, por Produtores do Município de Pejuçara RS, entre anos 1990 a 2004.....	121

Tabela nº 17 - Formas de Aquisição das Terras de Sua Propriedade.....	124
Tabela nº 18 - Quantidades de Terras Adquiridas por um Produtor Rural entre 1977 a 2006.....	128
Tabela nº 19 - Comparação da Quantidade de Terras dos Entrevistados em Relação aos Seus Pais.....	134
Tabela nº 20 - Número de Aquisições e Quantidade de Terras Adquiridas por Família Pesquisada com maior Propriedade de Terras no Município de Pejuçara.....	136
Tabela nº 21 - Tamanho da Propriedade e o Número de Filhos por Produtor Rural.....	137
Tabela nº 22 - Estimativa e Projeções dos Valores do Agronegócio Mundial..	144
Tabela nº 23 - Custo de Produção de Soja, Safras de 1999/00 a 2006/07.....	150
Tabela nº 24 - Estrutura Fundiária das Regiões Homogêneas e Municípios da Região, no ano de 1995.....	158
Tabela nº 25: Variações de Algumas Commodities em Comparação com os Índices Acionários entre o Ano de 1998 a 2005.....	164
Tabela nº 26: Preços de Terra (em R\$/Hectare Deflacionados pelo IGP-DI em Dezembro de 2003).....	170
Tabela nº 27: Preços da Soja e das Terras Agrícolas em Mato Grosso.....	171
Tabela 28: Preço das Terras em Sacas de Soja, Ofertado no Mês de Julho, na Cidade de Cruz Alta, entre Anos 1990 a 2005.....	172
Tabela 29: Custo de Produção e Renda Líquida do Cultivo da Soja – Safra 1998/1999 a 2004/2005.....	173
Tabela nº 30: Número de Municípios no Brasil Cultivam Produtos Comerciais pela Ordem de Seqüência, no ano de 2003 e 2004.....	176
Tabela nº 31: Presença da Cultura nos Municípios Brasileiros, ano de 2004..	176
Tabela nº 32: Maiores Municípios Brasileiros Produtores de Grãos e sua Participação em Relação a Produção do Brasil, ano de 2004.....	177
Tabela nº 33: Ocupação do Solo Brasileiro por Atividade.....	179
Tabela nº 34: Módulos Fiscais e Tamanho de Área por Região do Brasil.....	180

Tabela nº 35: Normas para Enquadramento de Terras Objeto de Desapropriação para a Reforma Agrária.....	182
Tabela nº 36: Posição do Brasil e Participação das Exportações Brasileiras num Conjunto de Produtos do Agronegócio, ano de 2005.....	186
Tabela nº 37: Consumo Alimentos Per Capita e Equivalente em Água.....	187
Tabela nº 38: Mapa da Expansão da Agricultura.....	187
Tabela nº 39: Número de Estabelecimentos Familiares e Participações Relativas segundo as Grandes Regiões – ano base 1985.....	199
Tabela nº 40: Área Total dos Estabelecimentos Familiares e Participações Relativas segundo as Grandes Regiões – ano base 1985.....	200
Tabela nº 41: Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Familiares e Participações Relativas segundo as Grandes Regiões – ano base 1985.....	200
Tabela nº 42: Valor da Produção dos Estabelecimentos Familiares e Participações Relativas segundo as Grandes Regiões – ano base 1985.....	201
Tabela nº43: Crédito Rural: Volumes Destinados a Safra 2004/05.....	219
Tabela nº 44: Relação de Compradores de Terras em Pejuçara entre os Anos de 1990 a 2004.....	253

SUMÁRIO

	PAG.
INTRODUÇÃO.....	15
1 A FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL DA REGIÃO.....	30
1.1 As Fases Históricas da Agricultura.....	31
1.2 A Região de Cruz Alta.....	55
1.3 A Apropriação da Terra.....	59
2 A SOCIEDADE AGRÁRIA E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO...	69
2.1 As Multiterritorialidades da Propriedade.....	70
2.2 A Renda Fundiária e a Concentração da Propriedade.....	77
2.3 Os Diferentes Segmentos da Sociedade Agrária.....	93
3 O MERCADO DE TERRA ENTRE OS ANOS DE 1990 À 2004.....	103
3.1 A Oferta de Terras na Região.....	104
3.2 Perfil do Comprador de Terras no Município de Pejuçara.....	118
4 O MERCADO DE TERRAS A PARTIR DA FORMAÇÃO DOS DIFERENTES TIPOS DE RENDAS.....	142
4.1 A Renda da Terra e o Capital Fundiário.....	142
4.2 A Renda Agrícola.....	148
4.3 O Preço da Terra.....	156
5 AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE AGRÁRIA.....	194
5.1 Colonos e Fazendeiros.....	194
5.2 Produtores Familiares e Empresários Rurais.....	198
5.3 Novos Atores Sociais & Novo Modelo Agrícola.....	211
6 CONCLUSÃO.....	232
REFERÊNCIAS.....	241
APÊNDICES.....	249
ANEXOS.....	271

INTRODUÇÃO

Realizar estudos de uma região específica do Estado do Rio Grande do Sul, com uma dimensão histórica, onde elementos do passado, a exemplo dos processos de ocupação das terras, a partir dos diferentes projetos de colonização, tornam-se necessário para compreender os processos condicionantes da constituição da região em questão.

À medida que elegemos elementos importantes na ocupação das terras da região, faz-se necessário estabelecer recortes espaciais e temporais, com enfoque interdisciplinar, onde a geografia e a história ganham imbricações, na explicação das últimas transformações da sociedade agrária regional.

Com o transcorrer do tempo, a sociedade começa a diferenciar-se pelas distintas instâncias temporal-espaciais. Esse processo de mudança assume diferentes ritmos de duração e intensidade. O que não implica estudar fatos históricos que se sucedem no tempo e fenômenos geográficos da superfície da terra de forma isolada, mas de forma totalizante, a partir do estudo da sua formação socioespacial.

O estudo da história pode se constituir metodologicamente, segundo Barros (2004), por três campos de estudos: a) por suas dimensões e ou enfoques; b) pelos domínios e ou temas; c) pelas abordagens e ou métodos. Ambos vão configurar os procedimentos metodológicos da pesquisa.

Nosso estudo procura contribuir com uma nova reflexão a respeito da temática agrária, a partir de um enfoque da história econômica e abordagem regional. O resultado disso é um modelo teórico explicativo, a partir da categoria de formação socioespacial, organizada numa subespacialidade local/regional, permeada por agentes históricos pré-determinados.

A temática do estudo diz respeito à história rural, à questão da terra e à estruturação do mercado da terra em função da produção de grãos e seus impactos nas relações sociais da população rural: de acordo com o perfil dos compradores de terras e da provável concentração da mesma.

O presente estudo tem uma dimensão pautada na história econômica, cujo objeto passa pelos enfoques na produção e circulação. O enfoque produtivo destaca o sistema e modos de produção, sistemas de propriedade, além das técnicas de produção. Já o enfoque da circulação abrange os ciclos de preços, as relações de troca e valor da moeda.

O método de abordagem teve como campo de observação a história regional, e as fontes de pesquisa visam investigar a estruturação de um mercado de terra e seus impactos na transformação da sociedade agrária regional, além da compreensão da dinâmica da questão agrária.

De acordo com a escola dos Annales que buscou na interdisciplinaridade a compreensão dos processos históricos, sabemos que cabe ao historiador dar significado e sentido à história, segundo Lopes (2003). O conhecimento traz em si a teoria e seu arcabouço: científico (conceitos e modelos); metodológicos (domínios, temas e dimensões); e filosóficos (interpretações).

A presente tese traz uma reflexão a respeito das questões fundiárias. Sua interpretação busca resgatar o passado contido no presente, através da formação socioespacial. Demonstra também que, mesmo havendo um processo de modernização e transformações sem precedentes na história regional, verifica-se a permanência da classe de proprietários rurais e ampliação do seu interesse pela compra de terras.

A análise da formação socioespacial de um determinado país e ou região permite mediações entre o mundo e o local, a territorialidade do local é sua expressão máxima. No entanto, cabe salientar que a territorialidade pode ou sofre influência externa, “a ordem global busca impor a todos os lugares uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo, segundo os diversos modos de sua própria racionalidade”. (SANTOS, 1999, P. 272) Essa racionalidade advém do modo de produção - que mesmo sendo um conceito abstrato -, é a base das formações sociais, as quais “são combinações estruturadas de diversos modos de produção e dominadas por um deles”.(AMIN; VERGOPOULOS 1986, P. 12). Frente a isso, é importante a visão de totalização deste processo e não apenas da

totalidade: Para Santos (1999), Sarte distinguia totalidade e totalização, a primeira sendo o resultado e a segunda, o processo.

Nesse sentido, tivemos várias interpretações do espaço agrário brasileiro, entre os quais, cabe destacar: Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freire, Raymundo Faoro. Na relação direta com o uso da terra, destaca-se a obra de Manoel Correia de Andrade (1964), *A Terra e o Homem no Nordeste*; e da obra de Orlando Valverde (1964) com *Geografia Agrária do Brasil*. Mas se retrocedermos a um dos pioneiros nos estudos sobre a colonização e o uso da terra no Brasil, temos o geógrafo alemão Leo Weibel, que teve seus textos organizados por Valverde, em *Geografia Tropical e do Brasil* (1979).

Já Pebayle (1974) também faz referências a três autores que haviam abordado a questão agrária, dois dos quais Valverde e Weibel. Mas incluía Roche. O próprio Pebayle foi um clássico, ao estudar a formação socioespacial, de forma dictômica, entre campanha e colônia, abordando as características das duas sociedades rurais, a de criadores e de policultores.

O historiador Moacyr Flores (2002, P.17) enumera um grupo de cronistas e historiadores que, a exemplo de Alcides Lima (1882); Fernandes Pinheiro (1946) e Assis Brasil (1822), onde o meio físico influenciava o povo: sua alimentação, por exemplo. Para ele, os historiadores liberais vinculavam a diversidade geográfica e a raça, que juntamente com o movimento do romantismo literário, produziram personagens num primeiro momento do “campeiro, com Caldre e Fião e Apolinário Porto Alegre, e a segunda a do gaúcho, a partir de 1877, com Oliveira Belo”. Com João Cezimbra Jacques (1896), surge o mito do gauchismo, que Alfredo Varela (1915) eleva a herói. Mesmo discordando da existência da uma “civilização gaúcha”, Dante de Laytano (1983) não admite a formação de um novo tipo de homem, mas “um brasileiro diferente em alguns aspectos”

Na década de 60, tivemos várias interpretações em relação ao desenvolvimento agrícola brasileiro. Entre os autores, destaca-se Alberto Passos Guimarães (1963) - *Quatros Séculos de Latifúndio*, considerado um clássico na análise da estrutura agrária, onde sustentava que o atraso do desenvolvimento agrícola se dava pelo entrave representado pelo latifúndio: com características

feudais. O mesmo raciocínio teve Nelson Werneck Sodré (1962) em *Formação Histórica do Brasil*. Outro grupo de teóricos interpretou as relações pré-capitalistas no campo, a exemplo Inácio Rangel (1962) e Caio Prado Junior (1966), mas segundo esses não houve Feudalismo no Brasil, apenas resquícios do latifúndio, escravismo e coronelismo, de uma agricultura do passado, não moderna que dificulta o seu entendimento.

Nos anos oitenta, tivemos novas abordagens, onde destacam estudos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987), José Souza Martins (1981) e Bertha Becker (1990), os quais demonstram que a ocupação de áreas de fronteira agrícola pela agricultura é precedida pela pecuarista. Na mesma linha de raciocínio, Graziano Neto (1999, p. 38) acredita que o problema é “de natureza epistemológica, prejudica a análise da agricultura moderna, impedindo enxergar as mudanças ocorridas nas relações de produção e nas formas de comercialização e integração setorial”.

Outra interpretação desta temática foi realizada por José Graziano da Silva (1982) - *A Modernização Dolorosa*, Guilherme da Costa Delgado (1985) demonstra em *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*, o aprofundamento da integração de capitais entre o setor agrário, comercial, industrial e financeiro, à medida que se constitui o complexo agroindustrial.

Dessa forma, a historiografia brasileira apresenta muitos estudos relativos à temática agrária: estudo da concentração de terra, necessidade de reforma agrária, êxodo rural, penetração do capitalismo no campo e modernização da agropecuária. Recentemente, observa-se que grande quantidade de estudos aborda o potencial do agronegócio e suas respectivas cadeias agroindustriais. Mas o que propomos é o estudo da questão da terra, a partir de uma nova abordagem em relação à apropriação da renda da terra e a valorização do preço das mesmas.

O recorte histórico obedece a uma periodização que privilegia marcos históricos locais, por que passa a cadeia produtiva produtora de grãos. Ao se considerar o processo socioeconômico conjuntural; a partir das políticas liberalizantes do governo Fernando Collor, - processo de abertura da economia -, a qual provocou mudanças nas políticas agrícolas adotadas pelo governo para o setor agropecuário. Nesse período, iniciou-se a redução das alíquotas de importação, as

quais estavam na média em 35,0 %, após a abertura da economia, a continuidade do governo Fernando Henrique Cardoso, e a continuidade do governo Lula. Hoje, a alíquota média situa-se em torno de 14 %, uma redução em 60 % da alíquota média no período de 15 anos. A periodização usada entre 1990 a 2004 justifica-se também pelo fato que este último corresponde a 10 anos de implementação do plano de estabilização econômica, conhecido como Plano Real. Dada esta conjuntura, o período em análise do presente estudo passa a ser de 15 anos do comportamento de oferta de terras na região, o que se pode constituir um interciclo.

Como resultado deste contexto, ocorrem mudanças na realidade social, as quais fazem parte de uma dinâmica capitalista, onde diferentes formas de produção e relações sociais coexistem, numa relação dialética. Estas formas aparentes se caracterizam por processos modernizantes – mecanização da agricultura, uso de novos insumos e tecnologias -, mas constituem um sistema excludente. Dessa forma, ganha relevância o estudo das transformações nas relações sociais entre os produtores, onde podem estar ocorrendo mudanças de estratificações: de colono para produtor familiar e, de fazendeiro para empresário rural.

Independentemente das tipologias sociais, percebe-se um processo de disputa pelo principal fator de produção, a terra. Sendo esta um bem e ou mercadoria não produzível, tende a sofrer pressões de demanda, o que eleva seu preço – dependendo da conjuntura de mercado -, o que limita sua aquisição por determinados segmentos de produtores, com implicações no processo de concentração da propriedade rural.

Em relação ao delineamento da pesquisa, realizamos uma abordagem descritiva, à medida que expõe as características de determinados fenômenos, a exemplo de como a renda fundiária interfere nos preços das terras. Também se utiliza uma abordagem interpretativa, na tentativa de explicar as transformações na estrutura fundiária, mudanças essas motivadas pelo processo de expansão do capital no campo, algo até então pouco inelegível, na região de estudo. Também se elegeu o método hipotético, na construção de um modelo teórico, na busca de situações de permanências e transformações por que passa o segmento rural.

Quanto aos meios para a realização dessa pesquisa, utilizamos um conjunto de procedimentos bibliográficos, como pesquisa em livros, periódicos, revista eletrônica, jornais e sites. Ancoramo-nos também em pesquisa documental, no Cartório de Serviços Notariais e de Registros na cidade de Pejuçara R/S – do período entre 1990 e 2004 –, identificando as guias de Impostos Transações sobre Bens e Imóveis (ITBI), nos arquivos do Jornal Diário Serrano da cidade de Cruz Alta, pesquisamos todas as ofertas de terras à venda por parte das imobiliárias da região no mesmo período; também foram realizadas pesquisas secundárias no banco de dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); junto a Cooperativa Triticola de Produtores Cruzaltense Ltda (COTRICRUZ), onde obtivemos dados referentes aos preços das principais *commodities* utilizadas nos cálculos do valor da terra.

Também foi realizada uma pesquisa de campo, a qual permitiu uma investigação empírica, via entrevista com produtores/proprietários de terras, na área em estudo no município de Pejuçara R/S. Ainda em relação aos procedimentos, utilizamo-nos de um quadro de referência com uso concomitante dos métodos histórico e estruturalista. O primeiro permite investigar acontecimentos, processos e instituição do passado para verificar sua influência na Formação Socioespacial. O procedimento estruturalista permite identificar a estrutura variante - mudanças, da invariante – permanências.

Ao se estudarem as mudanças na estrutura fundiária em função do mercado de terra numa região, o universo de pesquisa torna-se um tanto amplo. Pois passaria a ser todos os proprietários de terra nesta mesma região, o que é algo custoso dado a sua quantidade, localização dos mesmos graus de rotatividade na propriedade da terra num horizonte de 15 anos, sendo que muitos já não se encontram mais no Estado do Rio Grande do Sul, tendo rumado para o Centro-Oeste Brasileiro.

Trabalhou-se numa escala ampla do universo de ofertas de terra na região, à medida que se buscou no principal órgão de imprensa escrita todas as publicações de anúncios de terras à venda no período de 1990 a 2004, realizadas por corretoras de imóveis da cidade de Cruz Alta e Região. Já quanto à pesquisa de campo realizada no município em estudo – Pejuçara R/S, baseou-se no mapa das

propriedades elaborado em 1994¹, o qual traz um universo de 444 unidades produtivas. Porém a configuração da área para estudo e a operacionalização das entrevistas com os produtores/proprietários rurais – tomou-se como base a área de ocupação em 1898 pelo projeto de colonização (ver mapa nº 01, no anexo nº 01), o qual foi o responsável pelo surgimento do povoamento, com 7.000 hectares, a qual continha um universo de 433 lotes.

Diante do universo superior a 440 unidades produtivas do município e das 274 unidades produtivas localizadas na área pesquisada no ano de 1994, optou-se por um plano de amostragem, que contempla entrevista com 30 proprietários rurais, o que corresponde aos 10,9 % do universo. A escolha amostral dos 30 proprietários de imóveis rurais se deu pelo critério de estratificação do tamanho de área, onde um terço dos entrevistados devia pertencer ao estrato de produtores que cultivam mais de 100 hectares; um terço de produtores que cultivam de 51 hectares a 100 hectares; e outro um terço de proprietários que cultivam áreas entre 1 hectare a 50 hectares.

Após definido o número de proprietários a entrevistar, por estratificação de tamanho de áreas que cultivam, procedemos à escolha dos produtores de forma não probabilística, sendo que 100 % desta amostra ocorreu pela tipicidade – dada à representatividade da população alvo -, por terem seus nomes vinculados ao Cartório de Registros de Pejuçara - por ocasião da compra e ou regularização de áreas de terra, a partir da escritura pública e do conseqüente recolhimento do Imposto sobre Transições Bens e Imóveis – ITBI, entre os anos de 1990 a 2004. O acesso a esses produtores foi realizado pela acessibilidade geográfica, dentro da área de estudo.

A coleta dos dados secundários foi realizada junto à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, os quais foram usados para contextualizar e demonstrar o avanço da modernização do campo e as mudanças nas estruturas fundiárias. Também obtemos parte deles em obras de autores citados no trabalho. Geralmente os dados usados são derivados de censo agropecuário do ano de 1995, e ou de projeções efetuadas por este instituto, visto que o último recenseamento no país aconteceu no ano de 2006, mas até o momento ainda não foram divulgados.

¹ Pelo departamento técnico da Cooperativa Triticola de Produtores Cruzaltense Ltda – Cotricruz.

O próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, não disponibiliza e ou possui dados confiáveis sobre a questão da estrutura fundiária no país. Até porque falta no país uma política de rápida atualização cadastral. Essas questões poderão ser melhoradas a partir da política de georreferenciamento regulamentado pelo decreto lei nº 4.449 de 30 de Outubro de 2002 e, pelo decreto lei nº 5.570 de 31 de Outubro de 2005, em seu artigo nº 5º, em relação às atribuições a Incra.

Os dados primários sobre as ofertas de terras e seu preço na região foram pesquisados através dos anúncios das imobiliárias da cidade de Cruz Alta, no período de 1990 a 2004, junto ao acervo do Jornal Diário Serrano de Cruz Alta, realizadas entre o período de Junho 2005 a Maio de 2006. Para obtermos dados referentes às transações de compra e venda de terra no município de Pejuçara entre os anos de 1990 a 2004, realizamos pesquisa nos meses de Agosto e Novembro de 2006, junto aos Serviços Notariais e de Registros de Pejuçara. Essa pesquisa foi de certa forma laboriosa, devido ao fato de que o cartório não tinha os dados informatizados, sendo necessário identificar todos os compradores de imóveis por ano, onde encontramos 410 áreas transacionadas, envolvendo 6.760 hectares.

Uma terceira fonte de pesquisa dos dados primários ocorreu junto à Cooperativa Tritícola Cruzaltense Ltda, na busca dos preços de mercados da soja, entre o ano de 1990 ao ano de 2004. Esses dados serão utilizados para caracterizar a conjuntura da produção de grãos na região em estudo. Realizamos a pesquisa nos período de Dezembro de 2006 a Março de 2007.

A quarta e última fase da obtenção de informações primária foi a entrevista com os 30 proprietários/produtores de terras no município de Pejuçara, dentro do local proposto pelo estudo, conforme pode ser observado no mapa em anexo nº 01. A escolha desses 30 entrevistados se deu pela acessibilidade, e a principal estratégia usada para a coleta de informação de campo foi usada a técnica de entrevista que, segundo Vergara (2007, p.55), “é um procedimento no qual você faz perguntas e alguém que, oralmente, lhe responde. A presença física de ambos é necessária no momento da entrevista...”. A entrevista aos proprietários seguiu um modelo com 28 perguntas semiestruturadas, a qual pode ser verificado no apêndice nº 01. Sendo que as primeiras sete perguntas são relativas à identificação e perfil do

proprietário, as doze outras perguntas diz respeito especificamente às questões relativas a sua propriedade. O terceiro bloco de perguntas possui 6 questões relativas ao mercado de terras, já na última parte, 3 perguntas procura captar o que representa a terra para o entrevistado. Essa pesquisa de campo, realizada diretamente com o proprietário fundiário, ocorreu no período de Fevereiro de 2008 a Julho de 2008.

Após a coleta dos dados primários e secundários, foi realizado o tratamento e análise dos dados, sempre com a preocupação de dar um tratamento qualitativo aos mesmos. A análise qualitativa implica a busca de uma série histórica para os dados, os quais contribuem para o entendimento das diferentes conjunturas, no horizonte temporal proposto na pesquisa.

Os dados primários coletados a partir das entrevistas com os produtores/proprietários de terras, num primeiro momento, tiveram um tratamento quantitativo, utilizamos procedimentos estatísticos a partir da ferramenta do Programa Sphink Léxico². Posteriormente, ao tratamento estatístico dos dados, representamos na forma de gráficos e ou tabelas, o que os torna mais fácil sua análise.

Quanto aos dados relativos a preços, deve-se esclarecer que, em relação à moeda em vigor no período de análise de nosso estudo (1990 a 2004), tivemos quatro moedas diferentes: entre 16/01/1989 até 15/3/1990 o Cruzado Novo (Cz\$), de 16/03/1990 a 31/07/1993 o Cruzeiro (Cr\$), entre 01/08/1993 a 30/06/1994 o Cruzeiro Real (CR\$), e a partir de 1/7/1994 o Real (R\$). Como se observa, tivemos três anos e meio, anos com os preços expressos em outras moedas, que não o atual real, no entanto, isso representa apenas 25 % dos preços pesquisados em outras moedas. Mas para efeitos de uma melhor análise e comparação dos preços de mercado, procurou-se convertê-lo em sacas de soja, pelo preço (cotação) do dia da oferta das terras. Essa opção alia-se à característica do mercado de terras com aptidão agrícola, as quais são comercializadas com base em quantidades físicas de produto

² O Sphinx Léxico é um programa de concepção e de tratamento de enquêtes, desde a realização do questionário até os tratamentos estatísticos elementares e a elaboração dos relatórios.

por hectare. Dessa forma, os valores em moeda (R\$) nominais e reais e ou qualquer outra unidade monetária, torna-se secundária no mercado de terras agrícolas³.

A terra sempre teve múltiplas significações para o homem, pode representar espaço de vida e, ao mesmo tempo ser um fator de produção. Enquanto espaço de vida, sua relação com ela tem imbricações ambientais, onde os diversos aspectos naturais, como clima, solo, vegetação e até mesmo a temporalidade está associada a seu ritmo. Já no que pese as relações de produção, a terra é um bem indispensável nas atividades agrícolas.

Enquanto fator de produção, a terra está sujeita a constantes alterações em seu preço. Historicamente, tais oscilações de preços ocorrem devido a possibilidades de geração de renda, a qual tem relação direta com o seu potencial produtivo e o valor da sua produção auferida no mercado.

Mesmo que o sistema econômico brasileiro seja de uma economia de mercado, a comercialização de terra dificilmente tem seu preço de equilíbrio, proporcionada pela lei da oferta e procura. Isso se dá pelo fato da terra ser um bem não reprodutível, não renovável, apenas melhorada em suas condições produtivas, o que implica sempre uma maior procura, visto que sua oferta é limitada.

Dada a natureza limitada do fator terra e, por ser um fator de produção, qualquer mudança na estrutura fundiária pode significar transformações na sociedade agrária, visto que estes impactos podem resultar novas relações de produção entre os diversos estratos de produtores.

Neste contexto, é de suma importância, investigar a relação entre o fluxo de compras/vendas de terra – mercado de terras – o que pode resultar mudanças na estrutura fundiária e, seus impactos na sociedade agrária, a partir do avanço da produção de grãos para o mercado, numa das principais regiões de produção agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos 1990 a 2004. Dessa forma, indaga-se: a mudança na estrutura fundiária, a partir do estabelecimento de um mercado de terra, provoca transformação na sociedade agrária regional?

³ No caso das terras com aptidão para pecuária tem seus preços fixados a partir de quilos de boi vivo, isto é, de arroba de boi.

Para fazer frente a essa problemática, a presente tese parte da seguinte hipótese básica.

As mudanças no espaço agrário regional são estudadas pelas dinâmicas e características de uso e apropriação da terra, a partir do fluxo de compra de terras na região, pelo fato do adquirente buscar estabelecer uma maior escala de produção, com ampliação de área sob seu domínio;

Elegemos ainda as seguintes hipóteses secundárias, para o estudo:

As práticas agrícolas modernas provocam mudanças no espaço agrário regional. No entanto, sabe-se que essas mudanças possuem uma dinâmica própria, e podem se revelar de forma simultânea e sucessiva, mas sua intensidade depende das condições específicas de cada região.

As vendas das terras - em pequenos módulos rurais no município de Pejuçara R/S - são proprietários que as receberam por herança, e estão saindo da atividade rural ou deixando de arrendá-las. Enquanto os médios e grandes módulos – empresários rurais - as vendem para deslocarem a outras regiões agrícolas do Estado e ou País, provocando transformações na sociedade agrária regional;

A valorização das terras na região tem uma relação direta com as transformações nas práticas agrícolas; inovações tecnológicas, que propiciam aumento da produção e da renda agrícola que, juntamente com a pressão por maiores áreas para absorver estas novas práticas agrícolas, acabam criando uma procura por terras, a qual pressiona os preços das mesmas;

Os preços médios das terras têm como base as condições de produção e suas respectivas rendas auferidas pelos produtores rurais. Seu preço base tem como parâmetro quantidade física de produto de maior expressão comercial, no caso, a soja.

Os compradores de terras possuem duas origens distintas: empresários rurais que já estão na atividade agrícola e, profissionais liberais que procuram diversificar seus negócios, principalmente, em função da sua renda e valorização patrimonial;

Para responder às hipóteses formuladas, perseguiremos o seguinte objetivo geral:

Analisar as transformações na sociedade agrária, a partir das mudanças na estrutura fundiária das propriedades rurais, na região de Cruz Alta R/s, a partir do avanço da produção de grãos, entre os anos de 1990 a 2004.

Temos ainda os seguintes objetivos específicos:

1. Explicar as mudanças socioespacial da região, a partir do reordenamento das propriedades rurais;
2. Identificar o fluxo de vendas de propriedades rurais, bem como, sua estratificação, no período de 1990 a 2004;
3. Verificar a ocorrência de valorização monetária das terras e a concentração da mesma na região, em relação ao avanço da produção de grãos;
4. Estudar as variações dos preços das terras, e sua relação com os preços dos produtos agrícolas cultivados na região, a partir das diferentes conjunturas;
5. Analisar os grupos sociais agrários, a partir do perfil e a procedência do comprador dos imóveis rurais, no país.

Podem-se observar, num passado recente, mudanças na composição da estrutura fundiária na região de produção de grãos, situada a Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Diversas variáveis podem constituir os fatores condicionantes de tais mudanças, no entanto, fatores relacionados à prática de atividades agrícolas voltadas à produção de produtos de alto valor comercial, podem estar acelerando tal processo, a partir dos anos 90.

O meio rural tem sofrido mudanças na base de sua produção, onde observa uma busca constante pelo aumento na escala de produção, como forma de viabilizar econômica e empresarialmente, tais empreendimentos. Todas as estratificações de produtores rurais sejam eles: produtores familiares ou empresários rurais buscam

cultivar maiores áreas, geralmente através do arrendamento ou da compra de novas áreas de terras.

Para os produtores rurais, a terra possui muitas significações, seja como espaço de produção, componente de afirmação social ou mesmo espaço de vida. Historicamente, ela é fator de produção e reprodução social, desde que assegurada de pai para filho.

Todos os movimentos migratórios que acontecem no meio rural ao nível de país, têm na terra um fator preponderante, seja na busca de um novo espaço ou de um reposicionamento/relocalização para a continuidade do cultivo ou criação. Esse movimento pode acontecer nas proximidades, na região, ou numa amplitude espacial com vista às últimas fronteiras agrícolas do país.

Recentemente, observa-se continuidade das migrações e mudanças na ocupação e uso do solo, em todo o setor agrícola na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Muitos estudos históricos já foram realizados sobre essas temáticas, porém, quatro estudos cabem destaque. Aldomar Rückert investigou A trajetória da Terra – ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul entre 1827 a 1931, (1997). Seu segundo estudo, Metamorfoses do Território – agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930 a 1990, (2003). Na mesma linha, Paulo Afonso Zarth investiga a História Agrária do Planalto Gaúcho 1985-1920, (1997). Na segunda investigação, aborda, Do Arcaico ao Moderno – o Rio Grande do Sul agrário do século XIX, (2002).

Nosso estudo versa sobre o mercado de terras num plano local regional específico e, abrange um período mais recente, entre os anos de 1990 a 2004, período de grandes transformações em toda a cadeia produtiva desta região⁴. Portanto, a presente investigação justifica-se, pelo fato de pretendermos identificar os fatores condicionantes do fluxo de compras de terras na região, através da emissão das guias de ITBI pelo Cartório de Serviços Notarias e Registros.

⁴ O setor enfrenta: a) abertura da economia dos anos noventa; b) o Plano Real – período inflacionário em baixa; c) valorização da moeda – Real -, o que provocou maior competição de produtos importados; d) descasamento dos índices de reajuste dos preços agrícolas frente aos altos índices das taxas de juros – provocando endividamento do setor agropecuário como um todo; e) período em que a produção agrícola mais cresceu, passando de 57,8 milhões de toneladas da safra 1999/1991 para 123 milhões de toneladas na safra 2003/2004, um aumento de 112,8 %, crescimento anual médio de 8,06 %, n o período.

O presente trabalho não trata de descrever regimes agrários, apenas dar novas interpretações à sociedade agrária a partir dos estudos num plano local regional, centrado nos estudos das estruturas e nas paisagens agrárias, bem como no espaço do rural. Essa interpretação passa por apontar algumas descontinuidades e permanência nas temáticas típicas da história agrária e agrícola na medida em que privilegia a análise do mercado de terras.

Devemos superar a visão dual que temos do meio rural, onde a forma de propriedade e as relações de trabalho eram a chave para a análise, segundo Linhares e Silva (1999). Devemos avançar além da visão tecnicista modernizante e competitiva do segmento. Faz-se necessário estabelecer vínculos entre as transformações ocorridas nas atividades agropecuárias e a questão da apropriação do 'bem' que está na base desta atividade: a terra (REYDAN; RAMOS, 1996).

A presente tese está estruturada em seis secções. Inicialmente traz a parte introdutória, na qual abordamos a delimitação do tema, a justificativa do tema, bem como as hipóteses e objetivos da pesquisa. Aqui também abordamos os procedimentos metodológicos como a delimitação, universo, amostra e coleta da pesquisa, além da proposta de análise dos dados da mesma.

No primeiro capítulo, é realizada a contextualização da Formação Socioespacial da Região, a partir das fases históricas da agricultura, do processo de regionalização, além de explicar como ocorreu a apropriação da terra na região, objeto de estudo. No segundo capítulo, abordam-se as questões referentes à sociedade agrária e a estrutura fundiária da região, onde temos multiterritorialidades da propriedade, diferentes rendas e concentração da propriedade, além dos diferentes segmentos sociais.

No terceiro capítulo, caracteriza-se o mercado de terra entre os anos de 1990 a 2004, na região de estudo. Tenta estabelecer um perfil dos compradores e vendedores de terra, além de demonstrar a oferta de terras na região. Traz a pesquisa de campo realizada junto ao proprietário de terras que compraram terras no período em análise. No quarto capítulo, analisa o preço da terra a partir da formação dos diferentes tipos de renda, da renda da terra, da renda agrícola e a formação do capital fundiário.

O quinto capítulo aborda as transformações da sociedade agrária, a partir do estabelecimento de um mercado de terra, demonstrando as mudanças da figura do colono e fazendeiros, para os produtores familiares e empresários rurais. Por fim, analisa o papel dos novos atores sociais e o novo modelo agrícola. Na última parte, traz as conclusões sobre a temática abordada nesta tese. Ao final, na última seção, temos as referências, os apêndices e os anexos.

O estudo do mercado de terra no Brasil faz sentido num país, que é uma potência agrícola mundial, segundo relatório da Organização dos Países da OCDE (2007), onde a produção nacional da carne superara todas as exportações dos demais países juntos, no caso da soja atende 41 % da demanda mundial de soja, além de ser referência mundial na produção de açúcar e álcool. Dados do IBGE, entre 1971 e 2003, a população brasileira reproduziu-se a uma taxa geométrica de 1,93; enquanto a produção da soja avançou 8,06; a laranja 6,14; a carne de frango 10,99; o leite 7,90; cebola 4,32 e a tomate 4,67. Na mesma linha, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita avançou 1,9 por cento, enquanto que o agropecuário aumento 3,25 % no mesmo período. Mas toda essa potencialidade reside, sem dúvida, no principal fator de produção, a terra.

1 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO

A valorização das terras na região tem uma relação direta com as transformações nas práticas agrícolas; inovações tecnológicas, que propiciam aumento da produção e da renda agrícola que, juntamente com a pressão por maior área cultivada para absorver estas novas práticas, acabam criando uma procura por terras, a qual pressiona os preços das mesmas.

Neste capítulo, pretende-se analisar as transformações na sociedade agrária, a partir das mudanças na estrutura fundiária das propriedades rurais (no espaço agrário), na região de Cruz Alta R/S, a partir do avanço da produção de grãos, entre os anos de 1990 a 2004.

As mudanças no espaço agrário podem ser estudadas pelas dinâmicas de apropriação, uso e fluxo de venda de terras. Entender a ocupação do espaço Rio-Grandense é de suma importância, pois permite entender o processo que condicionou a ordenança dos componentes naturais e materiais. Cabe salientar que os componentes naturais são aqui entendidos enquanto aspectos físicos, já os materiais são constituídos pelas relações sociais de produção, porém ambos apresentam diferentes temporalidades em sua constituição.

Fatores naturais como clima, relevo, constituição geológica de solo e vegetação possuem escala temporal num horizonte geológico, enquanto os aspectos materiais devem ser temporalizados num horizonte do tempo dos homens. Dessa forma, a ocupação do espaço Rio-Grandense passa pelo entendimento do processo de ocupação de acordo com o interesse dos diferentes grupos étnicos.

Identifica-se, na historiografia, que o Estado Rio-Grandense possui uma formação socioespacial própria, mas não difere muito da formação socioeconômica da sociedade brasileira, a qual por um período de longa duração foi condicionado por relação de produção assentada no setor agropecuário.

1.1 As fases Históricas da Agricultura

O setor primário brasileiro foi caracterizado historicamente por diversos ciclos produtivos: o extrativismo do pau-Brasil; o ciclo de açúcar, a extração do ouro, da borracha, o ciclo do café, algodão e, de forma mais ampla, pelo território brasileiro o cultivo da soja, entre outros. No caso da soja, expande-se inicialmente nos estados do sul, e posteriormente para a região centro-oeste, e ou, onde se localiza bioma do tipo cerrado, como podemos observar na figura número 02, no anexo nº 02.

Entre um ciclo e outro, tivemos os chamados subciclos: a exemplo da pecuária. O desenvolvimento das atividades agropecuárias no Brasil, independente do ciclo econômico que veio caracterizar, sempre atendeu a dois diferentes modelos agrícolas: um voltado para o mercado e o outro, para a subsistência. Vários aspectos diferenciam um sistema do outro: a estrutura fundiária, o uso da mão-obra, a forma de cultivo e, principalmente, a relação com o mercado. Porém, todos esses produtos contribuíram nos últimos cinco séculos para integrar o Brasil ao comércio mundial, mesmo que num longo período colonial tivemos relações de produção, baseado no escravismo e no latifúndio. Desse contexto, podemos afirmar que no Brasil coexistem três grandes sistemas agrários: a grande lavoura, o pastoreio e a pequena propriedade.

No último século, tivemos várias interpretações do espaço agrário brasileiro, entre os quais, cabe destacar: Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freire, Raymundo Faoro. Na relação direta com o uso da terra, destaca-se a obra de Manoel Correia de Andrade (1964), *A Terra e o Homem no Nordeste*; e da obra de Orlando Valverde (1964) com *Geografia Agrária do Brasil*. Mas se retrocedermos a um dos pioneiros nos estudos sobre a colonização e o uso da terra no Brasil⁵, temos o geógrafo alemão Leo Weibel, que teve seus textos organizados por Valverde e publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE (1979) em *Geografia Tropical e do Brasil*.

Já Pebayle (1974, p. 2-3) também faz referências a três autores que haviam abordaram a questão agrária, dois dos quais Valverde e Weibel. Mas incluía Roche.

⁵ Leo Weibel realizou pesquisa no país entre os anos de 1946-1950.

M. Jean Roche a montré que la société des colons allemands fut plus mouvante et moins enraciné qu'on ne l'imaginait. Léo WAIBEL {80}, pour as part, a décrit dès systèmes de cultures élémentaires qui surprennent chez dès colons qu'on assimilait à de vrais paysans. M. Orlando VALVERDE {78} anima pour as part la société coloniale italienne d'un dynamisme rural et urbain qui était bien éloigné de celui d'une calme région rurale. M. Nilo BERNARDES {54}, posait, au terme dès années 60, Le problème de la mise em valeur agricole qui débutait dans lès terres de prairie. Que dire enfin de ce titre affrayant {69} qui, plus récemment encore, devait porter un rude coup à la tradition d'opulence de l'Etat le plus méridional du Brésil: 'Rio Grande do Sul, nouveau Nordeste'?

O próprio Pebayle foi um clássico ao estudar a formação socioespacial, de forma dicotômica, entre campanha e colônia, abordando as características das duas sociedades rurais, a de criadores e de policultores.

Já a influência de Leo Weibel na Geografia Agrária se deu pelos “quatro conceitos principais de sua obra: Paisagem Cultural, Formação Econômica, Colonização e Uso da Terra” (ETGES, 2000, P.15).

Um dos resultados dessa linha de pesquisa teórica e metodológica⁶, a partir de Weibel, foi o surgimento de um enfoque pautado nos sistemas agrícolas – baseado nas formas e modo de vida - em tipologias, em gênero de vida autóctone, com base na forma econômica de subsistência e ou voltada para a venda no mercado. Com essa metodologia, Weibel cria, a partir da tipologia, modelos ideais para interpretar a realidade agrária - a formação econômica. Diante dessa construção teórico-metodológica, surge na interpretação do espaço agrário Rio-Grandense, enfoque tais como:

Se as formações vegetais representam as condicionantes principais do processo de ocupação e valorização econômica do Rio Grande do Sul, elas estão também na origem da localização espacial dos dois sistemas agrários principais do Estado: o pastoril, predominante nas áreas de campo, e o agrícola, que prevalece nas áreas de mata. Os dois desenvolveram-se cronologicamente defasados e espacialmente justapostos (SILVA NETO, 2005, P. 31).

Os próprios órgãos de estado recentemente, através de seus estudos de sensoriamento remoto para o macrozoneamento ambiental, observam com rigor os

⁶ Weibel cria tipologias e classifica para poder compreender, num sentido Weberiano.

aspectos geomorfológicos e de cobertura vegetal para criar tipologia de uso de solo. Como podemos observar, na figura número 05 no anexo nº 04, o qual classifica a configuração espacial do Rio Grande do Sul em: Unidade Geomorfológica e Zona de Cobertura e Uso de Solo.

Outro enfoque que difere da abordagem do uso do solo é a análise sob o ângulo da questão agrária. Esta análise, segundo Linhares (1997, p. 176), Apud: Cardoso; Vainfas (1997), “resulta da combinação histórica dos elementos que constituem o processo produtivo agrícola, já mencionado: terra, trabalho e técnicas”, onde são agrupados em dois subsistemas: onde, “(1) o uso da terra, resultado da relação homem/natureza mediada pela técnica; (2) a posse da terra, referida à relação homem/natureza mediada pelo direito”.

Numa outra visão, independente do modelo adotado para o estudo do setor agrário, da tipologia usada pela historiografia agrária, o setor agropecuário sempre teve grande importância para a sociedade brasileira, através dos tempos, pois tem como função básica: a) ofertar alimentos a baixos preços; b) fornecer mão-de-obra ao setor urbano, através do processo migratório; c) constituir-se um mercado consumidor de produtos industrializados para o setor de máquinas, equipamentos e fornecedores agroquímicos; d) gerar divisas em dólares, por meio de seu superávit na balança comercial.

Em relação ao primeiro aspecto das funções clássicas do setor agrícola, na figura número 03 a seguir, observa-se que os alimentos contribuem para a queda dos indicadores inflacionários. Em comparação com o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA)⁷, enquanto este teve um aumento nominal da ordem de 84,28 % entre os anos de 1995 a 2004, os alimentos aumentaram 65,44 % no mesmo período. O que de certa forma comprova a afirmação de que uma das funções do setor agrícola é ofertar alimentos a preços baixos, conforme pode-se observar na figura nº 51, no anexo nº 16. Nesse período pós-Plano Real, de 1995 a 2000 quando os preços dos alimentos se mantiveram abaixo da inflação, o mercado cunhou a expressão “âncora verde” como referência à produção agrícola. Somente nos anos de 2001 e 2002, os preços dos itens alimentares variam mais do que o IPCA,

⁷ O qual identifica a variação de 3.000 itens a nível de mercado, os itens alimentares têm peso em torno de 27 % deste indicador.

principalmente influenciados pela desvalorização abrupta do Dólar em relação ao Real.

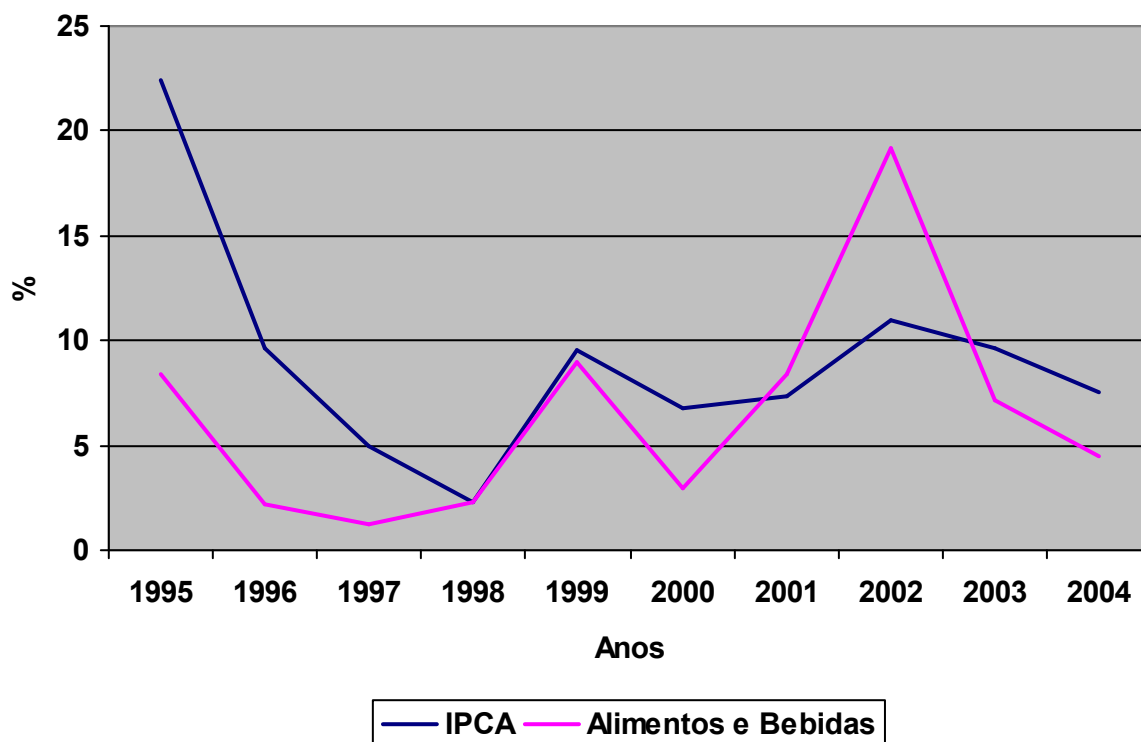


Figura nº 03 - Gráfico: Variação dos Preços dos Alimentos e Bebidas em Relação ao IPCA, entre os Anos de 1995 a 2004.

Fonte: Maroso, 2008. Com Base dados do IBGE.

Se abordarmos o espaço agrário, a partir das premissas acima, veremos que a partir da década de 50, tais acontecimentos históricos⁸ começaram a ocorrer de forma simultânea em todo o país, geralmente através dos seus diferentes ciclos produtivos regionais. Esse processo vai solidificar o que se pode chamar de expansão do capitalismo⁹ no campo, pelo uso intensivo de insumos modernos e da exigência de uma administração científica, baseado na melhor gestão e ou alocação

⁸ De acordo com a visão de Peter Burke, no qual a narrativa histórica ajuda na apreensão do fluir do temporal. (Org.) A Escrita da História, São Paulo: Editora Unesp, 1992.

⁹ Muitos autores falam de penetração do capitalismo no campo, porém, usa-se a expressão expansão, por entender que já tinham em nossa formação social, outros modos de produção. Para Inácio Rangel no período colonial o Brasil já tinha relações capitalistas de produção, os quais coexistiam com as relações pré-capitalista, de acordo com seu modelo de análise dual.

eficiente dos fatores de produção¹⁰: terra, capital, tecnologia, mão-de-obra, insumos e crédito.

Já nos anos 70, começam a delinear dois eventos históricos distintos, mas entrelaçados na agropecuária brasileira: a) a mecanização das atividades agrícolas, substituindo o animal pela máquina – o boi pelo trator, o que de certa forma também substitui parte do trabalho humano, à medida que o torna mais produtivo com o uso intensivo de máquinas e equipamentos; b) a agroindustrialização - industrialização dos produtos primários: cereais, oleaginosa, frutas, vegetais, carne, leite, etc., em produtos processados.

A opção pelo mecanização-tratorização demonstra que cada vez mais o tamanho dos tratores aumenta em potência. De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos e Automotores (ANFAVEA), no ano de 1990, a potência média era de 91 CV (cavalos de força), já no ano 2000 foi de 105 CV e projeta para o ano de 2010 potências de 120 Cv em média, além das constatações de evolução do desempenho e da ergonomia e segurança (JORNAL ZERO HORA, 10/02/2005). No ano de 2004, a indústria nacional produziu 51.900 mil tratores, e exportaram 23,5 mil. Em relação a colheitadeiras, no ano de 2004 foram produzidas 10.100 unidades, destas 4.500 unidades exportadas, o que demonstra o potencial do setor.

Entender esse processo desempenhado pelo setor agropecuário perpassa pela análise da constituição do Complexo Agroindustrial - CAI, o qual é condicionado pela lógica do Modo de Produção Capitalista. A partir dos anos cinquenta, começa a se delinear um novo paradigma do sistema produtivo de grãos, mais especificamente, na região sul do Brasil, com destaque para o Estado do Rio Grande do Sul. Este paradigma foi marcado por um processo de modernização das atividades agrícolas, a partir de um modelo produtivo voltado para o mercado, com destaque para a produção de arroz, na região central, centro-sul, fronteira oeste e litoral do Estado do Rio Grande do Sul – como podemos observar na figura número 04, no anexo nº 03.

¹⁰ Hoje, inicia-se uma nova etapa de alocação de fatores, a partir do uso intenso em um conjunto de ferramentas tecnológicas - Software, GPs – conhecida como Agricultura de Precisão.

Os municípios de Uruguaiana e Santa Vitória do Palmar destacam-se como maiores produtores de arroz no Estado, ambos com produção superior a cinco milhões de saca de 60 quilos.

A segunda cultura implantada no estado, a partir de práticas de cultivo moderno, foi o trigo, ainda na década de cinquenta. Diferente do arroz que se cultivava no verão e em regiões que permitem a irrigação - por inundação - a exemplo das unidades geomorfológicas de *Cuesta de Haedo*, Depressão Central e Planície Costeira. O trigo é cultivado principalmente na unidade geomorfológica do Planalto. Essa diferença de relevo pode ser observada na figura nº 04, do anexo nº 04, aliás, essa característica física constitui um elemento de permanência na temporalidade do homem.

Nos anos setenta, o cultivo da soja começa a fazer a dobradinha com o trigo, por ser cultivada no verão, usar as mesmas máquinas e equipamentos e ocupar a mesma área de cultivo de inverno, permitindo assim as unidades produtivas a cultivarem os dois produtos¹¹. A sobreposição parcial de área pode ser observada nas duas figuras, a de número 06 e 07 no anexo nº 05 e 06: região maior produtora de trigo e soja.

Doze municípios apresentam produção de trigo entre 166 e 400 mil sacas, pela média colhida entre as safras de 1998 a 2000. São Borja aparece entre os doze maiores produtores, por ser um município de grande extensão, a exemplo de Tupanciretã, Jóia, Júlio de Castilhos e Palmeira das Missões. O município de Cruz Alta também aparece como grande produtor seja em função da sua área agrícola, mas também pelo perfil do produtor rural, que a cultiva há décadas.

A figura número 07 ilustra a maior produção de soja, entre os municípios do Estado do Rio Grande do Sul com produção entre 1 milhão e 660 mil e 3 milhões e 190 mil sacas de soja. A maior produção ocorre entre os municípios de: Cruz Alta, Tupanciretã, Santa Bárbara do Sul, Carazinho e Palmeira das Missões.

Na sequência deste processo de modernização das atividades produtivas de grãos, ocorreu a incorporação do cultivo do milho, sendo a segunda cultura de verão

¹¹ Essa modalidade permite a viabilidade do próprio processo de mecanização dos estabelecimentos agropecuários.

a ser produzida na região Planalto, a partir de modernas técnicas de cultivo¹². A região produtora também se sobrepõe em áreas com o cultivo do Trigo e Soja, como se pode observar na figura número 08 do anexo nº 07.

Os municípios de Erechim na Região Planalto e Canguçu na Região Sul – Escudo Rio-Grandense -, configuram os maiores produtores do Estado entre os anos de 1998 a 2000, com produção entre 833 mil sacas e 1 milhão e 26 mil sacas de milho. Cabe destacar que ambos possuem três características: estrutura fundiária de minifúndios e pequena propriedade, propriedade de agricultura familiar e municípios com grande criação de aves e forte bacia leiteira. Na faixa de 333 e 833 mil sacas, têm-se 37 municípios - dois na Região Sul do Estado e três na Região Central -, os demais 32 municípios situam-se na Região Planalto.

Os municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões aparecem como maiores produtores de grão: trigo e soja e ficam num segundo grupo, na produção de milho. Portanto, configuram-se nestas duas últimas décadas, como maiores produtores de grão do Estado do Rio Grande do Sul.

Mas o potencial produtivo ocorre de forma concomitante também em nível de país, e não somente em nível de Estado e os Municípios com tradição agrícola. A figura número 09 a seguir evidencia o aumento da área cultivada e a produção de grãos no país, no período de nossa análise nesta pesquisa. Observa-se que a área com o cultivo de grãos teve uma ampliação em 30 %, enquanto a produção de grãos teve um acréscimo de 115 %, no período de 14 anos.

¹² Numa tentativa de periodização dessas atividades, poderemos afirmar que o arroz data da década de 40; trigo década de 50; soja década de 70 e milho na década de 90.

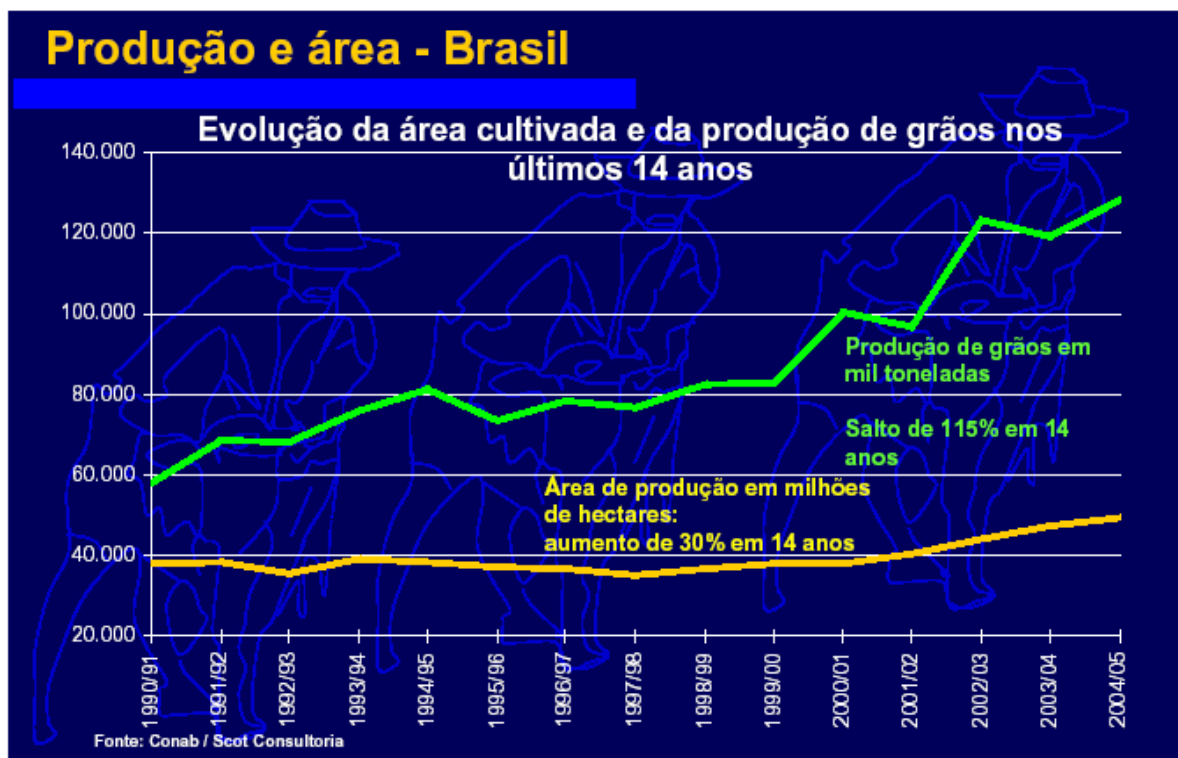


Figura nº 09 – Gráfico: Evolução da Área Cultivada e da Produção de Grãos nos Últimos 14 anos.

Fonte: Scott Consultoria.

O cultivo dos dois principais grãos - em volume e em faturamento pelo setor -, a soja e o milho, no mesmo período, tiveram um comportamento um tanto diferenciado, vista a primazia da cultura da soja como lavoura mais comercial em relação ao cultivo do milho. Ou seja, parte da produção de milho no Brasil ainda se dá com baixo uso de insumos modernos - com exceção das lavouras em sistema de produção empresarial. Mesmo com queda de área, a produção aumentou em 62,02 % no período, graças ao aumento da produtividade superior a 77 %, o que indica um incremento de uso de novas tecnologias de cultivo e manejo.

No caso da cultura da soja, observa-se um incremento superior a 134 % em área, o que significa a incorporação¹³ de mais de 13 milhões de hectares, ou seja, praticamente duas vezes a área agrícola do Estado do Rio Grande do Sul. Já a produção superior a 50 milhões de toneladas e com um incremento de 245 %,

¹³ Parte dessa área se deu pela substituição do cultivo de outros grãos e o ou cultivares, mas a maior parte da área ocorreu pela incorporação de terra na região Centro-Oeste do país - dos biomas Cerrados, parte antes ocupadas pela pecuária de corte.

consolida a sojicultura brasileira como a segunda maior do mundo¹⁴, só atrás dos Estados Unidos. Mas a produtividade também não pode ser desconsiderada neste estupendo potencial produtivo, pois diferente do aumento de área, a produtividade é algo muito mais complexo - pois envolvem muitos fatores externos às unidades produtoras. Obter ganho de produtividade superior a 3,3 % ao ano em média, por si só já qualifica esta cadeia produtiva. Este resultado pode ser observado na tabela número 01, a seguir.

Tabela 01 Evolução da Área, Produção e Produtividade de Soja e Milho no Brasil, entre os Anos de 1990 a 2005.

Cultura	Área	Área	Produção	Produção	Evolução	Evolução	Evolução
	Milhões Hectares	Milhões Hectares	Milhões Toneladas	Milhões Toneladas	em 15 Anos - %	em 15 Anos - %	em 15 Anos - %
	1990	2005	1990	2005	Área	Produção	Produtiv.
Soja	9,74	22,88	15,39	53,20	134,9	245,0	49,90
Milho	13,45	12,30	24,96	39,04	-8,58	62,02	77,23

Fonte: Scott Consultoria

Este novo paradigma agrícola, de certa forma, opõe o moderno ao tradicional, - o novo ao antigo e o desenvolvido ao atrasado - mas o novo vai tomando forma enquanto coexiste com o velho. O velho passa a modernizar-se, na medida que um conjunto de relações socioeconômicas e pela ação política de um conjunto de instituições: Estado, Cooperativa, Empresas Multinacionais – hoje conhecida como Traídes. No entanto, ambas proporcionaram acesso a apenas uma parte dos produtores nesse processo¹⁵.

Nesse contexto, ganhou forma na literatura agrária, o termo Revolução Verde – conjunto de práticas agrícolas iniciadas nos Estados Unidos, nos anos cinquenta -, Esse pacote tecnológico começa a ganhar visibilidade no Brasil, nos anos setenta: cultura do trigo e soja, principalmente, no Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro

¹⁴ A soja é um dos principais produtos de exportação do setor do agronegócio, segmento esse responsável por 36,8 % (R\$ 43,6 bilhões) dos R\$ 118,3 bilhões exportados pelo país, no decorrer de 2005. Do superávit total de R\$ 44,7 bilhões de reais, o agronegócio participou com 38,4 bilhões de reais.

¹⁵ Os produtores que não foram contemplados e ou buscaram financiamento com recursos subsidiados, não conseguiram aderir à mecanização da agricultura no decorrer das décadas sessenta, setenta e início da década de oitenta, ficando a margem do processo, acabaram migrando para a cidade, principalmente os produtores com características campesinas. Mesmo os que aderiram a “Revolução Verde”, em anos subseqüentes quebraram por várias razões, situação muito comum entre os pequenos produtores, limitados pelo fator terra o que dificulta a redução dos custos fixos, a partir de ganhos de escala.

Estado a alterar a paisagem dos campos, de acordo com a nova modernidade agrícola, que consistia em substituir a força animal – do boi -, pela força mecânica do trator – um ícone de qualquer produtor rural que permanece por mais de 40 anos, e renova-se a cada novo lançamento do setor de máquinas (ver foto número 10 no anexo nº 08), hoje mais potentes e confortáveis.

A modernização das atividades agrícolas se deu por um processo de forma integrado e com base no sistema agroindustrial, diferentes de outros momentos históricos¹⁶, que permitiam interpretações de relações pré-capitalista no campo, onde alguns teóricos vêem, de forma ambígua e ou dual, relações de produção feudal, a exemplo Guimarães (1963), Inácio Rangel (1962) e Nelson Werneck Sodré (1962). Para Caio Prado Junior (1966), não houve Feudalismo no Brasil, apenas resquícios do latifúndio, escravismo e coronelismo, de uma agricultura do passado, não moderna que dificulta o seu entendimento. Na mesma linha de raciocínio, Graziano Neto (1999, p. 38) acredita que o problema é “de natureza epistemológica, prejudica a análise da agricultura moderna, impedindo enxergar as mudanças ocorridas nas relações de produção e nas formas de comercialização e integração setorial”.

À medida que o produtor passa a produzir uma mercadoria para o mercado, ele se submete a determinadas práticas que passa a ser prescrito pelo mercado¹⁷ – uma espécie de receituário para produzir bem, elevar a produtividade, viabilizar o negócio. Assim o setor se integra ao mercado. Surge um conjunto de empresas fornecedor de mercadorias e serviço à jusante, antes da porteira - indústria de tratores, máquinas e equipamentos, fertilizantes químicos e defensivos agrícolas; a montante. No pós-porteira – situa-se as agroindústrias processadoras que se utilizam a produção agropecuária, como fonte de matéria-prima para o processamento. Dessa forma, constituiu-se o grande Complexo Agroindustrial no Brasil, na medida em que essas novas práticas agrícolas incorporam novas áreas e regiões do Estado, como se pode observar nos mapas, de números 04, 06, 07 e 08 em anexo. Essa simultaneidade e similaridade expandem-se pelo país já nos anos

¹⁶ A exemplo do modo de produção escravista colonial brasileiro.

¹⁷ O próprio senso comum, as autoridades políticas, as lideranças do setor e, os conjuntos de instituições, passam a incentivar e lutar por crédito, pela aquisição de insumos modernos.

oitenta. Essa expansão se dá em região ocupada pela vegetação cerrado, basicamente como foi vista anteriormente na figura número 02 do anexo nº 02.

De forma similar e simultânea nos anos noventa, este processo migratório avança, geralmente sobre outro sistema de produção - a pecuária de corte¹⁸, a qual abre caminho principalmente na região de floresta, para a posterior ocupação da grande lavoura. O avanço da população bovina na região centro-oeste e norte do país podem ser observados, na figura de número 11 no anexo nº 09.

Além da plantação de arroz no Uruguai por muitos produtores de origem brasileira, temos mais de 300 mil produtores no Paraguai (Brasiguaios), é dos 700.000 mil hectares de cultivo de soja na Bolívia, 35 % dessas áreas em torno de 245.000 mil hectares estão nas mãos dos agricultores brasileiros em 2006 (ZERO HORA, 07/05/2006).

Na região norte-nordeste a fronteira agrícola com a produção de grãos situa-se em três Estados especialmente: Maranhão, Piauí e Tocantins, na safra 2004/05 foi de 837.000 mil hectares. Um crescimento em relação à safra anterior na ordem de 28,8 % (JORNAL GAZETA MERCANTIL, 01/06/2005). Essa expansão da produção superior a 130 % no período de 16 anos, como se pode observar na figura número 12 abaixo, teve grande participação das áreas de fronteira agrícola, ocupadas nos final das últimas três décadas.

¹⁸ Sistema de Pastoreio, segundo Weibel. Op. Cite p.3

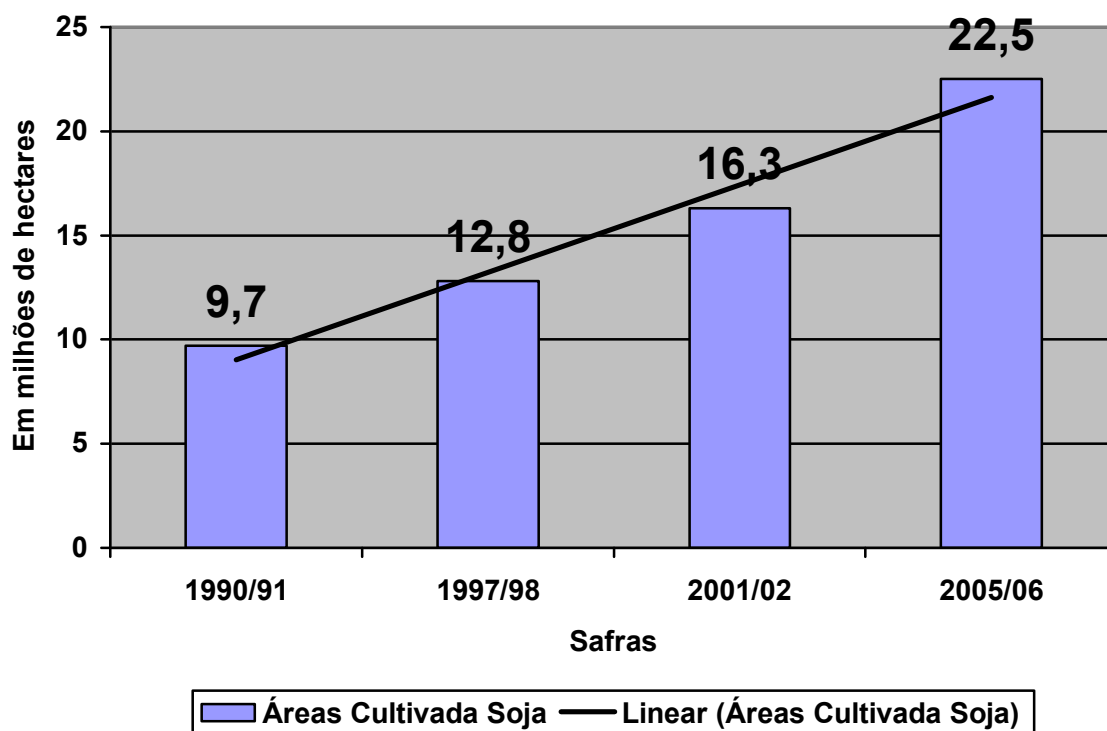


Gráfico nº 12: Evolução da Área Plantada com Soja no Brasil, entre 1990 a 2005.

Fonte: Maroso 2007, com base de dados da CONAB.

Em relação à produção de soja na região norte do Brasil, o presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), Sérgio Mendes, defende o plantio ao afirmar que “a área plantada com soja no Bioma Amazônico é de 1,15 milhões de hectares, o equivalente a 0,275 % do total de 418 milhões de hectares”. Em relação a áreas de fronteira a serem ocupadas destaca, “Há mais de 30 milhões de hectares de pastagens improdutivas no Bioma Amazônico, onde é possível plantar soja. Não há por que destruir novas áreas” (GAZETA MERCANTIL, 4-6/08/2006). Ainda sobre a área de fronteira, o Consultor Carlos Cogo afirma que a terra disponível é o grande fator para a expansão do agronegócio no Brasil; na tabela nº 02 a seguir, pode-se observar com base em suas projeções para os próximos 10 anos incrementos de áreas para a produção de grãos na ordem de 32 %, cana-de-açúcar um aumento de 50 %, plantio de florestas com aumentos de 150 %, áreas com pastagens declínio de -10,3 %.

**Tabela Nº 02: Área Agricultável é a Grande Vantagem Brasileira
(milhões de hectares).**

Cultivo	2007/08*	2016/17*	Variação (%)
Grãos	48,18	63,89	32,6
Cana	6,9	10,35	50
Florestas	6,0	15,0	150
Pastagens	220	197,4	-10,3
Disponível	92,4	83,4	-10,7

Fonte: Cogo Consultoria Agroeconômica.

A questão da disponibilidade de terra para o aumento da área produzida com grão, está atraindo muitos grupos estrangeiros, a exemplo do Grupo El Tejor, segundo maior produtor de soja da Argentina. “El Tejor pretende chegar em 2010 com 200 mil hectares cultivados de grãos nos quatro países em que atua – Argentina, Uruguai, Bolívia e Brasil”. Hoje o grupo cultiva 15 mil hectares no Uruguai, 5,5 mil hectares na Bolívia, 75 mil hectares na Argentina e em 2003 cultiva 8,8 mil hectares no Brasil (GAZETA MERCANTIL, 19/07/2004).

Muitos estudos, a exemplo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987) José Souza Martins (1981) e Bertha Becker¹⁹ (1990), demonstram que a ocupação de áreas de fronteira agrícola pela agricultura é precedida pela pecuarista, que forma pastagem em área já desmatada pelos madeireiros. Estes, além de derrubarem as árvores de maior valor econômico, abrem estradas na mata e clareira, o que propicia a entrada do pecuarista.

A partir da década de 60, no Brasil, tivemos várias interpretações do desenvolvimento agrícola brasileiro²⁰. Entre os autores, destaca-se Alberto Passos Guimarães²¹ - Quatros Séculos de Latifúndio (1963), considerado um clássico na análise da estrutura agrária, onde sustentava que o atraso do desenvolvimento agrícola se dava pelo entrave representado pelo latifúndio: com características

¹⁹ Bertha Becker, explica a ocupação territorial da região amazônica, a partir de dois modelos: o exógeno e o endógeno. Este último modelo se dá por uma lógica interna de ocupação, de desflorestamento: madeireiro-pecuarista-agroempresário.

²⁰ Luiz Fernando Paulillo – Desenvolvimento da Agricultura Brasileira: Concepções Clássicas e Recentes, In: Batalha, Mário Otávio. Gestão Agroindustrial, 2º Edição, São Paulo: Atlas, 2001. Paulillo realiza um resgate histórico, dos principais teorizações dos estudiosos dos assuntos agrários brasileiros.

²¹ Guimarães identifica-se teoricamente com Kautsky.

feudais. O mesmo raciocínio seguido por Nelson Werneck Sodré (1962) em *Formação Histórica do Brasil*.

Nos anos 70, Guimarães realiza uma nova interpretação do processo de transformação da agricultura brasileira. Na sua obra *A Crise Agrária* (1979), defende que o desenvolvimento da agricultura difere-se da indústria, mas identificou a sua integração em torno de complexos agroindustriais. Afirmará ainda que, pequena ou não, a grande propriedade pode desenvolver o setor, pois o que inviabiliza o capitalismo na agricultura é a renda agrícola e o monopólio da terra.

Com uma leitura diferente de Guimarães, Caio Prado Júnior²² afirma que a agricultura brasileira apresenta traços especificamente capitalistas. Propõe em *A Revolução Brasileira* (1966), não uma reforma agrária de caráter camponês, mas fiscalização da legislação relativa ao direito de propriedade – re-ordenamento fundiário, hoje conhecido como geo-referenciamento²³ -, e das relações trabalhistas (relações sociais) - para melhorar as condições de emprego no meio rural. Com uma visão histórica, afirmava que o problema não era o latifúndio, mas os latifúndios - a concentração da terra.

Na visão de Celso Furtado²⁴ – *Formação Econômica do Brasil* (1971), o problema do desenvolvimento econômico brasileiro, era estrutural e tinha suas raízes na agricultura agroexportadora – na empresa agrícola que concentrará gastos e rendas (economia monetária), além da forma de sua ocupação territorial. As raízes da pobreza rural estavam no baixo salário – oferta elástica de mão-de-obra - e, na concentração da propriedade – devido à abundância de terras -, daí o problema estrutural do Brasil com elevados índices de concentração da renda e de terras.

Em relação à concentração de terras, mesmo que os dados do INCRA demonstrem isso, as informações de mercado também evidenciam esse aspecto. Segundo a revista *Dinheiro Rural* (Julho 2007, P. 68), destaca as pretensões de vários grupos empresariais ligado ao agronegócio: Grupo SLC, Grupo Maggi, Grupo

²² Prado Junior identifica-se teoricamente com Lênin.

²³ Instituído pela Lei 10.267/2001, e regulamentado pelos decretos nº 4.449/2002 e nº 5.570 de 31 de Outubro de 2005. O georreferenciamento consiste no mapeamento por satélite (GPS) das propriedades rurais, com o objetivo de detalhar a localização de sua propriedade agropecuária. O memorial descritivo deve conter a descrição das áreas de preservação permanente, reserva legal, lavouras e pastagens.

²⁴ Estruturalista Cepalino.

Vanguarda, Grupo Los Grobo do Brasil e Grupo Bom Futuro. O grupo SLC já cultiva 117 mil hectares, e seu dono afirma “tenho caixa, quero crescer e vou comprar mais fazenda no Brasil”. Já o grupo Maggi cultiva 195 mil hectares, com grãos. O grupo Vanguarda do empresário gaúcho possui 11 fazendas. O Grupo Bom Futuro possui 200 mil hectares de cultivo.

O mais agressivo de todos é o grupo BrasilAgro, que captou R\$ 552 milhões no Ibovespa, “Os maiores compradores de terras do Brasil” já compraram “quase 200 mil hectares e estão de olho em novas fazendas de gado, cana, grãos e eucalipto” (DINHEIRO RURAL, Nº 039, 2008, P. 34). Sem dúvida, é uma das maiores compradoras de terras do país e, “em cadastrados em seu banco de dados, para eventuais negociações futuras, mais de mil propriedades rurais, que, juntas, somam 17 milhões de hectares”. O fundador da BrasilAgro, Pedro de Andrade Faria afirma “em pouco tempo, podemos chegar a um milhão de hectares” (DINHEIRO RURAL, Nº 039, 2008, P. 36).

Foi justamente a incorporação das áreas de fronteira na região centro-oeste que certamente contribuiu para que, em 10 anos, entre 1997 a 2006, “A área de lavouras do Brasil aumentou 83,5 % em 2006 em relação a dez anos antes, enquanto que a de pastagem caiu cerca de 3 %”, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006.

O maior aumento relativo de área de lavoura foi verificada na região Norte, de 275,6 por cento. Em contrapartida, os menores incrementos foram observados no Sudeste (50 por cento) e no Sul (48,8 por cento). Já na região Centro-Oeste o aumento foi de 95,6 % e no Nordeste, de 114,7 %. (Gazeta MERCANTIL, 26/01/2007)

Este boom da soja, somados às deficiências de logística de armazenagem e transporte, esta última dada às dificuldades de transporte nos dias de chuvas, fez com que agricultores estabelecessem parceria com o governo para asfaltar as estradas que passam pelas suas fazendas. Um exemplo foi a de “um grupo de 250 agricultores se uniram para asfaltar os 96 quilômetros da rodovia que liga Lucas a Tapurah”. A cota de contribuição de cada produtor dependia da distância de sua fazenda até a estrada. Com até 5 quilômetros de distância, o produtor pagava 3

sacas de soja por hectare plantado, entre 5 a 10 quilômetros pagara 2 sacas e com distância entre 10 a 15 quilômetros pagava uma saca por hectare cultivado (GAZETA MERCANTIL, 18/11/2003).

Outro autor de renome foi Inácio Rangel²⁵ – A Questão Agrária Brasileira (1962), interpreta a agricultura brasileira de forma dual, via no latifúndio característica feudais, do ponto de vista interno, e em suas relações com o resto da economia, comportamento de uma empresa comercial. As mudanças de um polo atrasado para um polo moderno sem alterar a estrutura fundiária – a reforma agrária. Dessa forma, o latifúndio não representou um obstáculo para o desenvolvimento capitalista da agricultura, apenas foi dual.

Na mesma linha de Rangel, Gorender (1994), segundo Paulillo (1993), apud: Batalha (2001, p. 671), procurou interpretar o desenvolvimento capitalista na agricultura a partir de uma postura marxista, ao considerar,

dois modos que se desenvolveram durante o período escravista com duas formas diferentes de propriedade: o modo de produção escravista colonial, com a propriedade latifundiária, e o modo de produção dos pequenos cultivadores não escravistas, baseados na economia natural e na pequena propriedade.

Outra interpretação desta temática foi realizada por José Graziano da Silva - A Modernização Dolorosa (1982), onde enfatiza a evolução da estrutura agrária, a expansão da fronteira agrícola e a recriação da pequena produção no seio da agricultura. Analisa o processo de modernização da agricultura com base na sua industrialização, onde o complexo rural transforma-se em complexo agroindustrial. Ressalta que este processo foi desigual e parcial por atingir determinadas regiões, produto, tipo de lavoura e produtores. Uma segunda característica deste processo foi seu caráter excludente, à medida que não atingia a todos – os excluídos do crédito, por exemplo.

Mesmo que, na safra agrícola 2004/2005, o governo federal destinou mais de R\$ 39 bilhões de reais em crédito ao setor agropecuário, em termo absoluto, esse

²⁵ Estruturalista Cepalino, com viés Keynesiano, Neo-keynesiano e Marxista.

valor vem crescendo, mas quando analisamos a relação crédito concedido em relação à área produzida com grãos, os dados da figura nº 13 a seguir demonstram uma queda por área produzida.

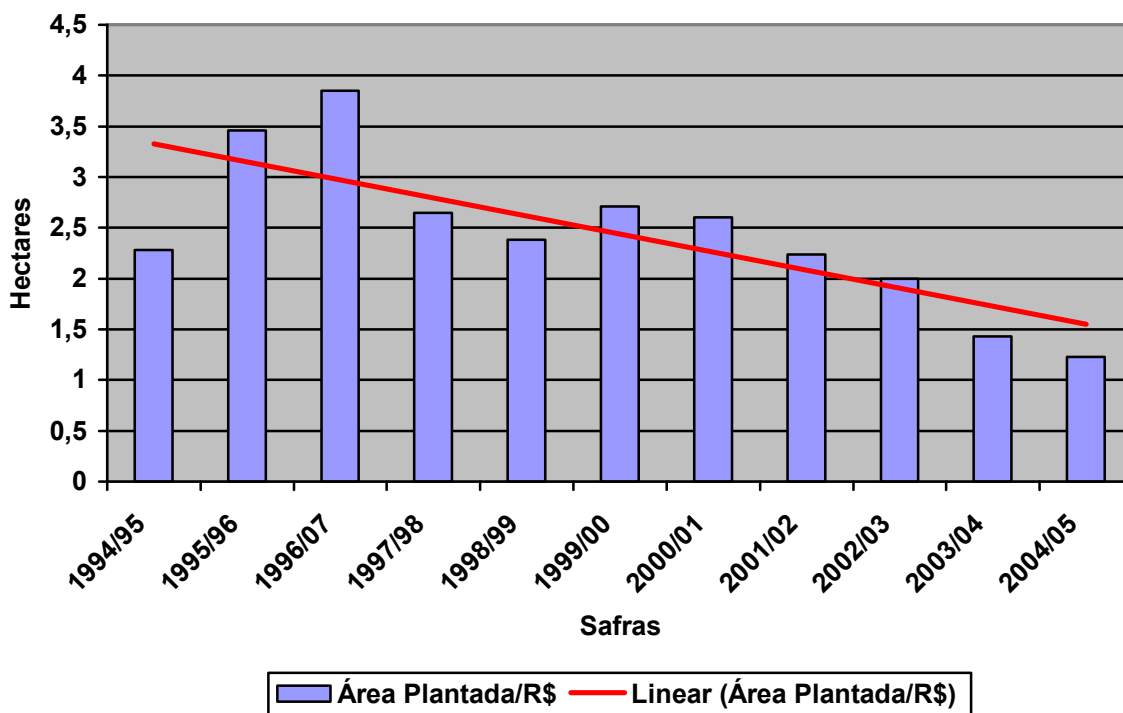


Gráfico nº 13: Área Plantada para Cada Real (R\$) Concedido de Crédito.

Fonte: Pronaf – Revista Agroanalysis, v. 25, nº 4, Abr. 2005.

Com a queda dos valores para o financiamento de forma relativa, novas linhas de crédito no mercado começam a ter maior participação, é o caso da Cédula do Produtor Rural (CPR), criada em 1994, pela Lei nº 8.929, é um título emitido pelo produtor rural, representativo de promessa de entrega futura de produtos rurais. Já no final de ano de 2004, o governo cria mais 5 títulos agropecuários²⁶.

Numa visão modernizante, que considerava a importância da difusão das inovações tecnológicas, para melhorar a produtividade, com o auxílio do aparato estatal para viabilizá-las, temos os trabalhos de Homem de Mello, Pastore e Dias²⁷.

²⁶ Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), Warrant Agropecuário (WA), Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA).

²⁷ Analisam o assunto com embasamento teórico neoclássico, herda dos trabalhos de Schultz – A Transformação da Agricultura Tradicional (1945), segundo Paulillo, apud, Batalha (2001).

A modernização com uso de insumos modernos seria viabilizada por créditos agrícolas, políticas de preços mínimos, extensão e pesquisa agropecuária.

As inovações tecnológicas dão um aspecto modernizante às atividades agrícolas. Nesse aspecto, o cultivo de variedades de soja transgênica tem sido a tônica. Na safra agrícola de 2003/04, última da periodização deste estudo, os números indicam que o Brasil colheu 4,1 milhões de toneladas de soja transgênica, o que correspondia a 8,2 % do total de mais de 50,1 milhões de toneladas. O mais interessante nesse processo, segundo Zero Hora (26/01/2004), é a participação do Estado do Rio Grande do Sul, onde a área plantada chegou a 93 %, portanto, o Estado com maior uso de sementes geneticamente modificadas.

Segundo o Jornal Zero Hora (26/01/2004, pg. 14), o destaque fica com o município Palmeira das Missões com a maior concentração de produção com soja transgênica, seguida pelos municípios de Santo Ângelo, Jóia, Cruz Alta, Tupanciretã e Julio de Castilhos. No caso do município de Cruz Alta, o cultivo neste ano foi de 60,1 mil hectares.

Outro insumo de vital importância para as atividades agrícolas é o uso de fertilizantes, segundo a Associação Nacional para Difusão do Adubo (ANDA), no ano de 2004, o país produziu 22.700 mil toneladas. Já a indústria de defensivos (herbicidas, inseticidas, fungicidas, acaricidas), segundo a Associação Nacional de Defensivos (ANDEF), o setor faturou aproximadamente US\$ 4 bilhões de dólares, com a venda dos mais de 120 produtos comercializados no território nacional (AGROANALYSYS, ABR. 2005).

Guilherme da Costa Delgado demonstra em *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil* (1985), o aprofundamento da integração de capitais entre o setor agrário, comercial, industrial e financeiro, à medida que se constitui o complexo agroindustrial. Essa relação intersetorial aprofunda a integração técnica entre os segmentos agrícola e industrial.

Caracterizada pela mudança na base de meios de produção utilizados pela mudança na base de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos, sementes melhoradas, combustíveis líquidos etc.) e máquinas industriais (tratores, colheitadeiras, implementos equipamentos de irrigação e outros). De outro lado ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e os ramos industriais, oleaginosas, moinhos, indústria do açúcar e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil e bebidas etc. (DELGADO, 1985, P. 229).

Nessa mesma linha de raciocínio, Jakubaszko (2007, p. 17) discorre sobre o que será do agronegócio daqui alguns anos? Prevê para daqui a 15 ou 20 anos, no máximo, “os alimentos de uma forma geral terão excepcional valorização”, pelo aumento do consumo de alimentos pela população mundial. Esse se deve a maior demanda derivada do aumento do poder aquisitivo e do próprio crescimento vegetativo da população. No caso da China e Índia, parte da população antes produzia a sua subsistência no meio rural, à medida que migra para a cidade, passa a ser consumidor de produtos processados, principalmente, carnes e lácteos. Essa situação já foi percebida pelo mercado, “os fundos de investimentos descobriram na primeira década dos anos dois mil que comida pode gerar muito lucro em suas especulações”.

Jakubaszko (2007, p. 17) elenca uma segunda situação que contribui para o aumento dos preços dos alimentos, a falta de novas áreas agrícolas para a produção agrícola, “áreas que no planeta são existentes em grandes extensões apenas no Brasil”. No entanto, estas também são disputadas para a produção de biocombustíveis – cana-de-açúcar (Brasil) e milho nos (EUA). Outro fator responsável pela vulnerabilidade da produção e dos preços é o fator climático, com a presença cíclica dos fenômenos La Niña e El Niño. Daí “é a primeira vez que *commodity* bate recorde de produção e de preço ao mesmo tempo”.

Uma terceira variável que pode afetar o setor agrícola é a possível redução da água para uso na agricultura, principalmente na irrigação, além da sua taxaço. Como podemos observar na figura nº 14 a seguir, o uso da água pelo setor agrícola vem aumentando.

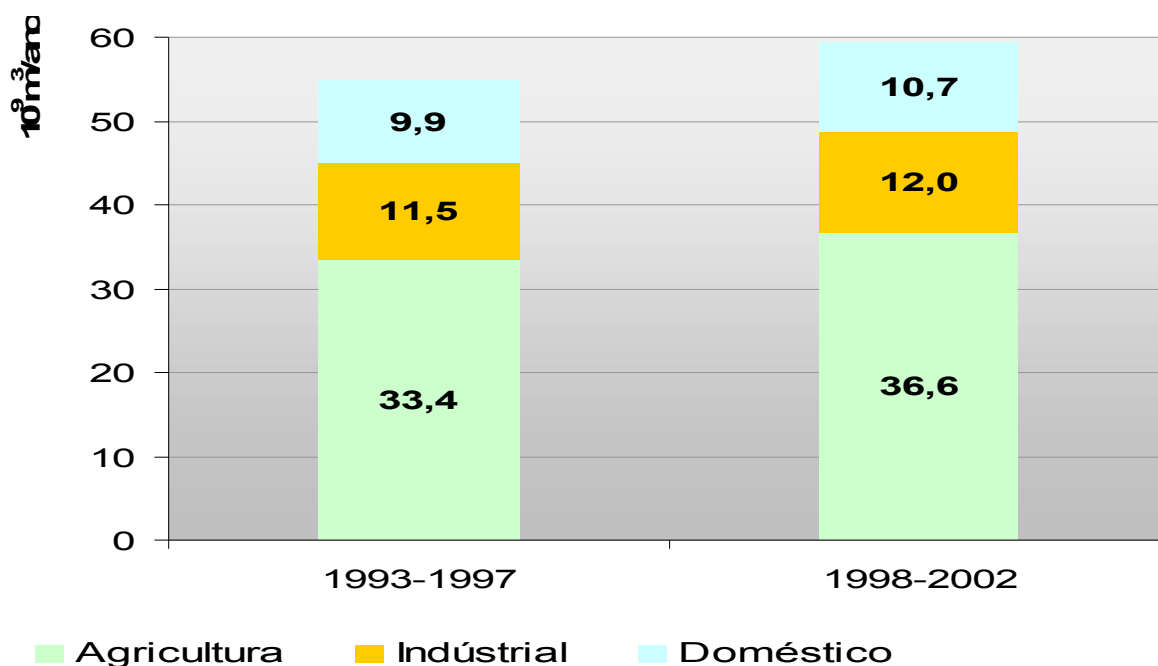


Gráfico nº 14: Aumento do Uso da Água pelos Diferentes Setores Econômicos no Mundo.

Fonte: AquaStat – Land and water development division of Food and Agriculture Organization - UNO (FAO).

Já começaram a calcular quanta água se exporta com os grãos, e principalmente na pecuária, a partir do ciclo da criação que resulta nas carnes, como podemos observar na tabela nº 03 a seguir.

Tabela nº 03: Estimativa de Água Necessária para Produção de Algumas Culturas e de Produtos Pecuários.

Produto	Água requerida (litros por quilograma)
Lavoura	
Soja	2.000
Arroz	1.600
Sorgo	1.300
Alfafa	1.100
Trigo	900
Milho	650
Batata	630
Milheto	272
Pecuária	
Frango	3.500
Suino	6.000
Bife bovino	43.000
Carneiro	51.000

Fonte: Pimentel (2004).

O consumo d'água pelo setor pecuário brasileiro, mas precisamente na produção de frangos, suínos e bovinos é intenso. No caso da agroindústria de carnes a partir de aves, suínos e bovinos, vem intensificando a cada ano no Brasil. Na figura número 15 a seguir, podemos observar, para o período de nosso estudo, isto é, entre os anos de 1990 a 2003, aumentos superiores a 230 % no caso da produção de carnes de frangos, 173 % na carne de suínos e mais de 85 % na produção de carne bovina.

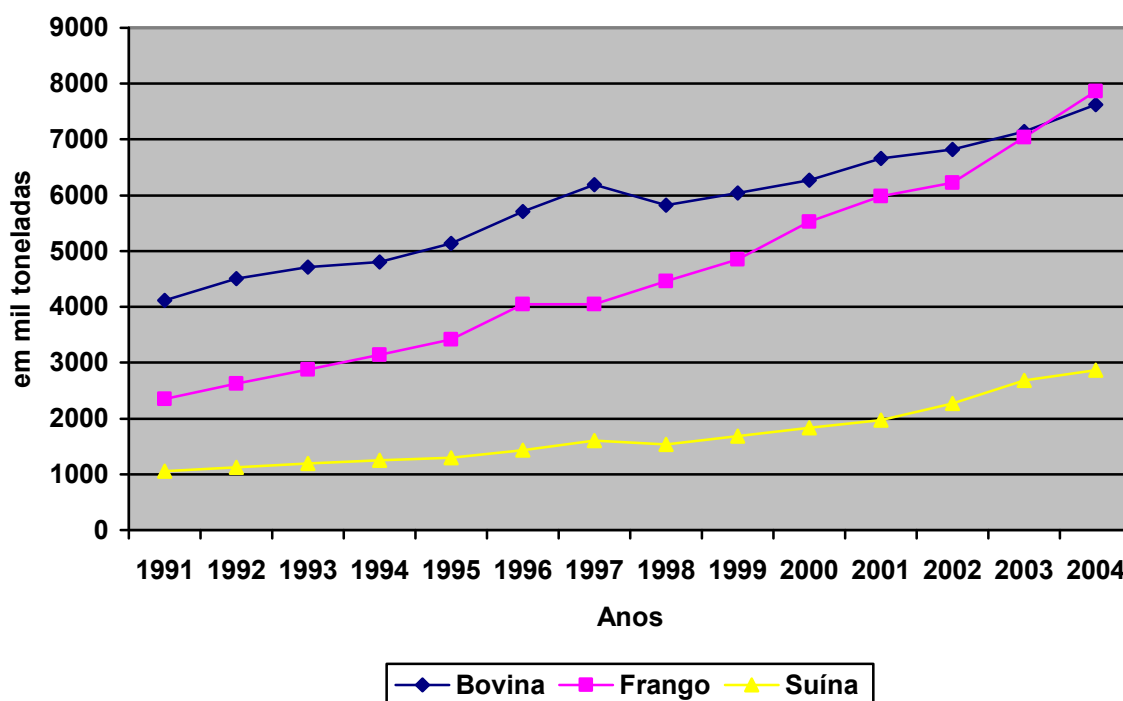


Gráfico nº 15: Produção Brasileira de Carnes, entre os Anos de 1990 a 2004.
 Fonte: FAQ, ABEF, UBA.

Segundo Rodrigues (2007), a soja corresponde a aproximadamente 45 % de toda área plantada com grãos e, representa em torno de 19 % do total do agronegócio exportado. Já superamos as exportações dos Estados Unidos (26 milhões de toneladas) e a Argentina (11 milhões). Internamente consumimos outra metade da exportação, só em farelo de soja, 11 milhões de toneladas, 50 % dele é consumido pela avicultura e, 30 % pela suinocultura.

Dada sua importância na agricultura brasileira, no carnaval de 2008, a Escola de Samba Tradição teve como enredo a soja, “De sol a sol, de sol a soja, um

negócio da China”. Em 2003, as exportações do agronegócio atingiram US\$ 30,6 bilhões de Dólares, deste US\$ 8,1 bilhões de dólares com a soja. De acordo com Rodrigues (2007, p. 14-16) a *Food and Agriculture Organization* (FAO), “em 20 anos (de 2005 a 2025) será necessário produzir 42 % a mais de cereais e 41 % mais de carnes para alimentar a humanidade”. Além da necessidade de maior produção, existem situações como no caso China, que a área cultivada tende a diminuir com a construção de casas, indústrias e infraestrutura. “Se o índice de urbanização se mantiver em 15 %, a China perderá cerca de 200.000 hectares por ano até 2020” (Gazeta Mercantil, 5-7 Mar. 2004).

No ano de 2004, o valor de riqueza produzida pelo agronegócio brasileiro ultrapassou a R\$ 560 bilhões de reais. Somadas a essa força produtiva, tivemos o surgimento de uma nova função do setor agrícola – a agroenergia. Historicamente tivemos a produção do Álcool de cana-de-açúcar – o conhecido Proálcool e mais recentemente lançamento do Biodiesel pelo presidente Lula. Segundo o ex-ministro da agricultura no governo Collor, Antonio Cabrera, “o futuro do petróleo é sujo, inseguro e caro, o Brasil dispõe da maior jazida de energia renovável do planeta”. No caso do álcool de cana-de-açúcar, sua produção supera os 7.000 litros por hectares, enquanto o etanol de milho é de apenas 2.700 litros por hectares. A grande vantagem é na conversão energética, “para produzir um litro do combustível: se a matéria-prima for cana, gastam-se 1.518 quilocalorias (Kcal); se for milho, é preciso 4,3 vezes mais energia, ou seja, 6.597 Kcal” (GAZETA MERCANTIL, 06/03/2007).

No caso da produção do Biodiesel, o Estado do Rio Grande do Sul instalou grande capacidade produtiva, com cinco Usinas. Cada uma possui capacidade de produção superior a 100 milhões de litros, são elas: BSBios no município de Passo Fundo; Oleoplan no município de Veranópolis; Granol no município de Cachoeira do Sul e da Brasil Ecodiesel no município de Rosário do Sul. O mercado estima que no ano de 2008, o Brasil tenha capacidade instalada para a produção de 2,6 bilhões de litros de biodiesel, já que a produção de óleo de soja é superior a 6 bilhões de litros ano.

O potencial da produção de agroenergia pelo setor agropecuário brasileiro cada dia ganha mais importância na medida em que os preços internacionais do

petróleo aumentam. A competitividade da produção brasileira de Álcool e Biodiesel fica claro a partir das informações da figura número 16, a seguir.

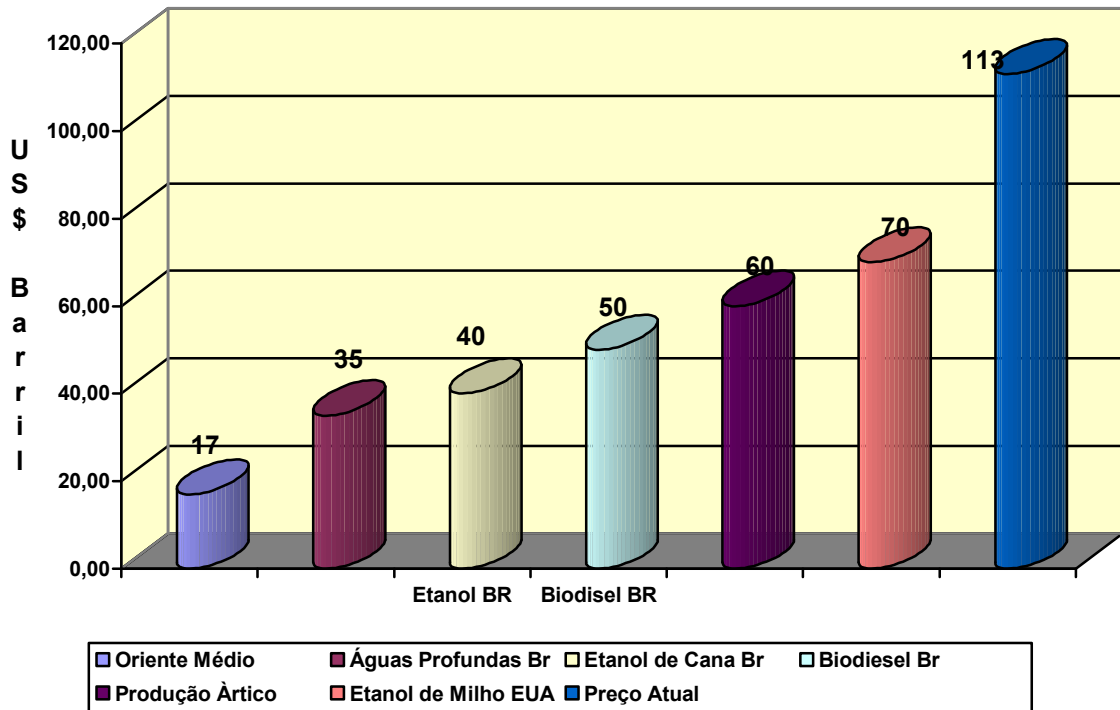


Gráfico nº 16: Custos de Produção de Diferentes Fontes de Combustíveis.

Fonte: Adaptado por Maroso 2008, da Revista EXAME, Edição 917, 7/05/2008, a partir dos dados da Agência Internacional de Energia. IE/EFRJ, PSR e Única.

A mesma revista que traz dados relativos à projeção de produção de Etanol no Brasil, estima que a produção no ano de 2021 de Etanol de Cana-de-Açúcar no Brasil possa chegar 16 bilhões de litros e o consumo mundial de Biodiesel no ano de 2030, em torno de 147 bilhões litros num cenário otimista e 92 bilhões de litros em cenário conservador. (EXAME, 07/05/2008)

Esses diferentes enfoques teóricos em nível de Brasil, somados a enfoques europeus e americanos, resultou diversas abordagens teóricas para interpretar as atividades agropecuárias, - a exemplo dos seguintes termos e significados, como podemos visualizar na figura número 17 a seguir:

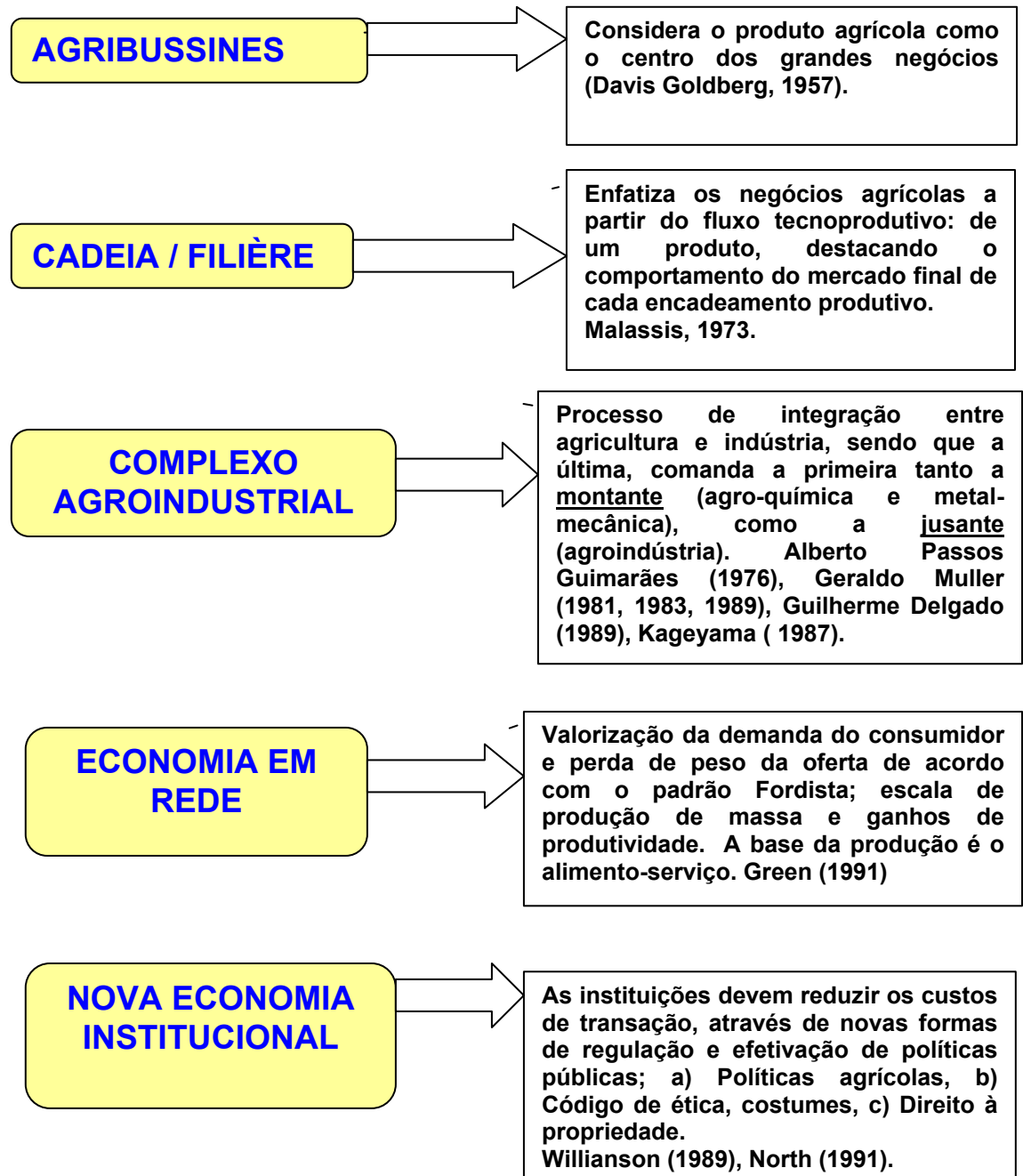


Figura 17: Diferentes Abordagens Teóricas das Atividades do Agronegócio.

Fonte: Maroso, 2006.

Dessa forma, percebe-se que o desenvolvimento da atividade agrícola provoca a integração técnica setorial, hoje mediada pela ação integradora do capital financeiro, à medida que fornece crédito para o setor agrário produzir de forma empresarial, estratégia essa usada pelos Conglomerados Agroindustriais -

conhecida também como Traídes²⁸ -, proporcionando assim uma integração de capitais na agricultura brasileira. Assim o complexo rural transforma-se em Complexo Agroindustrial - CAI, mas sua configuração e periodização podem se dar de forma desigual e parcial em determinadas regiões, produtos, tipos de lavoura e produtores.

1.2 A Região Agrícola de Cruz Alta

Os primeiros trabalhos que permitem a compreensão da formação sócioespacial do Rio Grande do Sul tiveram, segundo o historiador Moacyr Flores (2002, p.15),

Essa concepção de espaço físico, distinto das demais provinciais brasileiras, chamou a atenção de nossos primeiros cronistas e historiadores, que nele buscaram o determinismo geográfico no tipo de comércio, organização social, características psicológicas e formas políticas, gerando o embrião de nosso regionalismo, desenvolvido mais tarde sob os auspícios do positivismo.

Dentro deste enfoque positivista, Flores (2002) enumera um grupo de cronistas e historiadores que a exemplo de Alcides Lima (1882); Fernandes Pinheiro (1946) e Assis Brasil (1822), onde o meio físico influenciava o povo: sua alimentação, por exemplo. Para ele, os historiadores liberais vinculavam a diversidade geográfica e a raça, que juntamente com o movimento do romantismo literário, produziram personagens num primeiro momento do “campeiro, com Caldre e Fião e Apolinário Porto Alegre, e a segunda a do gaúcho, a partir de 1877, com Oliveira Belo” (FLORES, 2002, P.17). Com João Cezimbra Jacques (1896), surge o mito do gauchismo, que Alfredo Varela (1915) eleva a herói. Mesmo discordando da

²⁸ Poucas empresas são responsáveis por mais de 50 % das exportações de um total de aproximadamente de US\$ 20,5 bilhões de dólares. Segundo Jornal Gazeta Mercantil de 16/11/2004, pg. B 12, a participação de até quatro maiores empresas, índices verificados entre 1999 e 2004, o grau de concentração é de 60 % para as exportações de Aves, 73 % para os Bovinos, 75 % para o Café, 88,5 % para o Fumo, 94 % para a moagem de Açúcar, 80 % para a Soja, 89 % para o Suco de Laranja e 52,5 % para as exportações de Suínos.

existência de uma “civilização gaúcha”, Dante de Laytano (1983) admite não a formação de um novo tipo de homem, mas “um brasileiro diferente em alguns aspectos” (LAYTANO (1983), APUD: FLORES (2002), P. 18).

Esta produção historiográfica sobre a história do Rio Grande do Sul é criticada por Flores (2002, p.18),

Os historiadores liberais e positivistas descrevem o espaço físicos rio-grandense, mas não estabelecem as relações com os componentes materiais do espaço, como as charqueadas, estâncias, chácaras, trilhas, povoados e vilas, nem analisam o sistema de representações contidas no processo histórico de intensa dinâmica cultural, expressa em resistências, acomodações, mudanças e reinterpretções dos valores sociais, políticos e econômicos.

Já o enfoque da história social, segundo Flores (2002, p.19), “parte de uma análise das estruturas materiais expressas no espaço, formando dimensões sociais, econômicas, políticas e históricas, conforme as concepções de espaço e tempo”.

Uma das primeiras formações socioespacial na história do Rio Grande do Sul foi o espaço missionário²⁹, formado pela população indígena guarani e de luso-brasileiros: a exemplo dos estancieiros. Mesmo que num primeiro momento, o que chama a atenção de historiadores e geógrafos sejam as trilhas, caminhos³⁰, rotas, as bandeiras³¹ e, ou província (Viamão, Rio Pardo, Planalto Meridional e Rio Grande), o destaque maior na história do Rio Grande se deu na Campanha, enquanto unidade geográfica, - pela forma como se deu sua ocupação geográfica do espaço -, de acordo com a “geopolítica luso-brasileira de levar a fronteira até

²⁹ Essas terras eram, num passado distante, ocupado pelos índios, tendo como principal grupo os guaranis. Mas, a partir do século XVI, com as conquistas espanholas, estes organizaram as Missões, para converter os índios ao catolicismo. Também para garantir as fronteiras dos territórios conquistados e até mesmo para cobrança de impostos, organizaram as Reduções: a primeira redução foi Juli, estabelecida em torno de 1573, no Peru; em 1607, foi criada a Província Jesuítica do Paraguai, que se tornou a maior ação social e cultura de catequização de índios americanos. Nas terras que hoje pertencem ao território brasileiro, tivemos, sob o comando do padre Antonio Ruiz de Montoya, a fundação dos primeiros povoados missioneiros: Guairá, próximo ao rio Paraná, a oeste do atual estado do Paraná. Outros jesuítas fundaram os povoados de Itatim, no atual Estado do Mato Grosso do Sul. Os índios das reduções eram visados pelos ecomenderos espanhóis e pelos bandeirantes paulistas, como mão-de-obra escrava, situação que levou a abandonar as reduções. Muitos seguiram em direção ao Tape, oeste do atual estado do Rio Grande do Sul, e sob a coordenação do padre Roque González, fundaram, em 1626, a redução São Nicolau e, nos 10 anos seguintes, as 18 reduções jesuíticas. (MAROSO, 2002).

³⁰ Realizado pelos Tropeiros, durante 150 anos, basicamente entre 1724 e 1875.

³¹ Atuação dos bandeirantes segundo a literatura, acontecem com intensidade entre 1636-1650.

grandes acidentes naturais. A pecuária era a atividade que mais se adaptava à ocupação da Campanha, pois o gado podia ser deslocado com a fronteira” (FLORES, 2002, P. 29-30). Para Flores, (2002, p. 16) “na realidade a pecuária era a única atividade que permitia usar o homem livre como combatente. A agricultura imobilizava o homem à terra no decurso das estações, retardando o deslocamento das tropas”.

Dessa forma, as atividades ligadas à pecuária foram responsáveis pela relação entre este espaço e a sociedade - um regionalismo e uma identidade regional³². Foi com a atividade pecuária, segundo Zarth (1997), que o território sulino “integrou-se efetivamente ao circuito econômico da colônia no século XVIII”, a partir do fornecimento do couro, carnes de gado e muares para o transporte nas zonas de minas das Minas Gerais. O criatório de gado *vacum*, muito se deve aos missionários jesuítas que o introduziram, dadas as condições fitogeográficas da região: vegetação de gramíneas, conhecida como campos nativos.

Em relação à região norte do Estado do Rio Grande do Sul, com aspectos fitogeográficos um tanto diferenciados da região sul do estado: maior cobertura de matas, não ocupadas por estancieiros - a não ser seus enclaves de campo -, permitiu projetos de colonização. Estes tiveram a preocupação com a ampliação da base produtiva, principalmente a de produção de alimentos³³, centrada em um sistema de propriedade de pequeno porte. No Rio Grande do Sul, mais especificamente, vários estudos mostram que a primeira fase da migração europeia se deu até 1850, já segunda fase ocorre até 1890. Ambas vão constituir as camadas colônias velhas. A terceira fase ocorre a partir de 1890, já sob o regime republicano, então conhecida por colônias novas, como podemos identificar na figura número 20 a seguir.

Nas colônias velhas ou mesmo nas colônias novas, a pequena propriedade era subsidiária da grande: fornecer alimentos e promovedor da valorização fundiária. Na última fase – colônias novas, representava também a abertura da fronteira agrícola, provocando a diversificação econômica e introdução de novas técnicas de produção. A valorização das propriedades rurais acelera-se à medida que melhora

³² Vide, Heidrich, Álvaro H. Além do Latifúndio. Porto Alegre: Editora Universitária/Ufrgs, 2000.

³³ Na região Sul do país e Centro-Oeste também possuíam uma conotação geopolítica.

sua localização³⁴, propiciada pelo traçado das ferrovias, as quais permitem o melhor escoamento da produção da região. Entre os anos 1889 a 1918, com a expansão de projetos de colonização, as empresas de viação férrea participaram da abertura de novas fronteiras ao Norte do Rio Grande do Sul.

Imbuídos de idéia de progresso, os Republicanos apostam nos projetos de colonização e construção de estradas de ferro, pois migrantes³⁵ e estrada de ferro representavam “o progresso”, portanto, dentro dos preceitos positivistas do Partido Republicano Rio-Grandense. Pebayle (1974, p. 277) também faz referência a estradas de ferro e à colonização, “Nouvelles colonies’, nouveaux principes aussi: désormais, du côté gouvernemental, on était bien décidé à ne plus peupler que des terres préalablement desservies par la voie ferrée, come ce fut le cas pour Erechim”.

A região Planalto Médio, na época, estava centrada em torno e na criação do município de Cruz Alta³⁶, em 1834 - como se pode observar na figura número 18 no anexo nº 10, a qual ganha forma e articulação. De acordo com Maroso (2002), do município de Cruz Alta, surgem a partir da segunda metade do século XX, inúmeros municípios de grande importância socioeconômica e política: Passo Fundo (1857), Santo Ângelo (1873), Palmeira das Missões (1874), Ijuí (1912), Erechim (1918), Santa Rosa (1931), e tantos outros, que vieram a compor a macroregião planalto³⁷. Dado essa situação de dinamismo, o governo sinaliza para a expansão da rede ferroviária com traçado a partir da região Central – Planalto (Santa Maria da Boca do Monte a Cruz Alta) e daí o entroncamento Missões - Alto Uruguai.

Fruto dessa configuração espacial, somada às características de relevo de Planalto, o traçado da ferrovia passa pela então cidade de Cruz Alta no ano de 1894. A construção da linha férrea envolvia muita mão-de-obra e uso de enormes

³⁴ Renda Diferencial I.

³⁵ Entendido aqui como colono, pequeno produtor.

³⁶ Na época de sua criação era chamado de freguesia do Divino Espírito Santo de Cruz Alta. Segundo a enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE, Rio de Janeiro, 1959, a município de Cruz alta teve origem na antiga redução jesuítas de Santa Teresa, fundada pelos jesuítas em 1634 próxima das nascentes do Rio Jacuí. Só no começo do século XIX a região começa a receber os primeiros moradores não-indígenas.

³⁷ A macro-região do planalto é uma regionalização elaborada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico, a partir de características geográficas. As quatro macro-regiões são: Planalto, Serra, Fronteira e Litoral.

quantidades de dormentes³⁸, - a empresa concessionária da ferrovia Santa Maria a Passo Fundo “*Companhia des Chemins de Fer Sud-Brásilien*”, porém subcontrata a Firma “Franklin, Olivério Etc, Cia”, que passa a recrutar mão-de-obra de colonos descendentes de imigrantes italianos, que haviam colonizado a quarta Colônia de Silveira Martins³⁹. Ao mesmo tempo em que usava a mão-de-obra dos colonos, a empresa ofertava-lhes terras para os colonos por meio de projeto de colonização.

1.3 A apropriação da terra

Ao descrever o latifúndio pastoril e o surgimento da pequena propriedade agrícola no Rio Grande do Sul, Zarth (2002, p.73) coloca que a Lei de Terras de 1850 mercantilizou o solo agrícola, “e com os inventivos governamentais, ocorreu uma forte expansão das colônias particulares. Das 142 colônias alemãs listadas por Ernesto Pellanda, 114 eram particulares e apenas 28 oficiais (1925).

Porém a área abrangida pela região Planalto Médio teve entre os anos de 1890 a 1918 nove colônias, todas muito próximas das linhas férreas. Uma das primeiras colônias formadas na região foi a de Ijuí em 1890⁴⁰. Porém o regime Republicano vai conceder à iniciativa privada os projetos de colonização, a exemplo da colônia de: *Neu-Württemberg* em 1898⁴¹ (projeto de colonização do Dr. Meyer), conhecida hoje por Panambi; à colônia General Osório (projeto de colonização por Serafim Fagundes & Cia) em 1898⁴², hoje município de Ibirubá; à Colônia Rio Branco (projeto de colonização de Franklin, Olivério ETC. Cia) em 1899⁴³, localizada hoje no município de Pejuçara - veja a figura número 19 no anexo nº 11 - sua localização. Já de acordo com Rückert (1997), a Colônia Alto Jacuí constituída por loteamentos de companhias colonizadoras, fazendeiros e colônias públicas. Destaca-se a colônia privada de Saldanha Marinho implantada em 1898; a colônia Dona Ernestina implantada em 1899, a colônia Gerisa, (Tapera) implantada em

³⁸ Comprado dos colonos, que os tiram das matas.

³⁹ Colônia Imperial fundada em 1877, fundada como quarta Colônia de “Santa Maria da Boca do Monte”, mas em 20.09.1878 passou a denominar-se de Colônia Silveira Martins.

⁴⁰ Quinta Colônia Imperial. A partir de Imigrantes Italianos, Poloneses, Alemães, Russos entre outros.

⁴¹ Constituída basicamente pela etnia Alemã.

⁴² Constituída basicamente a partir de etnias Alemães e Italianos.

⁴³ Constituída pela etnia Italiana. Sobre esta área de colonização, que nós desenvolveremos nossos estudos.

1904; a colônia Coronel Selbach implantada em 1909; a colônia Barra do Colorado (privada) em 1910, - ambas localizadas na região do Alto Jacuí. No último bloco, tivemos, entre 1911, a colônia Quatro Irmãos e, em 1912, as colônias Dona Júlia, hoje município de Carazinho; encerrando a série, tivemos a colônia Sarandi em 1918.

Segundo Pebayle (1974, p. 278)

en 1920, cette forma de colonisation avait installé 86 noyaux de peuplement, couvrant 1.080.000 ha et abritante 310.000 habitants. A la même date, la colonisation officielle avait, à son actif, 61 colonies et 2.400.000 ha, peuplés par 530.000 personnes.

Nesse sentido, é importante ver o estudo aprofundado por Zarth (2002), sobre como ocorreu a privatização das terras florestais da região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Essa região recebe grande afluxo de migrantes com o objetivo de ocupação de novas terras, entre elas, com destaque para as áreas pertencente ao Município de Cruz Alta, porém, segundo Silveira, apud. Rückert (1997, p. 50) consultando o “livro de registro da Lei das Terras de 1850, na paróquia de Cruz Alta, constata que, entre 1810 e 1826, 890 posses haviam sido tomadas por ocupação primária ou por concessão provisória do comandante geral das missões”. Não devemos esquecer que a legislação da época já se preocupava com as formas de obter trabalho e criar obstáculos ao acesso à propriedade rural. Com tal propósito, foi criada a Lei da terra de 1850. Ela acelerou

a expropriação e a marginalização dos caboclos; a terra passa a ser uma mercadoria; as áreas das fazendas são demarcadas, e se definem, enfim, os limites das propriedades. Os fazendeiros – até então ocupando espaços mais nobres (os campos) - passam a disputar também as áreas próximas das matas. No Norte do Rio Grande do Sul, os conflitos ocorrem especialmente a partir de 1870”. (RÜCKERT, 1997, P.81).

Na região de Cruz Alta, as primeiras posses datam de entre 1810 a 1826 e os primeiros projetos de colonização privada são 1898, enquanto que os projetos de

colonização pública iniciam a partir de 1890. Com a República, as terras devolutas passam para a responsabilidade dos Estados Federados, “para viabilizar o processo de colonização, a imigração segue a rota da estrada de ferro, possibilitando, inclusive, aproveitamento da mão-de-obra dos imigrantes”. (ZAMBERLAN, 1991, P.15) Como o Estado não possui muitos recursos para os processos de colonização, delega para a iniciativa privada.

No caso do nosso objeto de estudo as terras da então colônia Rio Branco⁴⁴, tal projeto de colonização foi efetuada pela Firma “Franklin, Olivério & Cia”, que empreitará a construção de diversos trechos da ferrovia - Santa Maria/Cruz Alta/Passo Fundo – “contratado pela firma ‘*Companhie dês Chemins de Fer Sud Oueste Breziliens*’, que tinha concessão do governo, por décadas, para implantar e explorar o sistema ferroviário da região” (ZAMBERLAN, 1991, P. 22).

Nesse contexto, surge a venda dos primeiros 55 lotes rurais pela firma Franklin, Olivério & Cia, entre 1899 a 1901, a 32 migrantes da antiga Colônia Visconde de Rio Branco. O loteamento de terras para colonização deu-se em duas séries: a 1ª série com 138 lotes⁴⁵ (3.643 hectares) e a 2ª série com 120 lotes (3.964 hectares), totalizando 258 lotes (7.607 hectares). Segundo Zamberlan (1991), entre 1899 a 1910, a colônia Visconde de Rio Branco recebe 32 famílias: entre 1911 a 1920, chegam mais 93 famílias e, de 1921 a 1930, chegam 32 famílias. Pós-1930, vieram mais 7 famílias, totalizando 157 famílias de imigrantes e ou de seus descendentes, como se pode observar na figura número 20 a seguir.

⁴⁴ Na época pertencente ao Município de Cruz Alta R/s.

⁴⁵ O tamanho dos lotes era de aproximadamente 25 hectares.



Figura nº 20 - Mapa: Loteamento da Colônia Visconde de Rio Branco – entre 1889 a 1930.
 Fonte: Zamberlan, 1999.

Os lotes de terras adquiridos pelos colonos giravam em torno de 25 a 37 hectares, todos eles localizadas em região de matas, a qual passa a ser derrubada

para dar lugar à lavoura. Dessa derrubada, inicialmente alguns colonos extraem madeiras para dormentes⁴⁶, além da lenha para aquecer caldeiras⁴⁷.

Porém o primeiro ciclo econômico caracterizado por um processo produtivo na Colônia Visconde de Rio Branco era o cultivo da Alfafa – forrageira -, usada na alimentação de cavalos, os quais puxavam as carroças, principal meio transporte na época. O principal comprador de alfafa produzido pelos colonos era o exército brasileiro, situado em Cruz Alta, para alimentar sua cavalaria. Segundo Zamberlan (1999), o pico da produção da alfafa deu-se no início da década de 1920, e tinha uma particularidade, a cada 40 dias da corte, o que possibilitava uma renda ao colono. De forma paralela, realizam cultivos de outros produtos de subsistência, além da criação de animais, principalmente, suínos e bovinos para leite.

Um segundo ciclo econômico que se estabeleceu na colônia foi o cultivo da cana-de-açúcar, a partir da década de 30. Segundo Zamberlan (1999), em 1933, já havia quatro fábricas de aguardente, chegando ao ápice em 1956 com 36 fábricas, as quais sofreram redução no início da década de 70, em 2005 restava apenas uma fábrica de aguardente.

Nos anos 40, com a mudança da conjuntura econômica e o processo de modernização agrícola: com a introdução do motor à combustão à tração animal – bois e cavalos -, vai sendo substituída. Nesse contexto, a colônia muda parte da sua base produtiva, iniciada nos anos 30, o plantio de cana-de-açúcar para a fabricação da cachaça. O conjunto de atividades de então: extração de madeira, cultivo de alfafa, milho e cana-de-açúcar, geralmente produzidos com o trabalho familiar – inclusive com a participação da mulher e das crianças -, proporcionaram inicialmente um processo um tanto artesanal de fabricação de prensa de alfafa, carroças, selarias, trilhadeiras e alambiques.

Enquanto a produção era de subsistência e somente seu excedente vendido no mercado local, bem como, realizada por trabalho familiar, as propriedades rurais eram de pequeno porte. Mesmo com a produção de alfafa, voltada para o mercado, esta era realizada em pequenas áreas de terra, em torno de 3 a 6 hectares. No

⁴⁶ Para a construção e manutenção da via férrea.

⁴⁷ As caldeiras eram uma forma de obter energia, inclusive para as máquinas que tracionavam os trens.

processo de cultivo da cana-de-açúcar, e dada as características dos alambiques, as áreas cultivadas tendiam a aumentar para algo em torno de 8 as 15 hectares. Nessa atividade, como o corte da cana-de-açúcar limitava-se a um período entre os meses de junho a agosto, sendo que o corte era uma atividade paralela às outras atividades, como a exemplo da moagem, e alambigagem da cachaça – geralmente realizadas pelos proprietários dos mesmos -, estes contratavam mão-de-obra de terceiros, empreiteiros, muitos dos quais são seus agregados – os quais moravam na propriedade dos colonos.

Com a expansão do capitalismo no campo, principalmente através da mecanização de suas atividades, ressurgiu o cultivo em escala da cultura do trigo, introduzido junto aos colonos em 1937⁴⁸, pela doação das primeiras sementes deste cereal. Numa ordem de importância, o trigo foi o terceiro ciclo econômico. No entanto, não podemos relegar a cultura do milho, em todo o processo de cultivo, pois este sempre foi cultivado pelo colono, como lavoura de subsistência e para alimentar os animais, principalmente, suínos.

Dessa forma, a partir da década de sessenta, aceleraram-se as mudanças no espaço agrário, em função da expansão das atividades do cultivo da triticultura, tendo como resultado desse processo o surgimento do cooperativismo entre os produtores de grãos, - principalmente nos anos de 1958, ocorre a fundação de várias cooperativas na região⁴⁹. Também no final desta década, começa em maior escala o cultivo da soja, consolidando-se nos anos 70 em toda a região. O cultivo desses dois tipos de grãos provocou novas práticas agrícolas, tendo como resultados a adoção dos processos de mecanização do processo produtivo, o qual trouxe duas mudanças, nas relações sócias de produção: a diminuição do uso da mão-de-obra⁵⁰ por unidade de área (hectares) cultivada e necessidade de mais terra

⁴⁸ Vide MAROSO, Gilmar Mantovani. As Fases Históricas do Processo de Transformação das Práticas Agrícolas, na Região do Planalto do R/S, e os Impactos do Mercosul. 2002.

⁴⁹ Na região de Cruz Alta a Cooperativa Tritícola de Produtores Cruzaltense Ltda – COTRICRUZ.

⁵⁰ A diminuição de uso de mão-de-obra por unidade de área fica evidente toda vez que se substitui à força braçal pelo uso da máquina. No caso da área em estudo, verifica-se no ano de 1995, o envolvimento de 1.652 pessoas no setor rural, segundo o censo agropecuário, ou seja, aproximadamente 40 por cento da população, o que dá uma média de cultivo por pessoa de 23,9 hectares. Se compararmos com o município de Cruz Alta - dada sua proximidade e vínculos institucionais -, o mesmo apresenta menos de 10 % da população do município ocupada no meio rural - 7.310 pessoas -, na média responsável pelo trabalho em 30,6 hectares. Mas o que os números esconde na verdade é a intensidade de trabalho que a mecanização provocou. Morar ou trabalhar no meio rural, à medida que o produtor planta grãos de forma mecanizada, implica trabalhar menos dias

(área cultivável) para viabilizar os processos produtivos dentro do novo modelo agrícola, conforme se pode verificar na tabela número 04 a seguir.

Tabela 04 Utilização da Terra, por Municípios no Ano de 1995.

Municípios	Área Total - em Hectares	Lavouras Permanentes e Temporárias em Hectares	% Área de Lavoura sobre Área Total do Município	Pastagens Naturais e Artificiais – em Hectares	Matas Naturais e Plantadas – em Hectares	Lavouras em Descanso e Produtivas não Utilizadas em Hectares
Pejuçara	39.955	29.304	73,34	5.466	3.313	597
Cruz Alta*	224.094	142.643	63,65	53.613	13.838	4.412
Tupancreretã	266.607	83.034	31,14	157.989	13.157	3.710
Julio de Castilho	155.685	54.030	34,70	84.155	11.749	1.920

Fonte: Maroso, 2007, com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE, 1995.

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário (1995), observa-se um percentual elevado das áreas destinada à lavoura, superior a 73 % no município de Pejuçara - área típica de processo de colonização agrícola no início do século -, mas um avanço também desta em relação à área total, no município de Cruz Alta. Os dados acima também mostram o caso dos municípios de Tupancreretã e Júlio de Castilhos, onde a área de lavoura ainda podia incorporar mais de 100.000 hectares e 60.000 hectares respectivamente⁵¹. A ampliação de área destinada à lavoura em detrimento das pastagens⁵², matas e ou áreas em descanso, no decorrer dos anos, provocar uma pressão no valor da terra na região de Cruz Alta⁵³.

O município de Cruz Alta é um bom exemplo para analisar o processo de valorização das terras, por várias razões: foi o primeiro município a ser constituído na região e, por um longo tempo, exerceu certa influência sobre os demais municípios da região. Nossa área de estudo foi, num passado recente, distrito do

por mês e menos meses por ano, nisto reside à redução do emprego de mão-de-obra, não só da tendência de homens/hectare, mas de horas/homem/hectares. Nessa circunstância, a agricultura moderna além de poupadora de mão-de-obra, torna muitas pessoas envolvidas sub-aproveitáveis.

⁵¹ Esta comprovação ainda não é possível de prova, visto que o próximo censo agrícola esta prevista para o ano de 2006. Na tabela nº 13 e no capítulo número 4 poderemos verificar essa expansão de área a venda e ou para arrendamento para o cultivo, de acordo com os dados obtidos em pesquisa de jornal - das terras a venda/arrendar - ofertadas pelas imobiliárias durante o período de estudo.

⁵² Em 16 de Abril de 1975, a capa do Jornal Zero em letras garrafais, trás a seguinte manchete "A pecuária está sendo abandonada - Produtores preferem o trigo e a soja.

⁵³ Este fenômeno também pode ser observado na tabela nº 28 a seguir, bem como nos próximos capítulos, mediante análise da pesquisa realizada, a campo.

município de Cruz Alta, é um centro regional do agronegócio, universitário e de comunicação. Possui entre os municípios da região um maior número de Imobiliárias, além de abrigar o único Cartório de Registro de Imóveis entre os cinco municípios - Pejuçara, Fortaleza dos Valos, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Ingra e Cruz Alta.

Os movimentos de pressão de preço podem ser observados na tabela número 05 a seguir, onde traz o resultado da pesquisa sobre a oferta de terras⁵⁴ dentro da área territorial do município de Cruz Alta, entre os anos de 1990 a 2004. Devemos salientar que a quantidade ofertada de terra para a venda, junto aos jornais e às imobiliárias, não reflete a quantidade exata de terras realmente à venda, por dois motivos: primeiro, mais de uma imobiliária pode ofertar a mesma área no mercado; segundo, em seus espaços no jornal, anunciam o mesmo estabelecimento à venda em todas as edições de domingo, ambas as situações contribuem para a duplicidade de ofertas.

Tabela 05 Preço das Terras em Sacas de Soja, Ofertado no Mês de Julho, no Município de Cruz Alta, entre 1990 a 2005.

Mês/Anos*	Oferta Total no Município em Hectares	Oferta Total Anunciado no Jornal	Valor Médio em Sacas de Soja/Hectare***
Julho 1990	778,4	1.373,4	287
Julho 1991	2.356,5	8.104,5	155
Julho 1992	1.563,5	2.638,5	262
Julho 1993	2.440	2.970	N/I
Julho 1994	1.530	2.430	213
Julho 1995	442	502	N/I
Julho 1996	1.282	1.872	200
Julho 1997	0	76	320****
Julho 1998**	1.056	1.207	200
Julho 1999	231,4	538,4	158****
Julho 2000	317	4.744	180
Julho 2001	600	10.348	200
Julho 2002	311	8.297	280
Julho 2003	40	11.939,2	350
Julho 2004	503	1.271	420*****

Fonte: Maroso, 2006, com base na pesquisa ao Jornal Diário Serrano – Cruz Alta R/S.

* Consideramos os meses de Julho, por dois motivos: metade do ano civil e período do encerramento da colheita de safra de verão (soja e milho).

**Mês pesquisa agosto de 1998, porque o jornal do mês julho não foi encontrado.

*** Os valores médios, obtidos pelo cálculo entre as ofertas de terra – em que eram anunciados os preços de venda.

****Valores ofertados em Reais, convertidos em saca soja pela cotação do mês julho.

*****Valores em sacas de Soja no Município de Pejuçara (oferta de 90 hectares de terra agrícola)

⁵⁴ Dados com base nas médias do mês de julho, de cada ano. As médias de preços foram calculadas, a partir da oferta de terras, identificadas como sendo área dentro do território do respectivo município.

Em relação ao preço, observa-se que, em julho de 1990, um hectare de área para o cultivo de grãos estava cotado no município a 287 sacas/hectare, em média, com uma queda forte no ano de 1991, devido a fatores de ordem climática que reduziu a produtividade e produção de grãos. Entre os anos 1992 a 1996, os preços se estabilizam na faixa de 200 sacas por hectare. No ano de 1997, os preços da terra ultrapassam a 300 sacas por hectares, mas praticamente não possui oferta de terras para a venda – provavelmente devido aos processos de securitização das dívidas dos produtores rurais, iniciadas em 1996, os quais exigiam em muitos casos hipotecas das mesmas. Já no período entre 1998 a 2001, os preços voltam a diminuir para patamares próximo a 200 sacas por hectare. Neste período ocorreu a menor cotação, desde a grande estiagem da safra 1991, os mesmos tiveram influência do fator preço dos grãos, os quais tinham cotações muito baixas devido à política cambial de valorização do real em relação ao dólar.

À medida que o governo flexibiliza a política cambial⁵⁵ e o Real desvaloriza-se frente ao Dólar, os preços das commodities sobem em Reais, e provocam um boom do agronegócio na região e no país. Essa conjuntura favorável acelera o processo de valorização da terra, passando de 158 sacas por hectares em 1999, para 280 sacas por hectare em 2002, chegando a 350 sacas por hectare no ano de 2003 e atinge o valor equivalente a 420 sacas por hectare - oferta de área agrícola no município de Pejuçara -, no ano de 2004. O maior preço histórico da cotação da terra, tendo como referência a quantidade de produto. As quantidades de áreas ofertadas em cada ano e sua relação com os respectivos preços serão abordados na seção de número quatro.

Diante desse contexto, somado ao novo modelo agrícola instaurado e em parte viabilizado pela ação do Estado, a partir de políticas agrícolas - especialmente de crédito subsidiado⁵⁶-, juntamente com o apoio e capilaridade do sistema cooperativista, proporcionou grandes alterações no espaço agrário no decorrer das duas últimas décadas.

Portanto, à medida que ocorreram mudanças nas práticas agrícolas na região com o avanço da produção de grãos, e a constituição do Complexo Agro-industrial,

⁵⁵ Muda a política cambial em 12/01/1999.

⁵⁶ O crédito subsidiado ocorre até o início da Nova República, em 1985. Já em 1982, os subsídios no crédito começam a diminuir, com a crise fiscal enfrentada pelo Estado brasileiro.

ocorreram transformações da estrutura fundiária, principalmente, quando comparada ao início da ocupação, via colonização. Entre os principais acontecimentos identificados nas fases históricas do desenvolvimento agrícola, tivemos o processo de mecanização das atividades agrícolas as quais em muito alteram a paisagem no meio rural. Com essas mudanças, derivou vários outros processos: produção quase que exclusivamente para o mercado de commodities, migração da população rural, mudanças na estrutura fundiária, valorização monetária da terra, ocupação de novas áreas em regiões de fronteira agrícola e importância relativamente grande das políticas de crédito agrícola.

Com a nova formação socioespacial da região, identificada nos últimos 15 anos, certamente trouxe impactos na sociedade agrária regional. Isso veremos no próximo capítulo, a partir da multiterritorialidade da propriedade, do estudo da renda fundiária e concentração da propriedade e da constituição de novos segmentos na sociedade agrária.

2 SOCIEDADE AGRÁRIA E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO

As práticas agrícolas modernas provocam mudanças no espaço agrário regional. No entanto, sabe-se que essas mudanças possuem uma dinâmica própria, e podem se revelar de forma simultânea e sucessiva, mas sua intensidade depende das condições específicas de cada região. Diante deste contexto, este capítulo tem como objetivo, explicar as mudanças socioespacial da região, a partir do reordenamento das propriedades rurais.

Com o advento das práticas agrícolas modernas, o setor agrário vem sofrendo mudanças relativas nos aspectos físicos e nas relações sociais. Dessa forma, a história regional, segundo Carboni (1991, p. 287)

deve resgatar o específico, o particular de um subespaço, entende-se que se deve estabelecer quais são as suas relações com um espaço maior. Assim, esse espaço é entendido como uma unidade concreta situada dentro de outra unidade maior igualmente concreta: o Estado-Nação, como formação econômica social.

As condições específicas de cada região em relação às mudanças podem ser estudadas, de acordo com diferentes temporalidades, que a exemplo da conjuntura (tempo médio, interciclo) permite investigar o particular, o regional. A análise, a partir de uma duração de tempo longo (estruturas), permite estudar o regional dentro do processo histórico a partir das observações de algumas descontinuidades e permanências. Nesse caso, a propriedade das terras com aptidão agrícola.

2.1 As Multiterritorialidades da Propriedade

É clássico na historiografia agrária a identificação das características de determinado processo de colonização responsáveis pela ocupação e ou apropriação de terras. Tal distinção foi feita em Max Weber (1994, p. 44) na sua obra, *História Agrária Romana*, onde identifica os diferentes elementos característicos da colonização itálica e germânica em relação à dos povos celtas. Segundo ele, a diferença era que os primeiros tinham uma “forma coletivista” de colonizar, enquanto os celtas organizavam-se por “grupos ou clãs”. Assim as sociedades agrárias européias eram

Comunidade econômica que ocupava o território não tinha o caráter de família ampliada, administrada autocraticamente, do ponto de vista patrimonial, por um chefe, mas antes o de uma coletividade formada por famílias da mesma condição social [...]

As relações sociais de parentesco, suas formas de dominação e as tradições religiosas, segundo Weber (1994), impediram e ou retardaram o desenvolvimento do capitalismo, em regiões com essas diferenças culturais. Para Karl Polanyi (1944) Apud: Wood (2001), essas relações de parentesco; clã e tribo, impediram as configurações de uma sociedade de mercado, permanecendo com suas características de sociedades com mercado. Ele identifica a Inglaterra como uma das primeiras sociedades de mercado, a partir das transformações provocadas pela Revolução Industrial, em que converteu a humanidade e a natureza em mercadorias. Um exemplo disso foi o aperfeiçoamento dos instrumentos da produção, “na organização do uso da terra, sobretudo, no cerco de grandes propriedades particulares na Inglaterra” (WOOD, 2001, P. 33).

Segundo Wood (2001, p. 36), duas narrativas marxistas analisam a origem das relações capitalista, na primeira, a história de “uma sucessão de etapas na divisão do trabalho, com um processo transitório de avanço tecnológico e com o papel principal atribuído às classes burguesas [...]” restando apenas “romper com os

grilhões do sistema”. Devemos lembrar que, no Brasil, tivemos vários teóricos⁵⁷ que colocam a necessidade de modernizar o campo, acabar com o grilhão do latifúndio. Noutra narrativa, a partir dos *Elementos de crítica à economia política e no Capital*, a origem do capitalismo estaria nas “mudanças das relações de propriedade”, com “novas formas de exploração”, na libertação da pequena produção mercantil⁵⁸ dos auspícios do senhor Feudal. Isso teria implicação na substituição dos tributos feudais pela renda monetária, com o crescimento de uma economia mercantil, ou seja, “o deslocamento da coerção político-jurídica para uma cúpula centralizada e militarizada – o Estado absolutista no caso Francês”. (POLANYI (1971), APUD: WOOD – 2001, P. 45).

À medida que produtores ficaram expostos aos imperativos do mercado; aumenta a sua propensão a comercializar, permutar e trocar. Isso os incita à busca de melhorias, aumento de produtividade por meio de inovações tecnológicas, a exemplo do “cercamento – para não falar na crescente exploração do trabalho assalariado” (WOOD, 2001, P. 54). A Inglaterra do século XVIII, segundo Wood (1994, p.115) vivencia o auge do capitalismo agrário⁵⁹, em que “pequenos proprietários estavam sendo desapropriados não apenas pela coerção direta, mas também por pressão econômica”.

A busca de melhorias no espaço rural é resultado das relações de mercados,

Desde os imperativos de mercado estabelecem os termos da reprodução social, todos os agentes econômicos – apropriadores e produtores, mesmo quando estes permanecem de posse dos meios de produção ou detêm sua propriedade direta – ficaram sujeito às exigências da competição, da produtividade crescente, da acumulação de capital e da exploração intensa da mão-de-obra. (WOOD, 2001, P.127)

⁵⁷ Pesquisa de Guimarães (1963), Werneck Sodré (1962), Furtado (1971) e, Rangel (1962).

⁵⁸ De certa forma essa nova forma de produção, diminui/elimina a exploração dos camponeses, e por consequência da etapa capitalista de acumulação primitiva.

⁵⁹ Com uma ideologia do melhoramento, do aumento da produtividade do trabalho, enquanto na França a ideologia era rentista – a partir de ganhos extra-econômicos. Numa fase capitalista da pós-modernidade, as características estão voltadas para: a era da informação, produção enxuta, acumulação flexível, consumismo....

Entre as melhorias, estava o cercamento das áreas as quais protegiam as plantações do ataque dos animais, mas de forma simultânea, também representavam o controle sob determinado espaço - a propriedade -, assim a terra ganhava preço, pois segundo Polanyi (2000, p. 52) “a terra cercada valia duas ou três vezes a não-cercada”. O cercamento e delimitação da propriedade tiveram outras implicações socioeconômicas, pois, “quando as pessoas começaram a produzir alimentos e tornaram-se sedentárias, puderam encurtar o intervalo entre o nascimento dos filhos e gerar ainda mais gente, o que, por sua vez, exigiria mais alimentos” (DIAMOND, 2001 P.110).

Essa dinâmica do capitalismo agrário resultou em mudanças no espaço agrário, a partir de diversas configurações espaciais, em nível mundial. Cada país e ou região agrícola sofreram alterações em suas paisagens. Nesse sentido, concordamos com Santos (1999, p. 42), “a cada sistema temporal, o espaço muda”. A mudança espacial é percebida num primeiro momento através da paisagem, que é “a porção da configuração territorial, que é possível abarcar com a visão.” (SANTOS, 1999, P. 83). A paisagem permite entender “o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Os espaços são essas formas, mas a vida as anima”.

Dadas as diversas especificidades de cada espaço⁶⁰, devido às mudanças ocorridas nas formas de organização e nas técnicas de produção, usa-se a categoria da formação social nacional, a qual é a “mediação entre o mundo e a Região, o Lugar. Ela é, também, mediadora entre o Mundo e o Território” (SANTOS, 1999, P. 270). Ou ainda, no entender de Santos (1999, p. 271):

Mais do que a formação socioeconômica é a formação sócio espacial que exerce esse papel de mediação: este não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais [...].

⁶⁰ “A configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social”. (SANTOS, 1999, p. 61)

Se a formação socioespacial de um determinado país e ou região permitem mediações entre o mundo e o local, a territorialidade do local é sua expressão máxima. No entanto, cabe salientar que a territorialidade pode ou sofre influência externa, “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo, segundo os diversos modos de sua própria racionalidade”. (SANTOS, 1999, P. 272) Essa racionalidade advém do modo de produção - que mesmo sendo um conceito abstrato -, é a base das formações sociais, as quais “são combinações estruturadas de diversos modos de produção e dominadas por um deles”.(AMIN; VERGOPOULOS 1986, P. 12). Frente a isso, é importante a visão de totalização deste processo e não apenas da totalidade: segundo Santos (1999), Sarte distinguia totalidade e totalização, a primeira sendo o resultado e a segunda, o processo.

Em que resultaria essa ordem global, segundo Santos (1999, P. 273),

A ordem global é ‘desterritorializada’, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu ‘espaço’, movediço e inconstante. É formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que ‘reterritorializa’ é a do espaço banal, espaço irreduzível (T. dos Santos, 1994, p.75) porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sócias e jurídicas e formas geográficas.

Nesse contexto, o lugar seria um depositário final, um abrigo dos diversos eventos. “Um evento é ‘um instante do tempo e um ponto de espaço’”(SANTOS, 1999, P. 115). Assim, o lugar seria uma escala geográfica privilegiada, por conter duas implicações: “a primeira é a escala da ‘origem’ das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização [...]” (SANTOS, 1999, P. 121). Ao aprofundar-se a discussão, o que não é aqui nosso objetivo, resultaria numa abordagem que iria de encontro a conceitos de sucessividade e simultaneidade dos eventos, com uma abrangência de glocalidade: global e local ao mesmo tempo. Teóricos defendem a tese de que o mundo é uma rede, de “modo que não há um tempo global, único, mas apenas um relógio mundial, também não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes”. (SANTOS, 1999, P. 268)

Esse processo de internacionalização e ou mudanças nos espaços da globalização resultaram em mudanças no modo de produção e a formação de relações capitalistas na agricultura. Amin e Vergopoulos (1986, p. 21) distingue esse processo em três etapas de eventos:

1) a que qualificamos como etapa de mercantilismo, do século XV ao século XIX, caracterizada por uma primeira transformação na agricultura, sua mercantilização e desagregação das relações de produção feudais; 2) a do século XIX, caracterizada pela realização do modo de produção na indústria; 3) a do século XX, caracterizada pela 'industrialização' da agricultura.

A industrialização da agricultura hoje é caracterizada pela agroindustrialização dos produtos provenientes da agricultura. Mas à medida que o processo de globalização atinge espaço com uma escala menor, a exemplo de um determinado lugar e ou determinada região, surgem muitas interpretações dos impactos que essa terceira fase provocou no desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

A tese mais aceita era uma tendência da ocorrência da concentração da propriedade do solo⁶¹, pois somente os grandes capitalistas fundiários teriam capitais para mecanizar as atividades rurais e adquirir insumos modernos, aspectos que caracterizaram a segunda fase de transformação agrícola. Nessa discussão, Kautsky (1898) Apud, Amin Vergopoulos (1986, p. 26) se opõe e afirma que “o pequeno camponês ‘quando o preço da venda de seus produtos, tirando suas despesas, o paga por seu trabalho, ele pode viver; pode renunciar ao lucro e à renda fundiária’”. Entendemos que a renúncia ao lucro e à renda fundiária é possível na pequena propriedade, quando ele participada da sociedade de mercado, mas não enquanto produtor para o mercado. Com a indução a produção de grãos para o mercado o produtor nessa situação tem poucas chances de ampliar a produtividade e produção e ser competitivo no mercado.

⁶¹ Linha seguida por Lênin, para analisar o desenvolvimento do capitalista na agricultura da Rússia, o que levaria a proletarização dos camponeses. Este enfoque foi usado por muitos autores para analisar a agricultura em diversos países, no entanto, não se mostrou a mais adequada. Hoje, muitos países, inclusive o Brasil ainda possui muitos pequenos proprietários rurais, mesmo com mais de 50 anos de expansão do capitalismo no campo.

Outro estudioso da interação entre o capitalismo e a agricultura foi Chayanov (1966) Apud, Amin e Vergopoulos (1986, p. 27), que parte da análise de um modo de produção não-capitalista e vê na pequena propriedade uma organização da produção diferenciada, resultado do “equilíbrio entre a satisfação das necessidades e as dificuldades do trabalho. Esse equilíbrio será, por sua vez, afetado pelo tamanho da família e da terra”. Portanto, um modo de vida e de existência. “Chayanov constata que o preço da terra não é, aí, equivalente à capitalização da renda (que não existe), mas ao trabalho necessário para satisfazer as necessidades da família”. (AMIN; VERGOPOULOS 1986, P. 29) O que demonstra que o capital dominante anula a renda e o camponês é reduzido a condição de trabalhador a domicílio. Afirma também que a renda e a propriedade do solo são um obstáculo ao desenvolvimento do capital. No entanto, suas afirmações possuem um viés demográfico e noção de uma classe de camponeses que, num período de transição do capitalismo na Rússia, assim como Kula analisa-os em relação à Polônia.

Hoje, para não cair no anacronismo, apesar da importância dessas obras na historiografia agrária, podemos recorrer os escritos de Martins (1986, p. 16)⁶² o qual afirma que, aqui no Brasil, diferente da Rússia, “o campesinato é uma classe, não um estamento”. Que quer ter e ou retornar ao ter a terra, “o nosso campesinato é constituído com a expansão do capitalismo, como produto das contradições dessa expansão”.

Ele ainda formula a idéia da submissão real e formal do produtor rural ao capital. Na submissão real da agricultura ao capital, este liquida com a renda fundiária. À medida que diminuem os preços agrícolas, o capital industrial não ocasiona a realização de uma renda e reduz a remuneração no meio agrário. Isso ocorre na relação entre agricultores e o capital dominante do complexo industrial e comercial alimentar, através da padronização dos produtos e concentração das redes de coleta e comercialização⁶³. Na medida em que há redução da renda, os

⁶² José de Souza Martins. Os camponeses e a Política no Brasil. 3ª Edição, Petrópolis: Vozes, 1986.

⁶³ No caso da produção de soja, temos quatro grandes Traídes mundiais que domina a cadeia de comercialização de produto no Brasil e praticamente no mundo, a exemplo do: grupo Bunge Alimentos, grupo Cargil, grupo Luis Dreyfus e grupo Archer Daniels Midland - ADM. Segundo pesquisa da consultoria inglesa Brand Finance, realizado no segundo semestre de 2005 sobre a gestão de marcas, com 107 mais valiosas companhias brasileiras por ações, a Bunge ficou em 13ª posição com um valor de mercado de R\$ 1 bilhão e 521 milhões de reais.

proprietários fundiários se reduzem a meros proprietários formais da terra, e não mais proprietários reais da terra⁶⁴.

O produtor rural hoje é um proprietário formal da terra, subordinado ao capital, e “conserva a aparência de um produtor mercantil livre” (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P. 38) Essa subordinação pode ser apreciada de forma real, na deteriorização dos preços agrícolas - como se pode observar na figura de número 51, no anexo nº 15 -, da variação dos preços dos grãos em dólar - que ciclicamente oscilam, tornando-os vulneráveis -, o que implica, muitas vezes, a pilhagem do solo e da sua qualidade de vida. Amin e Vergopoulos (1986, p.47) adverte, “a atual ‘crise agrícola’ não é, realmente, uma crise da agricultura camponesa”, podemos dizer que é uma crise de renda do setor agrário⁶⁵.

Vimos entre os principais teóricos que a renda fundiária pode ser anulada pelos baixos preços agrícolas, assegurando apenas as suas despesas ao pequeno camponês, segundo Kautsky. Para Chayanov, a renda fundiária seria anulada pelo capital dominante por representar um obstáculo ao desenvolvimento do capital, permanecendo o pequeno camponês apenas como trabalhador a domicílio. Já na visão de Martins, o pequeno camponês é produto das contradições da expansão do capitalismo no campo e, quando ocorre a redução da renda fundiária o produtor torna-se mero proprietário formal de sua terra, pois a renda é expropriada via deteriorização de preços. Essa parece ser a melhor análise entre os três teóricos, pois explica a exclusão e a permanência da pequena propriedade, no caso brasileiro.

Neste contexto, as diferentes classificações atribuídas aos proprietários rurais: grande proprietário, pequeno proprietário, ou então, em relação à condição de produtor, seja ele identificado como: empresário rural, produtor familiar e ou camponês, não evidencia em muitos casos a questão da renda fundiária, a qual, na verdade, define e sua existência como tal. Assim o estudo da sociedade agrária deve ganhar outro enfoque.

⁶⁴ Ver capítulo nº 4, pesquisa referentes ao percentual de terras hipotecadas em primeiro grau junto as instituições bancárias.

⁶⁵ No período em estudo entre os anos de 1990 a 2004, podemos observar a grande crise agrícola relativos a safra de 1994/1995 devido à queda dos preços dos principais commodities, pela valorização da moeda nacional frete ao dólar.

2.2 A Renda Fundiária e a Concentração da Propriedade

Há de se evidenciar a diferença entre produtor rural e proprietários rurais, do tamanho de sua propriedade e categoria de produtor. Mesmo que em muitos casos, ambos são proprietários e, ao mesmo tempo, produtores rurais. Devemos refletir a multiterritorialidade de propriedade e da produção, que temos hoje, a partir da renda fundiária.

No período colonial, a grande quantidade de terra ociosa - terra livre -, permitiu aos trabalhadores do campo puderam partir e estabelecer-se como colonos em terras ainda não ocupadas, mesmo que a lei das terras de 1850 os impedissem, surge a figura do posseiro, um proprietário de fato, mas não de direito. No entanto, no século XX ocorreu a consolidação de pequenas e médias explorações agrícolas, estes geralmente eram proprietários fundiários e agricultores ao mesmo tempo.

Segundo Bortkiewicz, esta coincidência das duas funções na mesma pessoa permitiu à agricultura colonial, dar vazão a seus produtos sobre uma base de preço relativamente baixa. Se esta condição suprime a renda como rendimento distinto não é, porém, suficiente para anular a existência da própria renda. (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P. 111)

O aumento da produção de alimentos, segundo muitos teóricos, também seria provocado pela reforma agrária, a qual diminuía a possibilidade das grandes propriedades especularem e ou tentarem aumentar a renda, à medida que deixa a conjuntura mudar para produzirem mais e ou incorporarem mais terras a processo produtivo. Essa situação, mesmo tendo suas particularidades, soma-se aos capitais urbanos e aos grandes conglomerados, que estão comprando grandes propriedades rurais⁶⁶ para incorporá-los ao processo produtivo, seja: produzindo grãos; cana-de-

⁶⁶ Segundo jornal Gazeta Mercantil (08/08/2007) SLC Agrícola e a BrasilAgro, junta detem quase 200 mil hectares. A empresa Campos Verde LTDA ligado ao grupo Argentino El Tejar, tem 33,1 mil hectares (além da terras na Argentina, Uruguai e Bolívia) e pretende adquirir mais 144 mil no país. O empresário brasileiro Otaviano Pivetta da Vanguarda do Brasil S.A tem 170 mil hectares. A Bom Futuro, do empresário Eraí Maggi Scheffer, com 200 mil hectares. Na reportagem do Gazeta Mercantil (28-30 /09/2007) acrescenta a grupo Opportunity do banqueiro Daniel Dantes, com 100 mil. Relaciona ainda grandes investidores estrangeiros comprando terras no Brasil, tais como: Fundação Soros, Microsoft, Google, Precius Woods, Store Enzo, Igreja Unificada.

açúcar; citros e carne bovina. No entanto, fica evidente que ao pequeno produtor-proprietário, diferentemente do grande proprietário e, ou grupos econômicos urbanos, são obrigados a produzir, seja qual for a conjuntura do mercado, para sobreviver. Até porque essa propriedade está inserida na cadeia que alimenta a acumulação da propriedade capitalista urbana, pois nas condições de hoje, ele não pode mais suprir o processo de mecanização e da busca da alta produtividade.

Mas o setor rural tem uma particularidade em relação à terra, que se deve explorar,

de uma maneira geral, o capitalismo atual favorece muito mais a compra que o aluguel, quando se trata de bens imobiliários. [...] Assim, o sistema evita que uma parte do rendimento social seja imobilizado sob a forma de renda/aluguel do proprietário.”(AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P. 125)

Pois, “a terra constitui, no sistema capitalista, o único meio de produção que não é reprodutível. A rigidez da oferta de terras acentua-se⁶⁷, à medida que a parte restante do sistema cresce” (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P.131). Qualquer pressão por uma produção maior de produtos agrícolas⁶⁸ “nessas condições, baseada neste monopólio em quantidade limitada, tem direito a um sobrelucro [...]”.

Para o entendimento do sobrelucro, devemos antes compreender as questões relativas à renda fundiária, a qual é analisada por vários autores. Segundo Amin e Vergopoulos (1986) para o economista Inglês David Ricardo, com seu viés de análise baseado na produção, a renda é resultado da raridade de recursos do fator terra (devida à procura dos produtos agrícolas excederem a oferta). Para ele a renda diferencial era apenas a lei da repartição da renda entre diversas categorias dos terrenos (da fertilidade). Os preços dos alimentos são fixados a partir dos terrenos marginais, menos férteis. Já com relação à renda absoluta, - analisada por Rodbertus -, este enfatiza a vantagem setorial da agricultura sobre a indústria.

⁶⁷ No capítulo de número 4, se poderá observar a pouca oferta de terra na área objeto de estudo.

⁶⁸ Seja por pressões demográficas ou não.

Portanto, esta deriva da relação entre setores e não entre os terrenos, que consegue ter uma vantagem⁶⁹ e realiza o sobrelucro.

Em relação à realização do sobrelucro, Amin e Vergopoulos (1986, p. 88) enfatiza que “o sobrelucro agrícola é uma *possibilidade do mercado*, decorrente das relações mecanizadas da agricultura com o conjunto do sistema capitalista”. Dessa forma, a análise da mecanização das atividades agrícolas pode indicar o grau de sobrelucro do setor. No entanto, existe uma concorrência que limita o sobrelucro agrícola, pois temos três espécies de concorrência na agricultura: “(a) dos proprietários-arrendatários entre si; b) dos fazendeiros entre si; c) concorrência entre agricultores e indústria”. Porém, segundo Amin e Vergopoulos (1986, p. 87) “Somente a limitação do terceiro tipo de concorrência pode justificar um sobrelucro agrícola durável”. Devido ao fato de que enquanto o acesso à terra é limitado, o acesso à indústria é livre. Pela lógica capitalista, “quanto mais o capital se desenvolve e acumula, mais o caráter monopolista da terra torna-se marcante. Quanto mais a indústria desenvolve sua força produtiva, mais o capital é *depreciado* e a terra, *revalorizada*”. (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P. 88).

À medida que a terra passa a ser apropriada, torna-se monopólio dado a sua natureza – não reproduzível-, a renda da terra ganha um novo enfoque:

a terra, sob a forma de monopólio em quantidade limitada; explica a renda absoluta. A terra, sob a forma de monopólio de qualidade diferenciada, explica a renda diferencial. Assim, o mecanismo social que engendra a renda é *unificada*, e o sobrelucro agrícola, *único*. *As duas formas de renda têm a mesma causa, ou seja, o monopólio da terra*”. (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P. 94)

Ou ainda, Amin e Vergopoulos (1986, p. 94) citando Kautsky (1980): “para quem a renda diferencial provém do caráter capitalista da produção, enquanto que a renda absoluta resultaria da propriedade privada do solo”. Resta-nos a indagação, se a tendência da renda absoluta é desaparecer, o que se percebe é a desterritorialização da renda, “à medida que a renda se separou completamente do proprietário do solo” (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P. 85). Essa separação resulta

⁶⁹ Terra um bem de oferta inelástica.

do caráter capitalista da produção, onde a cadeia produtiva através da formação do complexo agroindustrial, formado a montante e ou a jusante⁷⁰, se apropria de parte da renda. Na visão de Delgado (1985), o capital financeiro se apropria em grande escala, à medida que realiza a integração de capitais entre os diversos setores do complexo agroindustrial.

À medida que a terra é um fator de produção, e como tal é incorporado ao sistema produtivo, a formação do seu preço é dada pelas condições de mercado a partir da renda auferida,

a propriedade diferenciada não é outra coisa senão a *capitalização da renda*. É o *mercado* que faz a propriedade fundiária moderna e não os resíduos da propriedade feudal codificada. É preciso explicar a renda e não inverso, para compreender a propriedade. (MARX, Apud: AMIN; VERGOPOULOS, (1986, P. 86)

Marx adverte que a renda não entra como uma parte formativa dos preços (custo) de produção. A renda é uma espécie de tributo pago aos proprietários para obter o acesso à terra (quando arrendada). Ela pode ser aumentada quando temos limitação do solo. Geralmente é o direito jurídico da propriedade - a escritura pública - que confere a seu beneficiário o poder de obter um rendimento. A renda é uma possibilidade de mercado. Já “a única condição de existência do sobrelucro, conversível em renda, não é a propriedade fundiária, mas a raridade relativa de produtos agrícolas, fundadas sobre a raridade relativa do fator terra” (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P.61).

À medida que a terra para a produção começa ficar escassa, seu preço sobre e muitos capitalistas passa a arrendá-las, para não imobilizarem muitos capitais, e ou até porque muitos não o têm em quantidade, daí o arrendamento de terras pelo proprietário pode gerar sobrelucros (fonte da renda). Um exemplo recente dessa situação vem ocorrendo no Estado de São Paulo, a partir do boom da produção sucro-alcooleira, “atualmente um proprietário de terra recebe, livre, entre R\$ 500,00

⁷⁰ Como podemos ver na Figura nº 17, do capítulo anterior, em relação como está estruturado ao Complexo Agroindustrial.

a R\$ 1.200,00 reais por hectare, para arrendar terra às usinas de cana, conforme a região” (AGROANALYSIS, V. 26, 2006, P. 19-20)

Mas para isso o empreendimento rural deve gerar renda, e uma parte deste repassa ao proprietário fundiário, na forma de aluguel. Caso “o capitalista produtivo é ao mesmo tempo proprietário de seus capitais, embolsará o lucro de seu capital-função e o sobrelucro obtido de seu capital-propriedade” (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P. 62).

Outra questão que se põe em relação à propriedade privada é a renda absoluta, que para Amin e Vergopoulos (1986, p. 63), “a causa original à renda absoluta é o atraso relativo da agricultura em relação à indústria”. Mas a renda absoluta seria,

nesse caso apenas uma categoria histórica destinada a desaparecer com o desenvolvimento mais rápido da agricultura em relação à indústria, ‘a menos que a proporção da parte variável do capital, que diminui em relação à parte constante[...].

Essa tendência não aconteceu, pois o que se verifica é ao contrário. Os custos fixos proporcionalmente aumentam por unidade de área, à medida que a produção agrícola se moderniza via maior grau de mecanização de suas atividades, e ou até mesmo adquire insumos poupadores de mão-de-obra, a exemplo da aplicação de herbicidas, poupadores de mão-de-obra, além do uso das técnicas da agricultura de precisão.

Somados a isso, o uso de sementes organicamente modificadas geneticamente (OMG) e a prática de plantio direto possibilitaram a redução do uso de mão-de-obra nas diversas operações agrícolas. Dessa forma, o uso de máquinas e equipamentos e de tecnologia de ponta reduzem o uso de mão-de-obra, mas aumenta o uso de capital constante⁷¹, por unidade de área, o que implica busca constante por ganhos de escala para viabilizá-las em nível de unidade produtiva. Um grupo de produtos, a exemplo da soja, milho, café, cana-de-açúcar etc..., ajudam a

⁷¹ Ocorre o aumento da Composição Orgânica do Capital.

e elevar a renda diferencial, em torno deles estabeleceu-se um complexo agroindustrial, culturas que ainda apresentam uma alta taxa de arrendamento de terras agrícolas. A exemplo da cana-de-açúcar no estado de Goiás, de acordo com o levantamento da Scot Consultoria, “o produtor agrícola que arrenda suas terras para cana-de-açúcar tem uma receita média por hectares de R\$ 420 por ano” (GAZETA MERCANTIL, 14-16/12/2007, P.C7).

Porém, da relação intra-setorial entre agricultura e indústria,

a taxa de lucro industrial não é ameaçada pelo proprietário fundiário como tal, mas pela *constituição perversa* da agricultura (renda absoluta + renda diferencial), que torna possível a formação dos sobrelucros neste setor, amputando a taxa de lucro média.(AMIN; VERGOPAULOS, 1986, P. 65)

Dessa forma, a formação dos sobrelucros a partir da constituição das rendas absoluta e ou diferencial podem levar “a supressão desta que facilita o desenvolvimento do capitalismo”. Hoje os capitalistas se apropriam e ou anulam a renda fundiária, através das relações comerciais entre o completo agroindustrial e os produtores rurais.

Numa situação de crise conjuntural do meio rural, - a exemplo da crise agrícola da safra 1995 - 1996 e 2005 - 2006, com exceção das áreas arrendadas, o primeiro fator de produção não remunerado é a terra. Existem casos em que os próprios arrendamentos não são pagos naquele ano agrícola, sendo partes renegociados, e ou refeitos os contratos de arrendamentos com valores do arrendamento a menor. Hoje existe um fluxo de renda ao inverso, os lucros da agricultura são apropriados pela indústria, a renda fundiária tradicional foi substituída por uma espécie de “renda”⁷² de capital imobilizado em máquinas e equipamentos junto à unidade produtiva.

A substituição da renda fundiária pela mobiliária, em muitas situações, faz muitos defensores da agricultura camponesa argumentarem a favor do pensamento de Marx que,

⁷² Na verdade não é renda, mas retorno sobre o investimento, no médio prazo é usado para a amortização do capital e, ou de empréstimos bancário contratado como investimentos.

a grande propriedade bloqueia o desenvolvimento do capitalismo em seu conjunto, a pequena propriedade o facilita ao máximo. Conseqüentemente, se o grande proprietário vive às expensas da sociedade, a sociedade vive às expensas do camponês e sua família (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P.134).

Existe uma divergência entre Marx, que via a renda fundiária como um resultado do Modo de Produção Capitalista e, Kautsky que afirma que o Modo de Produção Capitalista acarreta a supressão da separação entre a indústria e a agricultura. A produção para ele era uma forma de produção pré-capitalista de produção. Não vê a complementaridade entre indústria capitalista e agricultura camponesa. O camponês não é uma categoria do Modo de Produção Capitalista, mas deve ser entendida em nível de sua existência social.

É claro que a agricultura camponesa constitui, em conseqüência, não um resíduo pré-capitalista, mas uma forma recriada pelo capitalismo moderno, a ela articulado-se de modo exemplar. A agricultura camponesa atual não constitui uma esfera não-capitalista. Ela apresenta, simplesmente, o insólito aspecto de um capitalismo sem capitalista. (AMIN; VERGOPOULOS, P. 159)

Dessa forma, talvez não podemos mais afirmar que o camponês não visa ao lucro ou à acumulação, mas simplesmente sua reprodução. Isso já não é mais comum, pois esses produtores já estão atrelando-se com o mercado, por mais que suas relações de produção permanecem familiares. Sua incorporação ao mercado vem ocorrendo a cada dia, hoje, praticamente grande parte dos capitais investidos na agricultura camponesa é realizada através do crédito agrícola oficial, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF⁷³.

Ainda em relação à renda fundiária, independente das tipologias de produtor, existente no Brasil: camponeses, pequenos produtores familiares, empresários rurais, ambos vão constituir uma multiterritorialidade de situações de apropriação da renda, mesmo que a agricultura apresenta restrições de: a) rendimentos decrescentes; b) rigidez da oferta de terras em determinadas regiões agrícolas; c)

⁷³ O Pronaf foi criado em 1995 durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e vem a cada ano investindo mais recursos na agricultura familiar, na safra 2005/2006 estima-se que o governo federal tenha destinado aproximadamente R\$ 7 bilhões, a agricultura familiar.

diminuição da produção agrícola - principalmente em anos de catástrofes climáticas; d) restrição da oferta frente ao aumento da procura - se todos os homens passassem a se alimentar apropriadamente; e) depreciação dos preços agrícolas – o que podemos chamar de uma espécie de acumulação primitiva. Ambas as situações podem atingir os resultados das rendas fundiárias. Na figura número 21, a seguir, pode-se ter uma idéia de como acontece a renda agrícola e fundiária.

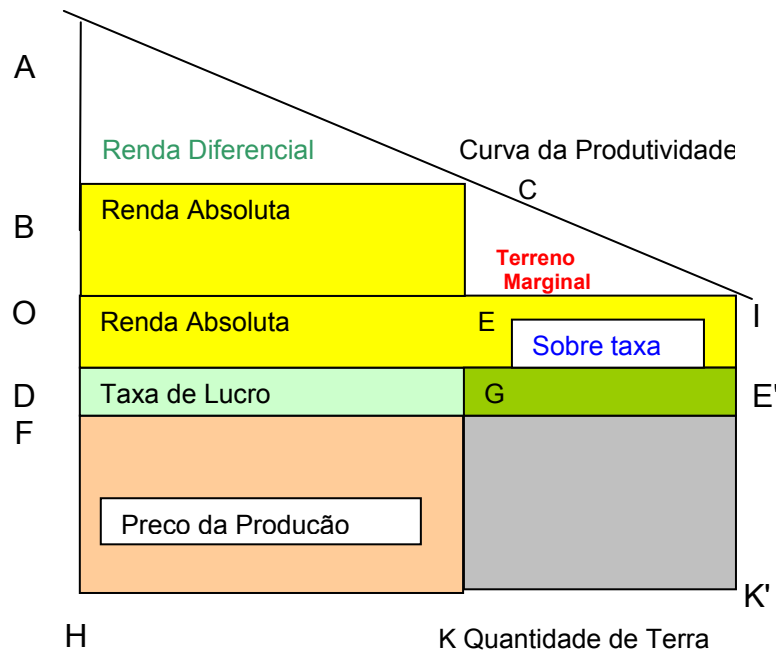


Figura 21: Curva da Renda da Terra e Produtividade.

Fonte: Maroso, 2007, com base em Amin e Vergopoulos, 1986.

A figura número 21 ilustra a constituição da renda da terra. Podemos observar que à medida que se incorpora à produção maior quantidade de terras marginais, ou seja, de menor qualidade em relação à fertilidade do solo⁷⁴, diminui a produtividade por unidade de área. Essa afeta a obtenção da renda diferencial, a ponto de deixar de existir. Já a renda absoluta, ainda acontece neste estágio, devido à propriedade da terra.

⁷⁴ Para ser cultivada e com potencial de produção, o solo necessita de correção de seu PH – poder de ionização -, através da calagem, com o uso de calcário, além da adubação a base de fósforo e potássio.

No entanto, a médio prazo a produção só pode ocorrer se apresentar resultados, ou seja, uma taxa de lucro, diferente da renda absoluta, e ou renda fundiária que em determinados anos pode ser suprida, principalmente pelo fato que boa parte da produção de grãos se dá em situações em que o produtor também é o proprietário da terra. Dessa forma, mesmo que não realiza a renda fundiária, ele consegue se manter na atividade à medida que realiza uma lucratividade em relação aos investimentos fixos (imobilizados em máquinas e equipamentos) e variáveis, usados na formação da lavoura e, manutenção de máquinas e equipamentos. Porém existem períodos que o produtor, - devido a fatores referentes a preços⁷⁵ dos seus produtos produzidos e, situações de queda de produtividade por fatores relativos a clima -, não consegue nem mesmo cobrir os custos variáveis de produção.

Essa situação gera crise cíclica no meio agrícola, pois, de certa forma, depende da ocorrência dos fatores citados anteriormente. Isso pode resultar na diminuição da renda fundiária, onde não "é o capitalismo que acarreta a supressão da renda: é a supressão desta que facilita o desenvolvimento do capitalismo". (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P.65). À medida que ocorre a redução da renda fundiária, muito proprietário de terra, que antes alugava sua terra para obter renda fundiária, ele próprio torna-se produtor⁷⁶, e ou vende sua área a um produtor rural: a um empresário rural⁷⁷, provocando uma maior concentração de terra.

A concentração de terras, à medida que o capitalismo no campo se desenvolve, desterritorializa a renda. Essa situação foi colocada por Marx (*Misère et Philosophie*) Apud, Amin e Vergopoulos (1986, p. 85) "a renda separou, completamente, o proprietário do solo". Hoje o sobrelucro não é mais apropriado como renda fundiária, mas um sobrelucro setorial: o sobrelucro não vem da força produtiva natural e ou da instituição jurídica da propriedade, mas da concorrência dos proprietários-arrendatários entre si; produtores entre si e da concorrência entre agricultura e indústria. Segundo Amin e Vergopoulos (1986, p. 87), somente a concorrência entre estes últimos podem provocar um sobrelucro durável. Dessa

⁷⁵ No caso do preço agrícola ele é formado pela relação de troca entre o produtor capitalista e o mercado.

⁷⁶ Esta alternativa não é tão fácil, pois exige de proprietário fundiário alto investimento em máquinas e equipamentos (depende da disponibilidade de crédito, a juros compatíveis), além de certo conhecimento de como plantar.

⁷⁷ Empresário rural, aqui entendido como um produtor capitalista.

forma, “a renda diferencial surge da concorrência ilimitada interna na agricultura como fenômeno ‘normal’; a renda absoluta surge da concorrência limitada entre agricultura e indústria como fenômeno ‘anormal’ a longo prazo”.

Cabe ressaltar que a concorrência ilimitada na agricultura deriva da busca constante de maiores produtividades por espaço cultivado, o que implica obtenção de maior renda diferencial, à medida que consegue produzir mais, com menor custo, em relação aos que não consegue essa mesma relação de custo-benefício. Já a renda absoluta ocorre na relação intersetorial, agricultura versus indústria. Mas à medida que o setor industrial passa a apresentar uma estrutura de mercado oligopolista, vai provocar a diminuição da renda absoluta, mas não supri-la, pois a possibilidade de sobrelucros é uma condição de mercado e do conjunto do sistema capitalista, onde provoca e acelera a mecanização de suas atividades.

A terra diferentemente dos outros fatores de produção - não é livremente extensível ou reprodutível, nem acumulável ou inesgotável. Todas essas qualidades próprias a terra, freqüentemente de caráter naturalista, não seriam, por nada desse mundo, interessantes por si só se não fossem *valorizados pelo mercado*. Quanto mais o capital se desenvolve e acumula, mais o caráter monopolista da terra torna-se marcante. Quanto mais a indústria desenvolve sua força produtiva, mais o capital é depreciado e a terra, revalorizada. (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P.88)

Com a intensificação da mecanização das práticas agrícolas ocorre o aumento da produtividade do trabalho, da produção e gera ganhos de escopo e escala. Porém, a depreciação do capital se dá de forma intensiva pelas altas imobilizações em máquinas e equipamentos que passam a ocorrer à medida que a agricultura passa a se modernizar/mechanizar.

O duplo movimento de depreciação do capital e revalorização da terra, considerada como *tendência secular* pode, na verdade, ser atribuído ao aumento secular da produtividade, mais rápida na indústria do que na agricultura. (AMIN; VERGOPOULOS, 1986, P. 90)

Com a valorização da terra em função dos ganhos de produtividade, provoca uma certa concorrência quanto ao monopólio relativo das terras, devido ao fato de que

uma grande parte da propriedade fundiária cai nas mãos dos capitalistas, e os capitalistas se tornam, simultaneamente, proprietários fundiários, assim como a partir disso em geral os proprietários fundiários, assim como a partir disso em geral os proprietários fundiários menores já não são mais do que capitalistas. Do mesmo modo, uma parte da grande propriedade fundiária se torna, ao mesmo tempo, industrial". (MARX, 2004, P.74)

As imbricações entre capitalista ruralista e industrial acirram a concorrência e levam a uma certa concentração das propriedades. Na tabela número 06 a seguir, observa-se esta movimentação de concentração dos estabelecimentos rurais, entre os anos de 1985 a 1995. A diminuição, segundo dados de Bacha (2004), foi da ordem de 941 mil estabelecimentos, ou seja, superior a 16 %, em 10 anos, enquanto a área declarada caiu 5,6 %. Quanto à população ocupada, houve uma redução de mais de 5 milhões de pessoas, ou seja, em 23 % no período, quase a mesma proporcionalidade do aumento da mecanização (tratores) 21 %, com uma relação de 440 hectares de lavouras para cada trator. Portanto, ocorreu um processo simultâneo de mecanização das atividades, com redução de uso de mão-de-obra, além da concentração dos estabelecimentos em 1,6 % ao ano em média.

Embora sejam diversas as formas de classificar os tamanhos dos estabelecimentos agrícolas, nos últimos anos, o governo brasileiro passou a usar como parâmetros em seus programas de financiamento da agricultura familiar (Pronaf) e ou para a agricultura empresarial, o faturamento da mesma e não apenas o tamanho da propriedade ou dos estabelecimentos. Nesse caso específico, o uso do faturamento como limites⁷⁸ está associado ao tipo de exploração ou atividade agrícola e não ao tamanho propriamente dito do estabelecimento.

⁷⁸ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, (Setembro de 2003) o enquadramento no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) o faturamento bruto anual por família é: Grupo A/B até R\$ 2.000,00 ; Grupo C > de 2.000,00 até RS 14.000,00 ; Grupo D > de R\$ 14.000,00 até R\$ 40.000,00 e Grupo E > de 40.000,00 até R\$ 60.000,00.

Tabela 06 Indicadores Agropecuários entre os Anos de 1985 a 1995.

Indicadores	1985	1995/1996*
Número de Estabelecimentos	5.801.809	4.859.865
Área total (mil ha)	374.925	353.611
Número de pessoas ocupadas	23.394.919	17.930.890
Área com lavouras temporária (Ha)	42.244.221	34.252.829
Área com lavouras permanentes (Ha)	9.903.487	7.541.626
Efetivo de bovinos	128.014.757	153.058.275
Número de Tratores	665.280	803.742
Relação consumo de fertilizantes(b) área com lavouras (Kg/ha)	61,3	110,2
Relação área total das propriedades/número de tratores (mil hectares por trator)	0,56	0,44

Fonte: Maroso, 2006, Adaptado de Bacha, 2004.

*Dados de área, pessoal ocupado e tratores referem-se a 31-12-1995, e os dados de efetivos de animais se referem a 31-7-1996.

Se levarmos em consideração o tamanho do estabelecimento, para o enquadramento do produtor, temos várias classificações. Para Linhares e Silva (1999), enquadram como pequenas propriedades estabelecimentos agrícolas com áreas de até 100 hectares. Dentro desta, classificam os minifúndios com área até 10 hectares; as granjas de 10 a 50 hectares; os sítios com áreas de 50 a 100 hectares. As médias propriedades estabelecimentos agrícolas com áreas de 100 até 1.000 hectares e os latifúndios estabelecimentos agrícolas com áreas superiores a 1.000 hectares.

No plano jurídico, o Estatuto da Terra de 30 de Novembro de 1964, através da Lei 4.504, estabelece em seu artigo nº 4º parágrafo II,

Propriedade Familiar, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros. (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Em relação ao latifúndio, estabelece dois critérios; por dimensão quando excede a “seiscentas vezes o módulo médio da propriedade rural” quando agricultável, e a “seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais na respectiva zona” (ESTATUTO DA TERRA, 1964 ART. 46). O latifúndio caracterizado por exploração, quando mesmo não excedendo o limite de seiscentas vezes a

propriedade rural, “seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sócias do meio, com fins especulativos, ou seja, deficientes ou inadequadamente explorados, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural.” (ESTATUTO DA TERRA, 1964, ART. 2º)

Já a empresa rural,

é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico... VETADO... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel, segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo.[...] (ESTATUTO DA TERRA, 1964, PARAGRÁFO IV)

O estatuto da terra é o que melhor define a propriedade rural em nível de país, sem dar uma quantificação de tamanho de área. Até porque depende da atividade agrícola exercida pelo produtor – um horticultor de um produtor de grãos (soja) -, além de que mesmo entre os produtores de soja, existe diferença em nível de Brasil em função da região a ser cultivada e por problema de ordem logística. Em nosso caso, atribuiremos valores ao tamanho e ou dimensão da área, visto que este permite uma melhor caracterização dos segmentos que se quer analisar – isso será objeto de análise no capítulo de número 04.

Uma outra dimensão de análise que permite graus de comparações com outros países em nível de mundo é a metodologia adotada com base nos indicadores do Índice de Gini, em relação ao grau de concentração, como podemos observar na tabela número 07 a seguir. Quanto mais próximo a 1 maior o grau de concentração de terras, no caso brasileiro, o índice 0830, se pode considerar como sendo muito forte.

Tabela 07 Graus de Concentração do Índice de Gini.

Nula	0,000 - 0,100
Fraca	0,101 - 0,250
Média	0,251 - 0,500
Forte	0,501 - 0,700
Muito Forte	0,701 - 0,900
Absoluta	0,901 - 1,000

Fonte: Linhares e Silva (1999)

Segundo o critério do Índice de Gini, ver tabela nº 08 a seguir, e pelos estudos de Linhares e Silva (1999), o Brasil possui um grau de concentração fundiária considerada muito forte, de acordo com a comparação entre os anos de 1920 a 1985, pelos autores. Acrescentamos o ano de 1992, a partir dos dados de Ministério de Desenvolvimento Agrário (2007) e com ele percebe-se uma pequena diminuição dos do índice de concentração fundiária, que de acordo com especulações poder estar refletindo as políticas de assentamentos e reforma agrária que nos últimos 30 anos (1964/1994), segundo o Instituto, foram assentados aproximadamente 350.809 famílias, numa área de 27 milhões e 200 mil hectares.

Tabela 08 Brasil: Concentração Fundiária: Índice Gini 1920-1992.

Década	Índice Gini
1920	0,804
1940	0,831
1950	0,843
1960	0,841
1970	0,843
1980	0,859
1985	0,858
1992*	0,830**

Fonte: Linhares e Silva (2003)

*Incra **Valores aproximados.

Bacha (2004) também expõe a concentração das atividades agropecuárias por região, onde observa que na década de 1980 e 1990, a região Centro-Oeste, que detinha 30 % da área territorial do país, vem aumentando sua participação nas lavouras temporárias, para algo em torno de 18 %. A região sul do país se mantém praticamente inalterada sua participação: 12 % da área territorial do país e entre 32 a 34 % de participação na área de lavouras. O destaque dessa região fica com

índice de tratores em relação às demais regiões, concentrando mais de 40 % dos mesmos⁷⁹.

Em relação à ocupação da mão-de-obra nos estabelecimentos agrícolas nos anos de 1970, 1980 e 1995 – anos em que foi realizado o censo agropecuário -, observa-se que existe uma relação entre o tamanho dos estabelecimentos e o tipo de mão-de-obra usada nas atividades. Nos estabelecimentos de pequeno porte até 50 hectares predomina a mão-de-obra dos membros das famílias, os quais mais de 85 % não recebem remuneração para tal, em nível de país. Essa situação representa mais de 11 milhões de trabalhadores rurais. Já no segmento dos estabelecimentos de tamanho médio, até 500 hectares, este índice cai para algo em torno de 57 %, o que representa aproximadamente 2 milhões e 200 mil trabalhadores rurais. Para os estabelecimentos acima de 500 hectares, destaca-se o uso de mão-de-obra com vínculo trabalhista permanente com 52 % e temporário com 23 %. Relações de trabalho em parceria que na década de 1970 representavam mais de 8 % entre os médios e grandes estabelecimentos, em 1995 eram inferiores a 3 %. Na Tabela 09 a seguir, ilustra bem este fato.

Tabela nº 09: Indicadores da Concentração Regional da Atividade Agropecuária (valores em percentagem do total nacional).

<i>Região</i>	Ano	Área Total	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Bovinos	Tratores
Norte - Incluindo Tocantins	1950	9,95	1,17	1,41	2,29	0,73
	1960	9,39	1,57	1,33	2,20	0,70
	1970	7,88	1,86	1,66	2,17	0,68
	1985	16,69	4,60	7,45	7,00	1,81
	1995/1996	16,5	3,63	9,65	7,94	2,30
Nordeste	1950	25,12	30,55	17,84	21,60	5,39
	1960	25,21	30,90	29,04	20,62	5,10
	1970	25,26	24,40	49,82	17,57	4,39
	1985	17,04	23,87	42,95	17,49	6,27
	1995/1996	14,05	22,47	35,13	14,92	6,90
Centro – Oeste	1950	23,08	3,65	1,64	15,28	1,66
	1960	24,01	5,64	2,39	18,79	3,58
	1970	27,78	8,69	1,80	21,96	6,23
	1985	26,44	16,12	2,39	28,21	12,96
	1995/1996	30,69	18,48	3,27	33,17	14,27
Sudeste	1950	26,59	38,16	64,54	37,68	61,57
	1960	25,79	32,08	42,74	37,54	55,64
	1970	23,63	28,61	27,22	34,17	49,75
	1985	19,53	23,17	38,10	27,91	35,92
						Continua

⁷⁹ Cabe destacar a região Sul, por questões do tamanho das propriedades e do relevo, geralmente utiliza tratores de menor potência, o contrário acontece com a região Centro-Oeste.

	1995/1996	18,12	21,38	43,37	23,49	Continuação 34,84
Sul	1950	15,24	26,47	14,56	23,16	30,65
	1960	15,61	29,80	24,51	20,84	34,95
	1970	15,45	36,43	19,50	24,12	38,95
	1985	12,79	32,24	9,11	19,39	43,04
	1995/1996	12,54	34,04	8,58	17,13	41,69

Fonte: Maroso, 2006, Adaptado de Bacha, 2004.

O último censo agropecuário realizado (1995) no país indicou mais de 4 milhões e 800 mil estabelecimentos agropecuários e 17 milhões e 880 mil pessoas ocupadas no meio rural. No Estado do Rio Grande do Sul, a questão fundiária apresenta uma espacialidade específica, em relação à concentração de propriedades de maior porte, a qual se situa nas regiões da Campanha, Fronteira e Altos da Serra.

Em relação à região que circunda a área de nosso estudo, temos o município de Cruz Alta, por exemplo, que apresenta entre 40 % a 60 % de sua área acima de 500 hectares, diferente do município de Pejuçara (cor amarelo forte) que apresenta menos de 20 % de sua área total ocupada com estabelecimentos com mais de 500 hectares. Uma melhor visualização da questão da concentração da estrutura fundiária no Estado do Rio Grande do Sul pode-se observar na figura número 22 do anexo nº 12.

Os municípios representados no mapa em cor amarela (clara e forte) possuem uma menor concentração de sua área total, por estabelecimentos com grande área de terra - maior de 500 hectares -, geralmente são municípios que se originaram a partir de núcleos de colonização e ou receberam um contingente grande de migrações nos anos subsequentes. Portanto, sua estrutura fundiária caracteriza por um maior número de estabelecimentos agropecuários na faixa entre 20 a 50 hectares, constituído de pequenos agricultores e ou agricultura familiar, segmento importante para a região e para a sociedade agrária.

2.3 Os diferentes segmentos da sociedade agrária

Não se trata aqui de descrever regimes agrários, apenas dar uma nova interpretação da sociedade agrária a partir dos estudos num plano local regional, centrado nos estudos das estruturas e nas paisagens agrárias, bem como no espaço do rural. Essa interpretação passa por apontar algumas descontinuidades e permanência nas temáticas típicas da história agrária e agrícola na medida que privilegia a análise do mercado de terras.

As descontinuidades percebidas em relação ao meio rural, diz respeito basicamente à questão da renda, à medida que ele vai variar de uma região geográfica para outra, do tipo de cultivo para outro e ambos os casos à medida que o setor apresenta crise e ou períodos de eficiência produtiva.

A questão da permanência está relacionada à propriedade do solo, embora ocorra mudança na sua estratificação, ele continua como o principal fator de produção e reprodução de quem nele produz, e ou, quem dele obtém rendas.

Se as descontinuidades provocam e segmentam os produtores em: produtores familiares (agricultura familiar) e empresários rurais (agricultura empresarial). Ambos enfrentam as situações de mercados, que dada à conjuntura, pode lhe auferir mais ou menos: sobrevivência, lucro e renda fundiária. Estas três situações vão condicionar seu negócio, seu tamanho de propriedade, porém, embora ocorra grande mobilidade social enquanto tal, o fator terra, o espaço rural permanece como local da produção agropecuária, independente de quem a cultiva.

À medida que o produtor rural produz para o mercado, - enquanto sistema de produção capitalista de mercadoria -, esteja atrelado a uma estrutura de mercado monopolista e oligopolista, a exemplo de determinados complexos agroindustriais, que dominam a produção da cadeia do cultivo da soja, milho e trigo⁸⁰, as condições de oferta e procura determinam os resultados da atividade. É justamente desta relação que, em determinados momentos, a sociedade agrária passa por uma

⁸⁰ Outras culturas também foram incorporadas, mas não é nosso objetivo aqui analisar-las

reestruturação econômica e gerencial. Capitalisticamente pode-se falar em adequação dos níveis de competitividades.

O mais interessante neste processo seletivo é que o seu ajuste se dá no curto prazo pelas taxas de lucros da atividade empresarial, mas a médio e longo prazo, pelo ajuste da renda fundiária. A primeira a ser afetada é a renda diferencial resultado do nível de fertilidade natural e ou adicionada pelo empreendedor ao solo. À medida que a atividade não deixa margem líquida, o empresário rural diminui a adubação química, mesmo que ele provoque a queda da produtividade a partir principalmente da segunda safra - porque ele sempre acredita que nas próximas safras agrícolas os preços estejam recompostos. No caso da renda absoluta, esta também pode ser afetada, à medida que o complexo agroindustrial extrai dela parte da renda. No entanto, ela não é suprida de vez, por resultar da propriedade privada do solo.

A renda diferencial também pode ser auferida por outros meios,

Os grandes fazendeiros tendem também a ganhar a chamada 'renda dos inovadores', que vai para os primeiros que adotam uma nova tecnologia. À medida que a produção aumentava, os preços caíam, e os que adotavam tardiamente auferiam um retorno mais modesto. Em alguns países, alguns fazendeiros ficaram ricos muito depressa, usando a nova renda para comprar terra dos pobres [...]" (CONWAY, 2003, P. 99).

No caso brasileiro, o tamanho da propriedade foi o principal fator na determinação da adoção das novas tecnologias, a exemplo da mecanização e do uso intensivo de insumos modernos. No entanto, devemos destacar que no início desses pacotes tecnológicos, o crédito agrícola oficial, em grande quantidade e subsidiado, foi outro fator fundamental, na absorção dessas tecnologias. Hoje, o contexto é outro, mas o tamanho da propriedade ainda é fundamental na adoção de novas tecnologias, pelo fato de proporcionar escala de produção.

[...]a Revolução Verde proporcionou um forte incentivo à mecanização. As rendas aumentadas, especialmente nas fazendas maiores, produziram capital para investimento, mas, sobretudo aumentaram o poder de os grandes fazendeiros fazerem *lobby* por subsídios e créditos substanciais. (CONWAY, 2003, P. 102).

À medida que o tamanho de propriedade assegura maior escala de produção, esta viabiliza financeiramente o uso de tecnologia de ponta no setor agrícola, pois a tecnologia para a produção de grãos é muito cara, exigindo grandes investimentos⁸¹, em máquinas, equipamentos e insumos.

Outra variável importante que podemos observar no médio prazo é a produção agrícola entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento. No caso brasileiro, sabemos que o crescimento econômico dos últimos 50 anos, aliados a seu grande potencial humano e de recursos naturais, fez dele a 10ª economia do mundo, mas em termos de Índice Desenvolvimento Humano (Pnud, 2004) - IDH -, estamos na 63ª posição. No que diz respeito ao seu potencial de produção agrícola, situa-se entre os cinco maiores produtores agrícolas do mundo. Sendo que, na produção da soja, estamos na segunda posição e temos previsão de até 2010, ultrapassarmos o maior produtor mundial, os Estados Unidos.

O Brasil hoje é um dos poucos países do mundo que ainda possui fronteira agrícola entre os países do mundo, mesmo que isso implique liquidar com o bioma cerrado, segundo Conway (2003, p 140) “mais de 90 % estão na África subsaariana e na América Latina e mais de um terço em apenas dois países: 27 % no Brasil e 9 % no Zaire”. No entanto, um conjunto de fatores pode limitar a incorporação dessas novas áreas: toxidade do solo e, principalmente, a falta de água. Caso não tivéssemos limitações em relação ao conjunto dos seguintes fatores: nutrientes, água, luz solar, inexistência de pragas e doenças, se poderia alcançar um rendimento por hectares de 25 toneladas de grãos, segundo Conway (2003).

Portanto, nosso país possui grande potencial agrícola e, reúne alguns indicadores da agricultura sustentável: a) produtividade – relativo à produção de um certo produto por hectare; b) estabilidade – constância da produtividade no tempo;

⁸¹ Só passíveis de diluição em cultivos de grandes áreas.

c) sustentabilidade – capacidade do agroecossistema⁸² de manter a produtividade quando sujeito a um estresse ou choque; d) equitatividade – uniformidade de distribuição do agroecossistema.

Porém, essa potencialidade, nem sempre garante a sustentabilidade, pois o sistema agrícola depende e muito das condições climáticas, apresentando certa vulnerabilidade.

As maiores alterações de temperatura ocorrerão em latitudes altas, mas a disponibilidade de água poderá piorar em latitudes mais baixas (...) Martin Parry, do *University College*, em Londres, acredita que o calor e a falta de água poderão resultar em quedas nos rendimentos, especialmente nas latitudes baixas, onde está situada a maioria dos países em desenvolvimento. Ao contrário, nas latitudes médias e altas, o aumento do CO² terá um efeito fisiológico que estimulará o crescimento das culturas, particularmente das chamadas culturas C³, como trigo, cevada, arroz e batata. Em média, uma duplicação do CO² provoca um aumento de 30 % no rendimento dessas culturas. Combinado com temperaturas médias mais altas, isso poderá aumentar a produção de grãos e de outras culturas nos países desenvolvidos. (CONWAY, 2003, P. 134-135)

Cabe salientar que independente da tipologia agrária que a região apresente, a variável climática afeta todo o agrosistema. Porém, ao nível de estabelecimento rural não se tem conhecimento de pesquisa que demonstre de forma quantitativa, os impactos que estiagens e ou chuvas em demasia possam causar aos diferentes segmentos agrários.

Em relação às diferentes tipologias de produtores rurais, a historiografia é ampla e, muitas são as teses. Uma das abordagens foi realizada por Martins (1986, p. 41), que apresenta a lei das terras de 1850, como principal marco da história agrária, pois, “institui um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado”. Proibindo a abertura de novas posses. Segundo o autor, no velho regime tinha o sesmeiro e o posseiro, com as modificações do novo regime,

⁸² Segundo, Conway (2003, p. 197). “um sistema ecológico e socioeconômico que compreende plantas e/ou animais domesticados e as pessoas que os manejam com o propósito de produzir alimentos, fibras ou outros produtos agrícolas”

abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria [...] (MARTINS, 1986, P.43)

No Brasil, ainda existem situações em que parte dos produtores rurais é posseiro, geralmente em região de fronteira agrícola, a exemplo da região Norte do país. A posse da terra é a negação da propriedade, do ponto de vista legal⁸³, porém ela se constitui um produto da própria contradição do capital, à medida que antigos meeiros, bóias-frias, pequenos produtores excluídos e ou migrantes se apossam geralmente de áreas públicas, próximas a rodovias.

A terra é um meio de produção. Não pode ser confundida com o capital. Mas para se apropriar dela, precisa-se pagar uma renda ao seu proprietário. Transforma-se em mercadoria, objeto de compra e venda e ou arrendamento.

Qualquer exploração capitalista da terra implica o pagamento a seu proprietário,

Esse pagamento é a renda da terra. É muito freqüente que a renda fundiária seja confundida com o aluguel. O aluguel apenas expressa, em certas circunstâncias, a existência da renda territorial; é uma manifestação exterior; é sinal da renda, mas não é a própria renda. Contudo, mesmo onde a terra não é alugada, onde os proprietários de terra não se distinguem de outras classes, a renda fundiária existe. (MARTINS, 1986, P.161)

O pagamento de uma renda territorial é um tributo social e não pessoal, pois mesmo não fazendo parte da composição dos custos da produção, isto é, geralmente é repassada para a sociedade através do mecanismo de preços das mercadorias ofertadas. Porém, do ponto de vista do empreendedor capitalista, quando ele paga a renda fundiária,

⁸³ Hoje existe legislação em que o posseiro com até 100 hectares, pode legitimar-regularizar a sua propriedade, comprovando a sua posse efetiva.

[...] converte uma parte do seu capital em renda; imobilizando improdutivamente essa parte do capital; unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura. (MARTINS, 1986, P.161)

À medida que a renda da terra aumenta, pelo fato de que ela não ser reprodutível, a pressão sobre seu domínio, também aumenta, disso resulta a sua valorização. Mesmo sendo que ela esteja num estágio improdutivo, pois além de não ser reprodutível, ela não se desgasta - se utilizada corretamente -, não desaparece. Dessa forma,

A propriedade da terra é uma relação social. Mas não é também, unicamente, a relação entre o comprador e o vendedor da terra, entre o arrendatário e o proprietário, não é só relação imediata que se expressa na mercantilização da terra ou no aluguel da terra. Não é unicamente uma relação determinada, face a face, primária. É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimentos, transformação. (MARTINS, 1986, P. 169)

Como produto dessa relação social, a propriedade da terra pode concentrar-se, caracterizando não necessariamente um processo igual ao processo de concentração do capital. Nesse caso, sua concentração para Martins (1986, p. 168) “só aumenta a capacidade do proprietário se apropria da mais-valia social”. Porém, “essa capacidade dos proprietários não precisa ser exercida de imediato, mediante o aluguel da terra, mediante o recebimento parcelado da renda territorial. Ela pode ser exercida de uma vez, mediante a venda da terra”. (MARTINS, P. 168)

Diante disso, muda o entendimento em relação ao papel do latifúndio na caracterização da concentração fundiária, onde a historiografia das últimas décadas viu no feudalismo e nas formas pré-capitalismo da propriedade da terra, um obstáculo à expansão do capitalista no campo. “O proprietário da terra não é uma *figura* de fora do capitalismo, mas de *dentro*”. (MARTINS, 1986, P.170)

Portanto, se o proprietário de terra não é uma figura, um agente social fora das relações capitalistas de produção, qualquer produtor que se submeter a este mercado capitalista, através da produção de mercadorias e ou produtos

agropecuários, está inserido nele. Independente do tamanho de sua propriedade, o que conta é sua relação com o mercado, com a cadeia produtiva que se estabeleceu e, do qual ele está inserido e ou integrado. Nesse sentido, Martins (1986, p. 171) faz um alerta:

Não podemos esquecer nunca que o modo capitalista de produção não se circunscribe à produção; ele é modo de produção e modo de circulação de mercadorias e de troca de mercadoria por dinheiro e de dinheiro por mercadoria. Isso justamente porque não é essencialmente um modo de produção de mercadoria, *strictu sensu*, mas sim um modo de produção de mais-valia.[...] Esta só é realizada na circulação.

Cabe ressaltar que existe uma contradição fundamental neste sistema, onde, “a produção da riqueza é socializada pelo capital, é social, e a sua apropriação é privada; o burguês e o proprietário da terra se apropriam dessa riqueza.”(MARTINS, 1986, P.172). O burguês estendido aqui como capitalista, no caso da nossa análise - de um sistema agrícola mediado pelo complexo agroindustrial -, entendemos como as grandes empresas de insumos: as Traídes, os Bancos etc...

Martins (1986, p. 172-173), vai além,

Se eu separo um dos elementos do processo social, se não vejo a terra como relação social que é parte desse processo que é o processo do capital, a minha tendência será ver aí modos de produção diferentes e serão tantos os modos de produção quantas forem às diferenças. Essa tem sido infelizmente, uma forte tendência especialmente na análise das situações no campo: cada diferença é tomada como indicador de um modo de produção distinto – no proprietário ha os que vêem o senhor feudal e o modo de produção feudal; no produtor familiar ha os que vêem o camponês e o modo de produção camponês.

Segundo ele, não temos um modo de produção camponês, “jamais poderia constituir um modo de produção, pois como todos sabemos, ela se determina como produção familiar autônoma.” (MARTINS, 1986. P. 173). Diferente do modo de produção capitalista, onde,

[...] o grande capital se articula com a pequena produção familiar de tipo camponês ou com a produção agrícola familiar de tipo camponês ou com a produção agrícola em geral. Controlando a comercialização dos produtos agrícolas, controlado até os insumos empregados na produção, o capital estaria instituindo uma sujeição formal do trabalho camponês ao capital.” (MARTINS, 1986, P.173)

Em relação à produção familiar, em nossa área de estudo, percebe-se que os produtores familiares são proprietários de suas terras e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho, dessa forma, ele não está formalmente assalariado de ninguém.

Como podemos dizer, então, que o capital instituiu a sujeição do seu trabalho, dominando-o? Nem há sujeição formal nem há sujeição real do trabalho ao capital nesse caso. Entretanto, o capital tende a dominar cada vez mais a produção da agricultura. (MARTINS, 1986, P. 174)

O domínio das relações de produção capitalista de produção não ocorre em todos os setores da produção agrícola com a mesma intensidade: mas no nosso caso na produção de grãos: soja, trigo e milho, existe uma certa uniformidade. Ele submete,

a uma sujeição formal a medida que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalhada sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo que cresce sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do *trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês. Na primeira o capital unifica as figuras do proprietário e do capitalista, com a exceção de áreas no Rio Grande e em São Paulo, de trigo e de arroz, em que o proprietário da terra é um e o produtor, o arrendatário capitalista, é outro. (MARTINS, 1986, P. 175)

Na produção de grãos, a figura do arrendatário está presente, no caso do cultivo da soja e milho também, o que acontece é que as terras para arrendamentos nem sempre são ofertadas, e quando ocorre a oferta de certa área, existe uma grande disputa, inflacionado o valor do arrendamento. Na área em estudo,

praticamente inexistem áreas a arrendar, e quando surgem são estabelecimentos de pequena área agrícola.

No Brasil, o movimento do capital não opera, de modo geral, no sentido da separação entre a propriedade e a exploração dessa propriedade, no sentido da separação entre o burguês e o proprietário, como é o caso da pequena, é que fundamentalmente o capital tende a se apropriar da renda da terra. O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovida a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. (MARTINS, 1986, P.175)

Essa afirmação de Martins é retomada no capítulo de nº 05, onde se analisa a questão dos pequenos produtores familiares e da agricultura empresarial. Esses produtores, à medida que, passam a produzir commodities para o mercado, seu lucro e a própria renda da terra passa a ser regulada pelo lucro médio do capital. Porém, com o processo de integração de capitais em nível mundial, percebe-se a transferência de renda intersetorial, geralmente acumulada pelo Complexo Agroindustrial, seja na forma de: royalties, patentes, juros etc... Esse movimento de expansão do Capitalismo pode ser observado tanto no campo como na cidade,

pois esta é sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada. A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. (MARTINS, 1986, P. 152)

Com o desenvolvimento do complexo Agroindustrial, as relações intersetoriais entre a agricultura e a indústria tendem segundo Marx, Apud. Amin e Vergopoulos (1986, p. 55),

a uma particularidade da agricultura que consiste na composição orgânica do capital inferior à média. Apressa-se, então a acrescentar que não são condições inerentes à produção agrícola, mas de uma incidência histórica que poderá, cedo ou tarde, desaparecer. Afirma que no termo desta evolução a agricultora e a indústria constituirão um campo homogêneo em que o capital operará de forma indiferenciada.

Observa-se, na afirmação acima, uma tendência de homogeneização dos processos produtivos, onde a vantagem que a pequena produção familiar possui quanto à composição orgânica do capital - baixa imobilização -, pode vir a desaparecer, dado o processo em curso de intensificação da mecanização das práticas agrícolas no campo. Bem, à medida que se amplia o processo de mecanização e uso de insumos modernos, o complexo agroindustrial exaure a renda agrícola, o que pode comprometer as demais rendas fundiárias.

Em síntese, com a expansão das relações capitalistas de produção na agricultura, tivemos alterações e várias formas de territorialidade de propriedade privada da terra, costumeiramente classificada em pequena, média e grande propriedade. Mas ao analisar o processo apropriação da renda fundiária, seja ela diferencial e ou absoluta, percebeu-se que a mesma tende a ser transferida via mecanismo de preços para o segmento industrial. Já em momentos de conjuntura de preços favoráveis, a mesma é apropriada pelo produtor, pela diversidade tipológica de produtores que constituem a agricultura familiar e a agricultura empresarial.

Após identificar a renda fundiária e suas possibilidades de apropriação, além de considerarmos a renda, um fator determinante no preço da terra, a seguir abordaremos a questão da caracterização do mercado de terra entre os anos de 1990 a 2004. Para caracterizar o mercado de terra, analisaremos as ofertas da mesma na região, seu preço de mercado e efetuaremos uma relação dos mesmos com os preços da principal *commodity*, no caso, a soja.

3 O MERCADO DE TERRA ENTRE OS ANOS DE 1990 A 2004.

Os preços médios das terras têm como base as condições de produção e suas respectivas rendas auferidas pelos produtores rurais. Seu preço base tem como parâmetro as quantidades físicas do produto de maior expressão comercial, no caso, a soja.

Neste capítulo, objetiva-se identificar o fluxo de venda de propriedades rurais, bem como, sua estratificação, no período de 1990 a 2004. Pretende-se também analisar os grupos sociais agrários, a partir do perfil e a procedência do comprador dos imóveis rurais, no país.

Do ponto de vista científico, a terra é um meio de produção, porém não devemos esquecer outras conotações que possuem para seus reais proprietários: pode representar uma tradição, laços de consanguidade e até mesmo status, enfim, ela é dotada de simbolismo no imaginário do seu proprietário. Porém, enquanto um ativo de capital (financeiro), seu preço depende das condições dos ofertantes: grau de endividamento dos produtores, produtores saindo da atividade e ou compradores de terras em outras regiões, além da infraestrutura onde está localizada - condições das estradas para o escoamento e acesso, distância dos portos de embarque, das cidades consumidoras -, além da intensidade e regularidade das chuvas.

A terra, enquanto bem de produção, tem seus preços influenciados pelas expectativas: da renda futura, produção agrícola, possibilidades de acesso a crédito e subsídios governamentais. Mesmo que seu proprietário não tenha pretensão especulativa, seus preços acompanham o desempenho dos preços das commodities – dentro da lógica dos mecanismos de mercados -, bem como aspectos econômicos, a exemplo da busca da escala de produção. Também se identificam aspectos extra-econômicos como os fatores climáticos e as pressões do Movimento dos Sem-Terra - MST.

Os seus preços também podem alterar-se em função dos interesses dos agentes econômicos pela liquidez, porém isso depende da conjuntura econômica,

La disminución em la demanda y em los precios durante la depresión es causada por la incertudumbre que hace que los propietarios de la riqueza prefieran acumular dinero y activos líquidos y no activos de capital (REYDON; RAMOS, 1996, P.39).

Essa argumentação pode ser válida em algumas situações específicas da realidade agrária, porém, na prática, o produtor rural não é um capitalista especulativo, mas sim produtivo e dificilmente um produtor vende a terra e coloca o dinheiro numa instituição bancária. As especulações com terras geralmente ocorrem em regiões de fronteira agrícola, no entanto, é uma visão um tanto monetarista. Na região objeto de nosso estudo, ocorre um fenômeno ao contrário, os produtores geralmente são compradores e não vendedores, muitos, inclusive vendem suas terras, para comprar áreas maiores em outras regiões no Estado ou até mesmo fora dele.

Porém, existem situações que podem contribuir para elevar a oferta de terras, geralmente elas estão relacionadas a problemas de herança; necessidade de crescimento de escala; necessidade de liquidez para pagar dívida, durante as crises; instabilidade de garantia da propriedade da terra – processo de desapropriação, reforma agrária e outros conflitos.

A estrutura agrária de uma região afeta de forma determinante a dinâmica do mercado de terra, numa estrutura concentrada nas mãos de poucos empresários, a oferta de terra é pequena, já no caso de regiões de pequenas propriedades rurais, geralmente de colonização, a oferta pode ser maior, mas com preços elevados.

3.1 Oferta de terras na região.

No Brasil, segundo *Food and Agriculture Organization* – FAO (2004) Apud. Veja (EDIÇÃO 1.848, 2004), há 340 milhões de terras cultiváveis. Destas, cerca de 60 milhões já são utilizadas para cultivo, 80 milhões estão disponíveis para agricultura e pecuária e 200 milhões de hectares são utilizáveis como pasto ou cultivos energéticos. "A utilização destas terras constitui uma alternativa importante e

um grande desafio para superar o problema da pobreza rural", conclui a FAO. No caso brasileiro, essa área representa 25 % das terras agricultáveis do planeta⁸⁴.



Figura nº 23: Percentual do Uso das Terras no Brasil, Segundo Aptidões⁸⁵.

Fonte: Revista Veja, Edição Nº 1848 - Especial Agronegócio, ano 37, Abril 2004.

Do total de terras agricultáveis, 138 milhões de hectares estão nas mãos de apenas 28 mil proprietários, sendo que destes, apenas 4.239 proprietários detêm o poder sobre 85 milhões de hectares. Cerca de 1% dos proprietários rurais detêm em torno de 46% de todas as terras agricultáveis, segundo Carvalho (2006). Para ele, apesar da elevada percentagem de terras ociosas no Brasil, os governos nacionais não realizam a reforma agrária, ainda que haja um total 5 milhões de famílias de origem rural sem terra e que desejam cultivar a terra. Estima-se em 25 milhões de pessoas aquelas que desejam ter acesso à terra, sem se considerar a demanda da classe operária urbana desempregada ou subocupada que deseja ter acesso à terra rural.

⁸⁴ Para Scolari (2007), o Brasil possui 851,4 milhões de hectares de terras. Destas, cerca de 284,2 milhões de hectares destinados à agropecuária, 410 milhões de hectares de florestas e 141,3 milhões de hectares para outros usos. Calcula-se que em 2007 em torno de 60 milhões são cultivados e, para Scolari, o Brasil ainda possui uma área de reserva de 103,3 milhões de hectares, parte delas são utilizados pela pecuária extensiva. No caso brasileiro, a área destinada a agropecuária representa em torno de 34 %, do total das terras do país.

⁸⁵ O item onde não se pode produzir: Amazônia Legal, Unidades de Preservação fora da Amazônia, Reservas legais, Centros Urbanos, rios, Estradas, Áreas de Reflorestamento e alagadas por represa.

De acordo com os líderes do Movimento Sem-Terra - MST e seus projetos de limite da propriedade agrária, José Pedro Stédile (2006) estabelece o tamanho máximo em 175 hectares nos casos mais próximos das capitais e em torno de três mil hectares na região amazônica. “E ninguém pode dizer que não pode ficar rico explorando até 700 hectares na região Sul, Sudeste”, por exemplo, onde o módulo fiscal média é de 20 hectares.

Porém independente das diferentes posições a respeito destas questões polêmicas, se observarmos a tabela número 10 a seguir, em relação à distribuição de terra por estabelecimentos no Estado do Rio Grande do sul, nos anos de 1940 a 1950, percebe-se que a ocupação de área acima de 500 hectares era superior a 50 %, porém, nos anos de 1950, aumenta em 3 pontos percentuais a área dos estabelecimentos até 50 hectares. Isso pode evidenciar o parcelamento maior do solo em pequenas propriedades.

Tabela nº 10: Distribuição Relativa (%) dos Estabelecimentos Rurais, por Extrato de Área (ha) no Rio Grande do Sul, 1940/1950.

Anos	Até 50 Ha	De 50 a 500 ha	Mais de 500 ha
1940	17,3	29,0	53,7
1950	20,3	27,8	52,0

Fonte: Ohlweiler (1982), Apud, Rückert, 2003, p. 138).

Rückert (2003), ao estudar a questão fundiária, ver tabela número 11 a seguir, dos 55.155 hectares, na região da Produção no Estado do Rio Grande do Sul, a partir dos registros em cartório com base em 165 imóveis, no período entre 1944 a 1987, pode identificar o nível de fracionamento da propriedade, através da compra-venda e ou partilha-doação das mesmas. Concluiu que as vendas representaram 78,5 % dos registros e apenas 21,5 % através de registros de partilha e doação. Outro dado interessante é que as vendas de pequenas áreas representaram 58 % do total no período. Somada a partilha e doações à pequena propriedade teve 48,39 % do total do fracionamento, enquanto a grande propriedade representou apenas 8,9 %.

Tabela nº 11: Fracionamento de 165 Imóveis na Zona de Produção Capitalista e de Conflitos, 1944/1987.

Fracionamento	Pequeno nº	Médio nº	Grande nº	Total	
				nº	%
Compra-Venda	127	81	11	219	78,5
Partilha-doações	8	39	13	60	21,5
Total	135	120	24	279	100,00

Fonte: Rückert (2003). Com base nos dados do Cartório de Registro de Imóveis de Passo Fundo, Carazinho e Sarandi – R/S.

Outro fator importante, ao se estudar a questão fundiária, deve se levar em consideração os conflitos pela conquista da terra, como se pode observar na tabela número 12 a seguir. Tomando como base o ano de 2004 - último período de nossa análise -, tivemos 1.398 ocorrências de conflito pela terra no Brasil como um todo, envolvendo mais de 965 mil pessoas, com interesse em área superior a 5 milhões de hectares.

Os vários aspectos relativos à caracterização da estrutura fundiária, por si só, não definem o grau de variação dos preços agrícolas. As variações dos mesmos são mais sensíveis a relação oferta versus demanda⁸⁶ e ou procura por terras. A demanda, sendo sempre maior do que a procura, constitui-se um fator de pressão sobre os preços das terras. No entanto, é da relação entre oferta e procura por terras em nível de mercado regional que se estabelecem os preços das mesmas, sua cotação periódica – dada a sazonalidade dos preços.

Tabela nº 12: Conflito pela Terra entre os Anos 2000 a 2005.

Conflitos de Terra	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Ocorrências de Conflito	174	366	495	659	752	777
Ocupações	390	194	184	391	496	437
Acampamentos	-	65	64	285	150	90
Total Conflitos	564	625	743	1.335	1.398	1.304
Terra						
Assassinatos	20	29	43	71	37	38
Pessoas Envolvidas	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850
Hectares	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072

Fonte: Revista Agroanalysis, nº 196, Ano 2003.

⁸⁶ Devemos estabelecer uma diferença conceitual entre demanda e procura. A procura é caracterizada por aquele produtor rural e ou empresas que possui poder aquisitivo, créditos e ou capacidade de pagamento para adquirir uma determinada área de terra – vai comprar terras no curto prazo. Já o demanda por terra é constituída pelo interesse na compra de terra por parte dos produtores rurais e ou demais agentes econômicos, que independente das condições econômicas gostaria de adquirir terras – um desejo.

A oferta de terra à venda e a quantidade de terra para arrendar, na região de Cruz Alta entre os anos de 1990 a 2004, conforme tabela número 13 a seguir, demonstra a grande variação de oferta entre os anos. Cabe salientar que a oferta de terra de acordo com os anúncios no jornal da cidade, não se referem apenas ao município de Cruz Alta, conforme podemos perceber na tabela número 05, do capítulo número 2 deste estudo. A maior oferta de áreas à venda e para arrendamento, localiza-se nas regiões de fronteira agrícola, à exemplo dos Municípios de Tupancreretã e Julio de Castilhos⁸⁷, á medida que a lavoura avança sobre as terras antes destinadas à pecuária de corte⁸⁸.

São várias as razões dessa variação de oferta, mas quando se possuem informações de médio prazo - referentes a 15 anos -, permite ampliar a análise para aspectos relativos à conjuntura de política econômica adotada pelo país e seus reflexos no setor agropecuário. O exemplo dos fins dos anos de 1980 e início de 1990 – mais especificamente entre 1988 a 1993 aos índices de inflação no Brasil⁸⁹ foram superiores a 1.000 % ao ano -, onde os altos índices inflacionários fizeram da terra um ativo de capital, uma forma dos capitais se protegerem da inflação alta, bem como dos planos de estabilização econômica, adotada a partir de 1986.

Tabela nº 13: Quantidade de Terra Ofertada para a Venda e ou Arrendamento Junto às Imobiliárias na Cidade de Cruz Alta, entre o Ano de 1990 a 2004.

Ano	Total de oferta de terra na região	Oferta de terra para arrendar	(%) terra para arrendar/total terra ofertadas
1990	10.998	0	0,0
1991	158.209	155	0,1
1992	45.345	8.100	17,8
1993	15.511	15.938	102,7
1994	57.659	11.915	20,66
1995	16.425	1.721	10,4
1996	14.459	4.170	28,8
1997	2.717	1.150	42,3
1998	4.568	311	6,8
1999	5.117	1.677	32,7
2000*	18.608	2.533	13,6
2001	53.785	9.244	17,1
2002	78.972	15.548	19,6 (continua)

⁸⁷ Principalmente no início da década de 1990.

⁸⁸ Num segundo momento, na segunda metade da década de 90, a fronteira agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, se move para a região de São Borja, Bagé, São Luis Gonzaga – Região da Fronteira Oeste do Estado.

⁸⁹ Medida pelo índice Geral de Preços – IGP.

2003	126.314	30.268	(Continuação) 23,9
2004	40.922	25.368	61,9
Total no Período	741.125	128.098	17,2

* Menos oferta de um domingo do mês de Julho de 2000, por motivo de falta de fonte de consulta.

Fonte: Maroso, 2007, Dados coletados pelo Autor, com base nas publicações das imobiliárias – Jornal Diário Serrano.

O ano de 1990 caracterizou-se pela baixa oferta de terras na região, pois foi o primeiro ano do governo Fernando Collor de Mello, o qual implementou um plano econômico que restringia a liquidez da economia baixando de forma relativa a inflação média do ano para em torno de 480 %. Passada a instabilidade política do início de governo, e a tendência de queda da inflação depois de quatro anos de inflação em ascensão - desde 1987 -, o ano de 1991 apresentou a maior oferta de terras na região – o maior de todos os 15 anos de pesquisa -, junto ao ramo imobiliário da cidade de Cruz Alta, tendo uma oferta de 158 mil hectares. Isso reforça a tese de que o fator terra é uma reserva de valor em situações de inflação alta. Mas à medida que esta se estabiliza, os proprietários passam a disponibilizá-las para venda.

Outro fator de que influencia a venda foi a legislação agrária da Carta Constitucional de 1988, onde terras improdutivas e que não cumprem sua função social, podem estar sujeitas à desapropriação para fins de reforma agrária. Um segundo fator que pode estimular a maior oferta de terra à venda, foi as mudanças na técnica em relação ao cultivo da terra, através do sistema de Plantio Direto, o que facilita o cultivo de terra antes coberto por gramíneas com destinos a pastagens perenes para o gado de corte. Isso permite a migração da lavoura de grãos para áreas com essas características, a exemplo do município de Tupanciretã e Julio de Castilhos.

No decorrer do ano de 1992, as ofertas de terras diminuem em 70 %, devido a dois motivos, a inflação volta atingir 1.150 % e os preços da principal commodity, a soja, recupera seu preço internacional⁹⁰ para a faixa dos US\$ 6,2 dólares, em

⁹⁰ Pela lógica do proprietário da terra, à medida que os preços dos grãos aumentam de cotação, torna-se interessante arrendar suas áreas de terra, e não vendê-las. Visto que os valores de remuneração derivados do arrendamento – geralmente efetuados em grãos -, é mais atrativos. A própria procura por área para arrendar se intensifica, pois o produtor rural quer ampliar/expandir as áreas de cultivo, motivados pelo aumento das rendas derivadas da atividade.

relação aos US\$ 5,5 dólares de ano anterior. No ano de 1993, a oferta restringiu-se a 15 mil hectares para a venda, entre as principais causas, uma inflação recorde no país, com mais de 2.708 % ao ano, nesse contexto, a terra volta a ser objeto de reserva de valor. Uma outra constatação da pesquisa demonstra o recorde de oferta de terras para arrendar, provavelmente, porque muitos produtores antes arrendantes, quando inadimplentes⁹¹, não têm mais acesso ao crédito, daí entregam as terras a seus proprietários e esse as ofertam novamente no mercado.

No ano do Plano Real, em 1994, a oferta de terra à venda volta a ser maior, ampliando em mais de 280 %, provavelmente devido à deflação dos preços dos grãos e o alto endividamento por parte dos produtores rurais. Porém, no decorrer dos anos de 1995 a 1999, as ofertas de terras para a venda e arrendamento reduzem-se aos menores níveis dos 15 anos de pesquisa. O pior ano de oferta para a venda foi 1997, e o ano de 1998 o pior depois do Plano Real em oferta de terras para o arrendamento. Mas por que a oferta de terras é menor, se a inflação permanece baixa? O que em tese estimularia a oferta de terras, ocorre que com a estabilização econômica, ela não mais representa única e exclusivamente uma reserva de valor.

Duas são as razões para essa situação, a primeira é a crise de endividamento enfrentada pelo setor – pois a partir do Plano Collor houve descasamento entre os índices de reajustes dos contratos de financiamento rural e os preços dos principais commodities. A segunda situação é decorrente das políticas econômicas adotadas pelo Plano de Real, como a forte valorização da moeda nacional frente ao dólar, afetando os preços internos da soja, milho e trigo. Mesmo que a soja tenha tido uma cotação internacional média - base Bolsa de Chicago/EUA - de U\$ 14,30 em 1994, de US\$ 17,1 em 1995, de US\$ 16,0 no decorrer de 1996 e de US\$ 12,5 a saca no ano de 1997 -, quando convertido para moeda nacional, gravitaram entre R\$ 8,5 a R\$ 15,5 a saca de 60 quilos de soja.

Portanto, endividamento alto por parte dos produtores rural e preços depreciados pelo câmbio, têm levado parte do setor à inadimplência junto às instituições bancárias. Nesse contexto, o governo federal em Setembro de 1996, cria

⁹¹ A primeira crise do endividamento do setor agrícola data dessa época, devido ao “descasamento” entre os aumentos dos preços agrícolas menores do que os reajustes da taxa de juros (Taxa Referencial – TR) sobre os financiamentos agrícolas.

programa de alongamento das dívidas do setor - Securitização -, prorrogando as dívidas entre 6 a 8 anos. Em contrapartida, exige garantias reais dos produtores, as terras⁹² são dadas como garantias reais⁹³. Esse é uma das principais razões do desaquecimento da oferta de terra, outro fator pela diminuição drástica, foram as dificuldades de acesso e falta de recursos para o crédito rural, bem como de uma política agrícola no período. Esse conjunto de dificuldades conjunturais do setor sobrepõe ao clássico comportamento dos proprietários de terra, em relação à pouca oferta de terras a venda nos períodos de baixa inflação.

A partir do ano de 1998 a 2003, as ofertas de terras para a venda e arrendamento ampliam-se de forma crescente, nesse período de 6 anos. Muitas podem ser as explicações para o período em análise. Em relação ao processo inflacionário, por exemplo, como exceção dos anos de 1999 e 2002 onde a taxa de inflação pelo Índice Geral de Preço – IGP, foi superior a 20 %. Já em relação a os demais anos, tivemos índices bastante baixos para os padrões brasileiros, inclusive o ano de 1998 apresentou a menor inflação do Plano Real. Também tivemos nos anos de 1998 e 1999 preços internacionais da soja, com cotação em dólares bastante baixos⁹⁴, que somados a política de valorização cambial⁹⁵ adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, não estimulavam os proprietários de terras produzirem e sim vendê-la. Outro fator preponderante no aumento da oferta de terras foi o aumento dos conflitos fundiários, além de terras na região de fronteira agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, com vocação para pecuária e com baixa produtividade passaram a ser ofertadas no mercado da região do Planto Médio Gaúcho.

O aumento da oferta de terra no final da década de 90 e início dos anos 2000 deriva, também da continuação da ocupação da fronteira agrícola dentro do Estado e, da simultânea ocupação da fronteira agrícola do Centro–Oeste, Nordeste e Norte

⁹² Geralmente o produtor tem que dar a terra como reforço, visto que os bens financiados - tratores, máquinas e equipamento -, apresentavam defasagem em relação aos saldos do financiamento e apresentavam também depreciações maiores dados o período de alongamento.

⁹³ Numa proporção de 1:1,3, ou seja, reforço em média de 30 %. Mesmo assim, apresentava-se mais vantajoso ao produtor rural, pois, sobre a terra não insidia seguro, como nas máquinas e equipamentos – uma exigência bancária.

⁹⁴ Nesses dois anos os preços oscilaram em torno de US\$ 10,00 dólares a saca de soja.

⁹⁵ Taxas de cambio fixo – inter-bandas -, muda só em 12 de janeiro de 1999, para um cambio flutuante, o que provocaria a desvalorização do real frente ao dólar.

brasileiro. Isso ocorre em função de aspectos relativos a pouca oferta de crédito agrícola, baixos preços dos produtos agrícolas e até mesmo as ações do MST.

Mas a situação, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, muda em relação ao crédito, com surgimento de uma política de crédito agrícola com juros fixos e específicos para a agricultura familiar⁹⁶ - subsidiados – e diferenciados da empresarial. Quanto aos preços médios da soja nesses três anos ficou ao redor de US\$ 13,00 dólares a saca, mas com a desvalorização do real, a partir de 1999, atingem na safra de 2003, preços médios de R\$ 45,00 reais a saca. Neste caso específico, não foi a oferta natural de terra que terminou a oferta, mas a busca por parte das imobiliárias de ofertas em regiões mais distantes do que de costumes, anteciparam-se as expectativas do produtor rural. A própria imprensa referencia o agronegócio, criando um cenário promissor, esse fato explica, em parte, porque mesmo com aumento de ofertas de terras - como podemos observar na tabela anterior de número 13 -, seus preços continuam elevando-se rapidamente – como se pode observar na tabela de número 18 a seguir.

Diferente da lógica econômica das demais mercadorias, a terra ao se valorizar tende a diminuir sua oferta, porque esses aumentos de seus preços são derivados dos aumentos de preços dos produtos agrícolas e da sua produtividade agrícola, esses dois fatos elevam seus preços e, por consequência, a renda da terra. Com o aumento da renda da terra, ele começa a escassear. Primeiro acontece com as ofertas das áreas de terra para arrendamento – pois muitos de seus proprietários tornam-se produtores ao mesmo tempo – e num segundo momento e ou até de forma simultânea, ocorre a diminuição da oferta de terras, o que continua a provocar aumentos nos seus preços.

À medida que o cultivo do solo torna uma atividade que assegura renda, começam ampliar-se as melhorias do solo para o aumento da produtividade, o que de certa forma aumenta renda diferencial - melhorias na fertilidade do solo -, e o concomitante aumento dos preços da terra novamente. Como resultado desse boom econômico-produtivo, aumenta a pressão sobre as terras não produtivas e ou públicas, na medida que estas são ocupadas, corrobora para o aumento da oferta de terras em regiões tradicionais e ou pioneira. Nesse caso, os preços das terras nas

⁹⁶ Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF.

regiões produtivas, a princípio não baixam de preços, porém ganha mais prazo para o seu pagamento em produto, isto é, em três, quatro e até cinco safras. Os preços das terras podem recuar nessas regiões em função de outros fatores, mas não pelo aumento da disponibilidade de oferta de terras, visto que a demanda sempre é maior que a oferta, principalmente, pelo fato de que a terra é um bem não reproduzível.

Um dos principais fatores que pode provocar a queda de preços das terras é a diminuição dos preços dos produtos agrícolas que ela tem aptidão agrícola para produzir. Se analisarmos a oferta de terra e sua correlação com os preços da soja, visto que na região está a principal cultura e, portanto, a responsável em grande parte para a formação da renda da terra, encontramos dois períodos bem distintos de preços, com base Chicago EUA⁹⁷. Entre os anos de 1996 a 1997 as cotações da soja foram as melhores do período em análise, ficando na faixa entre US\$ 7 e US\$ 8 dólares ao *Bushel*, isto é, 27 quilos e 200 gramas. Já o período de piores cotações ocorreu nos anos de 1999, 2000 e 2001, quando as cotações médias ficaram entre US\$ a 5 US\$ por *bushel*, como podemos observar na figura nº 24 a seguir.

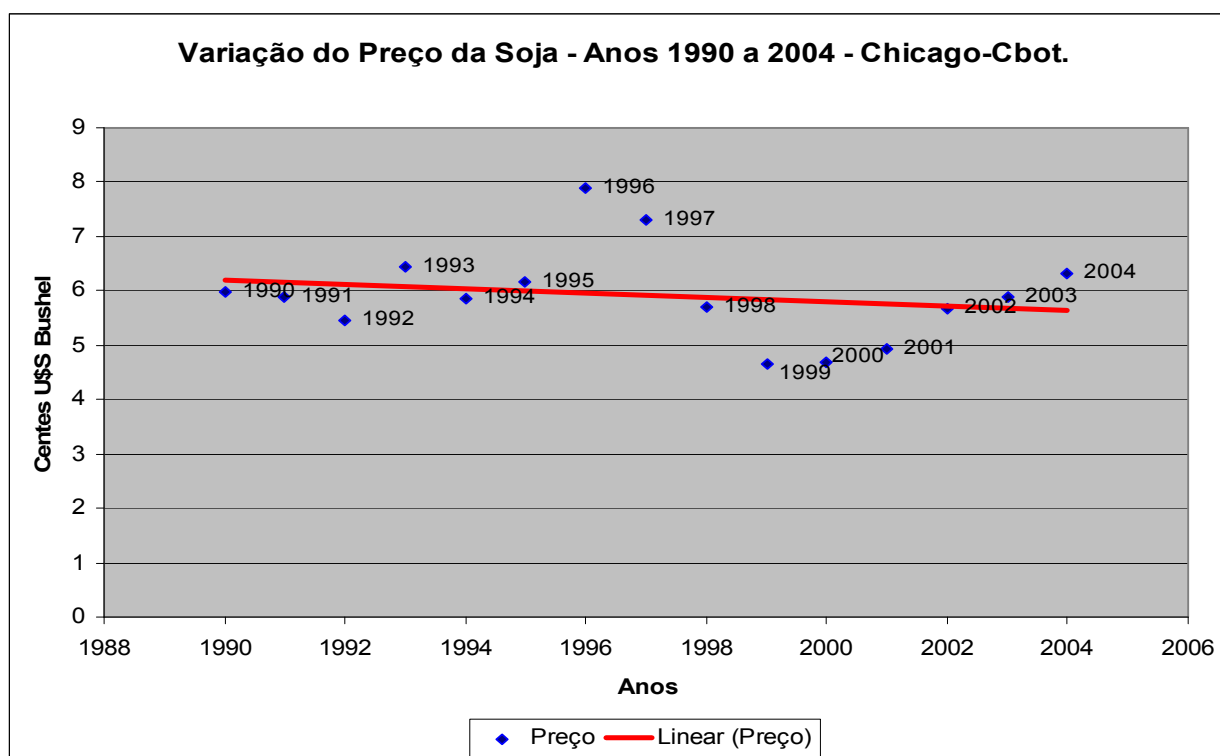


Figura nº 24 - Gráfico: Cotações Média Anual da Soja em Chicago (bushel), entre 1990 a 2004.

Fonte: Maroso, 2007, com base nos preços médios de CBOT.

⁹⁷ A bolsa de Mercadoria de Chicago é a principal formadora de preço desse commodity.

Ao traçarmos uma linha de tendência, observa-se que nos 15 anos em análise, temos uma tendência média dos preços em dólares de uma pequena queda, isto é, de US\$ 6,2 dólares de cotação por 15 quilos de soja no ano 1990 para algo em torno de US\$ 5,7 dólares no ano de 2004. Uma queda de preços internacional em dólares no período na ordem de 9 por cento.

A tabela nº 14 traz as quantidades de terras em hectares ofertadas para a venda na região, por meses e anos de todo o período entre 1990 a 2004. Nela observa-se que o mês de maiores ofertas de terra foi Novembro e a menor oferta disponível nas imobiliárias foi o mês de Dezembro. Portanto, o mês de Novembro como limite de negócios para que se comprem e já se plantem áreas, visto que o plantio no mês de Dezembro para a região não é tecnicamente recomendável.

Tabela nº 14 - Quantidade de Terras a Venda, Ofertada Mensalmente nas Imobiliárias da Cidade de Cruz Alta, em Hectares, no Período entre 1990 a 2004.

Anos / Meses	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total Ano
1990	0	0	0	0	1.074	89	1.373	1.161	3.693	307	1.081	2.044	10.795
1991	5.621	1.946	1.086	3.656	3.187	4.654	8.104	655	3.026	3	1.922	4.261	37.118
1992	1.903	1.903	2.483	3.792	6.754	7.405	2.638	3.500	2.618	5.150	4.942	2.530	45.618
1993	4.638	3.362	1.666	2.100	2.928	694	2.970	2.468	1.138	570	5.552	1.259	29.345
1994	1.702	5.315	9.487	3.071	3.689	3.213	2.430	4.810	4.567	7.163	11.558	654	57.659
1995	2.100	3.421	2.187	3.812	2.260	450	502	663	375	25	630	0	16.425
1996	0	1.250	0	26	118	250	1.872	1.900	7.623	0	1.400	20	14.459
1997	1.643	60	0	14	83	20	76	7	814	0	0	0	2.717
1998	1.148	0	0	0	1.615	449	0	1.207	0	134	0	15	4.568
1999	311	0	30	0	1.136	20	538	216	2.734	63	30	38	5.116
2000	1.456	3.103	8	62	78	42	4.784	3.172	544	4.234	4.757	4.117	24.901
2001	1.290	1.910	3.870	7.852	8.910	7.658	6.654	4.060	7.923	1.835	1.534	289	61.655
2002	4.555	3.569	3.989	5.787	11.747	7.753	8.297	11.317	5.416	3.598	6.673	6.271	78.972
2003	0	14.332	22.414	10.093	2.879	2.984	9.048	14.396	7.335	11.207	18.642	12.984	126.314
2004	12.904	2.096	5.932	1.019	1.922	1.955	1.271	3.485	2.955	5.477	0	1.906	40.922
Total Mês	39.271	42.177	53.152	41.284	48.380	37.636	50.557	53.017	50.761	39.766	58.721	36.388	

Fonte: Maroso 2006. Dados coletados pelo Autor, com base nas publicações das imobiliárias – Jornal Diário Serrano.

Mas o fluxo de oferta de terras à venda nesses 15 anos, teve dois momentos bem definidos, observando a tabela acima. Entre os anos de 1990 a 1994, com grandes ofertas de áreas de terras, seguidas de um período de forte queda de oferta, entre os anos de 1995 ao ano de 1999, sendo o ano de 1997, como apenas 2.717 hectares sendo ofertados. O ano da retomada do crescimento de oferta de terras foi o ano 2000 em diante, sendo que em 2003, foram ofertados mais de 126 mil hectares via as imobiliárias. Mesmo que essas áreas sejam em grande parte de regiões que antes eram de maior aptidão a criação de gado, elas representam uma fronteira para o cultivo de grãos, como já foi analisado, anteriormente.

Se cruzarmos os dados relativos à oferta de terras na região e o comportamento dos preços internacionais da soja, tendo como base as cotações médias ano Chicago, pode-se observar que, entre os anos de 1994 a 1996, os preços em dólares da soja estavam em elevação e a oferta de terras diminuiu na região, aliás estas permaneceram baixas até o ano de 1999, conforme podemos verificar na figura nº 25 a seguir. No entanto, essa correlação deve ser feita, analisando a política cambial praticada no Brasil, a qual teve entre o ano de 1994 a janeiro de 1999 uma política de valorização da moeda brasileira frente o dólar. Assim das cotações do preço da soja internacionalmente não refletiu nos preços interno da mesma forma. Esse somente aumenta em Reais a partir de 1999 com a política de desvalorização do Real, o que melhora substancialmente os preços do mesmo e, por consequência, melhoram as condições produtivas da cultura o que reflete em maior oferta de terras por parte das imobiliárias, tendo como base áreas ocupadas com a prática da pecuária de corte.

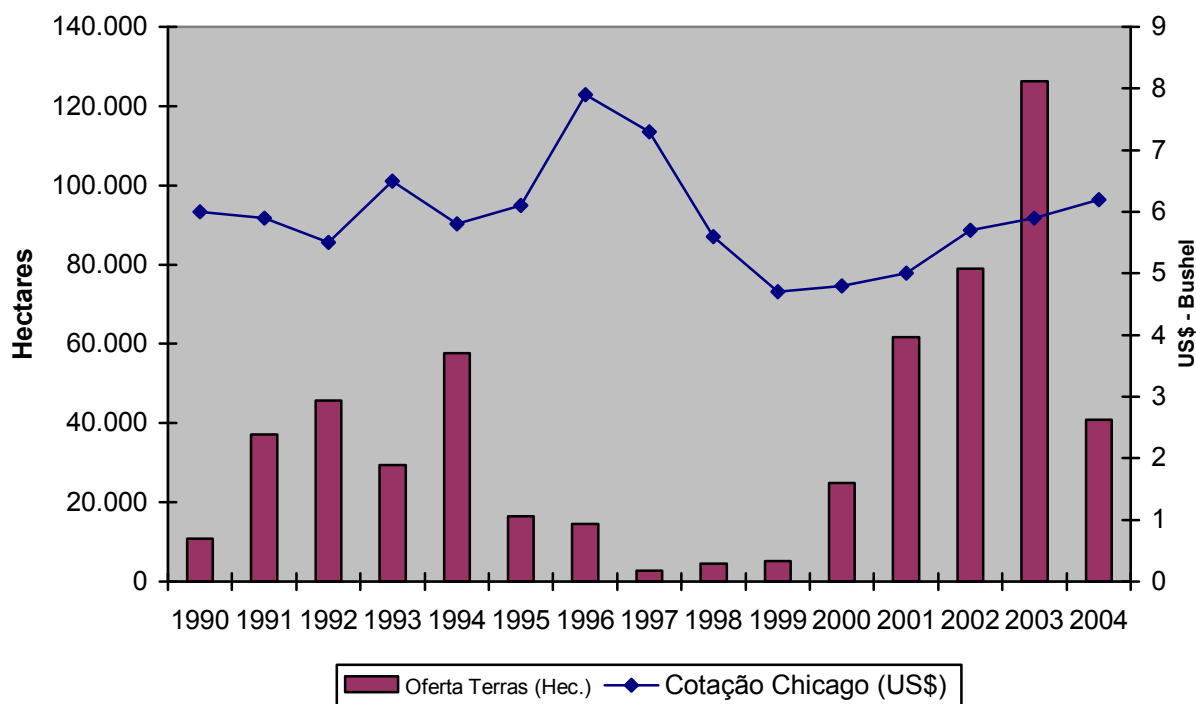


Figura nº 25 - Gráfico: Dados Comparativos entre a Oferta de Terras e Cotação da Soja Cbot, entre os Anos de 1990 a 2004.

Fonte: Maroso, 2007.

Nas pesquisas realizadas junto ao jornal, nesses 15 anos, encontramos pouquíssimos anúncios de terras localizadas no município de Pejuçara com destino para a venda. Foram apenas dois anúncios, um de 100 hectares no mês de Fevereiro de 2003 e ou outro, de 150 hectares no mês de Agosto de 2004. Tal fato nos leva a deduzir que o mercado de terras nesse município com estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, dadas a suas características intrínsecas de pequena comunidade⁹⁸ e de cultura colonizadoras, as relações de oferta ocorrerem

⁹⁸ Praticamente todos os proprietários de terras possuem relação de vizinhança, parentagem e ou conhecem-se nos diversos ambientes: bancos, cooperativas, sindicatos, clubes, além de muitos deles serem parentes.

basicamente entre os proprietários de terras, sem interlocutores formais, no caso, corretores de imóveis.

3.2 Perfil do Comprador de Terras no Município de Pejuçara

Na tentativa de identificar o fluxo de compra e venda de terras por parte dos produtores do Município de Pejuçara, objeto de nossa delimitação de coleta de dados, recorreremos a pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis localizado na cidade de Cruz Alta. No entanto, na época da pesquisa no ano de 2006, o mesmo não continha as informações na versão eletrônica. Diante disso, iniciamos pelo levantamento manual por livros de matrícula de área de terras que havia sido alterada, em função do registro de venda de terras, resultados dos quais se encontram na tabela nº 15 a seguir.

Assim procedemos a pesquisa nos anos de 1990, onde identificamos a ocorrência de 135 registro de compras ou doações em todo a Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta, sendo 14 de venda de terra dentro do município de Pejuçara, ou seja, 10,3 % das vendas foram realizada dentro do município de Pejuçara. Neste ano, os meses que tiveram mais transações foi o de Julho com 25 e agosto com 19, já os meses com baixo número de negócios registrado foram novembro com 4 e janeiro com 5 registros. No caso do município de Pejuçara, outubro foi o mês de maior registro, mas fevereiro, abril e dezembro não tiveram registros.

Tabela nº 15: Registro das Transações de Compra e Venda de Terras Ocorridas no Município de Pejuçara entre 1990 a 1991.

PEJUÇARA ANO 1990	NÚMERO MATRICULA	AREA (HÁ)	TIPO NEGÓCIO	VALOR	VENDEDOR	COMPRADOR
JANEIRO	23.565	35,25	Venda	Ncz\$ 5.700,00	Leonardo Stella	Clóvis Ferigolo
MARÇO	23.717	5,8	Venda	44.660,00	Anita Zambra	Antonhino Carlos Zambra

					Garbinatto	
	23.767	3,0	Venda	75.000,00	Cláudio Gabriel	Dalci Gianluppi
MAIO	15.881	5,0	Venda	Cr\$375.000,00	João Valandro D.	Sérgio Ferretti L.
JUNHO	23.957	15,15	Venda	0	Noemy Stella	Tarciso Tolazzi D.
JULHO	24.044	1,5	Venda	67.200,00	Ari da Silva Ragasson	Ivo Linassi
AGOSTO	24.082	0,8	Venda	80.525,00	Pedro Gianluppi	Atílio Mori
	24.096	3,57	Venda	280.000,00	Diogo Dimas e Natalino Mastella	Darci, Ironi e Deonir Mafini
OUTUBRO	24.205	22,41	Venda	143.472,00	Ângela J. Costa Beber	Neldo B. Costa Beber (Continua)
	24.225	85,00	Venda	1.411,00	Ortiz Schroer I.	(Continuação) Enkes F. Vincensi
	24.016	2,96	Venda	232.000,00	Rosa Andreola E.	Benjamin Cont. Andreola Netto pg. anterior
	24.234	2,19	Venda	2.520,00	José Milton Valandro	Valdir Zamberlan L.
NOVEMBRO	19.679	60,40	Venda	6.040,00	Dary Bonamigo	Gecelmar Consoli e Leonaldo Bresolin
	24.339	65,37	Venda	13.074,00	Ortiz Schroer I.	Albino Cadore J.
TOTAL	14	308,38	14			
PEJUÇARA ANO 1991	NÚMERO MATRICULA	AREA (HÁ)	TIPO NEGÓCIO	VALOR	VENDEDOR	COMPRADOR
JANEIRO	24.385	32,70	Venda	4.054,80	Albino Cadore J.	Abílio Cadore
	19.371	4,00	Venda	640.000,00	Luiz Bottega G.	Auri e Darci Martins
MARÇO	24.515	2,50	Venda	408.300,00	Natal Gabriel	Dalci Gianluppi
JUNHO	24.698	11,29	Venda	1.463,20	Aldair Linassi	Genoal Mantovani
AGOSTO	18.869	17,00	Venda	1.700,00	Aldair Zamberlan	Jorge Zamberlan
	20.351	8,00	Venda	800.000,00	Aldair e Adir Linassi	Abílio Zamberlan
	23.853	7,14	Venda	1.072,10	Luiz Tassotti	Jorge Tassotti
	20.804	4,87	Venda	2.430,00	Moacir Zambra R.	Ademir Zambra V.
	24.234	2,18	Venda	600.000,00	Valdir Zamberlan L.	Marcos Stefanello F.
	25.086	2,00	Venda	1.200,00	Ana Walau T. Valandro	Melchior Parussolo
TOTAL	10	91,68	10			

Fonte: Maroso, 2006. Com Base Pesquisa Realizada no Registro de Imóveis de Cruz Alta, em 2004.

Já no ano de 1991, ocorreram 102 transações efetivadas no Cartório de Cruz Alta, destas 10 foram dentro da área do Município de Pejuçara, ou seja, 9,8 % do total dos registros. Neste ano, o mês de agosto teve 21 registros, seguido por julho

com 11, o mês de fevereiro não teve registro e o de abril teve 5 negócios registrados. Portanto, observa-se que em julho e agosto, os fluxos de registro são maiores, justificável, pois são meses posteriores ao fechamento dos resultados da colheita da soja, e pagamentos das contas de formação de lavoura. Neste ano de 1991, o mês de agosto concentrou 60 % dos registros dos negócios.

Em relação ao tamanho das áreas negociadas localizadas no Município de Pejuçara, em 1990 observa-se que 3 áreas de terras eram superiores a 50 hectares, ou seja, de 85 hectares; 60,4 hectares e 65,37 hectares, porém as três situam-se em região fora da ocorrência do processo de colonização iniciada em 1898. Eram áreas cuja vegetação inicial era de campo. As áreas de 85 e 65,37 hectares pertenciam a um empresário da cidade de Ijuí que, nos fins dos anos de 1980, comprou-as para colocar um arremate de gado, atraídos pela proximidade do asfalto e pela conjuntura da época, realizando a compra de gado na fronteira para invernar nas pastagens de inverso da região. A venda dos 85 hectares para um produtor de leite de grande porte no município, já a segunda área a um produtor de soja de médio porte. A área de 60 hectares foi vendida por um proprietário que a considerava área isolada/cortada pelo asfalto. Há dois jovens iniciantes na atividade, que invernaram gado e plantaram soja, passados alguns anos a venderam a um outro grande produtor de soja, seu vizinho/lindeiro.

Das demais áreas vendidas, 8 estavam situadas na área colonial, objeto de nosso estudo, porém a maior venda foi de 35 hectares comprada por um comerciante da cidade, mas que era cunhado do vendedor e ainda hoje a cultiva, possuindo aproximadamente 100 hectares.

As transações do ano de 1991, dos 10 negócios de compra de terra, apenas 5 situavam-se dentro da área considerada de colonização. A maior área negociada era de 11,29 hectares, com a sua morte quem a cultiva é sua irmã, que possui um total de 125 hectares. Fora desta área de estudo, situa-se a área de maior tamanho negociada neste ano, 32,70 hectares, negociadas entre irmãos, considerados uns dos maiores proprietários de terras do município.

A queda do número de negócios se deve ao fato de que, neste ano de 1991, ocorreu uma grande estiagem na região e praticamente em todo o Estado do Rio Grande do Sul, o que de certa forma provocou retrações na compra de terras.

Esse estudo ora iniciado, foi abandonado por dois motivos, levaria muito tempo para levantar todos os dados, onde somente em torno 10 % tinham uma relação direta com a pesquisa. E outra situação decisiva em que nos deparamos, foi o fato de que muitos negócios de terras efetivamente realizados, dentro do período de estudo não eram lavradas e registradas as escrituras públicas, pois os produtores somente podem registrar a escritura pública de terras, somente após pagarem as terras, mas na maioria dos negócios, eles têm de 2 a 6 anos de prazo para efetuar o pagamento.

Diante disso, decidimos proceder a pesquisa bem mais focada, a partir das áreas transacionadas somente no município de Pejuçara, mediante a pesquisa das guias de recolhimento do Imposto sobre Transações Bens e Imóveis (ITBI) rurais⁹⁹. A pesquisa na íntegra, com todos os nomes e tamanhos de áreas transacionadas, encontra na tabela nº 44 do apêndice nº 02. Na tabela nº 16 a seguir, podemos observar os números macro em relação à mesma.

Tabela nº 16: Números das Transições Referentes ao Pagamento do ITBI, por Produtores do Município de Pejuçara RS, entre anos 1990 a 2004.

Número de Transações 1990-2004	410
Área Média Transacionadas	16,49 hectares
Área Menor Transacionadas	0,06 hectares
Área Maior Transacionadas	180,00 hectares
Área Total Transacionadas	6.760,74 hectares

Fonte: Maroso, 2008

Num horizonte de 15 anos de pesquisa, encontram-se 410 transações com terra localizadas dentro do município de Pejuçara o que dá uma média de 27 negócios por ano, ou 2,3 negócios por mês. Essas transações e ou legalizações de áreas de terras adquiridas em outros tempo, envolveram mais de 6,7 mil hectares, o que significa, em torno de 440 hectares por ano durante o período de 15 anos. Mas

⁹⁹ Essas guias do recolhimento do ITBI eram as 2º vias que ficaram arquivadas no Cartório de Registro Civil, na ocasião da lavra da escritura pública. Corre-se o risco de escrituras públicas elaboradas em outros Cartórios da Registro Civil das cidades vizinhas, não serem computados. O dados exatos, poderia ser obtido na pesquisa junto a Prefeitura Municipal de Pejuçara, no entanto, todas as guias de recolhimentos do ITBI, estavam no arquivo morto e de forma desordenada.

o mais significativo é que isso representa 17 % da área total do Município. Outro dado importante foi a informação da maior área transacionada que não ultrapassava a 180 hectares. Mas a média de área compradas gira em torno de 16,5 hectares, o que induz a conclusão que as compras de terras são efetuadas em pequenas áreas.

Ao observarmos a figura nº 26 a seguir, percebe-se um aumento do número de negócios a partir do ano de 2001 até 2004. Também a área comprada dobra entre o ano de 2001 a 2002, sendo que no ano de 2003 atingiu a soma de 1.493 hectares negociados. Uma correlação importante entre os dados ocorreu no ano de 1990, 1997 e 1998, anos com pequenas quantidades de terras negociadas e as menores áreas médias compradas, todas inferiores a 10 hectares.

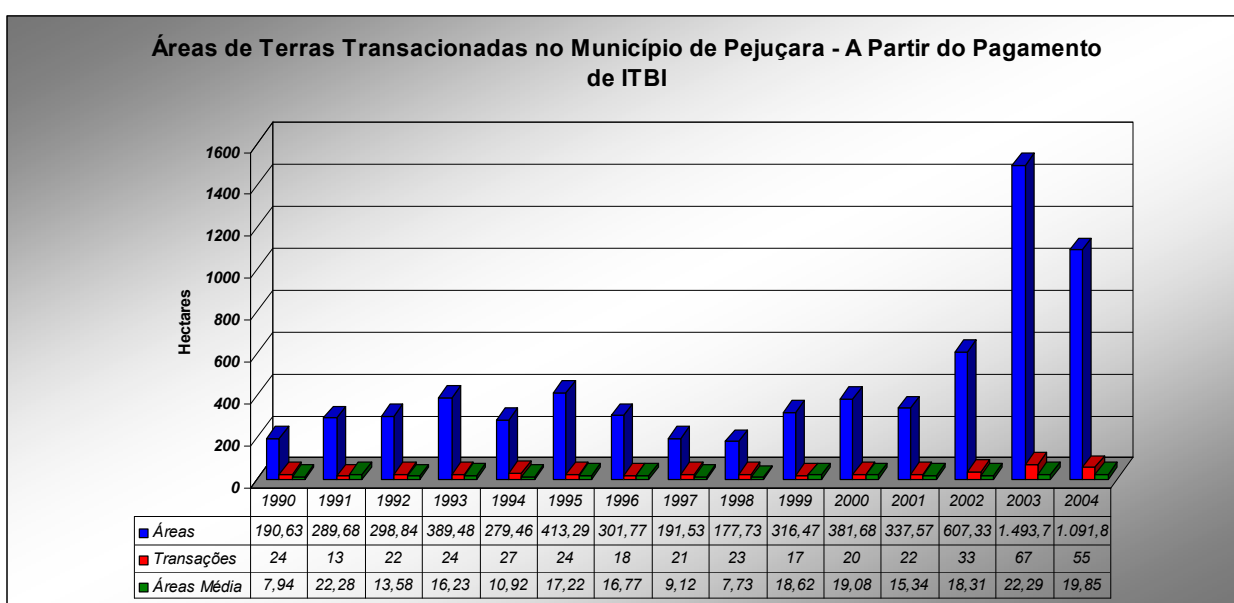


Figura nº 26: Áreas de Terras Transacionadas no Município de Pejuçara, entre Ano 1990 a 2004.

Fonte: Maroso, 2008.

Com o objetivo de aprofundar ainda mais o perfil dos compradores de terras e apurar os valores pagos pela mesma, realizamos a pesquisa de campo com 30 proprietários de imóveis rurais, no período de Maio de 2007 a Maio de 2008. O número da pesquisa amostral de 30 estabelecimentos de produtores rurais representa 6,76 % do universo de 447 propriedades rurais, existentes no ano de 1995 no município de Pejuçara R/S, de acordo com o Censo Agropecuário de 1995. A escolha amostral dos 30 proprietários de imóveis rurais se deu pelo critério de

estratificação do tamanho de área, onde um terço dos entrevistados devia pertencer ao estrato de produtores que cultivam mais de 100 hectares; um terço de produtores que cultivam de 51 hectares a 100 hectares; e outro um terço de proprietários que cultivam áreas entre 1 hectare a 50 hectares.

Após definido o número de proprietários a entrevistar, por estratificação de tamanho de áreas cultivadas, procedemos a escolha dos produtores de forma não probabilística, sendo que 50 % desta amostra ocorreu pela tipicidade – dada à representatividade da população alvo -, por terem seus nomes vinculados ao Cartório de Registros de Pejuçara - por ocasião da escritura pública e do recolhimento do Imposto sobre Transições Bens e Imóveis – ITBI, entre os anos de 1990 a 2004. O acesso a esses produtores foi realizado pela acessibilidade geográfica, dentro da área de estudo.

Outros 50 % da escolha foram realizados de acordo com a acessibilidade, junto aos proprietários de terras situados dentro da área em estudo.

A seguir, procedemos a análise dos resultados da entrevista junto aos produtores rurais, a partir de 28 perguntas semiestruturadas, onde as primeiras sete perguntas são relativas à identificação e perfil do proprietário, as doze outras perguntas diz respeito especificamente às questões relativas a sua propriedade. O terceiro bloco de perguntas possui 6 questões relativas ao mercado de terras, já na última parte, 3 perguntas procuram captar o que representa a terra para o entrevistado.

Em relação à identificação dos 30 proprietários, constatamos que 28 deles possuem sobrenome de origem Italiana, 1 de origem Alemã (Wink) e 1 sobrenome de origem Português (Pereira), mas cujo sobrenome materno era de origem Italiana. Entre os entrevistados, dois deles tinham os mesmos sobrenomes: Gianluppi e dois sobrenomes: Zambra. No que diz respeito à idade dos pesquisados, apenas uma deles com mais de 65 anos, um terço com faixa etária entre 51 a 65 anos e 63,3 % possuíam idade na faixa etária de 26 a 50 anos.

O grau de instrução dos produtores pesquisados teve 60 % deles com formação primária, 23,3 % com ensino médio e 16,7 % com formação superior. Porém, nenhum deles apresentava formação em agronomia e ou medicina

veterinária. Três dos pesquisados não possuíam filhos, mas nenhum deles possuía mais de quatro filhos. O dado mais relevante nesse aspecto foi que 36,3 % dos entrevistados possuem 2 filhos, e apenas 16,6 % possuíam apenas um filho. Essa situação talvez seja pelo fato de que mais de 60% deles tinham faixa etária entre 26 a 50 anos, portanto, ainda jovens neste aspecto. Um terço dos filhos dos pesquisados tinha até 16 anos de idade e 43,3 % deles estavam na faixa de 16 a 25 anos.

Como produtores rurais, a propriedade da terra e seu arrendamento é indispensável para a permanência e reprodução enquanto classe social. Nesse aspecto, os 30 produtores apresentaram a estratificação das áreas de cultivo de forma proporcional dado ao fato do plano amostral assim o prever. Dessa forma, poderíamos tornar a pesquisa mais representativa, na forma de aquisição da terra, situação do mercado de terras e o que pensa a respeito da propriedade da terra. Em relação a forma de aquisição da terra para o cultivo, foi questionado se ela foi recebida como parte da sua herança, herança de seu cônjuge, através da compra da terra, doação e ou outra forma. Vejamos a tabela nº 17 a seguir.

Tabela nº 17: Forma de aquisição das terras de sua propriedade.

Forma de Aquisição	Nº Citação	Frequência (%)
Herança Sua	21	70,0
Herança do Cônjuge	3	10,0
Compra	27	90,0
Doação	1	3,3
Outras Formas	1	3,3

Fonte: Maroso, 2008.

Pode-se observar na tabela acima que a principal forma de aquisição das terras para o cultivo foi a compra de terra, citada por 27 pesquisados o que corresponde a 90 % dos casos. Porém, 80 % dos entrevistados falaram que receberam parte da área cultivada hoje na forma de herança. Isso nos leva a concluir que, em 80 % dos produtores rurais, tinham familiares por parte sua ou da esposa, eram ou também são proprietários rurais. Essa situação não ocorre com a

mesma intensidade, quando questionados se doaram terras aos filhos e filhas. Apenas 26,67 % realizaram doações de terras aos filhos, sendo que dois terços dessas foram para os filhos de sexo masculino. Essa situação se explica pelo fato que 87,67 % dos filhos tenham até 25 anos de idade, considerados jovens, para receberem heranças, mesmo que sejam também trabalhadores rurais.

Na figura nº 27 a seguir, podemos observar o período de compras de terras por parte dos produtores entrevistados, como mais de 53 % deles haviam comprado terras antes dos anos 90, e 40 % compraram terras no período do estudo, isto é, entre os anos de 1990 a 2004.

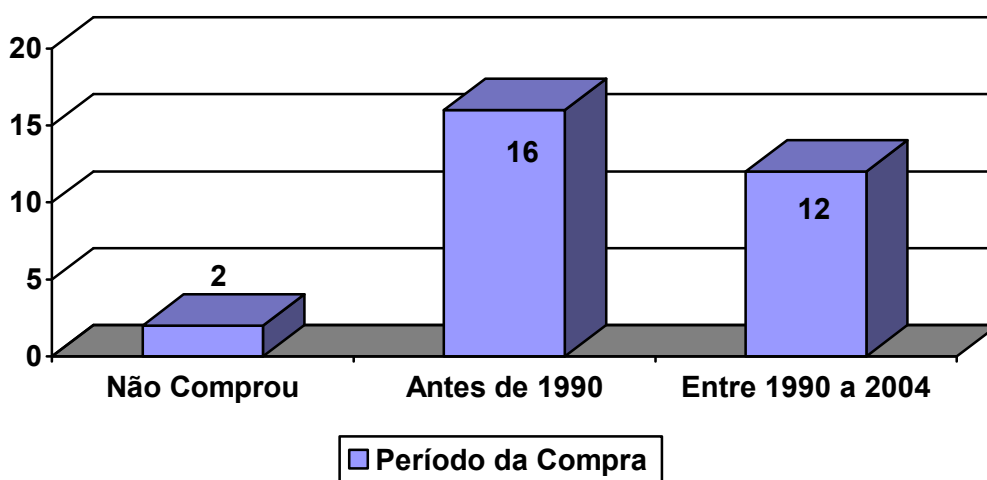


Figura nº 27 – Gráfico: Período em que Comprou Terras.

Fonte: Maroso, 2008

As quantidades de terras adquiridas pelos produtores demonstram que 26,6 % dos pesquisados adquiriram mais de 100 hectares nos dois períodos sondados, porém o maior percentual de aquisições situou-se entre 51 a 100 hectares por produtor. Este fato pode ser observado na figura nº 28 a seguir.

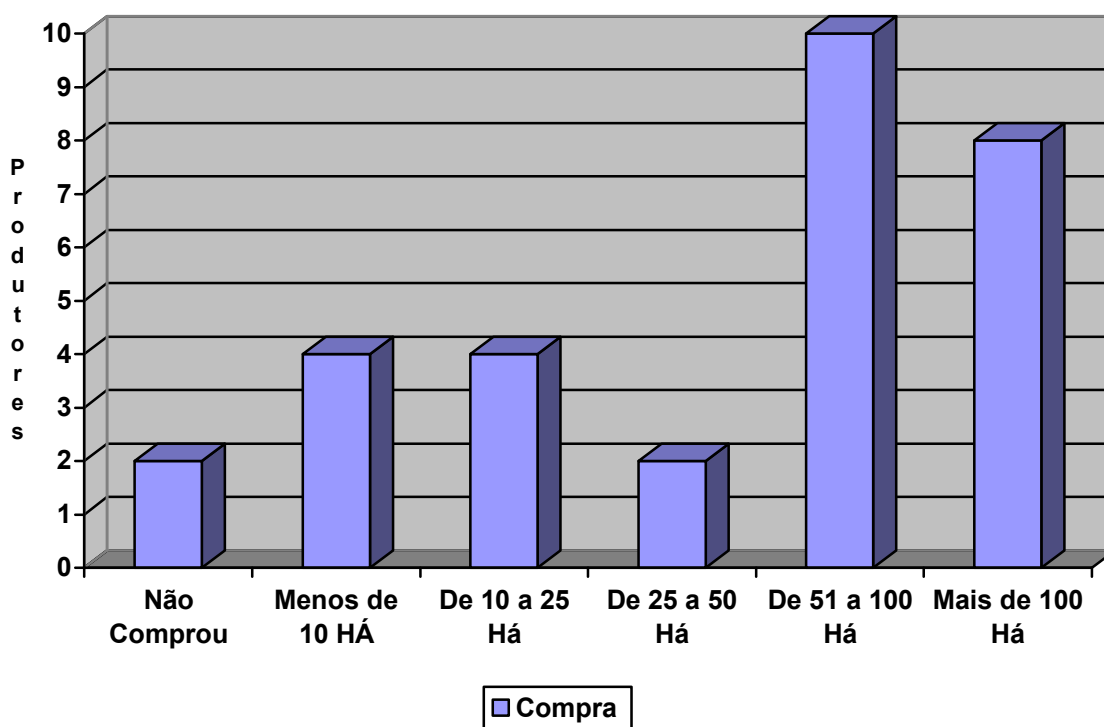


Figura nº 28 – Gráfico: Quantidade em Hectares de Terras Compradas pelos Produtores Rurais.

Fonte: Maroso, 2008

Em função da baixa oferta de terras na região, procurou-se verificar se a compra de terras dava-se entre irmãos. Constatou-se que 30 % dos casos houve transações de compra de terras pertencentes a um irmão, destes 60 % eram terras compradas das irmãs do produtor rural, provavelmente, terras de heranças. Não encontramos nenhum caso em que o pesquisado tenha vendido terras a irmãos. Entre as mais de 40 operações de compra de terras realizadas entre os produtores, quatro sobrenomes aparecem como vendedores de terras a mais de um produtor: Scarpelini, Noronha e Zambra e Pieniz.

A localização das terras adquiridas pelos produtores, segunda a pesquisa, 48,5 % situavam-se dentro da área em estudo, 22,8 % em outros municípios e 3,3 % da área no Estado do Mato Grosso. As áreas de terras transacionadas dentro do município foram responsáveis por mais de 74 % do total das áreas negociadas. No que diz respeito à localização das áreas de terras vendidas, dois terços situavam-se fora do município de Pejuçara, o que indica que o produtor, ao realizar essas transações, procurava venda de áreas mais distantes, como forma de unificar áreas mais próximas a sua residência.

No que diz respeito a terras vendidas por parte dos produtores pesquisados, observou-se que o tamanho das áreas vendidas não ultrapassa os 50 hectares, geralmente eram áreas em torno de 10 a 25 hectares. Porém, apenas 20 % deles informaram terem vendido alguma área de terra. Desse 66,67 % venderam áreas de terras entre 1990 a 2004.

Uma particularidade do mercado de terras é seu preço ser fixo para a venda em sacas de soja por hectare. Das 41 transações de compras de terras realizadas pelo conjunto de produtores rurais entrevistados, no gráfico a seguir, observa-se que o maior número de transações de compra de terras (dezesseis) teve preços situados na faixa de 200 a 300 sacas de soja o hectare. Porém cabe destacar que grandes partes desses negócios ocorrem há mais de 10 anos. A transação pelo preço de 500 sacas por hectare ocorreu em 2004, quando certo produtor comprou 50 hectares de terras, os quais vieram a somar-se aos demais 100 hectares de sua propriedade anterior. Na figura nº 29 a seguir, pode-se observar que todas as demais 6 operações de compra com preços entre 400 a 500 sacas ao hectare ocorreram entre os anos de 2000 a 2004, período de forte valorização das terras na região.

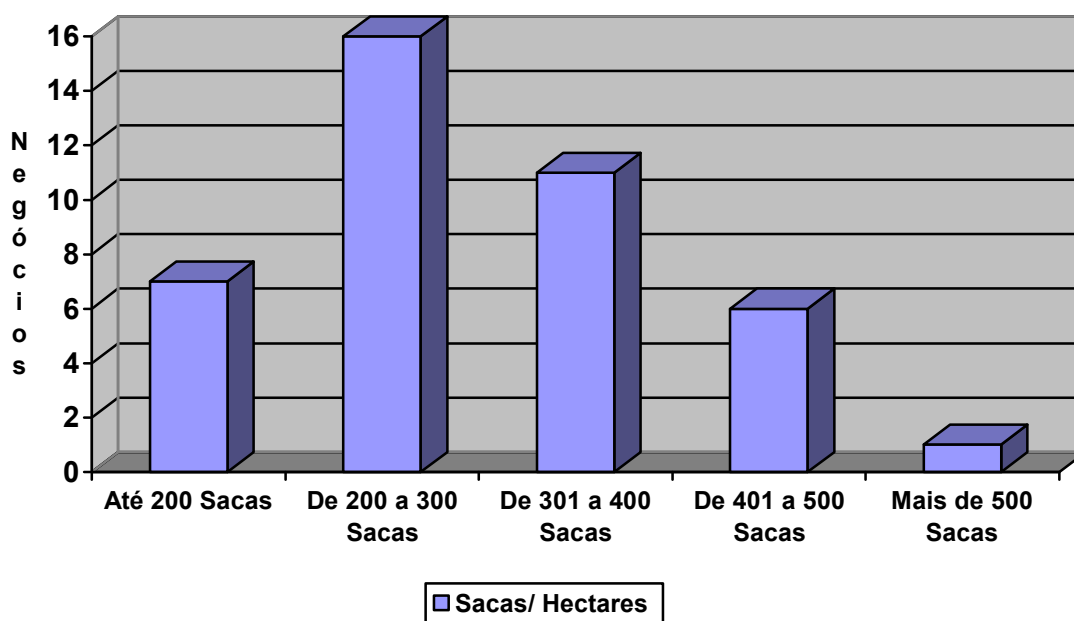


Figura nº 29 - Gráfico: Preço Pago em Sacas de Soja por Hectares nas Transações de Terras.

Fonte: Maroso, 2008

Para melhor ilustrar esse processo de valorização das terras na área de estudo, tomo como base o caso de um produtor rural¹⁰⁰, em que relato todas suas transações com terras. Este produtor, mais de 50 anos de idade, tem formação primária e três filhos, sendo que um deles é menino com idade jovem. Produz em parcerias com seu irmão área de 320 hectares, mas possui 135 hectares de terras em seu nome, todas elas adquiridas a partir de 1977, sendo que sua última aquisição foi no ano de 2006, dentro da área de nosso estudo, todas as suas compras de terras estão relacionadas na tabela nº 18 abaixo.

Tabela nº 18: Quantidades de Terras Adquiridas por um Produtor Rural entre 1977 a 2006.

Ano	Área em Hectares	Transação	Preço Pago em Sacas de Soja
1977	12,5	Compra a prazo	Moeda da época, não lembra o valor
1983	37,5	Compra a prazo	50 sacas
1988	12,5	Compra a vista	80 sacas
1991	11,5	Compra a prazo	250 sacas
1993	20,0	Compra a prazo	250 sacas (continua)
1994	18,0	Compra a prazo	(continuação) 260 sacas
1995	50,0	Compra pagamento em 4 anos	220 Sacas
1996	50,0	Venda	480 Sacas
2000	30,0	Compra a prazo	250 Sacas
2002	27,0	Compra a prazo	310 Sacas
2006	51,5	Compra a prazo	480 sacas

Fonte: Maroso, 2008.

Questionamos ao produtor, durante a entrevista, se ele possui terras hipotecadas, ele afirma que possui menos de 20 % delas, devido ao fato de ter feito investimentos na compra de uma colheitadeira financiada. Comentamos se dada a conjuntura do setor agrícola no dia da pesquisa, ele era comprador, arrendante e ou vendedor de terra. Ele comentou que pretende “comprar terras próximas”, isto é, “de vizinhos”, como forma de unificar as áreas, o que facilita a locomoção das máquinas e equipamentos de plantio e aumenta sua produtividade.

¹⁰⁰ A entrevista com esse produtor foi uma das mais demoradas, dialogada e aberta, dado ao fato de que com o mesmo eu ter uma longa amizade, a qual permitiu um aprofundamento dos detalhes e valores de cada negócio.

O entrevistado afirmou que considera a compra de terra um investimento excelente, para ele a terra representa “bem que não tem preço e sempre se valoriza”. Pretende deixar para os três filhos, no futuro, os imóveis rurais e a faculdade. Subjetivamente, constatamos que o produtor considera uma pessoa bem sucedida, por possuir praticamente o dobro de terras que seus pais chegaram a possuir - 55 hectares.

Outro aspecto da entrevista foi o questionamento em relação ao uso da terra como hipoteca nas operações de crédito agrícola, principalmente, aquelas que dizem respeito aos créditos de investimentos¹⁰¹. Entre os entrevistados, praticamente 50 % não possuem terras hipotecadas, o que se pode deduzir que possuem baixo grau de endividamento, em relação ao seu principal patrimônio, a terra. Apenas 1 produtor entrevistado relatou possuir mais de 81 % de suas terras hipotecadas, este produtor planta hoje em parcerias com seus tios e irmão, área superior a 1.500 hectares. Outros 13,33 % de produtores hipotecaram de 51 a 80 % de suas terras.

Um fato bastante ilustrativo pode-se observar na figura nº 27, abaixo, dada a conjuntura por que passa o setor agropecuário hoje. Mas de 64 % dos entrevistados se identificam com real candidato a compra de terras, principalmente, se localizadas próximo a suas áreas, no entanto, 23 % da amostra, também gostariam de arrendar terras para plantio de grãos, muitos deles, também haviam demonstrado interesse na compra de terra. Apenas 4 entrevistados, ou seja, em torno de 13 % disseram não ter intenção algo, dada a idade e ou falta de condições financeiras. Mas o que mais chama atenção foi o fato de nenhum produtor demonstrar interesse em vender suas terras o parte das mesmas.

¹⁰¹ Relativos a compra de colheitadeiras, tratores, plantadeiras e demais equipamentos usados nas operações de cultivo do solo.

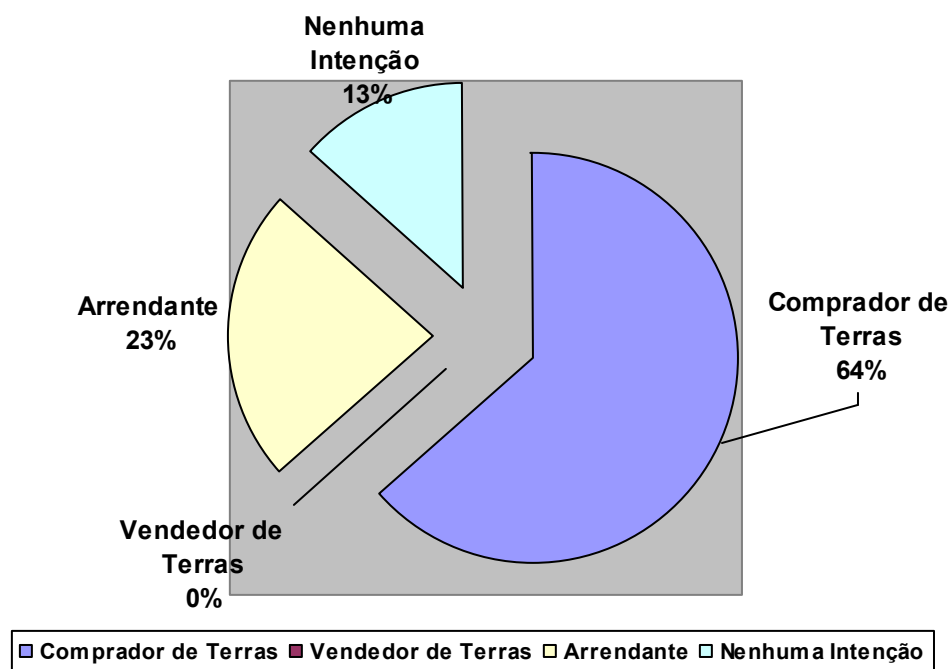


Figura nº 30 - Gráfico: Intenção de Negócios com Terras, dada a Conjuntura do Setor Agropecuário.

Fonte: Maroso, 2008.

Após serem questionados sobre o interesse pela compra de terras, foi perguntado quando e o local onde pretendia realizar suas compras. Do grupo pesquisada, 46,66 % demonstrou interesse em adquirir terras nos próximos 3 anos, sendo que um terço desses demonstraram interesse em fazê-lo fora do município, isto no Estado do Rio Grande do Sul. Todos os que pensam em adquirir terras fora do Estado, pretendem fazer após três anos.

A intenção de compra de terras é reforçada à medida que 40 % produtores consideram sua compra um investimento excelente e outros 57 % dos produtores consideram um bom investimento, como se pode observar na figura nº 28 a seguir. Procurou-se observar qual o critério de considerar a terra um investimento e constou-se que na maioria dos produtores, consideram a sua valorização de preço em sacas de soja como principal fator.

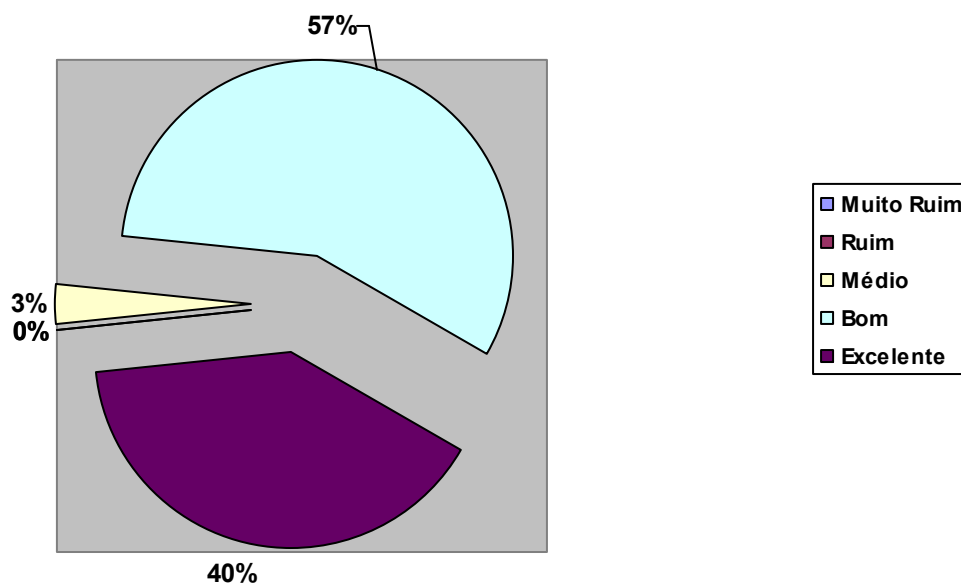


Figura nº 31 - Gráfico: Considera a Compra de Terra como Investimento.

Fonte: Maroso, 2008.

Outro fato que reforça esse pensamento, diz respeito ao fato de quando perguntado, 100 % dos entrevistados afirmam quererem deixar a terra como herança para seus filhos, 70 % desses também pretendem pagar uma faculdade aos seus filhos e ainda 30 % deixarem um imóvel urbano também. O dado absoluto, onde todos pretendem deixar a terra como herança a seus filhos, tem uma explicação histórica. Com exceção de um produtor rural que comprou a primeira área de terras nos anos 1990, seu pai não possui terra, pois era alfaiate e trabalhava no comércio.

A explicação histórica referida acima pode ser observada quando perguntamos ao produtor rural o que a “terra representa para o senhor”. A seguir transcreveremos literalmente o que nos foi respondido.

- Produtor nº 01: “É tudo; fui criado no meio; vivi dali; não existe terra ruim; pelo amor que temos a ela devia carregar um pouco no bolso”;
- Produtor nº 02: “Meio de sobrevivência; patrimônio para o futuro; alta valorização”;
- Produtor nº 03: “Subsistência da família”;

- Produtor nº 04: “Segurança; investimento mais seguro; capital para os filhos”;
- Produtor nº 05: “sustento; vocação desde pequeno; afinidade com a ‘coisa’, gosto do rural”;
- Produtor nº 06: “Sobrevivência; meio de vida; sustento da família”;
- Produtor nº 07: “Futuro; plantar-colher; só sei plantar na vida; tenho experiência em trabalhar com a terra”;
- Produtor nº 08: “Tudo; é vida; ter o dobro; sobrevivência”;
- Produtor nº 09: “Ganho; sobrevivência; aumento do capital sobre a terra – valorização; dependo da terra”;
- Produtor nº 10: “Patrimônio inesgotável; excelente investimento”;
- Produtor nº 11: “Segurança para o futuro; não termina; não corroe; o sustento”;
- Produtor nº 12: “Bem que não tem preço; sempre valoriza”;
- Produtor nº 13: “Bem seguro não se perde; sempre produtiva; o que sei fazer; amor à terra; tem tecnologia para ser produtiva”;
- Produtor nº 14: “Futuro; sobrevivência; giro no comércio; terra não desvaloriza de preço”;
- Produtor nº 15: “Meio de produção de alimentos; meio de produzir riqueza”;
- Produtor nº 16: “Sustento da família; investimento”;
- Produtor nº 17: “Meio de sustento para a família; realização pessoal; satisfação em produzir alimentos para a população”;
- Produtor nº 18: “Meio de sobrevivência da família, onde trabalho”;
- Produtor nº 19: “Bem de acesso elitizado; cada vez mais concentrado; terra não podia ter dono, bem coletivo”;
- Produtor nº 20: “Patrimônio; meio de subsistência; atividades sujeitas a vários riscos de preço e clima”;
- Produtor nº 21: “Fonte de renda; sustento; investimento; preocupado com a concentração da terra”;
- Produtor nº 22: “Sobrevivência; empreendedorismo; meio de trabalho; crescimento econômico para a família”;
- Produtor nº 23: “Investimento, sobrevivência; profissão agricultor”;

- Produtor nº 24: “Sustento”;
- Produtor nº 25: “sobrevivência”;
- Produtor nº 26: “Sobrevivência; vivi ali; representa tudo o que se tem”;
- Produtor nº 27: “Trabalho; renda; equilíbrio de vida; lucrativa dentro da normalidade; não é um excelente negócio”;
- Produtor nº 28: “Tudo; tendo a terra tem tudo; com a terra tem garantia para crédito-produção”;
- Produtor nº 29: “Investimento; sobrevivência”;
- Produtor nº 30: “Alicerce de tudo, alavanca; tudo sai da terra”.

Um aspecto importante a observar foi a afirmação por parte de 17 produtores, o que representa 56,6 % da pesquisados que consideraram a terra um meio de sobrevivência, de sustento. Em relação aos aspectos econômicos, alguns produtores consideram a terra um patrimônio, uma fonte de renda e objeto de valorização.

Para aprofundar a análise, em relação ao que representa a terra, procurou saber qual a quantidade de terras seus pais chegaram a possuir. Nesse aspecto, realizamos pesquisa, em relação a minha família durante o processo de colonização do município, entre 1899 a 1930, onde foi encontrado três lotes adquiridos pelas famílias do lado paterno (lotes nº 117 e 118) e materno (lote nº E 2), essa trajetória de compras de terras pela família, pode ser encontrado no apêndice nº 03. Diante dessa informação, tabulamos uma comparação entre quantidade de terras de propriedade de seus pais e a suas na atualidade. Podemos observar, na tabela a seguir, a relação existente entre ambos, onde os produtores rurais entrevistados no conjunto hoje possuem 107,9 % a mais de terras do que seus pais chegaram a possuir. Ambos concentram mais de 1.900 hectares a mais dos seus pais.

Dos 30 entrevistados, 13 produtores hoje possuem menos terras dos seus progenitores, mas 17 produtores, ou seja, 56,6 % deles são proprietários de mais terras do que seus pais. O destaque fica para um produtor de número 27, que hoje possui 119 hectares, mas seus pais não tinham terras, pois exerciam atividades no comércio. Hoje esse produtor exerce duas atividades, é comerciante e produtor rural. Outros casos interessantes para a análise é a ampliação de áreas de terras, dos

produtores de número 02, 09, 013, 014, 015, 028 e 030, ambos possuem área superior a trezentos por cento, em relação a seus pais. Vejamos a tabela nº 19 abaixo.

Tabela nº 19: Comparação da Quantidade de Terras dos Entrevistados em Relação aos Seus Pais.

Ordem da Propriedade Pesquisada	Quantidades de Terras dos Pais (em hectares)	Quantidades de Terras de Sua Propriedade Hoje	Percentagem Maior que as dos Pais (%)	Área dos Pais
001	150	90 ¹⁰²		- 40,0
002	6	87 ¹⁰³		1.350,0
003	66	25		-62,1
004	25	56		124,0
005	114	47		-58,7
006	16	25		56,2
007	143	80		-44,0
008	69,5	25		-63,8
009	75	400		433,3
010	40	80		100,0
011	100	24		-76,0
012	55	135		145,4
013	260	1.100 ¹⁰⁴		323,0
014	35	220		408,5
015	35	180	414,3 (continua)	
016	48	18,6	(continuação)-62,5	
017	35	35		0,00
018	100	86		-14,0
019	46	6		-86,9
020	59	106		79,6
021	100	63		-37,0
022	24	92		283,3
023	27	39		44,4
024	47	18,5		-60,6
025	12,5	4		-68,0
026	50	64		28,0

¹⁰² A família possui 800 hectares de terras e cultiva 1.500 hectares, devido a área arrendada, mas essa é sua área própria.

¹⁰³ Essa área ainda é esta em parceira com seu irmão, o qual exerce outra atividade que não agrícola.

¹⁰⁴ Essa área do produtor agrupa terra já em nomes de seus 4 filhos. O produtor preferiu não comentar muito essa questão.

027	0	119,6	119,6
028	60	280	366,6
029	28,5	10,7	-62,4
030	37	150	305,4
Total	1.763,5	3.666,4	107,9

Fonte: Maroso, 2008.

Ao observarmos o maior percentual de ampliação de área em relação a seus pais, com 1.350 % a mais. Ao verificar a lista de primeiros compradores de lote de correntes do processo de colonização do município, encontramos um lote adquirido por seus avôs no ano de 1916. Em entrevista com esse produtor, foi constatado que parte da área é de seu irmão, o qual exerce outra atividade que não a agrícola. Portanto, mesmo ele declarar como sendo sua área cultivada, em percentual seria de 675 %, mesmo assim um índice relevante percentualmente. Porém, em termo do tamanho é uma área relativamente pequena de 43,5 hectares, mas o detalhe é que esse produtor não é casado e não possui filho.

Se analisarmos o produtor que possui a maior área em termos absolutos, ou seja, 1.100 hectares, isso representa uma área de 840 hectares maior de seus progenitores. No entanto, no seu caso, ele possui quatro filhos, sendo dois filhos homens e duas filhas mulher. Se dividir essa área de terra, proporcionalmente entre os filhos, cada um deles fica com área equivalente a 275 hectares, ou seja, 15 hectares a mais dos seus avos.

Mas cabe salientar que esse produtor trabalha conjuntamente com seus filhos, e de acordo com pesquisa realizada para esse trabalho, compras de terras com registro em cartório, ocorridas no município entre 1990 a 2004, constatamos de acordo com a tabela de número 20 a seguir, que a família deste produtor realizou 16 aquisições de propriedades rurais, totalizando 397,59 hectares de terra, nos 15 anos de pesquisa. De acordo com esses dados, isso nos induz a pensar que o potencial para novas aquisições de propriedade é alto, isto é, a cada 3 a 4 anos a família desse produtor compra novas áreas de terras.

Tabela nº 20: Número de Aquisições e Quantidade de Terras Adquiridas por Família Pesquisada com Maior Propriedade de Terras no Município de Pejuçara.

Aquisição em Nome	Ano Aquisição	Área em Hectare
Pai	1990	96,4

Pai	1992	33,8
Pai	1992	45,3
Pai	1994	40,1
Filho	2000	6,06
Pai/Filho	2000	32,6
Pai	2000	22,8
Filho	2000	15,6
Filho	2001	3,2
Filho	2001	3,6
Pai	2001	10,0
Pai	2001	20,0
Pai	2001	1,93
Filho	2001	8,0
Filho	2004	8,0
Filha	2004	53,8
Total	16 aquisições	397,59

Fonte: Maroso, 2008

Em relação à expectativa de compra de terras, questionado qual o momento, que deseja realizar, se antes de 3 anos ou entre 3 a 5 anos, e encontramos 53,3 % dos entrevistados que pensam em adquiri-las, destes 60 % deste pretendem comprar terras no município antes de 3 anos e 40% entre os 3 a 5 anos. Nas compras de terras no Estado, 50 % pensa em realizar a compra em até 3 anos e outros 50 % entre 3 a 5 anos. Somente 6,6 % da amostra, isto é, dois produtores pensam em comprar terras fora do Estado do Rio Grande do Sul, conforme a figura nº 32 demonstra a seguir.

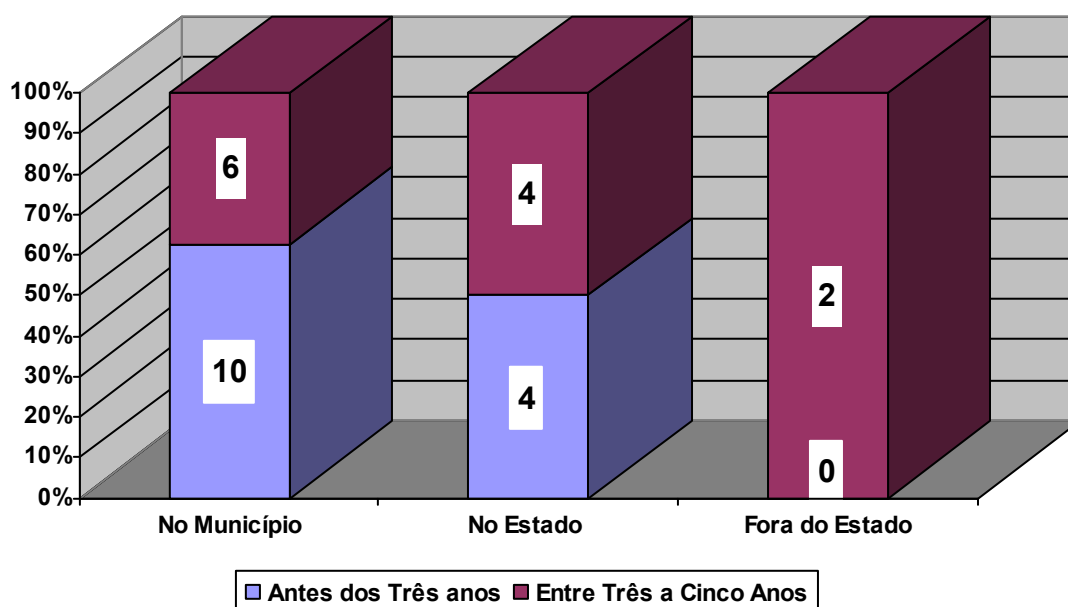


Figura nº 32: Período e Local das Expectativas de Compras de Terras por Produtores Rurais.

Fonte: Maroso, 2008.

A tabela nº 21 a seguir ilustra a relação entre o número de filhos do produtor e o tamanho da propriedade rural. Nela se percebe que os produtores que possuem quatro filhos, possuem mais de 50 hectares. Se observarmos toda a amostra, as propriedades acima dos 50 hectares concentram 20 filhos, isto é, dois terços dos mesmos. No entanto, 53,3 % das propriedades rurais amostradas possuem até dois filhos. Pode-se afirmar que existe certa relação de números de filhos em relação ao tamanho da propriedade. Quanto maior a propriedade, maior é a tendência do produtor possuir entre 2 a 3 filhos.

Tabela nº 21: Tamanho da Propriedade e o Número de Filhos por Produtor Rural.

Hectares/Número de filhos	Menos de 10 ha	De 10 a 25 ha	De 25 a 50 ha	De 51 a 100 ha	Mais de 100 Ha	Total
Nenhum	1	0	1	1	0	3
Um Filho	1	1	0	2	1	5
Dois Filhos	0	3	2	3	3	11
Três Filhos	0	1	0	2	5	8
Quatro Filhos	0	0	0	2	1	3
Cinco ou mais Filhos	0	0	0	0	0	0
Total	2	5	3	10	10	30

Fonte: Maroso, 2008.

Como podemos observar na figura nº 33 a seguir, o mercado de terra é muito envolvente ao produtor rural - nesse aspecto em relação a minha família ver apêndice nº 03 -, pois 83,3 % dos produtores rurais compraram alguma área de terra até a presente pesquisa. Sendo que 64 % deles o fizeram antes dos anos noventa e 36 % compraram terras pós 1990, no período de 15 anos, objeto de nossa análise. Porém cabe destacar que 16,6 % dos produtores ainda não conseguiram comprar terras, são produtores em terras herdadas dos pais e ou pelos cônjuges.

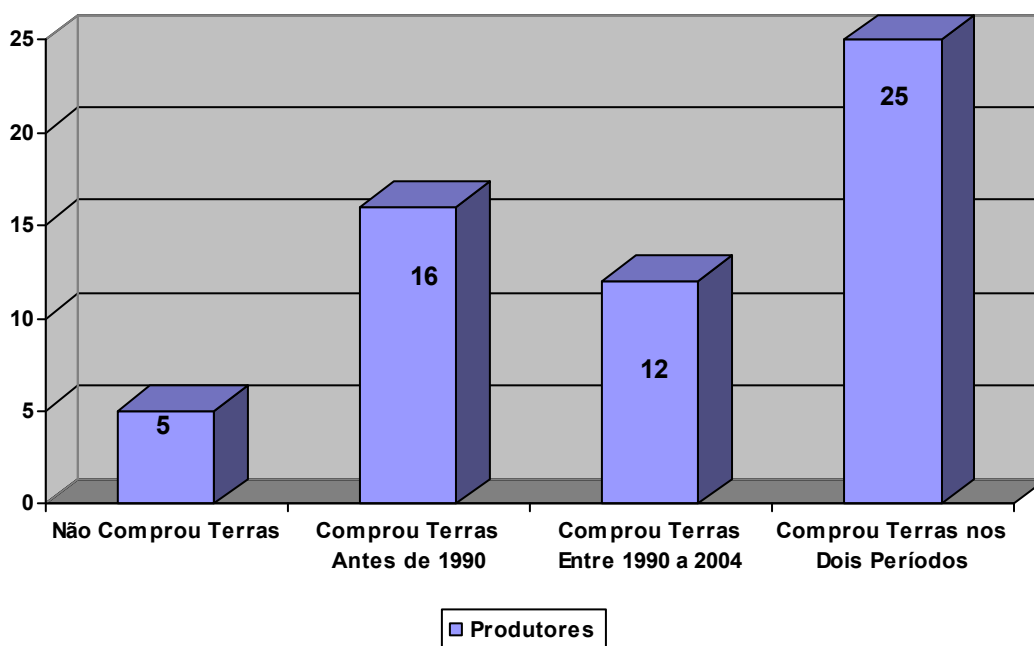


Figura nº 33: Operações de Compra de Terras no Município de Pejuçara em Diferentes Períodos.

Fonte: Maroso, 2008

A seguir realizaremos outros cruzamentos das respostas obtidas com a pesquisa, onde destacamos o seguinte:

- Dos que pretendem comprar terras no município, 50 % deles possuem faixa etária dos 26 a 50 anos;
- Dos que pretendem arrendar terras, 100 % estão na faixa etária dos 26 a 50 anos;
- Dos que receberam terras por herança, 61,9 % estão na faixa etária dos 26 a 50 anos;

- Do total de produtores pesquisados, 70 % já receberam terras por herança;
- Em relação ao que pretende deixar para os filhos, 100 % falaram em deixar imóveis rurais como herança, a formação superior foi citada em 70 % dos casos;
- A terra enquanto investimento, somente 1 produtor a considerou médio investimento, mas 56,6 % deles consideram um bom investimento, e 40 % dos produtores acham a terra um ótimo investimento;
- Dos que consideraram a terra um ótimo investimento, 50 % deles possuem propriedade de área na faixa de 51 a 100 hectares;
- Em relação ao uso da terra com hipoteca nos financiamentos agropecuários, 40 % deles não possuem terras hipotecadas;
- Nunca venderam terra 80 % dos produtores pesquisados, dos que venderam, ninguém vendeu área maior que 50 hectares;
- Apenas 6,6 % dos produtores (dois) não compraram terra até hoje;
- Dos pesquisados, 16,6 % compraram terra de um irmão e 26,6 % adquiriram terras de uma irmã;
- Dos pesquisados, 10 % dos produtores ainda não tinham filhos, 36,6 % deste possuíam 2 filhos, porém nenhum deles possuía 5 ou mais filhos;
- Em relação à escolaridade dos pesquisados, 60 % deles possuíam apenas o 1º grau completo, e 16,6 % tinham formação superior;
- Em relação à idade dos filhos, um terço possuem menos de 16 anos, porém 43,3 % dos filhos dos entrevistados estão na faixa etária de 16 a 25 anos – idade de maior pressão sobre o terra, à medida que esse jovens precisam entrar no mercado de trabalho.

Diante disso, verifica-se que a terra enquanto bem de produção, tem seus preços influenciados pelas expectativas: da renda futura, produção agrícola, possibilidades de acesso a crédito e subsídios governamentais. Mesmo que seu proprietário não tenha pretensão especulativa, seus preços acompanham o desempenho dos preços das commodities – dentro da lógica dos mecanismos de mercados –, bem como aspectos econômicos, a exemplo da busca, da escala de produção.

Quando identificamos que o crescimento da oferta de terras está relacionado a problemas de herança; necessidade de crescimento de escala; necessidade de liquidez para pagar dívida, durante as crises; instabilidade de garantia da propriedade da terra e outros conflitos, à medida que o cultivo do solo torna uma atividade que assegura renda, começam ampliar-se as melhorias do solo para o aumento da produtividade, o que de certa forma aumenta renda diferencial - melhorias na fertilidade do solo -, e o concomitante aumento dos preços da terra novamente. Um dos principais fatores que pode provocar a queda de preços das terras é a diminuição dos preços dos produtos agrícolas que ela tem aptidão agrícola para produzir. Se analisarmos a oferta de terra e sua correlação com os preços da soja, visto que na região está a principal cultura, é, portanto, a responsável em grande parte para a formação da renda da terra

Num horizonte de 15 anos abrangido pela pesquisa, encontramos 410 transações com terra localizadas dentro do município de Pejuçara o que dá uma média de 27 negócios por ano, envolveram mais de 6,7 mil hectares, o que significa, em torno de 440 hectares por ano durante o período de 15 anos. Mas o mais significativo é que isso representa 17 % da área total do Município. Outro dado importante foi a informação de que a maior área transacionada não ultrapassava a 180 hectares. Mas a média de área comprada gira em torno de 16,5 hectares, o que induz a conclusão de que as compras de terras são efetuadas em pequenas áreas.

Das transações de compras de terras realizadas pelo conjunto de produtores rurais entrevistados, observa-se que o maior número de transações de compra de terras (dezesseis) teve preços situados na faixa de 200 a 300 sacas de soja o hectare. Porém cabe destacar que grande parte desses negócios ocorrem há mais de 10 anos. A transação pelo preço de 500 sacas por hectare ocorreu em 2004, quando certo produtor comprou 50 hectares de terras, o qual veio somar-se aos demais 100 hectares de sua propriedade anterior.

A intenção de compra de terras é reforçada à medida que 40 % produtores consideram sua compra um investimento excelente e outros 57 % dos produtores consideram um bom investimento. Dos 30 entrevistados, 13 produtores hoje possuem menos terras dos seus progenitores, mas 17 produtores, ou seja, 56,6 % deles são proprietários de mais terras do que seus pais.

O mercado de terra é muito envolvente ao produtor rural, pois 83,3 % dos produtores rurais compraram alguma área de terra até a presente pesquisa. Sendo que 64 % deles o fizeram antes dos anos noventa e 36 % compraram terras pós 1990, no período de 15 anos, objeto de nossa análise. Porém cabe destacar que 16,6 % dos produtores ainda não conseguiram comprar terras, são produtores em terras herdadas dos pais e ou pelos cônjuges. Diante disso, no próximo capítulo, trataremos do mercado de terra e a formação da renda da terra, renda agrícola e sua relação com o preço da terra.

4 O MERCADO DE TERRAS A PARTIR DA FORMAÇÃO DOS DIFERENTES TIPOS DE RENDAS

Os compradores de terras possuem duas origens distintas: empresários rurais que já estão na atividade agrícola e profissionais liberais que procuram diversificar seus negócios, principalmente, em função da sua renda e valorização patrimonial.

Objetiva-se estudar as variações dos preços das terras e sua relação com os preços dos produtos agrícolas cultivados na região, a partir das diferentes conjunturas. Pretende-se verificar a ocorrência de valorização monetária das terras e a concentração da mesma na região, em relação ao avanço da produção de grãos.

4.1 A Renda da Terra e o Capital Fundiário

Muitos já foram os escritos e as abordagens sobre a renda da terra, no entanto, falar sobre o mercado de terras pressupõe analisar as condições que propiciam períodos de maior e ou menor renda da terra. Outras abordagens trabalham com outras definições da renda da terra, a exemplo do enfoque dado pelos estudiosos do agronegócio que a considera como renda agrícola. Nos dois enfoques sobre a renda, derivam de uma relação econômica onde uma vez aplicado capital em fatores de produção, como o trabalho, insumos, tecnologia, a terra fornece uma produção que, dadas as condições de preço de mercado, pode proporcionar em determinados período uma renda.

A remuneração pelas atividades desenvolvidas à medida que o setor agropecuário se moderniza com aplicações de nova técnica produtivas exige uma gestão econômica e financeira cada vez mais profissional. Dada essa necessidade, o setor agropecuário vem se tornando uma atividade que deve ser administrada com determinadas competências na área de gestão, independente do tamanho da área e ou atividade realizada no setor.

Essa situação está forçando os produtores rurais a tornarem-se empresários rurais e encararem sua atividade na propriedade como um negócio. Como tal, ele de ter um total controle sobre seus custos variáveis e fixo de produção. Aliás, um dos grandes desafios do produtor rural que aplica insumos e técnicas modernos na produção é as imobilizações de máquinas e equipamentos agrícolas, os quais exigem grandes imobilizações, o que, em muitos casos, erros no seu dimensionamento, podem levar o produtor a um endividamento acima das condições de pagamentos. Principalmente, em anos que ocorrem oscilações de produtividade em função dos aspectos climáticos e de volatilidade de preços em razão das mudanças de conjunturas no mercado, seja ele, interno e ou externo.

À medida que as atividades agropecuárias deixam de ser uma atividade de subsistência e passa a ser atividade voltada a atender ao mercado, os processo de gestão deixam de ser uma atividade de mera subsistência da família e passa a ter uma dimensão econômico-financeira. Essas novas exigências em relação ao setor rural e suas consequências já foram demonstradas pela história agrária, nos estudos dos processos de êxodo rural, de seletividade de produtores, da exclusão de milhares de pequenos produtores e da quebra de muitos médios e grandes produtores.

A produção para o mercado submete ao setor rural a toda uma cadeia produtiva, onde diferentes elos se complementam no processo produtivo, fornecendo insumos, máquinas e equipamentos – tecnologia a montante da atividade. Já a jusante da produção, todo um segmento agroindustrial tem na produção rural sua matéria-prima. Somada a esses importantes elos produtivos, temos ainda uma grande quantidade de empresas prestadoras de diversos serviços ao setor, com destaque ao setor bancário, o qual tem a função de concessão de crédito à atividade. A cadeia produtiva, através dos seus elos, gera uma competição entre si, na busca por lucratividade e dois setores se sobresaem: o setor financeiro e os setores que fornecem tecnologia para as atividades produtivas.

Dessa relação entre os diferentes elos da cadeia produtiva, ocorrem transferências de renda da produção agrícola para os outros setores da cadeia. Um exemplo dessa transferência se dá via pagamentos de juros e preços dos insumos para a produção agropecuária, à medida que ele é demandante de crédito e

insumos modernos. (adubos, defensivos e biotecnologias). Porém, a quantificação monetária desse fluxo de renda é praticamente impossível, dada a complexidade, desuniformidade de áreas, volatilidade de preços. Para tanto, seria necessário um trabalho específico e em profundidade, talvez, um estudo de caso o que poderia elucidar tal afirmação. Mas estudos nesse sentido já foram efetuados pela universidade de Harvard, nos EUA (MENDES; PADILHA, 2007), em relação à apropriação dos valores gerados e apropriados pelos diferentes segmentos do agronegócio, em nível mundial, a exemplo da Tabela nº 22 a seguir.

Tabela nº 22: Estimativa e Projeções dos Valores do Agronegócio Mundial.

Setores	1980		1990		2005		2025*	
	US\$ Bilhões	%	US\$ Bilhões	%	US\$ Bilhões	%	US\$ Bilhões	%
Antes da Porteira (insumos e bens de produção agropecuário)	250	12	330	11	1.074	11	1.184	9
Dentro da Porteira (agropecuária)	480	24	630	21	1.855	19	1.315	10
Depois da Porteira (processamento e distribuição)	1.270	64	2.040	68	6.835	70	10.653	81
Total	2.000	100	3.000	100	9.765	100	13.152	100

Fonte: Harvard Agribusiness Seminar e WDI (2006) – Word Bank.

(*) Estimativa dos Autores.

Observa-se, na tabela acima, uma forte tendência de perda de valor gerado pelo agronegócio, por parte do segmento dentro da porteira, isto é, pelos produtores rurais. Na década de 80 os mesmos conseguiam reter 24 % do valor da produção agrícola, já no ano de 1995, cai para 19 %, um decréscimo superior a 20 % em 15 anos. As projeções indicam para 2025 apenas 10 % do valor ficará dentro da propriedade. O segmento que mais consegue apropriar valor na cadeia é o segmento de processamento e distribuição que em 1980 participava de 64 % do total e provavelmente chegará em 2025 com mais de 80 % de participação no faturamento da cadeia. Com base nesses dados, podemos deduzir que a renda agrícola está cada vez mais sendo transferida e apropriada pelo seguimento agroindustrial.

Cabe ressaltar que a renda, ao ser transferida e não eliminada, a transferência se dá em diversas formas, pelos preços pagos pelos insumos usados

no processo produtivo, pelo aumento da composição orgânica do capital - à medida que ocorre a compra de máquinas e equipamento com grandes conteúdos tecnológicos, as imobilizações em capital fixo, ou capital constante, como diria Marx. Aparentemente se tem a ideia de que ela foi eliminada, mas na verdade foi transferida - ou melhor, como não foi voluntária, entendemos que ela foi apropriada pelo sistema de preços relativos, praticada no mercado de insumos e não durante a comercialização do produtos agropecuários, com isso a apropriação ocorre fora do estabelecimento agrícola e durante as relações intersetoriais.

A apropriação de renda já foi demonstrada nos trabalhos de Abramovay (1992) referente ao novo tipo de funcionalidade da agricultura familiar, através do mecanismo de preço, que proporciona a transferência intersetorial de renda, sendo que o benefício é a redução dos custos alimentares e, por conseqüência, o conjunto de sistemas econômico. A circulação de mercadorias, via intercâmbio, gera valor que pode ser transferido, assim como a renda de um setor para outro. Assim, a moderna agricultura familiar tecnificada subordinada ao capital, recria a pequena agricultura familiar. O alimento barato/funcionalidade da pequena produção familiar é dual, pois permite a subsistência e a transferência de valor para a indústria.

É preciso verificar até que ponto são apenas as indústrias urbanas as que se beneficiam do rebaixamento dos preços agrícolas. Interpretações mais recentes apontam para a moderna agroindústria como a mais interessada neste tipo de situação (Abramovay, 1992). A relação desse setor com a agricultura familiar se estabelece no chamado "complexo agroindustrial", no qual se reproduz a relação capital-trabalho e o crédito oficial é decisivo, à medida que, monopolizado pela grande empresa, desestimula a produção minifundista, perpetuando a subordinação econômica e social da agricultura familiar. (WILKINSON, 1986, APUD. COSTA NETO, 1995, P. 123)

Com o avanço do progresso técnico, a exemplo da mecanização das atividades agrícolas, a pequena propriedade tem que se ajustar e ampliar sua produção e produtividade, como forma de compensar a deteriorização dos preços, ou dos termos de troca. Em muitas regiões do Brasil, agricultor ainda não encontrou dificuldade de expandir sua área produtiva, devido à existência de fronteiras agrícolas, mas em regiões de colonização, a situação é outra. Muitas das unidades produtivas de produção familiar tiveram e ou têm dificuldades de absorver a

tecnologia moderna em condições ditadas pelos setores oligopolistas. Isso só é viável pela intervenção das políticas agrícolas do Estado via créditos com juros subsidiados. Mesmo assim, o complexo agroindustrial oligopolista em determinados anos agrícolas achatam, destroem e ou apropriam-se das taxas de lucro e a renda fundiária capitalista. O Estado assim possui um papel de mediação em momentos de conjunturas adversas; períodos em que ocorre a deteriorização dos termos de troca.

Uma questão muito importante é discutir os mecanismos de interceptação de renda fundiária e a tese de subordinação ao mercado - pelos altos preços dos insumos, dependência do crédito e taxa de usura – aluguel da terra (arrendamento da terra). À medida que o capital industrial e ou financeiro intercepta/controla a renda fundiária, na verdade ocorre uma subsunção formal da terra e não real. O mesmo ocorre em relação ao produtor rural, não é o trabalhador proprietário que está submetido à sujeição ao capital, mas a renda da terra – via expansão do capitalismo no campo. A condição de produtor familiar, dessa forma, continua sendo recriada mesmo que, de forma contraditória, pois o setor tende a ser constituído cada vez mais por empresário rural.

Uma vez estabelecidas às condições de existência da produção capitalista na agricultura, a questão crucial é mostrar o mecanismo que acaba destruindo estas condições, isto é, a taxa de lucro e a renda da terra. Como tanto a formação da taxa de lucro como da renda da terra estão localizadas ao nível da distribuição da mais-valia social entre os diversos setores e, dentro destes, entre as diversas unidades de capital (empresas), este mecanismo se refere às condições de competição e de mobilidade de capital intersetorial. De fato, é a oligopolização do capital industrial, determinando um alto grau de monopólio, que permite ao setor industrial como um todo captar uma taxa de lucro bem acima da competitiva, que acaba destruindo a taxa de lucro e a renda fundiária na agricultura. Neste último setor não existem as mesmas condições que permitem bloquear a mobilidade de capital e assim defender a taxa de lucro. (NAKANO, 1981, P.11)

Uma questão importante a observar é que se a renda da terra não ocorrer em função da dificuldade da formação de uma taxa de lucro das atividades, a partir da não remuneração de todos os fatores de produção, os proprietários fundiários serão beneficiados a médio e longo prazo pela valorização do capital fundiária, a partir da valorização da terra.

As perdas causadas pelas baixas cotações agrícolas seriam compensadas, de alguma maneira, pela virtual elevação do preço da terra, neste caso, do pequeno agricultor mercantil. Ao renunciar à renda presente, ele contaria com o usufruto da renda futura (capitalizada) a ser ao longo do tempo. (ABRAMOVAY, 1998 P. 219).

Karl Marx já advertia que não se devia considerar a renda da terra na formação dos custos de produção, até porque os preços são dados pelo mercado de commodities, isto é, pelas condições de mercado de oferta e procura. O cálculo dos custos de produção ajuda na tomada de decisão: quando vender e a que preço vender, mas de certa forma não influencia de forma imediata nos níveis de preços. Estes são mais influenciados pelas projeções de produção e produtividade, muitas vezes, já computadas antes do plantio das safras. Até porque o produtor de commodities é um tomador de preços e não formador de preços.

Mas se a renda da terra em determinadas situações é suprida e ou transferida para outros segmentos do agronegócio, por que muitos produtores rurais, profissionais liberais compram terras? Como explicar essa situação?

Muitas seriam as respostas a essa questão, porém, se observarmos, existe racionalidade econômica por parte do proprietário fundiário, à medida que ele ao comprar a terra, ele pode produzir nela e não pagar uma taxa de arrendamento, ou simplesmente, arrendá-la a outro produtor rural. Esse recurso, na verdade, funciona como remuneração ao capital imobilizado. Esta renda está atrelada às condições conjunturais da obtenção da renda fundiária. Em nenhum momento, o produtor agrícola utiliza as taxas de juros de mercado para remunerar seu retorno financeiro, pois esta, além de variar mais, está sujeita a mudanças nas políticas monetárias de cada governo. Além das dificuldades de antever as taxas de juros reais, taxas de captação do dinheiro e ou as taxas de *spreeds*, realizadas pelo setor bancário, tem a questão da inerência do risco financeiro.

Ao acabar com a separação entre proprietários e agricultor, o 'moderno produtor familiar' desfruta de uma vantagem relativa vis-à-vis a outras unidades que arrendam terra (sejam empresas capitalista, sejam outras unidades familiares), realizando portanto em sua área a superação da contradição capital *versus* propriedade da terra. Ao invés de pagar arrendamento, o produtor se apropria dessa parcela de mais-valia na forma de lucros extraordinários. (CASTAN, 1983, P.135)

A unificação do produtor e proprietário numa só figura, de certa forma, é uma superação das barreiras ao capital impostas pela renda fundiária. À medida que se torna proprietário, ele não precisa desembolsar a parte destinada ao arrendamento, em safras que não consegue obter receitas suficientes ao pagamento de todas as despesas. Essa situação, na prática, contribui muito na resistência e manutenção como produtora, mesmo em situações de não realização ou limitação da renda da atividade. Na verdade, o produtor rural mesmo não obtendo a renda da terra, de forma plena, possui expectativa futura em relação à renda e à própria valorização do preço da terra. Ele sabe que, à medida que a terra se valoriza, as taxas de arrendamento também acompanham a valorização, sem contar que, em muitas situações, o arrendamento segue as baixas ofertas de terra para arrendar.

Entendemos que não ocorre a destruição da renda fundiária e sim, a sua transferência intersetorial dentro da cadeia produtiva. Uma espécie de transferência geográfica de valores à medida que a unidade produtiva moderniza sua produção e vende sua produção a outros setores que compõem o CAI, através dos mecanismos de preços. Dessa forma, mesmo ocorrendo variações na renda fundiária no decorrer do tempo o que atrai os novos empresários rurais e até mesmo a continuidade dos negócios dos que estão nas atividades é a possibilidade de ampliação do capital fundiário à medida que o mercado de terra valoriza a mesma.

4.2 A Renda Agrícola

Acreditamos que existe uma relação muito próxima entre a renda agrícola e o preço das terras. A renda agrícola, entendida aqui como resultado ou taxa de lucro, sobre os valores aplicados nos fatores de produção, excluído o custo de oportunidade do capital do fator terra. Essa taxa de lucro e ou renda agrícola antecede as rendas absoluta e diferencial da terra.

Temos fatores externos e internos que contribuem para a obtenção da renda agrícola. Entre os vários fatores externos, temos o fator climático, o volume da produção, a produtividade das atividades agrícolas, infraestrutura e crédito, enfim,

situações que contribuem para a oferta da produção. Já em relação aos fatores internos, inerentes à atividade, têm-se os fatores biológicos, biotecnológicos, manejo e mecanização das práticas agropecuária, entre outros.

Ainda em relação à contribuição do crédito para a obtenção da renda agrícola, muitos autores destacam o seguro agrícola, como um novo instrumento de proteção contra as intempéries climáticas e volatilidades de preços. Para Graziano (2004, p. 81-82), a manutenção da renda agrícola deve contar com dois instrumentos: o crédito e o seguro agrícola, além de qualidade de vida.

A emancipação dos agricultores pressupõe decidida capacidade de mobilização e organização rural. Essa é a chave para o futuro da agricultura familiar, que pode continuar pequena, mas precisa ser competitiva, ter produtividade e renda, alcançar qualidade de vida.

A renda agrícola por meio de subsídios agrícolas aos pequenos de agricultura familiar, como forma de assegurar a multifuncionalidade do campo. Graziano (2004, p. 87) cita o exemplo dos agricultores da Europa, que recebem “os subsídios mesmo que não produzem, compromissando-se a manter belas suas propriedades e eternas sua moradia, em harmonia com o meio ambiente, cuidando também do bem-estar animal”.

Em toda a parte do mundo se nota essa revalorização do espaço rural, não apenas como fonte de alimentos ou matérias-primas, mas também como garantidor de qualidade de vida, ofertando odelite do turismo rural e ecológico, atividades atualmente geradoras de empregos significativos no campo.

O desenvolvimento rural deve conter políticas integradas “que junte o agrícola com o agrário, cuide dos preços e da posse da terra, olhe o mercado, mas não se descuide da subsistência”. O desenvolvimento deve ocorrer com a oferta necessária da infraestrutura para uma vida no campo saudável: energia, telefonia, transporte, saúde, educação, segurança.

Graziano (2004, p. 90) fala da importância de se ter uma renda rural mínima. Essa “é decisivo para manter o emprego desse contingente de trabalhadores com-

terra. Elas precisam ser amparadas pelo Estado, independentemente das políticas de produção”. Para Graziano (2004, p. 91)

O financiamento rural pode significar a salvação da lavoura para uns e, tristemente, a falência definitiva para outros, dependente das condições da produção, do patamar tecnológico e do acesso aos mercados. Nuns casos, objetiva-se a inclusão social; noutros, o salto tecnológico e gerencial.

No que diz respeito à obtenção da renda agrícola, de forma um tanto simplificada, podemos calcular alguns valores atribuídos à mesma – remuneração ao fator terra, de acordo com as planilhas de cálculo dos custos de produção da cultura de soja, nas safras de 1999/00 a 2006/07, pela Companhia Brasileira de Abastecimento – CONAB, para a região de Cruz Alta R/S. Vejamos a tabela número 23 a seguir.

Tabela nº 23: Custo de Produção de Soja, Safras de 1999/00 a 2006/07.

Ano	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
Custo Total	514,6	586,9	608,2	704,8	957,8	1.048,9	1.136,0	1.219,1
Renda Terra	52,7	52,7	53,0	63,9	89,5	89,5	89,5	89,5
Custo R\$ Sacaras Soja	13,9	15,0	15,5	18,1	24,5	26,9	29,1	31,2
Renda da Terra SC. Soja	1,35	1,35	1,36	1,64	2,30	2,30	2,30	2,30
Perc.(%) Renda Terra/Custo	9,68	8,98	8,71	9,08	9,35	8,54	7,88	7,35

Fonte: Maroso, 2007, com base nos dados da Conab/Geame, para as safras de 1999 a 2007.

Observa-se, na tabela acima, que na estrutura de custo para a formação de preço mínimo pelo órgão oficial, no caso a Conab, um aumento considerável em sacas de soja (físico) entre a safra 1999/00 em relação a 2003/04, na ordem de 70,3 %. Porém, quando comparamos a participação dessa renda da terra - custo oportunidade do fator terra -, em comparação ao custo total da formação dos custos de produção, identifica-se na safra 1999/00 uma participação na ordem de 9,6 % com pequenos decréscimos entre safra de 2000/01 a 2001/02, voltando a superar os

9 % nas duas safras subsequentes, mas quando ampliada a análise para safra de 2006/07, verifica-se uma queda de mais de 24 pontos percentuais em relação à safra de 1990/00. Apesar da curta série de dados disponíveis, nesse caso, a análise de 8 safras, existe uma tendência de queda, a qual pode ser mais bem visualizada na figura número 34 a seguir:

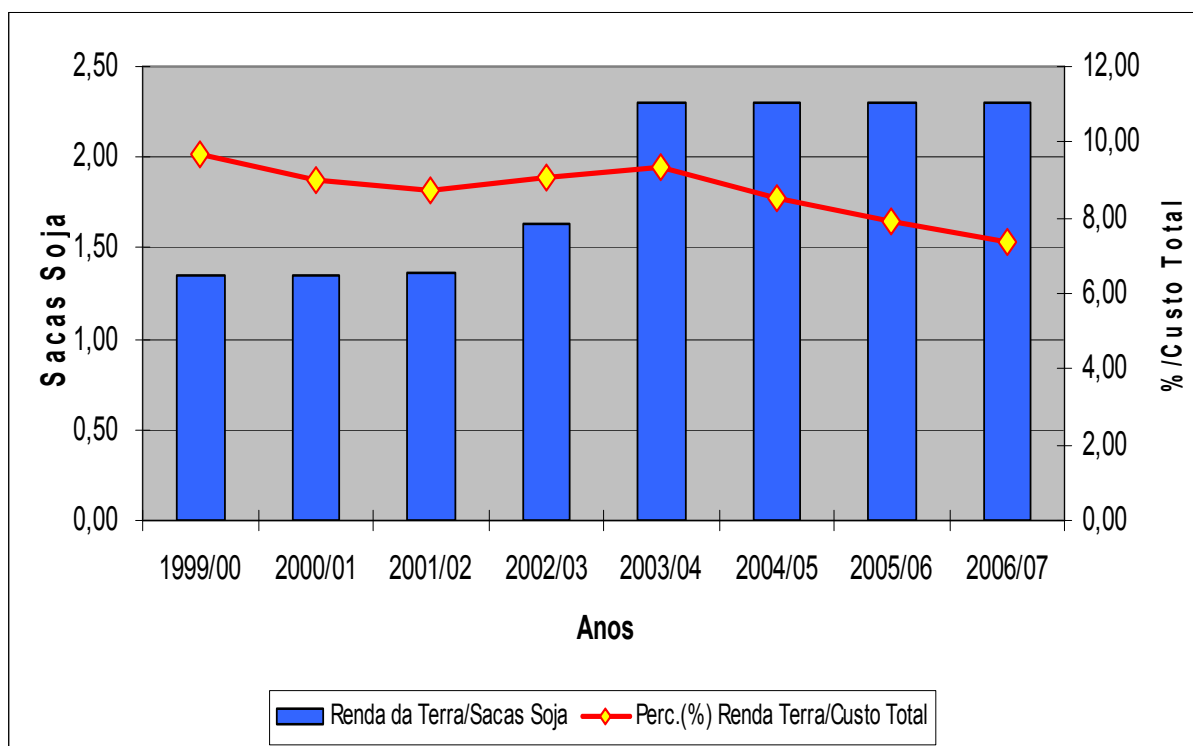


Figura nº 34 - Gráfico: Participação da Renda da Terra nos Custos de Produção – Safra 1999/00 a 2006/07.

Fonte: Maroso, 2007, com base nos dados da Conab/Geame, para as safras de 1999 a 2007.

Na figura de número 35 a seguir, fica nítido que a renda da terra não acompanha a elevação dos custos totais de produção da soja. Aliás, enquanto os demais custos aumentam, os valores relativos à renda da terra alocados para essa estrutura dos custos permanece estável. O mesmo acontece em relação aos custos de produção para a cultura do milho, segundo os dados da Conab, o custo do fator terra fica entre 5,8 % a 6,5 % para o mesmo período.

Lenz (1981, p. 24-25) define a renda, a partir do conceito de renda de David Ricard “é a parte do valor do produto total que resta ao proprietário após o pagamento de todas as despesas de qualquer espécie correspondentes ao cultivo,

incluindo-se nestas despesas os lucros do capital empregado.” Já a renda fundiária, segundo ele, ocorre quando, “o valor de troca dos alimentos superará o custo de produção. Incluindo-se neste custo todo o lucro capital investido na terra, segundo a taxa de lucro vigente naquele processo.”

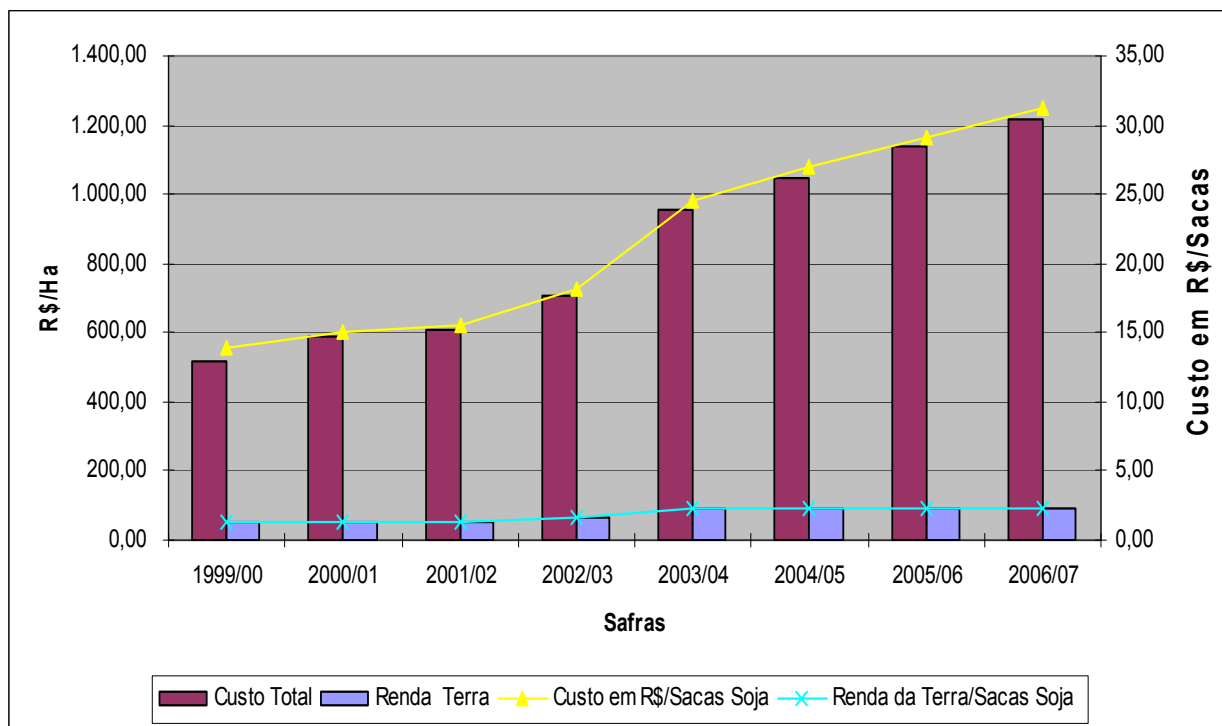


Figura nº 35 - Gráfico: Participação da Renda da Terra nos Custos Totais da Produção da Soja – Safras 1999/00 a 2006/07.

Fonte: Maroso, 2007, com base nos dados da Conab/Geame, para as safras de 1999 a 2007.

Mas para Nakano (1981, p.10), afirma que

Tanto a pequena produção de subsistência como a moderna produção familiar (no caso do limite produtor simples de mercadoria) são regidas internamente por relações de produção que não requerem, como condição de existência, nem a taxa média de lucro sobre o capital investido nem a renda da terra.(...)

Quando a renda da terra ocorre, ela pode derivar de duas formas, através da renda absoluta e a renda diferencial. Enquanto a renda absoluta provém do próprio movimento do modo de produção capitalista, “surge do confronto entre dois ramos distintos, agricultura e a industrial[...]”(LENZ, 1981. P. 48). Assim a renda absoluta deriva da propriedade da terra, da sua propriedade fundiária, cuja peculiaridade é a

não reprodução do solo, o que pode em determinadas situações acelerar o processo de monopolização do mesmo. Mas o que de certa forma limita a realização da renda absoluta, e a concorrência entre países, dados suas vantagens naturais (fertilidade natural, fonte de energia...) e até mesmo as vantagens comparativas tendo como base a aplicação da tecnologia em diferentes sistemas produtivos, criando uma certa vantagem competitiva.

No que tange à renda diferencial, ela deriva da produção agrícola, onde a fertilidade do solo propicia maior produtividade e, por conseqüência, maior renda diferencial. Portanto, a renda diferencial I e II, tem formação na esfera da agricultura e, a princípio, pode ser ilimitada. Mas Lenz (1981, p. 51) enfatiza que

Pela teoria marxista, não são as condições naturais que causam a geração da renda diferencial, constituindo-se apenas sua base, pois é a produtividade excepcional acrescida do trabalho humano sobre essa base natural, comparativamente mais favorável, que gera essa renda. Ao mesmo tempo, Marx enfatiza também que não é o direito da propriedade privada da terra a sua causa, pois a sua existência apenas capacita o proprietário fundiário a apropriá-la, pois esse lucro suplementar ainda existiria se fosse suprimida a propriedade da terra.

No entanto, a causa da renda da terra não está apenas na fertilidade do solo, mas na concorrência do modo de produção capitalista.

a principal causa da renda diferencial é a lei da concorrência capitalista, por estabelecer que na agricultura não é a proporção dos melhores, dos piores ou dos solos médios que fixa o valor de mercado. É o custo do pior solo que determina esse valor, criando assim lucros suplementares para os demais produtores, que só serão apropriados como rendas diferencial em virtude da existência da propriedade privada da terra (LENZ, 1981, P. 60).

Pois mesmo que a renda diferencial seja oriunda da fertilidade do solo, no caso da renda diferencial I, ela decorre “da produtividade diversa de aplicações iguais de capital em terras de área igual e fertilidade desigual”, enquanto que a renda diferencial II “é gerada através do emprego sucessivo de capital de produtividade diversa numa área de terra, em vez de serem empregados paralelamente em terrenos diferentes” (LENZ, 1981, p.52). Segundo Lenz (1981, p.

55), a renda diferencial pode ocorrer pela fertilidade do solo e da localização. Quanto à fertilidade, Marx fala da fertilidade natural – como composição química da terra, enquanto a “fertilidade econômica está ligada ao desenvolvimento químico e mecânico da agricultura e de sua ação sobre a fertilidade natural.”

No caso da renda diferencial II, ela acontece “em uma fase histórica posterior à renda diferencial I, sendo essa a sua base de formação” (LENZ, 1981, P.63). À medida que a terra deixa de ser abundante e se passa a explorá-la de forma intensiva, ocorre a aplicação intensiva em capital. Isso ocorre, porque a procura geralmente é maior do que a oferta de terras, o que amplia o cultivo para terras marginais¹⁰⁵, isto é, para solo pouco fértil, o qual gera renda limitada ou menor, porém é ele que determina o preço dos produtos no mercado. “cada solo possui o seu próprio custo de produção, em função da fertilidade de cada um” (LENZ, 1981, P. 56). Concordamos com Lenz em relação à distinção da renda diferencial, mas acrescentamos que a ocupação de solos de menor fertilidade pode ser em função da necessidade de ampliar a escala de produção da unidade produtiva, mas também pode ser motivada pela quantidade de crédito subsidiado concedido à cultura e ou setor agrícola, por parte do Estado.

À medida que a renda fundiária, derivada da renda absoluta e ou diferencial ocorra e, mesmo que, de forma disforme, gera uma expectativa, onde a renda da terra “assim capitalizada, constituindo o preço de compra ou valor do solo...” Assim o preço de compra das terras, segundo Marx (1985, p. 715), “é na realidade o preço de compra, não do solo, mas da renda fundiária que ele proporciona, calculando-se esse preço de acordo com a taxa corrente de juro”.

Nosso entendimento é que o preço da terra é derivado de uma expectativa futura em relação a rendas que podem ser auferidas no futuro. Mas discordamos de Marx e de outros autores da escola keynesiana, que afirma que seu preço é estabelecido de acordo com as taxas de juros correntes. Isso, na verdade, não ocorre, até porque as taxas de juros no mercado são totalmente imprevisíveis, quando governos adotam políticas monetárias como instrumentos de combate à inflação como mecanismo de contenção de consumo e ou estímulo ao mesmo. Ainda em relação às taxas de juros reais, elas dependem das taxas e expectativas

¹⁰⁵ Essa expansão se dá em ordem decrescente em relação a fertilidade e suas condições de relevo.

inflacionárias, algo mutável dadas as mudanças de conjunturas vigentes em cada período, portanto, considerar a taxa de juro entre os fatores preponderantes na formação do preço da terra, é algo irreal, pelo menos para o comprador de terra, principalmente, quando ele é um investidor natural na atividade e não um especulador.

Entendemos que o preço da terra é formado a partir de uma expectativa inconsciente, ou pouco racional, de renda que pode ser auferida dado o cenário que o comprador de terra consegue construir e ou visualizar. Essa renda da terra, para ele, é o somatório das rendas absoluta, diferencial e renda agrícola.

Sabemos, teoricamente, as origens e ou realização das diferentes rendas, pois a renda da terra abarca a renda absoluta e as rendas diferenciais I e II, as quais precisam de condições específicas para a sua realização. Distingue-se também a formação da renda agrícola, a qual é uma taxa relacionada à remuneração do capital investido na atividade produtiva – suposto lucro da atividade.

O preço da terra está relacionado com a renda da terra e renda agrícola que ela pode proporcionar no tempo. Mas associado a isso não são as expectativa futuras em relação as taxas de juros que a precificam e sim, seus outros atributos, os quais foram muito bem identificados pela Escola Neokeynesiana:

- a) renda por sua utilização;
- b) ser hipoteca em empréstimos bancários;
- c) ser um bem perene e indestrutível;
- d) presunção a escassez.

Parece indiscutível que esses quatro atributos da terra serem suas principais variáveis na formação do seu preços. No entanto, o mais difícil de identificar é a renda da terra, visto que elas podem derivar de várias situações. Porém o mais perceptível e ou dedutível é a tendência a sua escassez e consequente apropriação monopolista.

No item a seguir, demonstraremos os preços de terras praticados no mercado, e identificaremos a influência dos preços de alguns grãos na formação da renda agrícola, a qual pode provocar a valorização das terras.

4.2 O Preço da Terra.

A terra é um bem não reproduzível, não dotado de valor, porém seu preço é o valor pago para ter seu acesso privado. Por ser um bem imóvel, objeto de compra e venda, a partir das transações, forma-se um mercado e terras.

Um mercado de tierras apenas se forma a partir de la aceptación generalizada de la propiedad de la tierra, independientemente de su forma, o de las garantías de propiedad de está.(REYDAN; RAMOS, 1996, P.31)

A localização da terra deve ser entendida como um componente importante no processo logístico o qual é um componente ao determinar a renda agrícola. Assim como o fator climático e movimentos sociais de pressão sobre a terra, além dos aspectos recentes da legislação ambiental. A comparação com taxas de juros apenas é uma visão monetarista, poucos vendem para colocar no banco o dinheiro, vendem sim, para pagar o banco! Não vendem com a visão de especulador, mas sim com visão produtiva. Porém, a variável juro é importante na composição de parte da renda agrícola.

Quando abordamos a questão dos preços de terras, além dos atributos, devemos considerar aspectos de mercado, no caso, situações de ofertas e demandas por terras. No entanto, essa situação é fundamentada justamente pelos seus atributos.

El aumento de la demanda de tierras, como um activo de capital, normalmente ocurre cuando hay um nuevo producto, um nuevo mercado para um producto ya disponible, uma nueva tecnologia o cuando los propietarios presentes no logran adaptarse a los cambios previamente referidos. Esta elevación en la demanda normalmente viene acompañada de elevación en los precios (REYDON; RAMOS, 1996, P.40).

No Brasil, novas demandas de terras estão relacionadas à expansão de áreas com potencial agrícola, dois fatores tecnológicos colaboraram nessa questão:: 1) a prática do plantio direta na palha; 2) o uso de sementes de soja transgênica.

Segundo Reydon e Ramos (1996, p. 40), o aumento da oferta de terra pode se dar nas seguintes situações: a) pela herança; b) necessidade de crescimento da escala; c) necessidade de liquidez para pagamento de dívida; d) instabilidade na garantia da propriedade privada da terra.

La estructura agraria de una región también afecta de forma determinante la dinámica del mercado de tierras. En una región donde la tierra está concentrada en manos de grandes propietarios, que presentan un buen desempeño, existirá un mercado relativamente cerrado con pocos negocios. En regiones donde están presentes medios y pequeños propietarios que muestran un desempeño satisfactorio y, además, existe demanda de tierras de parte de grandes propietarios, habrá negocios con precios elevados.[...] La cuestión es que cada mercado de tierras, en un momento específico, tiene una forma particular de determinar sus precios. Es decir, existen situaciones económicas, políticas y sociales, específicas, determinadas por la realidad regional y nacional que influyen en los precios.

A estrutura fundiária do município que abriga a área de estudos, de acordo com o gráfico número 36 a seguir, pode-se observar a preponderância de estabelecimentos de até 50 hectares de área, somando 288 de um total de 447 estabelecimentos, isso perfaz mais de 64 % das propriedades, tem estrutura fundiária considerada de pequena propriedade. Esses estabelecimentos possuem uma área de 5.200 hectares, ou 13 % da área total do município.

Na seqüência, apresentamos a figura número 36 e a tabela número 24 a qual traz a estrutura fundiária da microrregião homogênea da região Triticola de Cruz Alta, além das regiões homogêneas da Colonial de Ijuí e Alto Jacuí. Também destacamos a estrutura fundiária dos municípios de Ijuí e Cruz Alta, os quais fazem confrontação com o município de Pejuçara. O destaque é a forte presença de

estabelecimentos de até 50 hectares, com mais de 22 mil propriedades. Já a região Tríticola de Cruz Alta soma mais de 100 estabelecimentos com área acima de 1 mil hectares, ocupando mais de 155 mil hectares de um total de 730 mil, ou seja, mais de 21 %.

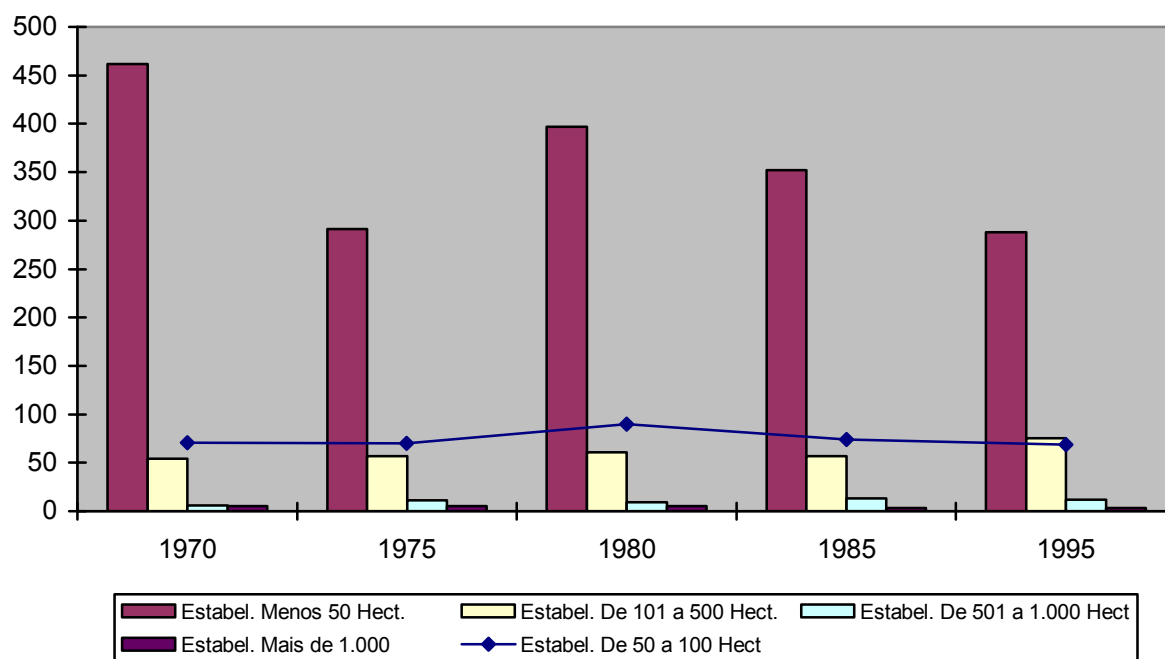


Figura nº 36 - Gráfico: Estrutura Fundiária do Município de Pejuçara, entre 1975 a 1995.

Fonte: Maroso, 2008 - com base censos Agropecuários.

Tabela nº 24: Estrutura Fundiária das Regiões Homogêneas e Municípios da Região, no ano de 1995.

R/S Censo 1995	Menos de 50 Hect.		Entre 51 a 100 Hect.		Entre 101 a 500 Hect.		Entre 501 a 1.000 Hect.		Mais de 1.000 Hect.		Total	
	Estabeli- Cimento*	Área (Ha)*	Estabeli- cimento	Área (Ha)	Estabeli- cimento	Área (Ha)	Estabeli- cimento	Área (Há)	Estabeli- cimento	Área (Ha)	Estabeli- cimento	Área (Ha)
Estrutura Fundiária												
Tritícola de Cruz Alta	7,6	127,9	1,0	72,1	1,1	237,7	0,201	137,0	0,100	155,6	10,1	730,3
Colonial de Ijuí	11,5	176,9	1,0	68,5	0,534	106,0	0,074	48,5	0,029	54,4	13,0	454,3
Colonial Alto Jacuí	3,0	58,2	0,449	30,1	0,172	29,3	0,004	2,7	0,002	2,4	3,1	122,7
Município de Cruz Alta	1,2	20,9	0,197	13,7	0,386	84,8	0,075	49,3	0,037	55,2	1,7	223,9
Município de Ijuí	2,3	39,7	0,226	14,8	0,090	15,3	0,004	2,7	-	-	2,6	12,5
Município de Pejuçara	0,288	5,2	0,069	4,7	0,075	16,1	0,012	8,4	0,003	5,3	0,447	39,7

Fonte: Maroso, 2007, com base Censo Agropecuário 1995 – IBGE.

* Em mil

Os preços das terras geralmente aumentam com as instabilidades políticas e econômicas do país: planos econômicos e trocas de governos. Um exemplo foi o plano cruzado em 1986 que, na falta de alternativas de investimentos seguros, a terra era um ativo de reserva de valor e de investimentos.

Las indicaciones son que la escala es fundamental tanto en la agricultura como en la industria, pero existen cinchos donde la pequeña producción puede mantenerse y desarrollarse. Sin embargo, en un eventual proceso de intervención del mercado de tierras, con el objetivo de ampliar el acceso a los campesinos, se debe definir el área a ser concedida a cada familia de acuerdo con una escala económicamente viable según sus necesidades medias y según el tipo de cultivo adecuado a la región.”(REYDON; RAMOS, 1996, P.52)

Segundo Romero et.al. (1994, p.6), diversas foram as interpretações sobre os determinantes do preço da terra.

As duas principais escolas do pensamento econômico das quais a maior parte dos estudiosos do assunto se origina – tanto a neoclássica quanto a marxista – partem de premissas que tendem a associar o preço da terra à sua capacidade produtiva. Enquanto os neoclássicos colocam o preço da terra determinado pela produtividade marginal do fator, os marxistas a colocam como a renda que esta terra podia gerar, capitalizada pela taxa de juros da economia.

Porém outros estudos partem da formação de preços da terra relacionada ao mercado financeiro como ativo econômico. Ambos teriam que explicar por que os preços das terras se elevam acima dos ganhos produtivos da agricultura. Para Heady e Tweeten (1963), Apud. Romero et al.(1994, p. 7)

o crescimento da demanda por terra, ocasionada pela necessidade de ampliação da escala de produção, foi a principal variável a determinar a elevação do preço da terra nos EUA. Herdt e Cocharane (1966), por sua vez, argumentam que a elevação da produtividade da agricultura acarretou um crescimento nas expectativas neste setor, elevando a demanda por terras, o que por sua vez ocasionou uma elevação do preço da terra acima dos ganhos produtivos.

Reynolds e Timmons (1969) Apud, Romero (1994, p.7) inovam ao perceber

o elevado impacto que as políticas governamentais têm sobre o preço da terra. Mostraram em seu modelo que, além dos gastos governamentais, as seguintes variáveis determinam a elevação do preço da terra a valores superiores ao explicável por sua capacidade produtiva: as expectativas de ganhos de capital com a terra, as inovações tecnológicas na agricultura e o crescimento da superfície das propriedades.

Para “Rainsel (1973), Apud, Romeiro et. al (1994, p.7), ao estabelecer a necessidade de se analisar o objeto a partir de ‘micromercados’ [...] isto significa analisar mercados desagregados, pois é nestes que os agentes econômicos interagem com determinantes locais, que certamente interagem com determinantes mais gerais.” Ainda, segundo Romeno et. al. (1994). em 1976, estudos de Harris e Nehering analisam a formação dos preços das terras, a partir de teoria de ativo de capital. Com expectativas racionais e de maximização da utilidade da mesma, portanto, componente eminentemente especulativo. No Brasil, segundo estes teóricos se dividem entre marxistas, keynesianos e das expectativas racionais.

Inácio Rangel (1979), Apud, Romeiro et. al. (1994, p.9) segue uma abordagem marxista ao analisar a questão agrária, fundiária e os preços da terra. Para ele, a “tendência do movimento dos preços da terra, além do componente da renda terra, está associada a movimentos gerais da economia, visto que o preço da terra guarda uma relação inversa com a taxa de juros, assim como a de lucro.” Porém para Rangel (1979),

à medida que o preço da terra se eleva, gera-se uma expectativa de elevação subsequente, que ‘autonomiza’ os movimentos do preços da terra em relação ao conjunto da economia. Esta ‘automização’ constitui a base do que Rangel chamou de quarta renda, numa tentativa de incluir nas três rendas da terra de Marx (absoluta, diferencial I e diferencial II) a característica especulativa e expectacional da demanda por terras.

Todas as afirmações acima são consideradas pertinentes, em relação ao preço da terra, dado seu modelo explicativo. No entanto, elas perdem consistências em regiões de fronteira agrícola. Nas regiões de ocupação tradicional, também não

dá para comprar o preço das terras com as taxas de juros de mercados, pois essas estão em função de uma política monetária usada para venda e ou remuneração de títulos públicos, objeto de maior liquidez do que a terra, não dá para comparar dois mercados de propósito diferentes: terra – renda fundiária e juros – renda financeira. A situação,

(...) Quando a taxa de juros sobe, o preço da terra baixa, quando ao contrário, a taxa baixa, o preço eleva-se. O preço da terra, decorrente da apropriação privada da terra, tem um caráter irracional no processo capitalista de produção, pois a terra, mesmo sem produzir, valoriza-se. (OLIVERIA 1986, Apud. RÜCKERT, 2003)

Na região de estudo, essa premissa dos juros alta, preços das terras baixos, não acontece, justamente, porque o preço da terra depende de outras variáveis que não apenas a taxa de juros. Percebe-se que, a partir dos anos de 1998, os juros reais no Brasil reduzem-se em mais de 50 %, enquanto que os preços da terra cotadas em sacas de soja aumentam a partir de 1999 até 2004 em torno de 200 %. Nesse caso, não teve relação direta com as taxas de juros reais, mas muito mais com as taxa cambial, com a flexibilização (câmbio flutuante) da política cambial no Brasil, a partir do janeiro de 1999, o real desvaloriza-se no período provocando maior valorização e competitividade dos grãos no mercado externo o que melhora a renda agrícola e, por conseqüência, aumentos dos preços das terras cotados em grãos de soja. Na figura número 37, podemos observar as taxas reais de câmbio do real mais desvalorizadas nesse período.

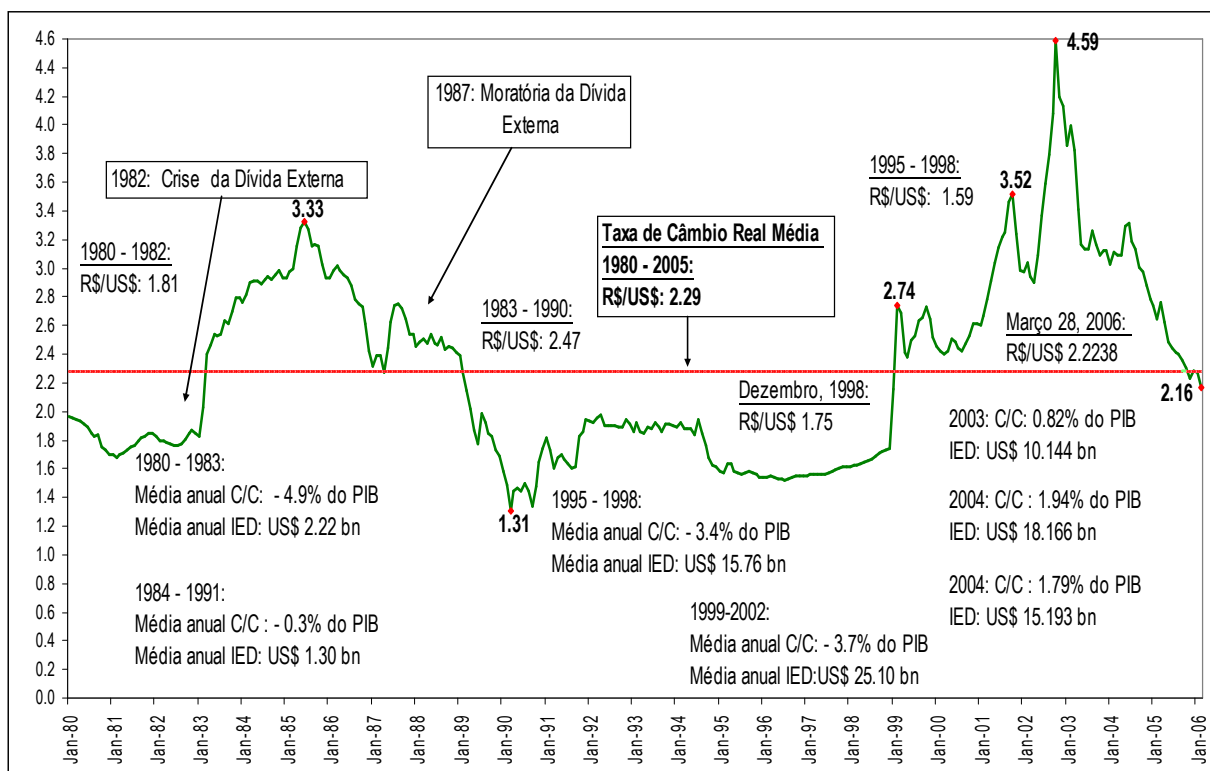


Figura nº 37 - Gráfico: Taxa de Câmbio Real com Base no Poder de Comprar R\$/US\$ (PPC).

Fonte: Banco Central, 2006.

Em relação à afirmação de que a terra valoriza-se é correta e podemos identificar essa situação na região. Mesmo que seja uma valorização não monetária, no gráfico número 38 a seguir, pode-se perceber uma forte valorização em produto físico, isto é, em saca de soja por hectares a partir dos anos 2000. Mas traçadas as linhas de tendências permitem aprofundar a análise para todo o período de entre os anos de 1990 a 2004. Mesmo que neste período, percebe-se uma leve tendência do aumento real das taxas médias de juros reais no país, a tendência dos preços da terra cotadas em sacas de soja tem um aumento bastante considerável nesses 15 anos. No início do período, a cotação média estava em torno de 200 sacas o hectare de terra, aumentando para aproximadamente 300 sacas o hectare no ano de 2004. No ano de 2008, o preço médio praticado na região de 1 hectare de terra com aptidão agrícola é de aproximadamente 500 sacas de soja, em torno de R\$ 20.000,00 reais.

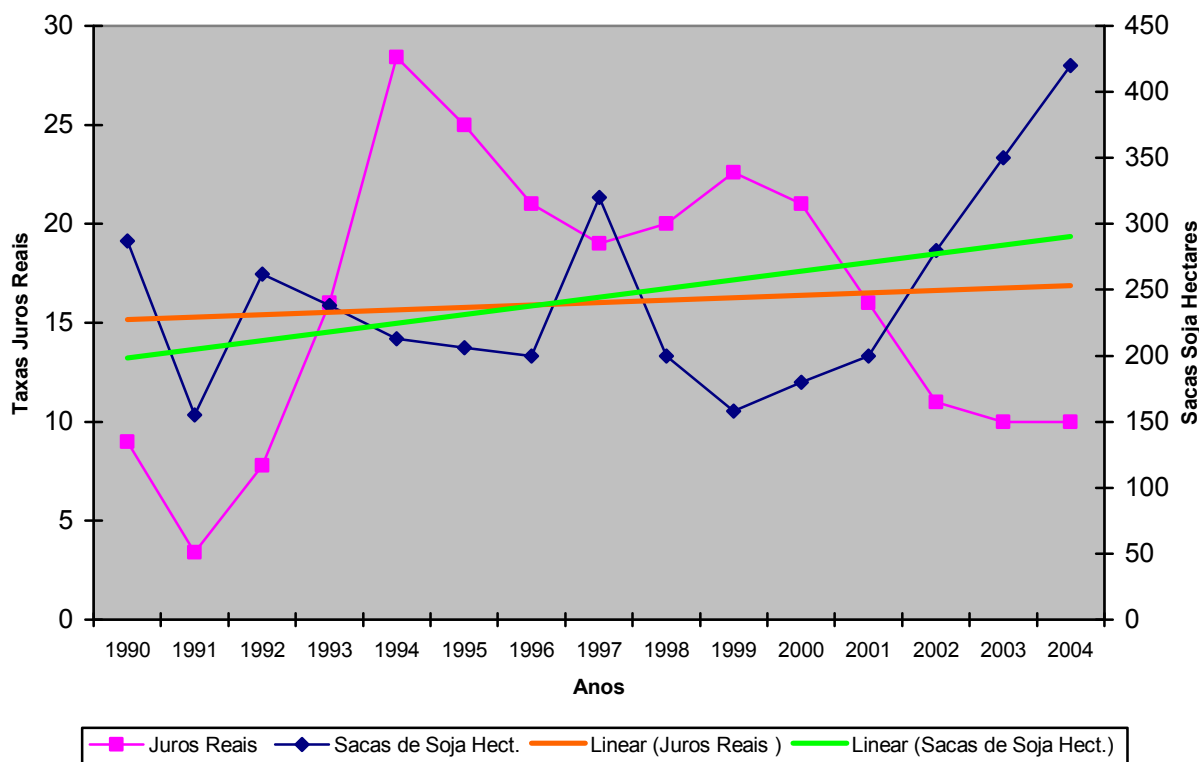


Figura nº 38 – Gráfico: Relação entre Preços Médio da Terra em Saca de Soja e Juros Real Médio Brasil, entre anos de 1990 a 2004.

Fonte: Maroso, 2007, dados dos juros reais com base Banco Central do Brasil. Dados do preço da soja, com base pesquisa de campo.

Obs: Os anos de 1993 e 1995, a pesquisa não conseguiu apurar os valores em sacas de soja, realizamos uma média entre os valores do ano anterior e posterior para comporá os dados para esse gráfico.

As taxas de juros dependem da política monetária estabelecida pelo governo, e esta pode estar em muitas situações atreladas a conjunturas internacionais. A partir da metade dos anos 1990, ocorrerem várias crises em muitos países emergentes: Crise México 1995, crise Ásia 1997, crise Rússia e Desvalorização do Real em 11 de janeiro de 1999. Bolha das Nasdaq em 2000 EUA e 2001 das Torres Gêmeas, crise na Argentina, eleições no Brasil em 2003. Essas situações são algumas das variáveis que provocam diferentes comportamentos das commodities e de determinados índices inflacionários, como se pode observar na tabela número 25 a seguir.

Tabela nº 25: Variações de Algumas Commodities em Comparação com os Índices Acionários entre o Ano de 1998 a 2005.

Commodities/Índices	Cotação Mínima Período 98-05	Cotação Máxima Período 98-05	Variação (%) 12/1998 a 03/2005
Petróleo	8,4	57,0	364,3
Café	52,0	129,0	29,0
Soja	4,1	10,5	21,1
S&P500	769	1.553	-4,0
Nasdaq	1.108	5.133	-8,5
D. Jones	7.181	11.909	14,8

Fonte: Rangel, Luis Alfredo, 19 Abr. 2005.

Numa outra situação, a afirmação de que o preço da terra assume o papel de reserva de valor – em período de alto índice inflacionário, muito presente no Brasil nas décadas dos anos 80 e anos 90. A tabela de número 26 a seguir traz os preços das terras deflacionados no Brasil e nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso. Os dados demonstram preços das terras bem mais elevados nos anos de 1993 e 1994, período de alta inflação no Brasil, o que valida tal tese na prática.

Para Delgado (1985), apud, Romero (1994, p. 10), o preço da terra é considerado um ativo, para ele “a aquisição de terras ocorre de forma similar à de qualquer aplicação financeira (desde que o mercado de terras capitalista esteja estruturado), o que depende, portanto, das expectativas sobre sua valorização”. Já para Sayad, apud, Romero et. al. (1994, p.11),

a terra é escolhida como um importante *ativo de reserva de valor* principalmente pelo fato de o mercado financeiro não funcionar adequadamente. Para ele, a escolha da terra para exercer este papel é decorrência tanto de uma herança cultural quanto de um grande crescimento populacional e de a propriedade da terra ser praticamente garantida no Brasil. (...) um agente, quando decide comprar terra, leva em conta as possibilidades de ganho com a especulação com a terra e as reais condições de lucratividade produtiva desta terra. Mas a decisão de compra ocorre em função da comparação da taxa de retorno da terra, que inclui os ganhos produtivos e especulativos da terra, com uma taxa média de retorno da economia. Neste sentido, para Sayad, é o mercado financeiro que acaba determinando a demanda por terras, e portanto o seu preço. (ROMERO ET. AL. 1994, P.12)

A análise acima é válida para os anos 70 até os idos dos anos de 1983, onde existia a expectativa de acesso ao farto crédito rural subsidiados dos anos 70 e 80 – até o ano de 1983 os juros eram altamente subsidiados. A terra passa a ser garantia ou aval para a obtenção deste crédito subsidiada. Daí sua demanda por terra e preço mais altos. Seu próprio cultivo melhora a terra antes quase improdutiva. A hiperinflação de 1989 ajuda o preço da terra a aumentar, pois é um ativo real.

Acreditamos que no caso da decisão da compra de terra por parte dos produtores existem situações mais complexas do que a observância das taxas de juros, o processo inflacionário, os ganhos produtivos (renda agrícola) e especulativos da terra. Existe uma situação que não foi objeto de estudo no Brasil, até o momento, entre a relação da realização da renda agrícola e a compra de terras. Se verificarmos que uma parte da renda agrícola usada na compra da terra advém de sobras de valores que deveriam ser alocados e ou provisionada para a aquisição de máquinas e equipamentos no futuro, em função da sua depreciação anual. Como a grande maioria dos produtores não faz reserva técnica para reposição de tratores, colheitadeiras e demais equipamentos - quando os adquirem o fazem através de financiamentos bancários, esses financiamentos de investimentos são amortizados no longo prazo (mínimo 5 anos) e a taxas de juros menores do que a praticada no mercado financeiro, geralmente a juros subsidiados e taxas de juros reais bastante baixos. Dessa forma, muitos produtores ampliam suas rendas agrícolas nominais, mediante a alavancagem junto aos bancos e o crédito oficial. Isso dá a muito médio e grande produtor um bom potencial para aquisição de terras.

A renda agrícola foi também ampliada em muitos períodos pelos ganhos produtivos – do processo de modernização das práticas agropecuárias, a exemplo da adoção da prática do Plantio Direto na Palha e uso de sementes transgênicas as quais reduzem os custos variáveis de produção. De maneira simultânea, o meio rural começa a tornar-se uma atividade empresarial, dada a necessidade de novas habilidades e competência em relação ao processo produtivo e gerencial – principalmente, no que diz respeito aos custos de produção.

Mas essa necessidade de maior profissionalização não significa que o produtor rural esteja apto a exercer outra profissão e, ou empreender novos negócios, principalmente, fora do agronegócio. Essa situação faz dele uma classe

que é, de certa forma, forçada a “ficar na terra” – se observarmos no capítulo nº 4, as entrevistas feitas com os produtores, eles deixam bem claro que sua “profissão é de agricultor”, “produtor”, o que “eu sei fazer é produzir”. Essa situação microeconômica deve ser levada em conta na constituição específica do mercado de terras. Nesse contexto, o comprador de terra age como produtor/proprietário e não como um financista.

Brandão (1986) Apud, ROMERO (1994, p.14) criticam Rangel e Sayad, quanto à expectativa dos agentes, eles se guiam por expectativas racionais para a tomada de decisão e não por expectativas adaptativas, locais e culturais. Mas Romero et. al. (1994, p.15) coloca que os autores acima mencionados apresentam “deficiências de diferentes ordens”, além de problemas nos pressupostos teóricos. Ambos concordam com Rainsel (1973),

ha necessidade de se compreender os determinantes locais, que afetam os mercados específicos das terras. Portanto, no nosso entender, a adequada compreensão da dinâmica do mercado de terras e, portanto a determinação dos preços da terra, deve ser feita levando em conta os determinantes gerais e os locais. (...) uma determinação geral do preço da terra, a nível teórico, que permite estabelecer as principais variáveis a influenciar os preços, independentemente da abrangência do mercado: mas que a determinação dos preços de um mercado nacional ou regional apenas aponta a tendência média do conjunto dos agentes naquele mercado.

Portanto, se o preço da terra decorre de determinantes especulativos e expectativas e não só de suas características produtivas, deve-se construir uma referencial teórica com articulação em dois níveis: de um ativo líquido ligado ao movimento geral da economia; e o dos mercados locais e específicos.

O nível do preço da terra é o resultado das negociações entre compradores e vendedores no mercado de terras, de movimentos de expectativas (ganhos futuros) formado por quatro atributos expectativas: quase-rendas (rendas produtivas decorrentes da propriedade do ativo; custo de manutenção (em manter o ativo – impostos); prêmio de liquidez (facilidade vender o ativo no futuro); ganho patrimonial (ganhos esperados no ato da revenda do ativo).

Terra é um ativo de capital líquido em região “madura e dotada de boa infraestrutura - pode ser vendido num prazo relativamente curto, diferente de região de fronteira agrícola e com pouca segurança jurídica¹⁰⁶. Sua propriedade privada restringe sua ocupação por não proprietários, o que possibilita a renda absoluta - de monopólio. Por ser um bem natural, a terra é do ponto de vista físico escassa assim como a produção agrícola também o é, dessa forma produz expectativas de gerar renda futura. Diante disso, seu proprietário pode realizar a expectativa dos quatro atributos apontados acima, dos ganhos em relação à propriedade da terra: quase-renda (rendas produtivas); custo de manutenção (decorrentes da sua propriedade); prêmio de liquidez (cresce à medida que a economia cresce) e ganho patrimonial (ganhos relativos a sua revenda e ou valorização).

Portanto, o mercado de terras é “dinâmico quando vários compradores acreditam que terão ganhos se adquirirem terras.”(ROMERO et .al, 1994, P.23), e não em função do seu preço. O mesmo acontece com a sua oferta não estar estritamente vinculado aos seus preços, mas:

- a)problemas de herança;
- b)necessidade de crescimento de escala, migrando para regiões de terras de menor preços – fronteira agrícola;
- c)necessidade de liquidez, para saldar dívidas;
- e)instabilidade da garantia da propriedade da terra – reforma agrária, por exemplo. (principalmente a partir da criação do MST no ano de 1985).

Somados a itens acima a oferta da terra depende da estrutura fundiária da região, onde ocorre a presença de pequena e média propriedades a dinâmica de venda de terra é maior. Outro fator importante a considerar é a localização das terras, a qual pode interferir nos preços dos produtos agrícolas, principalmente, aos produtos destinados à exportação que precisam ser escoados para corredores exportação (estradas) e cidades portuárias. Um exemplo é o preço da soja praticada na cidade de Sorriso no Estado do Mato Grosso, que por estar localizado a uma distância de 2 mil e 200 quilômetros em relação ao porto mais próximo, o produtor

¹⁰⁶Escritura Pública.

recebe em média R\$ 23,40 reais a saca. Enquanto o produtor de Rio Verde no Estado de Goiás, a 1 mil quilômetro do porto, recebeu em torna de R\$ 30,00 reais a saca. No caso dos produtores de Passo Fundo a 626 quilômetros do porto de Rio Grande, recebeu R\$ 31,50 reais a saca, segundo a consultoria Agra/FNP (GAZETA MERCANTIL, EDIÇÃO 8 MARÇO 2007). Isso implica que cada 196 quilômetros que a soja é transportada, os mato-grossenses perdem R\$ 1,00 real por saca. Enquanto os gaúchos perdem R\$ 1,00 real a cada 250 quilômetros, em Sorriso em 2007, “os custos com frete descontaram do produtor US\$ 291,19 por hectare cultivado, o equivalente a 34 % de sua receita. Em 2001, representava 28 %”.

Em síntese, várias são as razões do processo de valorização das terras produtivas e ou improdutivas:

- a) a terra como toda a mercadoria, tem um valor de uso, dados suas características naturais; quando usada de forma produtiva, necessita de trabalho técnico, socialmente determinada pela sociedade;
- b) sua fertilidade determina a renda diferencial I, assim como sua localização, mas devemos acrescentar a sua geomorfologia;
- c) a outra faceta de valorização da terra, a “incorporação de trabalho passado se consubstancia na renda diferencial II” (MOREIRA,1981. P.49);
- d) a terra improdutiva também se valoriza, não apenas é reserva de valor, quando vendida, incorpora no seu preço, a renda territorial.

Bolliger (2007, p. 03) aponta para períodos de apreciação e depreciação de preços das terras no Brasil, em função da conjuntura econômica e consequente rentabilidade do setor.

Os movimentos menos agudos de apreciação (84-86 e 90-91) e depreciação (81-83, 91-92 e 94-95) aparecem associados a variações na demanda dos produtos agropecuários conforme movimentos de recessão e recuperação econômica. Ou seja, seriam flutuações reflexo da variação da rentabilidade (q/c) do setor, dada a dinâmica econômica verificada no período.

Porém não existe conformidade do preço da terra e da valorização do mesmo no Brasil, dadas as diferentes aptidões e diferentes ciclos dos produtos cultivados. Para se ter uma ideia em junho de 2004, o preço médio da terra no Brasil foi de R\$ 4.287,00 reais o hectare, segundo dados do Jornal Gazeta Mercantil (edição de 08 de Março de 2007).

Mas temos outras situações a exemplo da região de Cascavel, “as terras roxa mecanizada na região de Cascavel teve uma valorização de 95 %, passando de R\$ 6.900,00 o hectare” no ano de 2000, para R\$ 13.400,00 o hectare no ano de 2007. De acordo com o jornal Gazeta Mercantil (EDIÇÃO 05 JUL. 2007). Já de acordo com a consultoria Agra/FNP, entre 2004 até meados de 2005, “o valor médio do hectare no Paraná (Cascavel) recuou 46 % de R\$ 21,2 mil para R\$ 11,3 mil, muito próximos da retração do preço da soja nesse período, quando a média da saca no Brasil caiu 45 %, de R\$ 62,75 para R\$ 34,43”, segundo o Jornal Gazeta Mercantil (EDIÇÃO 25 NOV. 2008, P. B12).

Em relação ao arrendamento também se percebe uma valorização nos preços dos mesmos, historicamente no Estado de São Paulo, no ano 2000 era em média de 12,4 sacas de soja por hectares, subindo para 16,5 sacas por hectare em 2003. Segundo jornal Gazeta Mercantil, edição 1-3 Out. de 2004.

A tabela número 26 a seguir traz os preços da terra em reais por hectare em três dos mais importantes estados produtores de grãos de Brasil, além da média do preço da terra no Brasil deflacionados pelo IGP-DI. Cabe ressaltar que é a média de preços de terras com as mais diversas aptidões, o que prejudica o uso desses dados na análise do presente estudo, o qual objetiva a interpretação específica do mercado de terras frente à produção de grãos para o mercado, ou seja, da lavoura comercial de grãos.

Tabela nº 26: Preços de Terra (em R\$/Hectare Deflacionados pelo IGP-DI em Dezembro de 2003)

Período	Brasil	Paraná	Rio Grande do Sul	Mato Grosso
Dez/93	4.297,00	8.4330,00	6.491,00	4.414,00
Dez/94	5.458,00	10.300,00	4.855,00	6.056,00
Dez/95	3.494,00	5.131,00	3.858,00	3.030,00
Dez/96	2.684,00	5.004,00	2.672,00	2.401,00
Dez/97	2.595,00	4.811,00	3.523,00	2.120,00
Dez/98	2.529,00	4.628,00	3.307,00	2.056,00
Dez/99	2.379,00	4.347,00	3.137,00	1.920,00
Dez/00	2.505,00	4.406,00	3.126,00	2.114,00
Dez/01	2.837,00	4.812,00	3.716,00	3.006,00
Dez/02	2.987,00	5.269,00	4.002,00	3.191,00
Dez/03	3.886,00	7.220,00	5.293,00	4.504,00

Fonte: FGV/IBRE/DGD

A ilustração do gráfico número 39 a seguir nos dá uma idéia do comportamento da valorização das terras no Brasil, em relação ao Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IPG-DI) no pós Plano Real, entre o ano de 1995 a 2003. À medida que cruzamos os dados da inflação e dos preços da terra, no período entre 1995 a 2003, observa-se que a tendência de valorização dos preços, após a sua depreciação em duas etapas, num primeiro ciclo entre os anos de 1995 a 1997 e entre o ano de 1999 a 2001, sendo retomada a partir de 2002 uma nova valorização.

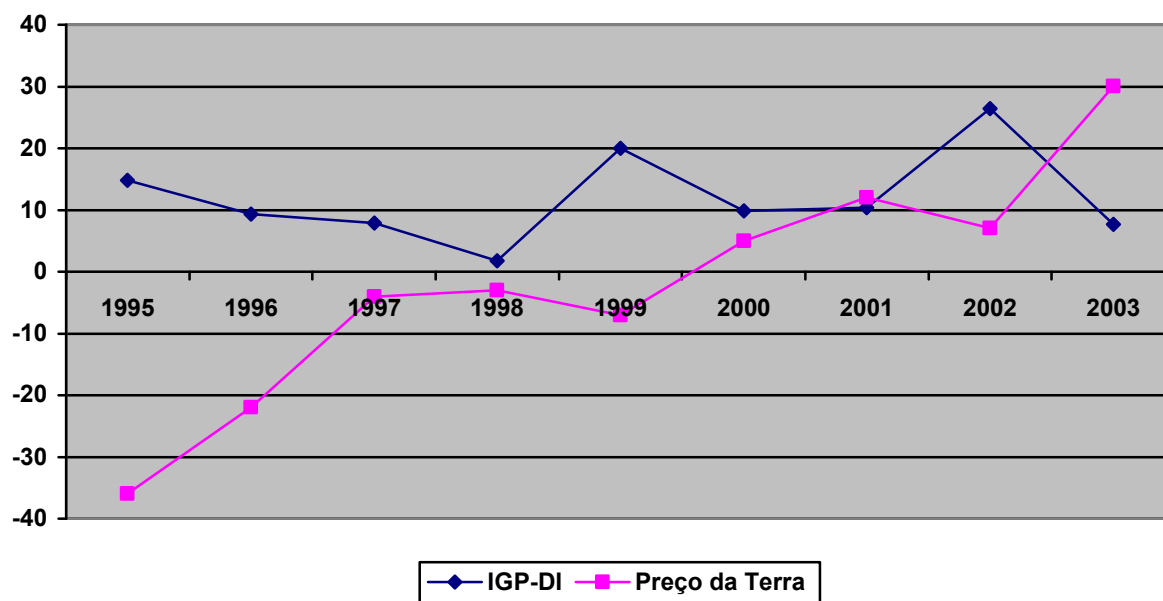


Figura nº 39 - Gráfico: Comparação entre os Preços de Terra e Inflação (em %).
Fonte: Maroso, 2008, com base nos dados da Gazeta Mercantil, 23 Ago. 2004.

No gráfico número 40 a seguir, estabelecemos uma correlação entre os preços das terras agrícolas e a variação dos preços da soja tendo como base Chicago. Mais uma vez, temos uma melhor correlação a partir da safra 1999/2000, devido basicamente ao fator taxa de câmbio.

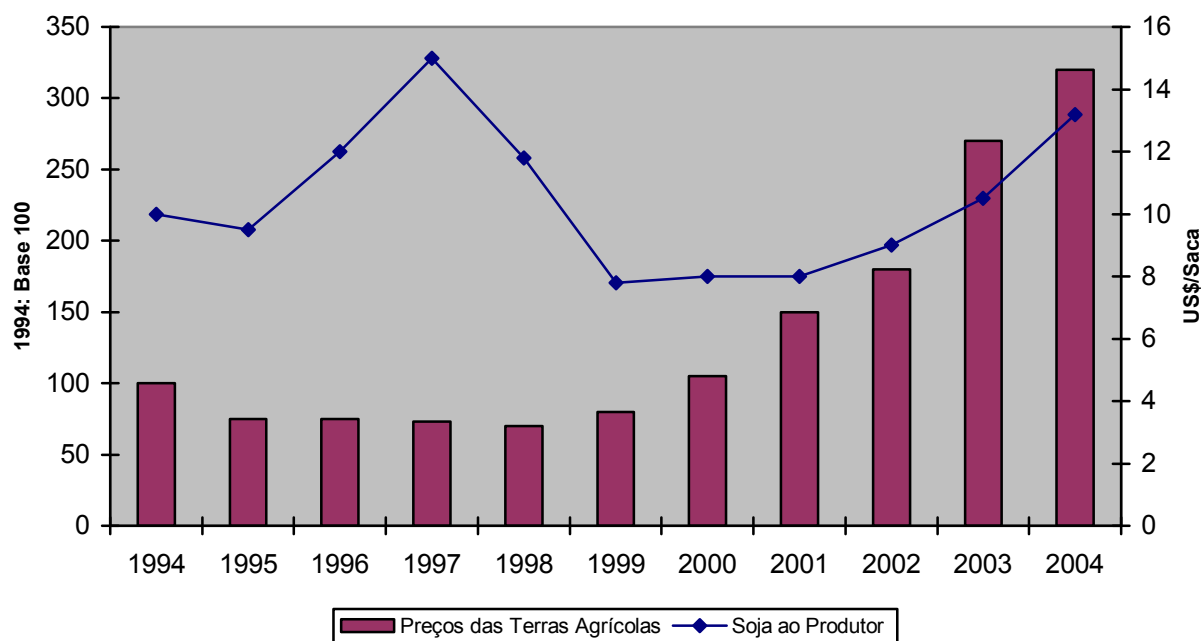


Figura nº 40 - Gráfico: Preços da Soja e das Terras Agrícolas em Mato Grosso.
Fonte: Revista Agroanalyses, Vol.24, nº 8, Agosto de 2004 – FGV.

Na tabela número 27, demonstra-se um quadro de dados a partir da pesquisa de campo sobre os preços da soja deflacionados no período.

Tabela nº 27: Preços da Soja na Cidade de Cruz Alta, entre os Anos de 1990 a 2004.

Período	Preço Médio	Preço Soja Deflacionado pelo IGP-DI	Volatilidade de Preço Soja	Valorização em Real (%)
1990	690,35*	-	936,20	596,20
1991	4.471,51	-	428,60	248,50
1992	52.092,35	-	945,90	663,70
1993	214.415,75	-	235,90	-142,20
1994	10,55**	9,40	2,50	-8,50
1995	10,42	8,71	66,80	50,40
1996	15,45	13,61	30,40	18,60
1997	16,81	15,06	21,10	10,70
1998	13,43	13,09	43,50	40,90
1999	13,43	9,35	59,60	(Continua)29,20

2000	17,47	14,34	23,40	(Continuação)5,50
2001	22,14	17,52	67,80	47,00
2002	30,19	12,55	120,70	62,20
2003	37,09	29,14	41,70	20,30
2004	39,04	24,78	67,70	30,50

Fonte: Maroso, 2008. Com base nos dados do BC e Cotricuz.

*Em Reais Novos.

** Em Reais.

Já na tabela número 28, demonstramos a valorização de preço da terra com base em produto físico da terra, além dos valores em Reais já deflacionados, no período. Observa-se que a partir do ano 2000 começa a ocorrer uma grande correlação entre os elevação dos preços monetários e físico da terra, mesmo que os valores não sejam equivalentes, a valorização da terra acontece nas duas unidades de preços.

Tabela 28: Preço das Terras em Sacas de Soja, Ofertado no Mês de Julho, na Cidade de Cruz Alta, entre Anos 1990 a 2005.

Mês/Anos*	Valor Médio em Sacas de Soja/Hectare***	Preço Médio Soja Deflacionado	Preço da Terra R\$ Hectare
Julho 1990	287	-	-
Julho 1991	155	-	-
Julho 1992	262	-	-
Julho 1993	238 ¹	-	-
Julho 1994	213	9,40	2.002,20
Julho 1995	206 ¹	8,71	1.794,26
Julho 1996	200	13,61	2.722,00
Julho 1997	320****	15,06	4.819,20
Julho 1998**	200	13,09	2.618,00
Julho 1999	158****	9,35	1.477,30
Julho 2000	180	14,34	2.581,20
Julho 2001	200	17,52	3.504,00
Julho 2002	280	12,55	3.514,00
Julho 2003	350	29,14	10.199,00
Julho 2004	420*****	24,78	10.407,60

Fonte: Maroso, 2006. Dados elaborados pelo Autor, com base na pesquisa ao Jornal Diário Serrano – Cruz Alta R/S.

¹ Preço médio entre o anos anterior e o posterior, visto que não tinha preço publicado em sacas no período.

* Consideramos os meses de Julho, por dois motivos: metade do ano civil e período do encerramento da colheita de safra de verão (soja e milho).

**Mês pesquisa agosto de 1998, porque o jornal do mês julho não foi encontrado.

*** Os valores médios, obtidos pelo cálculo entre as ofertas de terra – em que eram anunciados os preços de venda.

****Valores ofertados em Reais, convertidos em saca soja pela cotação do mês julho.

*****Valores em sacas de Soja no Município de Pejuçara (oferta de 90 hectares de terra agrícola)

Se insistirmos que relação preço da terra e renda agrícola, mesmo que essa seja desuniforme, dada à diversidade regional, tipologia de cultivo e diversidade de culturas, estudos de Roessing e Lazarroto (2006), demonstram que, em sete safras, o saldo líquido foi de R\$ 1.114,60 reais, em média por safra o produtor lucrou segundo os cálculos acima R\$ 159,23 por hectare cultivado no período safra 1998/99 a 2004/05. Em comparação com a quantidade de sobra em físico, isso representa ao produtor 5,9 saca por hectares. Comparadas com a produtividade de 50 sacas/hectare, significa uma lucratividade de 12 %. Se compararmos com o faturamento bruto, médio das safras, este foi de R\$ 1.536,00 ao hectare, com lucratividade financeira de 10,3 % ano em média.

**Tabela 29: Custo de Produção e Renda Líquida do Cultivo da Soja
– Safra 1998/1999 a 2004/2005.**

SOJA ITEM/SAFRAS	Safra 1998/99	Safra 1999/00	Safra 2000/01	Safra 2001/02	Safra 2002/03	Safra 2003/04	Safra 2004/05
Produtividade (Kg/há)	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000	3.000
Preço (R\$/sc)	27,4	26,5	24,1	31,2	36,7	41,8	27,4
Receita total (R\$)	1.371,2	1.324,5	1.203,4	1.562,0	1.834,2	2.088,9	1.367,8
Custos dos Insumos (R\$)	668,7	792,8	722,7	762,8	589,5	747,1	829,0
Custo de Operação (R\$)	163,9	170,8	185,6	207,2	203,4	286,8	259,0
Outros Custos (R\$)	406,6	400,00	366,6	441,2	470,7	555,8	407,2
Custo Total (R\$)	1.239,1	1.363,5	1.274,9	1.411,2	1.263,6	1.589,6	1.495,2
Renda Líquida (R\$)	132,1	-39,1	-71,5	150,8	570,6	499,2	-127,5

Fonte: Roessing; Lazarroto. Revista Agroanalysis, Janeiro de 2006.

Percebe-se, na tabela acima, que na safra 2001/2002 a renda agrícola obtida com a produção da soja passa a ser positiva em R\$ 150,00 reais, o que representou uma sobra de 5 sacas por hectare, a qual é ampliada para 15,5 sacas na safra 2002/2003 e decresce para 11,9 sacas hectare na safra 2003/2004. Mas como essa situação se inverte para a safra 2004/2005, mesmo que os custos tenham pequena redução, a renda agrícola é galgada pelo que em um terço do preço da soja. Como podemos visualizar na figura número 41 a seguir.

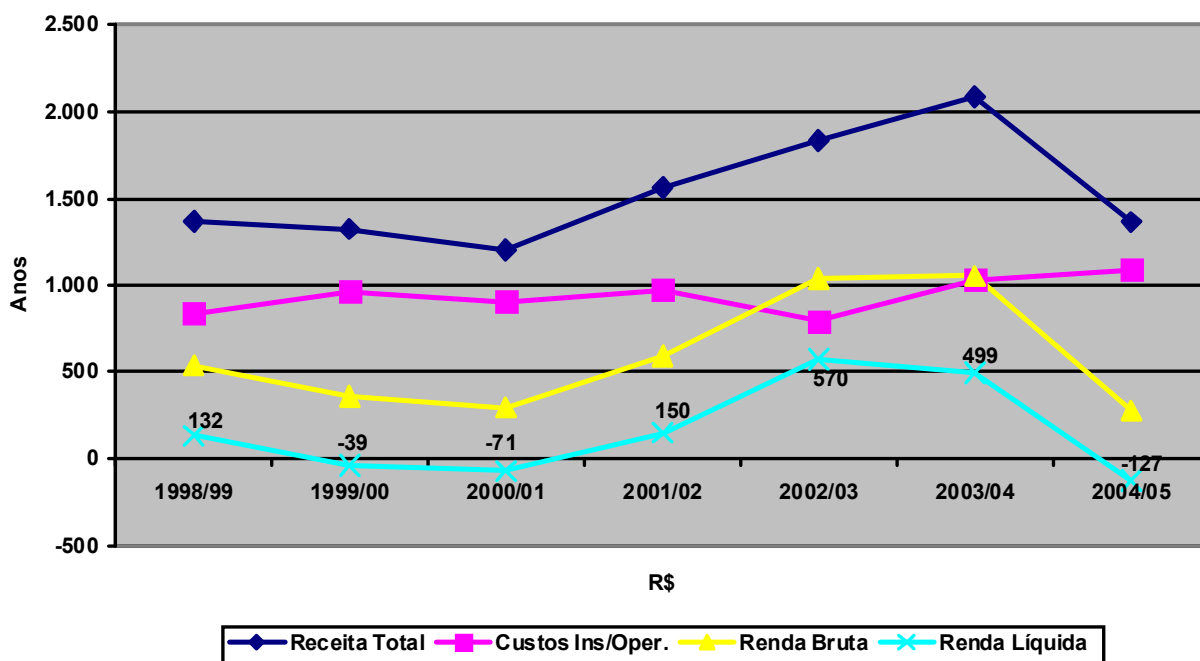


Figura nº 41 – Gráfico: Custo de Produção Custo e Renda Líquida do Cultivo da Soja – Safra 1998/1999 a 2004/2005.

Fonte: Maroso 2008, com base nos dados de Roessing e Lazarotto, 2006.

Do ponto de vista das expectativas por parte dos produtores de grãos, se observarmos no gráfico número 42 e gráfico número 43 a seguir, fica visível a potencialidade brasileira como grande exportadora de soja em grãos.

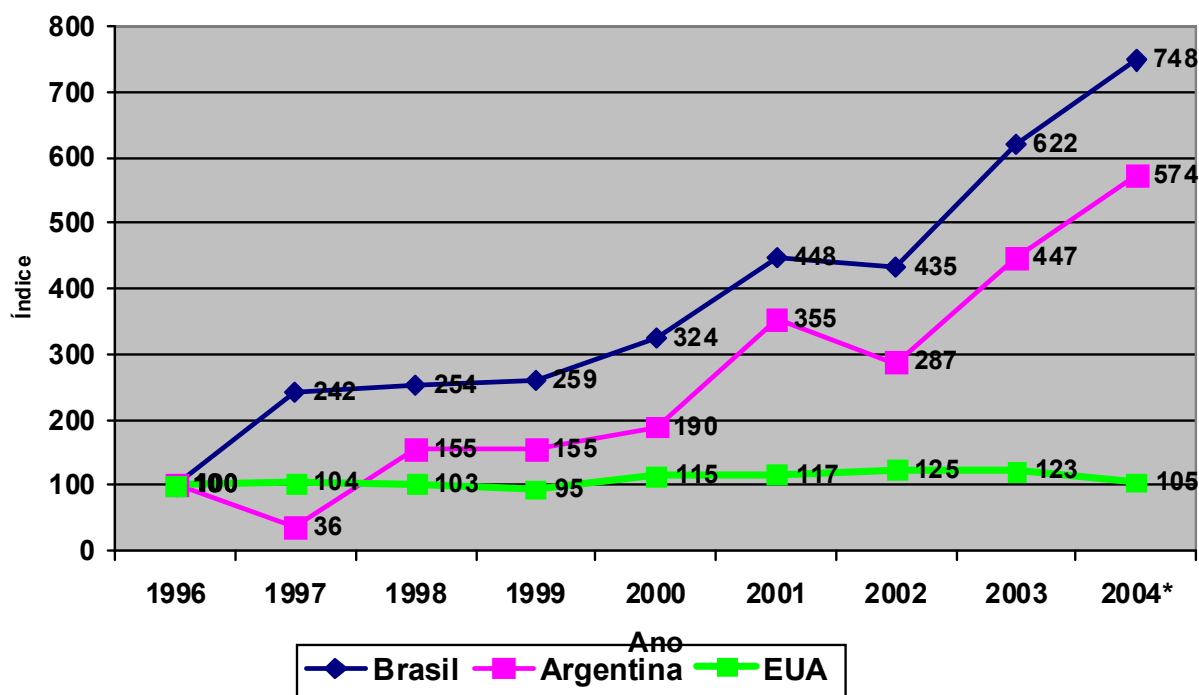


Figura nº 42 - Gráfico: Exportação de Soja em Grão – Base 100 (1996=100)

Fonte: USDA. Novembro 2003.

No figura número 43 a seguir, podemos verificar que o Brasil dobra a produção de grãos no período com a incorporação de apenas a incorporação de 10 milhões de hectares, com acréscimo de 26 % da área agrícola.

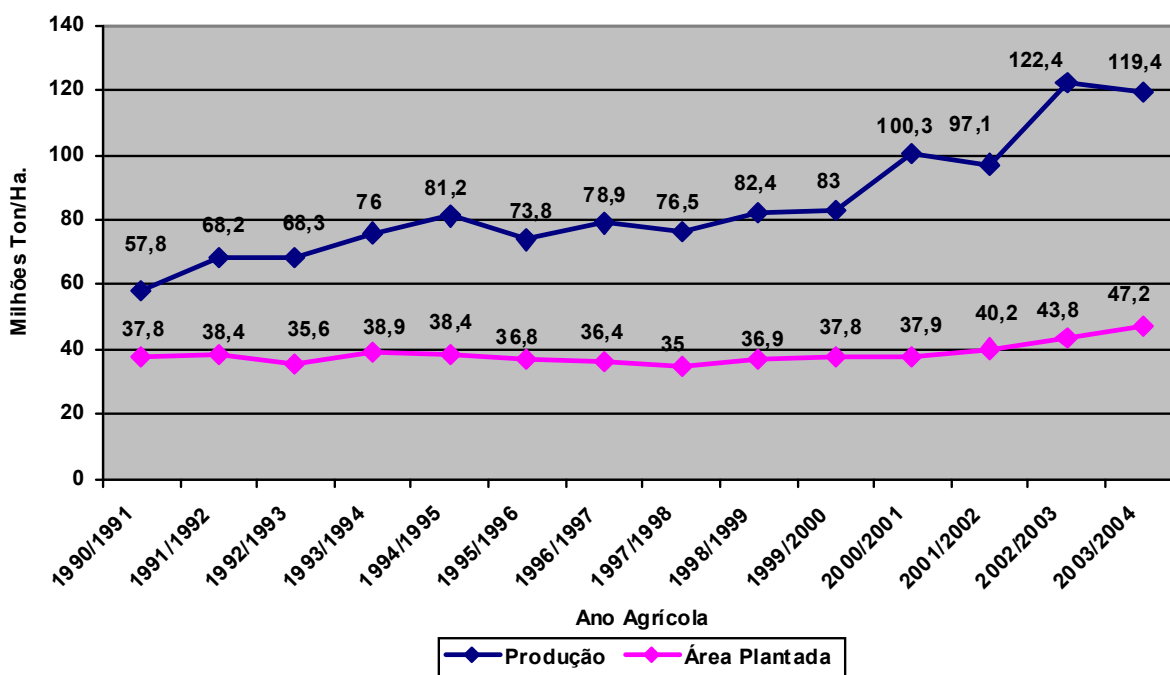


Figura nº 43 – Gráfico: Produção de Grãos de Brasil, entre Safra 1990/1991 a Safra 2003/2004.

Fonte: AEB – Associação de Comércio Exterior do Brasil.

A força do agronegócio no setor de grãos faz do Brasil um país com certa particularidade em nível mundial. As atividades agropecuárias transformaram o Brasil um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Desde a ampliação da fronteira agrícola, especialmente, a partir da década de 70, com a ocupação da região do cerrado, no Centro-Oeste brasileiro, a partir do cultivo da soja.

A soja hoje é responsável por 45 % de toda a área plantada com grãos, e representa 19 % do total do agronegócio exportado. No ano de 2008, exportamos praticamente 30 milhões de toneladas de grãos. Segundo dados do IBGE (ZERO HORA, EDIÇÃO 29 AGO. 2004), no ano de 1973, o Brasil cultivava 3,6 milhões de hectares com soja, resultando uma produção superior a 5 milhões de toneladas. O Estado do Rio Grande do Sul, além de ser o pioneiro, plantava na época 2,2 milhões de hectares e produzia 2,8 milhões de toneladas, com participação de 61 % da área

cultiva e 56 % da produção. Passados 31 anos, em 2004, o Estado do Rio Grande do Sul tem a segunda participação em área cultivada com mais de 3,9 milhões de hectares, perfazendo 18 % da área brasileira cultivada com soja e a terceira posição na produção, com 11 % da soja produzida. Na tabela número 30 a seguir, traz o número de município que tem como primeiro produto comercial a soja e uma sequência de outros cultivos.

Tabela nº 30: Número de Municípios no Brasil Cultivam Produtos Comerciais pela Ordem de Sequência, no ano de 2003 e 2004.

CULTURA COMERCIAL	2003		2004	
	Ordem	Municípios	Ordem	Municípios*
Soja	1	472	1	432
Cana-de-açúcar	2	417	4	337
Milho	3	398	3	359
Mandioca	4	381	2	392
Café	5	251	6	226
Arroz	6	238	5	260
Banana	7	144	8	144
Feijão	7	144	7	187
Laranja	9	88	10	86
Tomate	10	77	10	86
Fumo	11	71	9	102

Fonte: PAM, IBGE, em Revista Agroanalysis, Abril de 2006.

* De um total de 5.545 municípios brasileiros.

Segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), apenas quatro culturas representam 58 % do valor de toda a produção agrícola brasileira: a soja com 28,9 %, milho com 11,9 %, cana-de-açúcar com 11,6 % e arroz com 6,5 %. Porém o milho é a cultura que está presente em 95 % dos municípios brasileiros, como vemos na tabela número 31 a seguir.

Tabela nº 31: Presença da Cultura nos Municípios Brasileiro, ano de 2004.

CULTURA	PARTICIPAÇÃO
Milho	95 %
Feijão	87%
Mandioca	85 %
Arroz	68 %

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004.

Na safra de 2004, o Brasil cultivou mais de 21 milhões de hectares de soja e produz 49 milhões de toneladas, configurando o segundo maior produtor mundial, superado apenas pelos EUA. O Estado de Mato Grosso é o maior produtor de soja do Brasil, são plantados mais de 5,2 milhões de hectares e produzidos 14,5 milhões de toneladas. Segundo agência Reuters (ZERO HORA, EDIÇÃO 26 DEZ. 2007) entre 1996 a 2006, a área de lavoura no Brasil cresceu 83 %, enquanto as áreas ocupadas por pastagens diminuem cerca de 3 %. Em relação aos rebanhos bovinos, o crescimento foi de 11 %, suínos de 14,9% e aves na ordem de 73,2 %. Já o número de trabalhadores rurais em estabelecimento agropecuário sofreu uma redução de 8,5 %. Se o Estado do Mato Grosso é maior produtor de soja, também tem no município de Sorriso a maior área plantada de soja do país e do mundo, com mais de 540 mil hectares cultivados com soja. A tabela número 32, na sequência, traz os maiores municípios que cultivam milho, trigo, arroz e feijão.

Tabela nº 32: Maiores Municípios Brasileiros Produtores de Grãos e sua Participação em Relação a Produção do Brasil, ano de 2004.

CULTURA	ESTADO	MUNICÍPIO	ÁREA COLHIDA	PROPORÇÃO (%) RELAÇÃO AO ESTADO	PROPORÇÃO (%) RELAÇÃO AO PAÍS
Soja	Mato Grosso	Sorriso	540.867	11,63	3,41
Milho	Goiás	Jataí	114.374	16,26	1,37
Trigo	Paraná	Tibagi		5,65	
Arroz	Rio Grande do Sul	Uruguaiana	72.267	8,54	4,08
Feijão	Minas Gerais	Unaí	37.000	14,34	2,25

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004.

Segundo o ex-ministro de agricultura, professor Roberto Rodrigues (GAZETA MERCANTIL, EDIÇÃO 14-16 DEZ. 2007) a FAO projeta para que “em 20 anos, entre 2005 a 2025, será necessário produzir 42 % mais de cereais e 41 % mais de carnes para alimentar a humanidade”. Rodrigues destaca o crescimento de 55 % no consumo de combustíveis líquido, com destaque para a agroenergia: etanol (1 tonelada de cana-de-açúcar equivale a 1,2 barris de petróleo) e biodiesel. Segundo a expectativa da FAO, o aumento das safras derivará 80 % nas áreas já cultivadas – pelo aumento da produtividade, e 20 % com o cultivo em novas áreas, com pastagens degradadas.

Frente a esse cenário, um mapa já clássico no agronegócio sobre a potencialidade do solo brasileiro, no que diz respeito ao seu potencial agrícola e fundiária, pelo mapa identifica que a extensão territorial do Brasil comportaria área equivalente a 32 países e ainda sobra espaço. Observamos na figura número 44 a seguir:

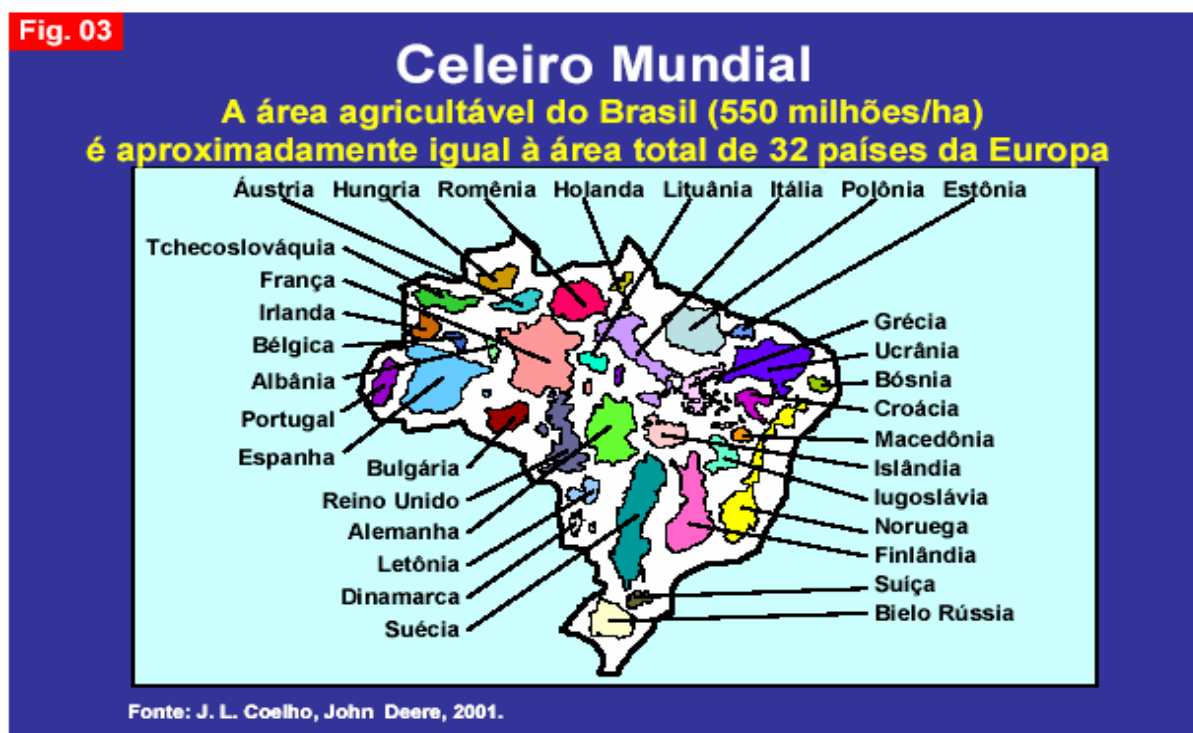


Figura nº 44 - Mapa: Área Agricultável do Brasil Comparável a o Tamanho de 32 Países.

Fonte: Coelho, Deere 2001.

O mundo tem hoje em torno de 38,3% das terras destinadas à agricultura, são mais de 5 bilhões de hectares de um total aproximadamente 13 bilhões ocupadas produtivamente. Desses 13 bilhões de hectares, o Brasil participa de um mais de 3 %, como demonstra a tabela número 33 a seguir, em relação à ocupação do solo brasileiro pelo diferentes sistemas agrícola e segmentos sociais, mas os mais de 460 milhões de hectares representam apenas 54 % de terras do país.

Tabela nº 33: Ocupação do Solo Brasileiro por Atividade.

Culturas Permanentes	18,8 milhões Hectares	2,2 % do Território Nacional
Culturas Anuais	57,9 milhões Hectares	6,8 % do Território Nacional
Florestas Plantadas	5,6 milhões Hectares	0,7 % do Território Nacional
Agropecuária	172,3 milhões de Hectares	20,2 % do Território Nacional
Sub-Total	254,6 milhões de Hectares	29,9 % do Território Nacional
Assentamentos Agrários Registrados no Incra	77,4 milhões de Hectares	9,1 % do Território Nacional
Áreas Indígenas	105,6 milhões de Hectares	12,4 % do Território Nacional
Áreas para os Quilombolas	25,0 milhões de Hectares	2,9 % do Território Nacional
Sub-Total	208 milhões de Hectares	24,4 % do Território Nacional
TOTAL	462,6 milhões de Hectares	54,3 % do Território Nacional

Fonte: Casale, 2008

Muitas áreas Indígenas e de Quilombolas foram demarcadas mais recentemente, assim como as de assentamento. Porém uma das reformas da questão agrária foi o Estatuto da Terra nos anos 60, com uma nova distinção das propriedades não apenas pelo tamanho, mas pela intensidade de utilização e uso da terra - hoje grau de utilização, GUT -, classificando-as em minifúndios, empresa rural e latifúndios, mas dando ênfase à empresa rural, além de formalizar e regulamentar assentamentos e colonizações.

A seguir, foi elaborado na tabela número 34, áreas por Estados com o módulo fiscal mínimo, o módulo fiscal máximo e o módulo fiscal mais frequente dentro de cada estado. As variações, como se sabe, resultam do fato de que o INCRA determinar o módulo fiscal para cada município levando em conta a qualidade do solo, relevo, acesso, etc.

Tabela nº 34: Módulos Fiscais e Tamanho de Áreas por Região do Brasil.

Estados	Módulo Máximo (ha)	Módulo Mínimo (Ha)	Mais Frequentes	Observações
Região Norte				
Rondônia	60 hectares	60 hectares	60 hectares	RO tem módulo único
Acre	100 hectares	70 hectares	100 hectares	
Amazonas	100 hectares	80 hectares	100 hectares	
Roraima	100 hectares	80 hectares	80 hectares	
Pará	75 hectares	5 hectares	70 hectares	
Amapá	70 hectares	50 hectares	70/50 hectares	Metade dos munc. é 70 hect. Outra metade é 50 hect.
Tocantins	80 hectares	70 hectares	80 hectares	
Região Sul				
Rio Grande do Sul	40 hectares	5 hectares	20 hectares	
Santa Catarina	24 hectares	7 hectares	20 hectares	
Paraná	30 hectares	5 hectares	18 hectares	
Região Nordeste				
Maranhão	75 hectares	15 hectares	75 hectares	
Piauí	75 hectares	15 hectares	70 hectares	
Ceará	90 hectares	5 hectares	55 hectares	
Rio Gr. do Norte	70 hectares	7 hectares	35 hectares	
Paraíba	60 hectares	7 hectares	55 hectares	
Pernambuco	70 hectares	5 hectares	14 hectares	
Alagoas	70 hectares	7 hectares	16 hectares	
Sergipe	70 hectares	5 hectares	70 hectares	
Bahia	70 hectares	5 hectares	65 hectares	
Região Sudeste				
Minas Gerais	70 hectares	5 hectares	30 hectares	
Espírito Santo	60 hectares	7 hectares	20 hectares	
Rio de Janeiro	35 hectares	5 hectares	10 hectares	
São Paulo	40 hectares	5 hectares	16 hectares	
Região Centro Oeste				
Mato Grosso do Sul	110 hectares	15 hectares	45 hectares	
Mato Grosso	100 hectares	30 hectares	80 hectares	
Goiás	80 hectares	7 hectares	30 hectares	
Distrito Federal	5 hectares	5 hectares	5 hectares	No DF existe um módulo único.

Fonte: Stédile, 2001.

Nos casos de desapropriação de áreas para a reforma agrária, a propriedade rural deve: a) pelo tamanho, ser superior a quinze módulos fiscais ou sendo pequena ou média, seu proprietário tenha outro imóvel rural; e b) não seja produtiva.

De acordo com Anaximandro Doudement Almeida e Gervásio Alves Oliveira Júnior¹⁰⁷, ciente do dispositivo constitucional acima e suas implicações para efeitos

¹⁰⁷ Engenheiro-agrônomo, assessor técnico da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários e Advogado, Consultor da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários

da reforma agrária, é preciso entender o conceito de pequena, média e grande propriedade. A Lei 8.629/93, a chamada Lei Agrária, no artigo 4º, regulamentou o dispositivo constitucional e definiu a pequena propriedade como sendo a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais (inciso I) e média propriedade o imóvel rural de área superior a quatro e até quinze módulos fiscais (inciso III). O módulo fiscal, então, passou a ser o fator para o cálculo da pequena e média propriedade.

Segundo Almeida e Oliveira Júnior, esse módulo fiscal foi criado pela Lei Nº 6.746/79, que também deu nova redação aos artigos 49 e 50 da Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra), estabelecendo o cálculo do número de módulos fiscais. O parágrafo terceiro do artigo 50 do Estatuto da Terra, portanto, passou a vigorar com a seguinte redação: "O número de módulos fiscais de um imóvel rural será obtido dividindo-se sua área aproveitável total pelo módulo fiscal do Município". Esse dispositivo foi regulamentado pelo Decreto n. 84.685/80, que em seu artigo 5º repetiu a redação do citado parágrafo da lei.

Desta forma, a Lei Agrária, que regulou a nova Constituição Federal, estabeleceu as pequenas e médias propriedades em módulos fiscais, mas não o definiu, remetendo para a legislação existente (Estatuto da Terra alterado pela Lei 6.746/79, com regulamentação pelo Decreto nº 84.685/80) a definição de módulo fiscal. Aplicando-se as normas legais vigentes, calcula-se corretamente o número de módulos fiscais da seguinte forma:

$$\text{Nº de módulos fiscais} = \frac{\text{Área aproveitável total}}{\text{Módulo fiscal do Município}}$$

Ainda segundo os estudos dos autores citados acima, o efeito do cálculo do número de módulos fiscais e o seu impacto na classificação das propriedades e consequente suscetibilidade para desapropriação pode ser observado pelo exemplo de um determinado imóvel com área de 600 hectares, área aproveitável de 400 hectares, que tenha o módulo fiscal do Município de 30 hectares, conforme tabela número 35 a seguir. Para corrigir tal impropriedade, desde o final de 2002, a Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vem fazendo inúmeras gestões junto ao Incra e Ministério

do Desenvolvimento Agrário. Até agora, no entanto, o Incra não apresentou solução para o problema, que está atingindo grande parte da classe produtora do País.

Tabela nº 35: Normas para Enquadramento de Terras Objeto de Desapropriação para a Reforma Agrária.

Parâmetros	Normas Legais Vigentes	Critérios Incra
Área total do imóvel (ha)	600	600
Área não aproveitável (reserva legal de 120 ha, áreas de preservação permanente de 60 ha, benfeitorias não destinadas a fins produtivos etc de 20 ha)	200	não considera
Área total aproveitável (ha)	400	não considera
Dimensão do módulo fiscal do município (ha)	30	30
Cálculo (divisão realizada)	400/30	600/30
Número de Módulos Fiscais	13,33	20,00
Classificação da propriedade - Resultado Final	Média	Grande

Fonte: Revista Agroanalysis, nº 195, Out.- Nov. 2003

Outro parâmetro para classificar as terras como produtiva, a propriedade deverá atingir, simultaneamente, o Grau de Utilização da Terra (GUT) de pelo menos 80% e Grau de Eficiência na Exploração (GEE) de 100%, pelo menos. O GUT é calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel. Um segundo parâmetro de classificar que se deve levar em consideração é Legislação Ambiental em vigor. O produtor deve ficar atento, ainda, às exigências ambientais que influenciam os cálculos de produtividade da propriedade (GUT e GEE) e do Imposto de Propriedade Rural (ITR). Embora a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) venha contestando algumas disposições legais ambientais, a legislação em vigor tem exigido, principalmente:

a) averbação da Reserva Legal nos cartórios de imóveis, que variam em cada Estado;

b) manutenção das Áreas de Preservação Permanente.

O proprietário rural, portanto, deve manter preservadas ou recompor as Áreas de Preservação Permanente, que são as florestas e demais formas de vegetação situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água (matas ciliares), ao redor de lagoas, lagos ou reservatórios de águas naturais ou artificiais, além de topos de morros, montanhas, serras e encostas com declividade superior a 45° (Lei nº 4.771/65 e Medida Provisória 2.166-67/01).

A questão fundiária no Brasil muito se deve ao regime de possessões, doações de grandes extensões a que se pode ocupar, conferindo-lhe o domínio pleno da área se ele a ocupasse, beneficiasse, medisse e demarcasse. Para essa situação, a obtenção da titulação de posse se legitimaria. No entanto, no início do período republicano, havia um limite máximo de 1.089 hectares para a indústria extrativa, e de 4.356 hectares para as atividades pecuárias, dentro do qual haveria a legitimação.

Paradoxalmente ao processo de legitimação por parte do Estado, temos o exemplo da Fazenda Saracura,

É um imóvel único na história fundiária mundial. Segundo a descrição contida no título de posse, expedido pelo governo em 1894 (cinco anos depois da proclamação da república no Brasil), essa gleba teria quatro léguas de frente por um milhão de metros lineares de fundos. Ou seja: 25 quilômetros de largura por mil quilômetros de comprimento. Começaria na margem do rio Arroios, afluente do rio Jarí, no Pará, avançando além-mar, em pleno Oceano Atlântico. (PINTO, 2005, P. 1)

Segundo Pinto (2005), a fazenda Soracura foi herança deixada pelo coronel Inácio José Cardoso e teria uma área de 2.640.000 hectares. A irregularidade estaria no registro dos livros, “embora o imóvel viesse sendo transferido por meio de escrituras públicas de compra e venda, o título que deu origem a essa cadeia sucessória era de posse, não de propriedade” (pg.1), e deveria estar registrado no livro 2, das poses e não no livro 3, reservado aos registros das propriedades. Em

1967, esta é vendida a Daniel Ludwig, dona da empresa Jarí, em 1982, esta é adquirida pelo grupo Antunes e agora está sob o controle da Orsa – empresa paulista do setor de papel e celulose.

O mercado de terra tem sua especificidade, pois depende da sua aptidão, seja agrícola, pecuária e ou extrativista. Mesmo terras destinadas à mesma aptidão, podem variar muita de cotação, um exemplo ocorreu com terras agricultáveis, mas que além de localizarem-se em diferentes Estados, abrigam diferentes culturas. É o caso de São Paulo, onde o cultivo de cana-de-açúcar para a produção do álcool está com boas cotações devido aos altos preços do petróleo.

Nessas áreas, “sucroalcooleiras devem registrar picos de preços nos próximos cinco anos”, segundo Pablo Paulino Lopes, analista do Instituto FNP. Já nas áreas para produção dos demais commodities, especialmente soja, “os valores pagos por propriedades rurais caíram, em um ano, 35 % em Mato Grosso e 27 % no Paraná”, enquanto que em São Paulo valorizaram-se em 15,7 %, devido às demandas do setor sucroalcooleiro. O mesmo estudo indica que o pico dos preços dos últimos três anos “ocorreu em maio de 2004, quando o hectare foi comercializado a R\$ 10,9 mil, com alta de 49 % em comparação com o mesmo ano anterior”. (GAZETA MERCANTIL, EDIÇÃO 12 AGO. 2005)

A queda dos preços das terras, com aptidão para a produção de grãos, teve uma relação com a queda dos preços dos arrendamentos. Em manchete de capa do Jornal Gazeta Mercantil de Julho de 2005, estampa “Arrendamentos de terra é negociado com deságio – produtores rurais obtêm descontos de até 30 % em função da má fase da agricultura”. A reportagem traz gráficos que demonstram os preços mínimos e máximos do arrendamento de terras no Mato Grosso em sacas por hectares. Na safra 2000/01, valores variavam de 4 a 8 sacas por hectare, na safra 2004/05 os valores em sacas sobem para valores entre 6 a 10 sacas por hectare, mas para a safra 2005/06 diminuem para 4 a 7 sacas por hectare.

Segundo o Instituto FNP, Joinville tem o hectare mais caro do país, “da lavoura de arroz está avaliada em R\$ 26 mil”, em relação a uma média brasileira de R\$ 3.052, o hectare de menor preço R\$ 14,00 situa-se no município de Cariri, estado do Ceará. (GM 23-25/92005)

Segundo o Instituto FNP (ZERO HORA, EDIÇÃO 30 JUL. 2006, P. 34), o preço médio de um hectare de terra no Estado do Rio Grande do Sul em junho de 2006, é de R\$ 5.060,00. Ou seja, ocupa a quarta posição em termo de maior preço, só perdendo para o Estado de São Paulo com preço de R\$ 9.440, 00 o hectare; Estado do Paraná com preço médio de 6.310,00 reais o hectare e o Estado de Santa Catarina com preço médio de R\$ 6.000,00 o hectare.

Na região do vale do vinhedo, o lançamento do condomínio Alto das Videiras, inflaciona o preço da terra na região, para o presidente da Associação dos Produtores do Vale dos Vinhos – Aprovale: entidade que reúne 24 vinícolas, Werner Schumacher, o projeto é uma forma de tomar espaço da área rural “é a urbanização avançando campo adentro”. Impossibilitando a compra de mais terras por parte dos produtores de uvas, pois a valorização elevou o preço da terra para algo próximo a R\$ 100.000,00 ao hectare.(GAZETA MERCANTIL, EDIÇÃO 23-25 SET. 2005, P.C3)

Fora do Estado de Rio Grande do Sul, temos exemplo de São Paulo, na região da Cana, margens do rio Grande, localização de grandes usinas, a exemplo de Moema (família Biagi e Junqueira) – uma das maiores do Brasil, cultiva “uma faixa quase contínua de 185 mil hectares de canaviais¹⁰⁸”. Com as instalações de novas usinas para a produção de álcool, na região de Ribeirão Preto, o preço da terra custa entre R\$ 20 mil e R\$ 25 mil o hectare. (GAZETA MERCANTIL, 23-25 SET. 2005 P. B12).

O que se observa entre a safra de 2004 a 2005 foi a variação do preço da terra, segundo consultoria FNP, nos estados produtores de soja, a exemplo de Mato Grosso do Sul que em julho/agosto de 2004 o preço da terra era de R\$ 14.000,00 o hectare, mas caí para R\$ 8.000,00 em novembro/dezembro de 2005. No estado de Mato Grosso cai de 10.000,00 o hectare em julho/agosto de 2004 para 6.000,00 em novembro/dezembro de 2005.

Já na região, onde a cultura da cana-de-açúcar mais se desenvolve, os preços da terra sobem no mesmo período da análise, de R\$ 9.000,00 reais ao

¹⁰⁸ Cada hectare de cana produz 9 mil litros de álcool. Uma tonelada de cana de açúcar, produz aproximadamente 39 litros de álcool e 62 Kg. Açúcar.

Obs: Onde não se pode produzir: Amazônia Legal, Unidades de Preservação fora da Amazônia, Reservas legais, Centros Urbanos, rios, Estradas, Áreas de Reflorestamento e alagadas por represa.

hectare no município de Catanduva/SP, para R\$ 15.000,00 reais ao hectare, já no município de São José do Rio Preto/SP o preço da terra sobe de R\$ 6.000,00 ao hectare em 2004 para em trono de R\$ 13.500,00 reais o hectare. (ANUÁRIO EXAME, 20 JUN. 2007, P.23).

A elevação dos valores do preço da terra no Brasil tem uma relação direta e devem ser sustentados pela forte participação nas exportações dos produtos do agronegócio. Na tabela número 36 a seguir, podemos conferir as posições na exportação.

Tabela nº 36: Posição do Brasil e Participação das Exportações Brasileiras num Conjunto de Produtos do Agronegócio, ano de 2005.

PRODUTO	POSIÇÃO ENTRE MAIORES EXPORTADORES	PARCELA DO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS
Suco de Laranja	1 ^a	81 %
Carne de Frango	1 ^a	35 %
Açúcar	1 ^a	33 %
Café	1 ^a	30 %
Tabaco	1 ^a	27 %
Carne Bovina	1 ^a	24 %
Etanol	1 ^a	13 %
Farelo de Soja	2 ^a	32 %
Soja	2 ^a	32 %
Óleo de Soja	2 ^a	28 %
Carne Suína	3 ^a	11 %
Algodão	3 ^a	5 %

Fonte: Ícone Brasil, Revista Anuário Exame, 2006/2007, Agronegócio, Junho de 2006, p.23

Esse potencial da agropecuária brasileira deve-se, segundo a revista Exame (2006, p.34) “a pesquisa foi fundamental para aumentar a competitividade do Brasil”. Entre as cinco tecnologias para o país: a) tropicalização da soja, através das melhorias genéticas; b) incorporação do cerrado, através do manejo da fertilidade do solo; c) seleção de plantas forrageiras, as condições brasileiras; d) produção de álcool de cana, com aumento da produtividade de 48 para 79 toneladas por hectare; e) produção de celulose de eucalipto, com tecnologia reduziu a terço do tempo das nações concorrentes.

A agricultura é fundamental para a sobrevivência da humanidade, segundo cálculos da ONU para 2025 (LOPES, 2007) a população será de 8,3 bilhões de

habitantes, o que implica uma produção agrícola na ordem de 4,5 toneladas por hectares – no ano de 1990 a produtividade média era de 2,5 toneladas por hectares. Essa quantidade de produção depende basicamente de 3 fatores: produtividade, expansão da fronteira agrícola e disponibilidade de água, a qual pode se verificar na tabela número 37 a seguir.

Tabela nº 37: Consumo Alimentos Per Capita e Equivalente em Água

Consumo de Grãos por Habitante e Equivalente em Água					
Países	Grãos			Água	
	Origem Animal	Origem Vegetal	Total kg/ano	Litros/ano	Litros/dia
Canadá	521	450	971	971.000	2.660
EUA	445	415	860	860.000	2.356
Itália	235	175	410	410.000	1.123
Mundo	263	123	386	386.000	1.057
China	192	108	300	300.000	821
Brasil	178	99	277	277.000	758
Índia	118	82	200	200.000	547
Haiti	65	35	100	100.000	273

Fontes: Brown (1988), complementada por Christofidis (1999)

A alimentação no mundo depende 90 % da produção de grãos, baseada em 3 produtos agrícolas: milho, trigo e arroz. Mas antes da revolução agrícola, 1 agricultor produzia alimentos para 4 pessoas, hoje graças às novas tecnologias, produz para 54 pessoas.

O desafio alimentar da população mundial passa pela expansão da agricultura, segundo dados da Revista Exame (4 Jun. 2008), vejamos na tabela número 38, o potencial de expansão de crescimento das áreas agrícolas nos continentes.

Tabela nº 38: Mapa da Expansão da Agricultura

Continente	Área Atual (Hectares)	Área Potencial ¹ (Hectares)	Crescimento Possível (%)
América do Norte	257	382	49

América do Sul	116	460	297
Europa	266	429	61
África	197	637	223
Ásia	508	454	-12
Oceania	53	89	68

¹ O aumento do potencial de crescimento de áreas a serem utilizadas para a produção de grãos, hoje praticamente mais de 80 % em média, são utilizadas com pastagens de animais.

Fonte: Revista Exame, 4 jun. 2008.

A questão do espaço para a produção de alimentos é bastante complexo, pois, nem toda a terra tem aptidão à produção de grãos, e parte dela é ocupada para outros fins. “O planeta é formado por 15 bilhões de hectares de terras, mas só 12 % delas servem para o cultivo. As demais correspondem a cidades, pastos, desertos, zonas montanhosas e geleiras” (VEJA, 22 Out. 2008). Como se pode observar na tabela número 38, a maior fronteira agrícola localiza-se no Continente Sul Americano, podem ser acrescidos mais de 344 milhões de hectares. Mas cabe destacar que grandes partes dessas áreas fazem partes de biomas, a serem protegidos ambientalmente. Muitas dessas áreas ao serem cumpridas a legislação ambiental, são reduzidas drasticamente. Um exemplo disso são as terras localizadas no Bioma Amazônia, segunda a lei 7.754, de 14/4/1989 estabelece que 80 % das áreas de terras são reservas legais, podem ser exploradas economicamente, mas sem a derrubada de vegetação natural. Portanto, os percentuais acima de ampliação das áreas produtivas podem ser ambientalmente e climaticamente questionadas.

Como podemos observar, existem áreas com potencial de expansão agrícola no mundo, no entanto, isso depende da redução de áreas destinadas a pastagens, ou seja, destinada à pecuária. Não se pode esquecer de que muitas dessa área não podem ser destinadas à mecanização, seja pelas suas características de relevo, tipo de solo, áreas alagadiças em parte do ano e, ou baixos índices pluviométricos.

A existência de terras não significa aptidão e altas produtividades agrícolas. Porém, somadas a essa questão, temos a concentração de terras e, muitas vezes, das melhores terras. Segundo reportagem da revista Veja (5 Nov. 2008), com base nos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), temos na figura número 45, um quadro de porcentagem de terras em mãos de estrangeiros no Brasil por Estado da Federação.

PORCENTAGEM DE TERRAS NA MÃO DE ESTRANGEIROS

A maior parte das terras pertencentes a estrangeiros fica em estados com vocação agropecuária. O interesse dos investidores externos na Floresta Amazônica é pequeno

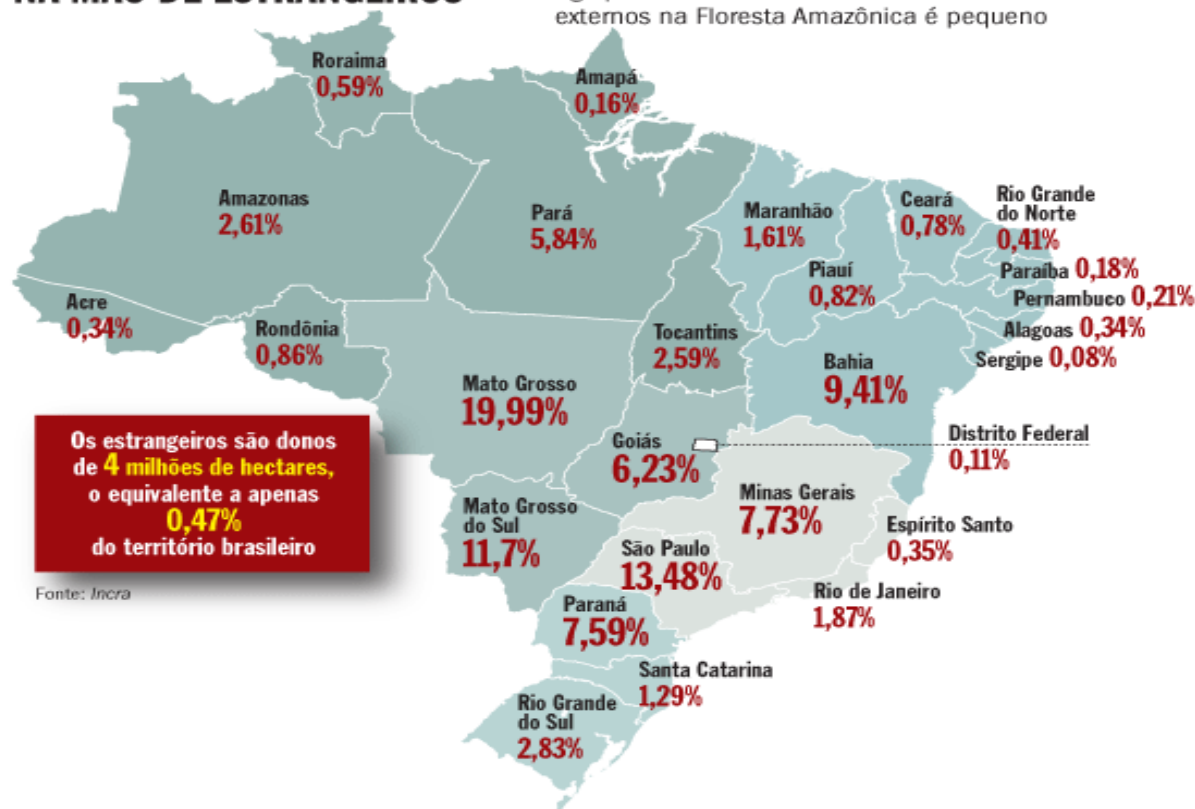


Figura nº 45 - Mapa: Percentagem de Terras nos Estados Brasileiros Ocupadas por Estrangeiros.

Fonte: Revista Veja, Edição 2083, de 22 de Outubro de 2008.

Não faltam notícias na imprensa sobre a compra de terra brasileira por parte das pessoas físicas e empresas estrangeiras. Segundo o jornal Valor Econômico (14 MAR. 2003), Americanos criam fundos para investir no Brasil.

Pelo projeto, os americanos comprarão ações da Brazil Iwoa Farmers, uma companhia criada no Brasil, pelos produtores americanos, que será dona da propriedade agrícola (ou propriedades). Os acionistas receberão um retorno anual dos lucros do investimento, que varia conforme sua cota no fundo.

Sites também anunciam terras baratas no Brasil, geralmente em terras apossadas da união. Foram objetos de denúncia propriedades sem titularidade

anunciadas na rede, acusação foi feita pelo Greenpeace, Rio de Janeiro, segundo o site amazonia.org.br,

Grandes propriedades na Amazônia sem comprovação de titularidade estão sendo anunciadas para venda em sites na internet, denunciou ontem o coordenador para Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário. Muitos terrenos estão localizados em áreas de exploração irregular de madeira. O ambientalista citou o exemplo do anúncio de venda de propriedade de 300 mil hectares em Altamira (PA), à margem do Rio Iriri, que promete "excelente documentação". A região tem vários pontos invadidos por madeireiros para exploração de mogno. "Fomos verificar e a escritura fala em 4.300 hectares", disse Adário, que fez palestra no seminário A Amazônia e o Século 21, organizado pela Escola Superior de Guerra (ESG). Os preços das propriedades na Amazônia anunciadas na internet variam de R\$ 50 a R\$ 60 por hectare. Em um dos sites citados pelo coordenador do Greenpeace, o Timberland (www.resourcesbrazil.com), a Amazônia é apresentada como uma área "sem furacão, terremotos, enchentes, vulcões ou terrorismo" (PINTO, 2005)

Ainda em relação à compra de terras no Brasil, temos hoje a cybergrilagem, segundo Cyneida Correia (2005), as sete corretoras virtuais ofereciam onze milhões de hectares de floresta, sendo que, no Estado de Roraima, eram 236 mil hectares, a um valor de R\$ 40,00 reais ao hectare. "Terra dos sonhos – outro site resourcesbrazil.com, também está anunciando pela internet nos Estados Unidos, a venda de áreas na Amazônia brasileira a R\$ 60,00 o hectare, em média."

Revista ligada ao Agronegócio, a revista Dinheiro Rural (edição 039, ano 05, jan. 2008), na edição de Janeiro (2008, p.36) traz reportagem sobre a empresa BrasilAgro, especializada na compra de terra, "tornou-se a maior compradora de terras do país, já possui 200 mil hectares em estoque e tem cadastradas em seu banco de dados, para eventuais negociações futuras, mais de mil propriedades rurais que, juntas, somam 17 milhões de hectares." Segundo seu fundador Pedro de Andrade Faria comenta, "em pouco tempo, podemos chegar a um milhão de hectares" diz Pedro de Andrade Faria, fundador da BrasilAgro.

Já na edição de Setembro (2007), a mesma revista trazia reportagem bastante chamativa: "Fazenda S/A" na mesma capa estampava "tenho caixa, quero crescer e vou comprar mais fazendas no Brasil" diz Eduardo Logemann – dono da SLC, que levantou R\$ 294 milhões na Bovespa. Em 2007 o grupo SLC tinha

117.000 hectares plantados com grãos. O grupo Vanguarda de Otaviano Pivetta, outra S/A tinha 11 fazendas que produziam soja, milho, arroz e algodão. Também o grupo Bom Futuro de Eraí Maggi Scheffer faturava US\$ 300 milhões plantando 200.000 hectares com soja, milho, trigo e algodão.

Segundo dados do Banco Central do Brasil, publicados na Revista Dinheiro Rural (Edição 045, ano 05, jun. 2008), edição do mês de Julho, existem 3,8 milhões de hectares e 33.129 propriedades rurais de estrangeiros no Brasil, conforme pode ser observado na figura do mapa número 45, a maior quantidade de hectares localiza-se no Estado de Mato Grosso, com mais de 754 mil hectares e perfazendo 19,99 % do total das terras. Já no Estado de São Paulo, 504 mil hectares estão sob o domínio de pessoas ou empresas de capital estrangeiro, perfazendo 13,48 %.

No Brasil, a lei 5.709/71 estabelece os limites para aquisição de terras por estrangeiros no território nacional¹⁰⁹, foi criada no período do regime militar onde a preocupação fundamenta-se na proteção da soberania nacional. Estabelece que

peças da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias de mais de 40 % (quarenta por cento) da área total de um único município. Acrescenta-se que o estrangeiro não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em áreas continua ou descontina. (CASA JURIDICA, 2008)

Cabe salientar que o tamanho do módulo varia no Brasil, dependendo da região e Estado em que a área se localiza. Assim, as aquisições de terras por pessoa Jurídica Estrangeira, para desenvolver projetos agrícolas e de diversas outras atividades, só podem

adquirir imóveis rurais cuja soma não ultrapasse $\frac{1}{4}$ (um quarto) da superfície do município onde se localiza, ou, caso se trata de pessoas jurídicas da mesma nacionalidade, não podem ser proprietária de mais de 40 % (quarenta por cento) do limite de $\frac{1}{4}$ (um quarto) da superfície em cada município (CASA JURIDICA, 2008).

¹⁰⁹ Pela Constituição de 1988 essa questão é regulamentada pelo Art. 190 da Constituição Federal trata da aquisição e ou arrendamento de propriedades rurais por pessoas física ou estrangeira, estabelecendo os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.

Devemos nos perguntar por que tanto interesse em ser proprietário de grandes áreas no Brasil, mesmo em muitos casos, de forma irregular. Várias seriam as respostas, desde questões de ordem cultural, onde a terra é poder, especulações imobiliária, mas também apostas que o Brasil seja potencial alimentar e energética, afinal somos um grande continente tropical do planeta e isso nos dá um poder inimaginável.

A condição de grande produtor mundial de grãos faz a procura por terra aumentar, seus preços tendem a valorização e as melhores terras ocupadas. Nesse contexto, assistimos não mais à transformação do capitalista arrendatário em proprietário fundiário, mas o capital financeiro comprando terras, áreas de terras do tamanho de muitos municípios, e até igualando-se à extensão de Estados. Essa tendência demonstra que o grande capital preocupa-se com o futuro, no qual o produtivo tenha precedência sobre o especulativo, desse movimento todo surgem as propriedades S/A.

A remuneração pelas atividades desenvolvidas, à medida que o setor agropecuário se moderniza com aplicações de nova técnica produtivas, exige uma gestão econômica e financeira cada vez mais profissional. Dada essa necessidade o setor agropecuário vem se tornando uma atividade que deve ser administrada com determinadas competências na área de gestão, independente do tamanho da área e ou atividade realizada no setor. Isso é de suma importância, pelo fato de que a agropecuária, utilizando insumos modernos e imobilizando grandes capitais em tecnologia, em máquinas e equipamentos – elevação da composição orgânica do capital -, com a compra desse conteúdo tecnológico, ocorre uma transferência intersetorial dentro da cadeia produtiva. Uma espécie de transferência geográfica de valores, à medida que a unidade produtiva moderniza sua produção e a vende a outros setores que compõem o CAI.

A ocorrência da transferência intersetorial e ou geográfica do valor, através dos mecanismos de preços, provocam variações na renda fundiária no decorrer do tempo. Mas o que atrai os novos empresários rurais e, até mesmo a continuidade dos negócios dos que estão nas atividades? Certamente é a possibilidade de ampliação do capital fundiário à medida que o mercado de terra valoriza a mesma. Entendemos que o preço da terra é formado a partir de uma expectativa

inconsciente, ou pouco racional, de renda que pode ser auferida dado o cenário que o comprador de terra consegue construir e ou visualizar. Essa renda da terra, para ele, é o somatório das rendas absoluta, diferencial e renda agrícola.

A renda agrícola foi também ampliada em muitos períodos pelos ganhos produtivos – do processo de modernização das práticas agropecuárias, a exemplo da adoção da prática do Plantio Direto na Palha e uso de sementes transgênicas o quais reduzem os custos variáveis de produção.

O preço da terra está relacionado com a renda da terra e renda agrícola que ela pode proporcionar no tempo. Mas associado a isso não são as expectativa futuras em relação às taxas de juros que a precificam, e sim seus outros atributos, os quais foram muito bem identificados pela Escola Neokeynesiana: a) renda por sua utilização; b) ser hipoteca em empréstimos bancários; c) ser um bem perene e indestrutível; d) presunção a escassez.

O nível do preço da terra é o resultado das negociações entre compradores e vendedores no mercado de terras, de movimentos de expectativas (ganhos futuros) formado por quatro atributos expectacionais: quase-rendas (rendas produtivas decorrentes da propriedade do ativo; custo de manutenção (em manter o ativo – impostos); prêmio de liquidez (facilidade vender o ativo no futuro); ganho patrimonial (ganhos esperados no ato da revenda do ativo).

Sendo a terra um bem não reproduzível, não dotado de valor, porém, seu preço é o valor pago para ter seu acesso privado. Por ser um bem imóvel, objeto de compra e venda, a partir das transações, forma-se um mercado e terras. É justamente a formação do mercado de terras que impõe transformação na sociedade agrária, que historicamente conhecidos como colonos e fazendeiros, hoje polarizados entre produtores familiares e empresários rurais. Esse assunto é tratado no próximo capítulo, o qual também descreve novos atores sociais e um novo modelo agrícola.

5 AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE AGRÁRIA

As mudanças no espaço agrário regional são estudadas pelas dinâmicas e características de uso e apropriação da terra, a partir do fluxo de compra de terras na região, pelo fato do adquirente buscar estabelecer uma maior escala de produção, com ampliação de área sob seu domínio.

As vendas das terras - em pequenos módulos rurais - são proprietários que, as receberam por herança, e estão saindo da atividade rural ou deixando de arrendá-las enquanto os médios e grandes módulos – empresários rurais - as vendem para deslocarem a outras regiões agrícolas dos Estados e ou país, provocando transformações na sociedade agrária regional.

Pretende-se ainda, analisar os grupos sociais agrários, a partir do perfil e a procedência do comprador e vendedor dos imóveis rurais, na região. No passado, os grupos sócios agrários se constituíam basicamente entre colonos e fazendeiros. Porém, no passado, a historiografia tinha como foco o estudo do camponês, mesmo sendo um conceito um tanto escorregadio. Para Cardoso e Vainfras (1997, p. 52), do ponto de vista econômico, quatro características se destacam: a) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; b) trabalho predominante familiar; c) economia fundamentalmente de subsistência; d) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas. Mais recentemente, criaram-se outras denominações e ou tipologias, a exemplo da agricultura familiar e agricultura empresarial. Dessa forma, novos atores sociais e um novo modelo agrícola surgem.

5.1 Colonos e Fazendeiros

Ao refletirmos as relações sociais no meio rural, estão sempre presentes na análise duas classes sociais que, geralmente, são definidas e, de forma um tanto determinista, por critérios de ordem fundiária, isto é, pelo tamanho da propriedade

rural. Onde produtores que ocupam pequenos imóveis rurais são definidos como sendo colonos. Já os proprietários de imóveis rurais de médio e grande porte, são considerados fazendeiros¹¹⁰.

Geralmente, faz-se uma associação do fazendeiro como sendo um latifundiário. O termo 'Latifúndio' é uma palavra de origem latina. Historicamente, a administração de grandes extensões de terra teve origem com a expansão do Império Romano, quando governadores e representantes dos imperadores geriam esses imóveis. Gradativamente, essa forma de posse da terra deu origem na Europa a uma classe social baseada na grande propriedade rural, fonte de seu poderio econômico e político e de seu prestígio social.

Com o advento da agricultura moderna, segundo Servolin (1985), apud Romero (1998, p.16), surge uma correlação "de força entre nobres e camponeses no momento crucial do cercamento dos campos, ou seja, da delimitação e divisão por meio do arame dos limites das terras".

Mas foi na França, a partir da divisão de terras da nobreza, a partir da revolução de 1789, que ocorreu as condições para o surgimento do campesinato na Europa. Nos Estados Unidos, na década de 1870, intensifica-se o projeto de colonização, desencadeado pela Lei do Homestead¹¹¹.

Na América Latina, as formas de exploração da terra tiveram um caráter misto: latifúndio no Brasil - derivadas das Capitania Hereditárias e ou doações de Sesmarias, na América espanhola, as *encomiendas*. O latifúndio tinha uma produção voltada para o mercado externo, - açúcar, basicamente produzido pela mão-de-obra escrava.

De fato, os latifúndios produziam em suas enormes extensões de terra, mas não para gerar alimentos fartos e baratos e sim com vista à exportações. Preenchendo a lacuna, o agricultor familiar passou a produzir para o abastecimento das populações dos grandes centros urbanos, assegurando com isso maiores lucros aos empresários industriais. Havia alimento barato para os trabalhadores fabris, o que significava um baixo custo de subsistência e, assim, a possibilidade de pagar a eles baixos salários." (ROMERO, 1998, P.30)

¹¹⁰ Historicamente a palavra fazendeiro no Brasil tem uma conotação do homem do campo que se dedica à criação do gado bovino. Recentemente, o termo fazendeiro também é atribuído ao produtor rural (grãos, especialmente na região centro-oeste) e não só ao criador de gado.

¹¹¹ Segundo Romero (1998) distribuía lotes de 160 acres de terras devolutas a famílias de colonos.

Para Romeiro (1998, p.30) “o sistema agrícola brasileiro começou a surgir com o complexo cafeeiro, no final do século XIX”, que somado as decisões do governo Imperial e ou dos esforços de José Bonifácio, neste período, até 1930, o Brasil passa a receber fluxo de imigrantes, basicamente europeus. Disso resultam muitos projetos de colonização, os quais realizam loteamento do solo em ‘colônias’, ou seja, com área de 24 hectares por imóvel rural. Desse processo de colonização, identificado com as pequenas propriedades rurais, deriva a designação de “colono”.

Com as mudanças no meio rural decorrentes da expansão do capitalismo no campo minimizam as análises das questões agrárias, usando-se a categoria conceitual do campesinato, o qual segundo Brumer (1994), apud Romero (1998, p. 36) “era utilizado nas reflexões sobre a definição de modo de produção e de sua dinâmica de funcionamento, assim como na discussão de temas centrados na lógica e na organização dos processos produtivos e do trabalho.”

A nova conceituação que surge, nos anos 70, foi a da pequena produção, o que permite uma “compreensão mais precisa dos grupos sociais até então associados à noção de campesinato.” (BRUMER,1994, APUD. ROMERO 1998, P. 37). Para Brumer (1994), essa opção “inseriu-se em um contexto de preocupações teóricas marcadas pela noção de “funcionalidade” da pequena produção ao capital, ou seja, sobre o papel dos pequenos produtores na acumulação do capital no campo.” Porém é, na década de 1980, que a agricultura familiar começa, de forma integrada, a cultivar fumo, uvas, criar suínos e aves, além de criar gado leiteiro para a produção de leite. Atividades intensivas em mão-de-obra, principalmente em setores de baixo grau de mecanização. Grupos de pequenos produtores optam em produzir grãos, mas sofrem com os impactos da modernização via mecanização das práticas de cultivo, as quais são poupadoras de mão-de-obra. Muitos deles migram para áreas de fronteira agrícola, outra para a cidade, constituindo o que se convencionou chamar de êxodo rural.

Com um novo enfoque teórico, nos anos 80, começou a se dar ênfase na subordinação da pequena produção ao capital, “diversas pesquisas apontaram para os processos de integração da pequena produção ao capital industrial”. (BRUMER,

1994, APUD. ROMERO, 1998, P.38) Portanto, uma pequena produção familiar¹¹² integrada ao mercado, através do Complexo Agroindustrial.

Com essa mudança na,

base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção. Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização serviu para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. (BRUMER, 1994, APUD. ROMERO 1998, P.41)

Com a modernização das práticas agrícolas na agropecuária brasileira, se alteram as relações de produção no campo. Mas, segundo Abramovay (1998, p. 22) “a agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*.” Para Abramovay (1998, p. 23),

a própria racionalidade da organização familiar não depende – é o que se verá – da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social econômico em que se desenvolve.

Na visão de Abramovay (1998, p. 68, 69),

¹¹² A produção familiar, enquanto classificação é usada na concessão de crédito agrícola, especialmente o Programa de Agricultura Familiar – Pronaf.

o ponto de partida está na constatação de que a forma mais importante de ‘penetração’¹¹³ do *capitalismo* na agricultura reside na integração vertical de uma infinidade de estabelecimentos pulverizados que passam a funcionar sob o comando centralizado da agroindústria.” (...) “a integração com a agroindústria significa em última análise que o camponês não é mais o ‘sujeito criador de sua própria existência’, expressão tão cara a Chayanov, esse sujeito agora não se situa mais internamente no estabelecimento camponês, mas está no mercado.

Como podemos perceber, Abramovay redefine o conceito de Campesinato, a partir de uma visão integracionista entre a agricultura e indústria. Discordamos da forma como aborda o processo de incorporação do trabalho familiar pela indústria, como objeto da penetração do capital no meio rural, como algo vindo de fora, dando uma impressão de um processo homogêneo. Entendemos que o termo mais adequado para esse processo é o desenvolvimento de forças produtivas baseada na alocação de capitais de forma não homogêneas das particularidades locais de mercado. Porém, à medida que ocorre a inserção da produção agrícola a uma “agricultura de mercado”, atrelada à cadeia do complexo agroindustrial, não temos mais apenas colonos e fazendeiros, mas uma nova configuração, a de produtores familiares e empresários rurais.

5.2 Produtores Familiares e Empresários Rurais

Dentro dessa nova dinâmica do capital no meio rural, Abramovay (1998, p. 166) cita o conceito de estabelecimento familiar concebido por Gasson et al.(1982, p.2), o qual possui três traços: “a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma familiar.” Novos ingressantes geralmente provêm do interior do próprio setor: via

¹¹³ Não é à toa que Chayanov, diferentemente de Lênin, não fala em *desenvolvimento*, mas em *penetração* do capitalismo no campo. A primeira palavra traz a idéia de forças internas que provocam o movimento de transformação de um determinado fenômeno: para Lênin, a diferenciação social. Já o segundo termo aponta para uma força que vem de fora – e é esse o sentido da idéia de *concentração vertical*. Não é o capitalismo que se desenvolve no campo destruindo o que antes dele existia. São, sim, capitais que tomam conta das estruturas já existentes na agricultura, socializando-as, fazendo-as partes integrantes do grande mundo econômico, sem entretanto destruí-las.

casamentos e ou heranças familiares. Nesse aspecto, nossa pesquisa de campo apurou que 70 % dos entrevistados receberam terras como herança própria ou da sua esposa.

Outra classificação da unidade familiar pode levar em consideração: área; renda; valor bruto da produção; tipo de gestão e grau de integração com o mercado. O grau de intervenção do Estado no setor quando consegue medir os subsídios governamentais, através das rendas chamadas não-agrícolas. Com esse enfoque diminui a preocupação de tentar diferenciar a unidade produtiva familiar da empresarial pelo simples uso da variável mão-de-obra assalariada ou não.

Com base neste enfoque, o IBGE comparou a participação dos estabelecimentos familiares em relação ao total de estabelecimentos agropecuários no Brasil, no ano 1985, onde representam mais de 74 % dos mais de 5,8 milhões de estabelecimentos agropecuários do país. A região de destaque foi a região Nordeste que concentra mais de 53 % dos estabelecimentos com as características familiares, já a região Sul detinha 21 %, como podemos observar na tabela número 39 a seguir.

Tabela nº 39: Número de Estabelecimentos Familiares e Participações Relativas segundo as Grandes Regiões – ano base 1985.

Grandes Regiões	Nº de Estabelecimentos Total	Nº de Estabelecimentos Familiares	% Sobre o Total Nacional	% Sobre o Total Regional
Norte	543.713	446.177	10,3	82,1
Nordeste	2.798.239	2.312.678	53,3	82,6
Sudeste	993.978	546.046	12,6	54,9
Sul	1.198.542	918.827	21,2	76,7
Centro-Oeste	267.337	115.325	2,7	43,1
BRASIL	5.801.809	4.339.053	100,0	74,8

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985.

Quanto à participação dos estabelecimentos familiares em relação à área ocupada, esta ocupava apenas 22,2 % da área recenseada em 1985, ou seja, pouca mais de 83 milhões de hectares. Com exceção da região sul do país, que os estabelecimentos familiares ocupam mais de um terço da área (36 %), as demais regiões possuem participação inferior, sendo o menor ocupação por este perfil de

estabelecimento, a região Centro-Oeste, com menos de 5 % da área ocupada, como pode observar na tabela número 40 a seguir.

Tabela nº 40: Área Total dos Estabelecimentos Familiares e Participações Relativas segundo as Grandes Regiões – ano base 1985.

Grandes Regiões	Área do Total de Estabelecimentos (mil ha)	Área dos Estabelecimentos Familiares (mil ha)	% sobre o Total Nacional	% sobre o Total Regional
Norte	62.567	19.721	23,7	31,5
Nordeste	92.054	28.812	34,7	31,3
Sudeste	73.242	12.177	14,7	16,6
Sul	47.940	17.509	21,1	36,5
Centro-Oeste	99.122	4.858	5,8	4,9
BRASIL	374.925	83.077	100,0	22,2

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985.

Quanto ao pessoal ocupado na agropecuária brasileira, a tabela número 41 a seguir demonstra que praticamente 60 % dos trabalhadores na atividade agropecuária situam-se neste tipo de estabelecimento, o que representa quase 14 milhões de pessoas.

Tabela nº 41: Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Familiares e Participações Relativas segundo as Grandes Regiões – ano base 1985.

Grandes Regiões	PO Total (mil pessoas)	PO nos Estabelecimentos Familiares (mil pessoas)	% sobre o Total Nacional	% sobre o Total Regional
Norte	2.478	1.873	13,5	75,6
Nordeste	10.442	7.062	50,8	67,6
Sudeste	4.738	1.636	11,8	34,5
Sul	4.490	2.945	21,2	65,6
Centro-Oeste	1.247	396	2,8	31,8
BRASIL	23.395	13.913	100,0	59,5

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985.

No que se refere aos aspectos relativos ao valor da produção obtida pelos estabelecimentos familiares, observa-se na tabela número 42 a seguir que apenas 28 % do valor da produção provêm desse tipo de estabelecimento. Porém se levarmos em comparação os 22 % da área ocupada pelos mesmos, essa soma é

relevante. No entanto, não devemos esquecer que estes estabelecimentos possuem praticamente 60 % da mão-de-obra, o que resulta certamente em problemas de aferição de renda per capita e, da própria unidade produtiva.

Tabela nº 42: Valor da Produção dos Estabelecimentos Familiares e Participações Relativas segundo as Grandes Regiões – ano base 1985.

Grandes Regiões	Área Total da Produção (Cz\$ mil)	Valor da Produção Familiar (Cz\$ mil)	% sobre o Total Nacional	% sobre o Total Regional
Norte	9.265.351	5.400.829	9,8	58,3
Nordeste	33.509.869	11.157.467	20,3	33,3
Sudeste	75.676.228	11.460.151	20,8	15,1
Sul	59.075.718	25.375.627	46,1	43,0
Centro-Oeste	19.178.371	1.690.986	3,1	8,8
BRASIL	196.705.537	55.085.060	100,0	28,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1985.

No Brasil, os estabelecimentos familiares apesar de modernizarem-se, mesmo que de forma não padronizada, mantêm as características de um trabalho nucleado pela família. Já na Europa, observações de cunho sociológico constataam que “as famílias são cada vez menos agrícolas, mas os casamentos não se realizam mais prioritariamente no quadro comunitário tradicional de reprodução da sociedade camponesa.” (ABRAMOVAY, 1998, P.190)

Do ponto de vista da gestão e sucessão das terras dos estabelecimentos familiares, traduzidas para a realidade local de observação, a sucessão familiar da minha família seria: meu pai faleceu com 69 anos e eu estava com 41 anos de vida, essa seria a minha idade, caso decidisse gerenciar a propriedade. Meu filho mais velho estava com 8 anos na época. A expectativa média de vida sendo de 72 anos, em 2036, meus filhos estariam herdando minhas terras, o mais velho estaria com 39 anos e seus filhos talvez já com mais de 14 anos. Dessa forma, podemos acrescentar uma outra característica, a agricultura familiar, o envelhecimento do produtor e a idade em torno de 40 anos para herdar uma parte das terras do pai¹¹⁴.

Na região, o que caracterizou a expansão do capitalismo no campo foi a constituição das lavouras tritícolas, com base no arrendamento de terras num

¹¹⁴ Herança de uma parte das terras, porque a mãe geralmente more depois do pai, com uma idade em média de 6 anos superior.

primeiro momento. Este arrendamento de áreas de campo destinadas à pecuária anteriormente, conforme estudos de Pebayle, Apud (1974, Rückert 2003, p. 48) sobre a emergência dos capitalistas granjeiros na região de Passo Fundo, com o cultivo do trigo nos anos 50 e 60, confirma “que quase dois terços de capitalistas da agricultura são originários dos descendentes de colonos que já haviam acumulado capitais fora da agricultura.” Segundo Pebayle, Apud (1974, RÜCKERT, 2003, P. 53), duas são as origens dos capitalistas da agricultura,

os capitalistas arrendatários e os camponeses enriquecidos. O primeiro segmento, que acumulou previamente os incentivos governamentais, empreendeu capitalisticamente a triticultura. O segundo seguimento inicia as atividades após 1965, aproveita as excepcionais condições de crédito e o próprio fato de possuir, individualmente ou em grupos de família associadas, frações de terra maiores do que as tradicionais unidades familiares já, então muitas fragmentadas.

Dessa formas, observa-se que, nos anos 50, tínhamos três grupos sociais distintos na região: segundo Rückert (2003, p. 50), “os capitalistas emergentes, os camponeses colonos pequenos-proprietários e os camponeses sem terra.” Entre os capitalistas emergentes, identifica-se a figura dos granjeiros do trigo¹¹⁵, os quais derivam das “frações da burguesia rural e urbana que, circunstancialmente, vêem-se integrando numa mesma atividade produtiva.”

Segundo Falkemback, Apud (1985, RÜCKERT, 2003, P. 52) na metade dos anos 50, a soja vinha sendo cultivada na região serrana do Rio Grande do Sul, com o incentivo das empresas transnacionais como: Sombra e Samrig, “empresas vinculadas aos grupos estrangeiros Bung y Born, Anderson Clayton¹¹⁶ e Unilever e ao nacional Matarazzo.”

Com o desenvolvimento do Complexo Agroindustrial em torno da cultura da soja, a pressão sobre o arrendamento e ou compra de terra aumenta consideravelmente. Segundo Gusmão, Apud Rückert 2003, p. 93 “a soja, cultivada em sistema de arrendamento no Rio Grande do Sul, reúne o maior número de

¹¹⁵ Em 1958, organizam-se em torno da Federação das Cooperativas de Trigo – Fecotriço -, órgãos de representação políticos dos tricultores.

¹¹⁶ Cabe destacar que a Anderson Clayton, instala sua fabrica de esmagamento de óleo de soja, na cidade de Cruz Alta, já no ano de 1958.

produtores arrendatários no Estado, cobrindo uma área total de 424.593 ha, em área média de 52,9 ha.”

No passado, o período de arrendamento era em torno de 10 anos, entre 1955 a 1980 caem para 5 anos, segundo Rückert (2003). Recentemente a maioria dos contratos de arrendamento não passa de três anos, isso facilita ao proprietário de terra elevar o preço do arrendamento a cada renovação de contrato. Esses contratos também passam a ter cláusula de várias ordens, entre elas, a exigência da prática do plantio direto na palha, o que melhora a conservação do solo e, conseqüentemente, a estrutura do solo, - aumenta possibilidade da cobrança pela renda diferencial II: da fertilidade dos solos e sua valorização enquanto ativo.

Para Marx (1985, p. 711-712),

os senhores das terras estipulam cláusulas no contrato – melhoram o solo, aumentam a produção e transformam a terra de simples matéria em capital-terra. Sendo a mesma a qualidade natural, a terra cultivada vale mais que a inculta. O arrendatário também fornece em parte e em certos ramos, muitas vezes, totalmente, os capitais fixos de caráter mais durável, que levam mais tempo para se desgastar e são incorporados à terra. Mas logo que se vença o prazo do arrendamento – e esta é uma das razões por que com o desenvolvimento da produção capitalista e proprietário da terra procura encurtar o mais possível o prazo do arrendamento -, as melhorias incorporadas ao solo passam a pertencer ao proprietário dele, como acidente inseparável da substância, o solo. Ao fazer novo contrato de arrendamento, o proprietário acrescenta à renda fundiária propriamente dita o juro pelo capital incorporado à terra, aluga-a ao arrendatário que fez as melhorias ou a outro. Assim cresce sua renda, ou o valor da terra fica aumentado no caso de querer vendê-la [...] Vende, além da terra, o solo melhorado, o capital incorporado à terra e que nada lhe custou. Aí está um dos segredos – se abstraímos do movimento da renda fundiária propriamente dita – do enriquecimento ascendente dos proprietários das terras, do aumento contínuo de suas rendas e do valor monetário crescente de suas propriedades com o progresso do desenvolvimento econômico.

À medida que os arrendamentos têm seus prazos reduzidos, e reajustados com mais freqüência,

a reação dos capitalistas arrendatários frente às altas exigências dos proprietários, após meados da década de 60, principalmente, é de adotar a solução clássica no Brasil meridional: passam a migrar para outras terras de campo, ditas novas, ainda não cultivadas e de aluguel baixo. Desde esses anos, a agricultores capitalistas rumam para o oeste, atingido os campos de Cruz Alta, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Borja.” (PEBAYLE, 1971, APUD, RÜCKERT, 2003, P.100)

Esse processo migratório foi demonstrado no capítulo anterior, e com o arrendamento das terras, a terra passa a ser objeto de compra, venda e arrendamento; este último, “expressa a existência da renda territorial: é a manifestação exterior; é sinal da renda e não a própria renda.”(MARTINS, APUD, RÜCKERT, 2003, P.101). No entanto, quando o arrendatário pago ao proprietário da terra um valor,

essa quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja para por terra lavrada, ou por terreno de construção, mina, pesca, florestas, etc. Esse pagamento se efetua durante todo o período em que o proprietário contratualmente emprestou, alugou o solo ao arrendatário.”(MARX, 1985, P. 710)

De acordo com os estudos de Rückert (2003), deflacionados os preços pagos pelos arrendamentos em Carazinho, entre os anos de 1970 e maio de 1985, tiveram aumentos em torno de 1.000 %, chegando-se a um aumento médio, de 63 % ao ano. Esses aumentos dos valores dos arrendamentos e a escassez de áreas para arrendar na região, forçaram muitos produtores mais capitalizados a realizarem a compra de terra, essa pressão sobre a demanda por área de terra, deu sustentação a seus preços nos últimos 15 anos, como foi demonstrado pela pesquisa de campo, no capítulo anterior. Dessa forma, parte da renda antes destinada ao arrendamento fica com o proprietário da terra, e de acordo com o comportamento da cadeia produtiva que ele esteja inserido.

Porém a renda retida nos estabelecimentos depende das condições estruturais que ocorrem na produção de commodities, como bem destaca Maurício Miarelli¹¹⁷ (2006),

Há um problema estrutural na produção de commodities, que é a permanente transferência de ganhos de produção obtidos pelos produtores para os demais elos da cadeia produtiva, em direção ao consumidor, que se beneficia dos preços mais baixos. É o que tem ocorrido na agricultura brasileira, gerando crises periódicas no setor. Nos países mais desenvolvidos, esse processo de transferência de renda é compensado por meio de subsídios. Mas, quando eles são exagerados, como ocorre nos EUA, na Comunidade Européia e no Japão, provocam distorções no mercado.

¹¹⁷ Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC).

Esta suposta transferência de renda, segundo Abramovay (1998, p. 25) e um ponto de "...convergência entre autores marxistas e neoclássicos – é que houve um processo importante de transferência de renda da agricultura para o resto da sociedade através do mecanismo de preços."

Outro aspecto em relação à renda obtida pelo setor rural, está vinculada ao processo interno do setor. Com a introdução das relações capitalistas no campo, as terras mais bem localizadas e de maior fertilidade são as primeiras a serem apropriadas e cultivadas. Só com a pressão, por procura de novas terras para a criação e ou cultivo que se ampliam as áreas cultivadas em terras de menor fertilidade e mais distantes de infra-estrutura: no Brasil, essa frente de expansão se dá via ocupação com a pecuária de corte, geralmente, em regiões de fronteira agrícola.

Dessa descontinuidade geográfica da produção e da ocupação das terras agrícolas, David Ricardo, economista Inglês, estabeleceu os pressupostos da teoria da renda diferencial,

os preços dos gêneros serão nivelados no mercado. Em outras palavras, não é possível cobrar mais caro pelo feijão porque ele provém de terra ruim ou mais barato por ser terra boa. Economicamente, ocorre que, com os preços nivelados a partir das terras de pior acesso e menor fertilidade, ganharão mais aqueles produtores que gastarem menos em capital e mão-de-obra, isto é, quanto menor for o investimento em capital (técnicas) e em trabalho (salários) maior será a renda auferida." (LINHARES; SILVA, 1999, P.23)

Outro aspecto a considerar que, inclusive a historiografia agrária, no passado deu muita atenção, foi a tese de Malthus, onde a oferta de alimentos era praticamente inelástica, o que limitava o crescimento populacional, ou seja, este dependia do crescimento da produtividade agrícola¹¹⁸. A agricultura, para ele, estava sujeita à lei dos rendimentos decrescentes e, portanto, incapaz de atender as demandas de uma população em crescimento constante. Hoje, os fatores que podem limitar a produção agrícola, estão relacionados a problemas de ordem climática, do fim das áreas de fronteira agrícola, pelo menos até que se coloque a

¹¹⁸ Enquanto a população cresce em progressão geométrica a produção agrícola cresce em progressão aritmética.

campo sementes de plantas geneticamente modificadas e que permitem o cultivo em ecossistemas de baixa pluviosidade e, ou temperatura adversa¹¹⁹.

Linhares e Silva (1999, p. 27) aborda o trabalho de Beserup, o qual dá outro enfoque à questão do aumento da produção agrícola. Segundo o último, esta se dá pelas mudanças na forma de cultivo do solo, de uso do solo. É a pressão de demanda por alimentos que provocaram a “transformação dos sistemas de uso da terra.” Dessa forma, “as sociedades agrárias regidas por sistemas agrícolas específicos só avançam para outras formas mais intensivas de cultivo movidas por determinações internas – ou seja, de dentro para fora [...]”.

Nessa linha de pensamento, o avanço do capitalismo no campo geraria ao longo da história, “a incompatibilidade com relação à servidão (como o caso histórico da Europa, levando ao colapso do feudalismo) ou com a escravidão, como foi o caso do Brasil” (LINHARES; SILVA, 1999, P.30). Dessa preocupação, Kautsky (1854-1938) conclui que com o avanço do capital na agricultura - a industrialização do campo -, ocorreria o desaparecimento do camponês, este seria incorporado pela grande produção e ou pelos complexos agroindustriais, de forma subordinada¹²⁰, ou seja, fornecendo matéria-prima. Para Lênin (1870-1924), a pequena produção familiar ao desaparecer tornar-se-ia assalariada. Na concepção de Chayanov, o que caracterizava o camponês com seu trabalho familiar era sua estratégia de sobrevivência, ou até mesmo, sua auto-exploração. Chayanov, op cit. (LINHARES; SILVA, 1999, P. 35-36)

¹¹⁹ Nos laboratórios e estufas da Monsanto, em St. Louis, no Estado norte-americano de Missouri, em meio a testes para desenvolver variedades de soja, milho e algodão resistentes a insetos e ervas-daninhas, avança uma linha de pesquisa mais ousada. Apresentada como a "segunda geração dos transgênicos" por Claire Ca Jacob, pesquisadora da área de Assuntos Agronômicos da Monsanto, esta investigação deve resultar num lançamento de impacto para o semi-árido brasileiro e extensas áreas de cultivo no Sul do país. São as variedades tolerantes à seca. "Para regiões que perdem boa parte da safra em função de problemas de estiagem é uma perspectiva muito interessante", afirma o diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Monsanto no Brasil, Ricardo Miranda. A novidade só deverá chegar ao mercado por volta de 2011, assim como variedades mais tolerantes à falta de nitrogênio – que necessitam de menos investimentos em fertilizantes. (Eugênio Esber, de St. Louis – Estados Unidos)

¹²⁰ Produção de forma integrada, a exemplo dos integrados na produção de animais de pequeno porte da companhia Sadia e Perdigão que juntas possui “16 mil produtores rurais intergados” (Gazeta Mercantil, 17/07/2006, p. A-9, nº 23.370)

a resistência camponesa, sua capacidade de não se proletarizar face ao avanço do capitalismo, residia fundamentalmente na evidência de possuir um cálculo econômico capaz de amplas adaptações. Assim, podendo decidir sobre o que plantar, quando e em que extensão – consideradas as condições de sua parcela de terra –, a empresa familiar camponesa seria capaz de fornecer trabalho e produtos a qualquer regime econômico.

Porém, isso não implica que parte de seus filhos migrem para outras regiões e ou atividades, realizem o êxodo rural. “[...] a manutenção da unidade familiar, enquanto empresa produtora, mais importante do que o destino individual, ou o sofrimento do trabalho, de cada um dos seus membros.” (LINHARES; SILVA, 1999, P.36)

Em relação ao atraso relativo da sociedade agrária brasileira, Linhares e Silva (1999, p. 50), destaca “a estrutura econômica, social e política determinada historicamente e que poderíamos resumir nos seguintes aspectos: latifúndio, conservadorismo social e econômico, caciquismo ou corenelismo.”

Essa conjuntura permite que a grande propriedade mantenha-se no Brasil, na forma de latifúndio ou em *plantations*, a primeira modalidade como terra de reserva. Um pouco diferente das formas de organização da grande propriedade nos países de colonização espanhola, as quais se organizam em *Hacienda*, na qual as terras eram arrendadas e “difícilmente permaneciam na mesma família por mais de três gerações [...]” (LINHARES; SILVA, 1999, P. 50)

A propriedade da terra, na forma de latifúndio, segundo Ruckert (2003), historicamente sofre alterações na sua estrutura fundiária, das seguintes formas:

- a) fracionamentos, pela comercialização da terra;
- b) partilhas e ou doações, no caso das heranças;
- c) desapropriação, por interesse público e ou com a finalidade de reforma agrária.

O aumento do fracionamento da terra, no decorrer da década de 1940 a 1970, provocou o aumento do êxodo rural, onde produtores rurais migram para a cidade, enquanto outros migram para novas áreas de fronteira: região oeste catarinense, região oeste paranaense e região centro-oeste do país.

A partir dos anos 60, quando a agricultura passa a cultivar produtos para o mercado, viabilizando o complexo agro-industrial, isso integra o campo à indústria e, disso, resulta uma certa dependência formal em relação à cadeia. Desse processo, resulta uma maior venda de frações de terras de pequenos estabelecimentos, seja pela dificuldade de absorver toda a mão-de-obra familiar e a inviabilidade da pequena propriedade frente a mecanização das atividades, o que exige uma produção em maior escala na produção de grãos. Foi nesse contexto, que surge o empresário rural e a conhecida a agricultura empresarial.

Com o advento da agricultura empresarial, outro aspecto a considerar, nessa dinâmica do setor agropecuária frente ao modo de produção capitalista, diz respeito ao preço das terras, uma vez estabelecido o mercado de terras.

O preço da terra, no modo capitalista de produção (para os capitalistas), aparece como juro do capital com a comprar da terra. Por conseguinte, obtém o direito à renda. É, pois, o preço da terra regulado, de um lado, pelo montante da renda a ser auferida e, de outra lado, pela taxa média de juro no mercado de capitais. Quando a taxa de juros sobe, o preço da terra baixa, quando ao contrário, a taxa baixa, o preço de terra eleva-se. O preço da terra, decorrente da apropriação privada da terra, tem um caráter irracional no processo capitalista de produção, pois a terra, mesmo sem produzir, valoriza-se. (OLIVEIRA, 1986, apud, RÜCKERT, 2003, P. 158-159)

Se o preço das terras é regulado pela renda auferida com a produção e ou pela taxa de juros de mercado, no que se refere ao proprietário rural, sabemos que a maioria busca a maximização do lucro, através da eficiência alocativa: terra, capital e trabalho. Essa eficiência econômica do produtor, segundo Schultz (1964), passa pelo papel do Estado em promover centros experimentais e de difusão das modernas tecnologias, ao conjunto dos produtores. Para ele, o acesso ao crédito agrícola, bem como suas taxas de juros reais, também influenciam os preços das terras.

No que tange às taxas de juros de mercado, estas resultam das políticas monetárias governamentais, as quais são instrumentos usados para o controle de processo inflacionário, bem como, frutos de taxas de *spread*, cobradas pelo sistema bancário.

No estudo, percebe-se que as maiores variações de preços das terras têm uma relação com as rendas auferidas na propriedade, derivadas da produção agrícola. Um exemplo disso é a formação dos preços das terras, as quais são cotadas e negociadas em produtos, ou seja, quantidade de sacas por hectare, como podemos verificar no capítulo anterior.

O fracionamento da pequena propriedade passa a consolidar a empresa agrícola – lavouras empresariais. Com isso ocorre um processo de desconcentração de áreas de campos, - usada pela pecuária de cria -, mas também se inicia um processo de concentração a partir da compra de parte dos empresários rurais, de área anteriormente fracionada pela venda de pequenas áreas pelos herdeiros, geralmente da agricultura familiar. É justamente os estabelecimentos da agricultura empresarial que reaglutina os estabelecimentos antes fracionados, o que vem a caracterizar um novo processo de concentração de terra na região. “os campos fracionados são mais facilmente comprados por capitalistas que, anexando-os aos seus empreendimentos, voltam a concentrar a posse da terra de campo.” (RÜCKERT, 2003, P.176)

Hoje, por questões de acesso ao crédito agrícola (Pronaf), ocorre um partilhamento de solo novamente, entre os membros familiar, - a exemplo das filhas que no papel passam a ser arrendantes da área pertencentes aos pais, ainda não partilhadas, ou herdadas -, para que tenham acesso ao crédito agrícola familiar.

No Brasil, somente cultivos comerciais, a exemplo da soja, arroz, cana-de-açúcar e laranja, permitem o pagamento de uma renda da terra relativamente alto. Isso, de certa forma, provoca maior concentração fundiária, à medida que funde, unifica duas classes sociais – a do arrendatário e proprietário fundiário, nesta última, com raras exceções, as terras nessa região passam a ser terra de negócio, isto é, uma mercadoria, portanto, propriedade capitalista.

A grande imobilização de capital na compra da terra pode ser considerada uma irracionalidade econômica, se considerarmos apenas o lado financeiro. Como então se justifica a sua compra? Certamente um dos aspectos é a possibilidade de pela compra, o agente econômico seja investidor e ou produtor: a) ampliar o patrimônio, pois ele no longo prazo valoriza-se; b) paga baixa tributação, a

incidência de imposto territorial é de baixo valor; c) a propriedade da terra, dá acesso a financiamento agropecuário de médio e longo prazo, com juros abaixo do mercado doméstico; d) a propriedade da terra serve como garantia para qualquer financiamento e ou negócio alavancado.

Se com a compra da terra, ocorrem as quatro situações acima, ela também é um meio de neutralizar a renda da terra, que é uma irracionalidade para o capital, "...o capitalista precisa derrubá-la. Assim o fazendo, ele próprio passa a reter a renda que a sociedade inteira paga para que a mercadoria terra possa ser por ele monopolizado" (RÜCKERT, 2003, P.197-198). Assim, "a compra/venda de terra é um reflexo imediato do capitalismo no campo, já que a propriedade fundiária não se concentra, nem se divide sem a mediação do capital" (RÜCKERT, 2003, P.199). Dessa forma, "a unificação dos personagens capitalistas arrendatário e proprietário fundiário numa só pessoa, em função da renda da terra, consolida assim a terra de negócio" (RÜCKERT, 2003, P. 200).

Como terra de negócio, ocorrem mudanças na forma de apropriação das terras, no passado no caso da Inglaterra, mais especificamente, a separação dos camponeses "da terra, através do gradual cercamento dos campos, *enclosure*, que tornou possível o desenvolvimento do capitalismo agrário no século XIX" (LINHARES; SILVA, 1999, P. 11). Porém hoje, não é mais o cercamento que dá a base para o desenvolvimento do capitalismo no campo, mas as situações de mercado, mediado/regulado pelo Estado, "o Estado é o maior agenciador da drenagem da renda fundiária para o capital financeiro, industrial e comercial."(RÜCKERT, 2003, P.198).

Mesmo que Rückert seja enfático na afirmação sobre o papel do Estado, cabe salientar, que ele tem um papel importante nas crises do setor agrícola. Isso ficou evidente nas renegociações das dívidas dos produtores rurais, seja eles agricultores familiares e ou produtores rurais de médio e grande porte. Na verdade, o Estado brasileiro tem assumido, a partir dos anos 90, um papel importante na estruturação do setor agropecuário, seja através dos seus órgãos de pesquisa e como principal agente financiador do setor. Diante disso, e através de suas políticas agrícolas, derivam novos atores sociais no campo e um novo modelo agrícola.

5.3 Novos Atores Sociais & Novo Modelo Agrícola

De forma clássica, as análises das transformações das estruturas agrárias tradicionais resultantes da penetração capitalistas na agricultura previam dois acontecimentos: 1) a destruição do campesinato, ou pequeno produtor de subsistência; 2) a modernização do latifúndio e sua transformação em empresa capitalista. Outra interpretação com ênfase extra-econômica afirmará que, à medida que o capital penetra-se no meio agrícola não-capitalista, ocorreria a destruição dos vínculos tradicionais do pequeno produtor. Com a introdução da economia de mercado ocorre a separação entre as práticas agrícolas e industriais.

No entanto, para Nakano (1981, p. 5), mesmo com a destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura, persiste a produção familiar nas fases mais avançadas do capitalismo. A formulação clássica,

davam conta perfeitamente do processo de transição para o capitalismo no século XIX, mas apontam que, a partir do final do século passado, com a implantação plena de relações capitalistas no setor urbano-industrial, há uma reversão no processo de transformação no campo.

De acordo com Popper, (1991) Apud, Guimarães (1994), essas transformações não são leis universais, são tendências, são enunciados históricos singulares.

Abramovay (1998, p. 123), ao abordar as particularidades da agricultura no desenvolvimento econômico, coloca o paradoxo que a economia agrícola enfrenta, à medida que o

aumento da produção e da produtividade não se origina fundamentalmente na elevação dos preços ao produtor. A idéia básica é de que o agricultor produz sem obter o correspondente ao custo de oportunidade de seus fatores. É claro que está aí embutido um mecanismo de transferência setorial de renda, importante para a compreensão da agricultura contemporânea. É importante assinalar, entretanto, que se o agricultor se mantém na atividade, apesar deste quadro, isto não se deve apenas à escassez de oportunidades de trabalho fora do meio rural, mas também à valorização de seu patrimônio fundiário: de certa forma, aquilo que ela deixa de ganhar nas cotações

agrícolas volta virtualmente a seus bolsos na elevação do valor de sua terra. O sacrifício pela renúncia à renda presente é atenuado pela obtenção de uma renda diferida, futura.

Como podemos observar tanto Nakano e principalmente Abramovay, dão conta da explicação porque a tese do fim do pequeno produtor de subsistência não ocorra totalmente. Fundamentam suas explicações na valorização futura da terra, mesmo que não consiga efetivar plenamente a renda da terra e uma taxa de lucros na atividade agrícola. A segunda tese de que o latifúndio se modernizaria e transformaria em uma empresa capitalista, de certa forma vem ocorrendo, principalmente a partir do fim dos altos processos inflacionários que ocorriam no país até meados dos anos 90. Com a redução da inflação, a terra deixa de ser apenas uma reserva de valor. Somados a movimentos pela reforma agrária na década de 80, as grandes propriedades passam a ser cultivadas, mesmo que muitas de forma extensiva, com a pecuária de corte, principalmente.

Historicamente a propriedade da terra representa prestígio social, ao grande proprietário, a exemplo das estâncias, também representava poder. Com o advento da República no Brasil, um novo projeto de modernização agrária estava sendo planejado por Ruy Barbosa, segundo Linhares e Silva (1999, p. 73-74), aos moldes da *farmer* americana, com incorporações de novas técnicas e substituição da mão-de-obra escrava por um sistema de colonato. No entanto, este novo projeto agrário fracassou, em detrimento da pressão da classe latifundiária que reivindicava, “crédito fácil, redução dos impostos de exportação, estabilidade financeira e cambial ao lado de obras de infra-estrutura [...]”

A partir desses acontecimentos, no período entre 1889 a 1930, caracteriza-se o que convencionou chamar de “República Velha” em que “foi um dos picos da formação dos grandes latifúndios no país a partir do patrimônio público.”(LINHARES; SILVA, 1999, P.76). Em 1912, o governo revisava a lei 601, de 1850 – chamada Lei das Terras do Império -, através do decreto lei nº 10.105, de 5 de março de 1913, onde reconhecia o fracasso da lei anterior,

impunha a compra como único meio de acesso, e legitimava outras formas de posse, particularmente a invasão e apossamento de terras públicas (chamadas devolutas) por grandes proprietários.”(LINHARES; SILVA, 1999, P. 92)

Segundo Linhares e Silva (1999), o governo federal dava o aval a quem declarava possuir terras, em qualquer situação. Após a República Oligárquica Ruralista, em 1930, com Getúlio Vargas assumindo a presidência, começa alterar o ordenamento agrário do país e passa a inserir a agricultura no novo modelo de substituição das importações – devido ao aumento da demanda interna por alimentos e matéria-prima, à medida que aumentam os números de trabalhadores urbanos -, dessa forma passa a “reorientar a agricultura para o mercado interno valorizando a produção de alimentos e sugerindo a formação de núcleos policultores.” (LINHARES; SILVA, 1999, P.105)

Vargas amplia sua política autoritária/modernizante em relação ao campo, indo de encontro com as posições de “Alberto Torres, Olavo Bilac e Oliveira Vianna, exigia a incorporação produtiva do brasileiro, visto então como um *bugre dos sertões*.” (LINHARES; SILVA, 1999, p.107) Para que isso ocorresse, era necessário o Estado promover a colonização interna¹²¹ do país e expandir as fronteiras agrícolas¹²², conforme pode ser observado no mapa nº 46 do anexo nº 15.

Essas mudanças todas no meio rural são abordadas na obra Terra Prometida de Linhares e Silva (1999), onde demonstra o rompimento do ordenamento agrário-conservador, a partir de Getúlio Vargas: com a aplicação do modelo fordista de produção - modernizante e produtivista -; a criação de um novo imaginário rural, a partir da dignificação pelo trabalho, reforçado pela música popular, cinema, pintura e literatura¹²³. Para esses autores, à medida que o campo participasse do desenvolvimento nacional, “do ponto de vista político e do imaginário nacional, nascia, aí, a questão agrária.” (LINHARES; SILVA, 1999, P.126) A própria legislação agrária com a publicação de vários decretos, - principalmente entre 1934 a 1944 -, e

¹²¹ De acordo com o decreto presidencial de 1932, em seu artigo 21 preconizava a formação de cooperativa de produção agrícola, a partir da sociedade de pessoas e não de capitais.

¹²² Na visão autoritária e geopolítica, espaço vazio pode significar problemas futuros quanto a soberania.

¹²³ Entre a literatura clássica com uma abordagem rural, temos Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Hollanda; Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freire, além da obra de Caio Prado Júnior, Formação Contemporânea do Brasil.

a criação de institutos que passam a regular a produção, demonstram a intervenção Estatal nas questões agrárias.

Entre os principais aspectos da questão agrária, pós-segunda guerra mundial, uma grande mudança começa a ocorrer no campo, - o êxodo rural -, com a “inversão da relação campo/cidade, com a população rural, passando de 64 % da população total do país, em 1950, para 33 %, em 1980 [...]” (LINHARES; SILVA, 1999, P.148-149). Neste início de século, este percentual está próxima aos 18 % da população residindo no campo.

Mesmo que as lutas pela manutenção e ou acesso à terra possam representar para muitos um modo de viver, ao estilo/modelo de Chayanov, hoje, a “mobilidade geográfica e rigidez social, adversidades naturais e injustiças sociais compunham um quadro propício para inflamar as imaginações, ruminar murmurações e acalantar revoltas.” (LINHARES; SILVA, 1999, P. 83)

Essa situação de mobilidade pode ser representada pelo movimento de ocupação da fronteira agrícola, hoje temos o exemplo dos Estados da Bahia, Maranhão e Piauí, onde o território não deve ser considerado como sinônimo de espaço ou de espacialidade, mas,

processos que reenfazem uma base geográfica, material, a começar pelos que envolvem questões ecológicas (desflorestamento, erosão, poluição, efeito estufa) [...] questões de fronteiras e controle de acessibilidades (como os fluxos migratórios), novas lutas nacional-regionalistas de forte base territorial etc.”(HAESBERT, 2004, P. 25-26)

Para Haesbert da Costa (2004, p. 28), “a maioria dos autores recorre à leitura espacial ou geográfica, a fim de visualizar melhor não a emergência do novo, mas o desaparecimento do antigo.” Como forma de superação desse problema destacado pelo autor, devemos considerar a importância de multiterritorialidade, por ser “um processo concomitante de destruição e construção de territórios, mesclando diferentes modalidade territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial.” (HAESBERT DA COSTA 2004. P.32)

Tanto as múltiplas escalas como as articulações territoriais devem ser entendidas no decorrer do processo histórico por que passam as questões agrárias,

dentre as principais metamorfoses do território agrário enfoca-se o movimento da gênese e transformação dos capitalistas arrendatários de terras de campo no planalto rio-grandense em capitalistas proprietários fundiários (o que configura sua territorialização), bem, como a destruição de parte do território camponês. (RÜCKERT, 2003, P. 15)

Essas situações só podem ser apreendidas e percebidas em observância ao mercado de terra. Nele encontramos fortes conflitos de interesse, a exemplo das situações de terra de negócio e terra de trabalho. Independente da situação, Rückert (2003, p. 26) nos alerta que “o regime de posse e/ou propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada [...]”. E enquanto tal, a sua “territorialização dos capitalistas da agricultura se dá, na medida em que esta classe incorpora a terra (e a renda da terra) ao seu processo de produção.” (RÜCKERKT, 2003, P.16)

Esse aspecto da territorialidade foi estudado por Rückert (2003) na gênese e metamorfose da agricultura de trigo e soja no Planalto Rio-Grandense, entre os anos 1930 a 1990. Na análise, correlaciona processos de uma temporalidade onde continuidades e rupturas, em conflito/tensão no seu cenário agrícola/agrário, com novos atores econômicos e sociais, novas formas de ocupação, fragmentação e concentração do território, novos formatos organizacionais. Identifica processos que promoveram a construção/destruição/ reconstrução territorial do agrário regional, revelando a dinâmica estrutural dos conflitos, contradições e acomodações provocadas pelo capital agrário.

Nesse contexto, entendemos que a região do Planalto Médio Gaúcho é expressiva nas formas de como o capital se amplia e se apropria, a exemplo da figura do granjeiro como grande expoente do dinamismo do capital fundiário e da reterritorialização do agrário regional. Assim ocorre a mercantilização, privatização e concentração da terra, envolvendo índios, posseiros - caboclos e pequenos colonos – oligarcas pecuaristas e granjeiros. Seja pela várias formas de colonização, da exaustão territorial da fronteira agrícola, da renda da terra – seu caráter especulativo

– do êxodo rural, da subordinação da agricultura aos circuitos de comercialização, do capital financeiro e industrial.

Essa situação agrária, na realidade ocorre de forma simultânea em muitas regiões do Brasil, com maior ou menor dimensão e profundidade. Rückert (2003, p. 17) deu uma dimensão temporal que julgamos importante, adotando cinco periodização, nas formas da apropriação das terras, como marcos histórico da região Planalto Médio¹²⁴.

O pequeno proprietário camponês se reproduz pela produção simples, isto é, agricultura de subsistência – policultura e com trabalho familiar – desde o século XVIII, mas nos anos 30/40, entra em crise devido a: fragmentação do território, exaustão do solo, preços de seus produtos em queda - fim do ciclo da banha nos anos 60. Concomitantemente, pelo estímulo governamental, a produção de trigo (1937), em atendimento ao consumidor urbano, com políticas agrícolas (1940/1950), especialmente de crédito, muitos comerciantes e madeireiros, lança-se à produção de trigo, em caráter empresarial. Mas foi a cultura da soja a partir da década de 1970, que inicia o processo de consolidação dos capitalistas da agricultura gaúcha e posteriormente brasileira.

As relações capitalistas de produção tiveram na cultura da soja na região a seu maior expoente, pois representou uma certa “internacionalização” da agricultura, tornando-se carro chefe da modernização agrícola brasileira. A soja na região, independente da situação fundiária difusa, ganha destaque, pois permite nas

¹²⁴ I - 1827/1897 período de apossamento das terras e da formação da figura do proprietário fundiário no contexto do capitalismo mercantil;

II - 1897/1931 período de expansão dos projetos de colonização e da formação da figura do camponês, colono pequeno proprietário no contexto da emergência do capitalismo industrial;

III - 1931/1946 período de início da crise na terra camponesa e da consolidação da figura do capitalista comerciante, no contexto da expansão da industrialização, do Estado burguês e do nacional-capitalismo;

IV - 1946/1967 período do início da agricultura capitalista com ocorrência do arrendamento de terras e da emergência dos capitalistas da agricultura, no início do capitalismo monopolista do país;

V - 1967/199... período da consolidação/transformação dos capitalistas da agricultura e da destruição de parte do território camponês, no contexto da internacionalização da economia brasileira e da sojicultura.

décadas iniciais, o que afirmará Hobsbawm (1996, p. 261) Apud, Romeiro (1998 p. 53)

a vantagem das grandes fazendas e plantações para o desenvolvimento econômico não residia tanto na superioridade técnica, maior produtividade, economia de escala, etc..., mas sobretudo na sua capacidade pouca comum em gerar excedentes agrícola para o mercado.

O excedente é gerado a partir da quantidade produzida que, por sua vez, é determinada pela tecnologia. Nesse contexto, muitos foram os estudos dos modelos tecnológicos modernizantes.

Superados essa etapa, de geração de excedente, uma vez que todos os produtores da região produzem para o mercado, hoje devemos nos deter-nos outros aspectos também apontados por Hobsbawm (1996), a questão da escala de produção. Pois, ao tratar-se de um commodity, a economia de escala conta muito, principalmente, em termo de diminuição/diluição dos custos fixo, mesmo que o modelo agrícola altamente tecnificado exija um aumento na composição orgânica do capital. Essa equação permite aos produtores que a obtém, uma maior tecnificação das atividades e permanente busca de eficiência produtiva.

No entanto, a busca da eficiência dos fatores de produção, traz a questão do fator terra, como sendo imprescindível na viabilidade do sistema agrícola adotado. Nesse sentido, esse processo provocou transformações na estrutura fundiária, basicamente através de dois processos: o de expropriação/reaglutinação/concentração e o de fracionamento/desconcentração fundiária. Desse processo resultou transformação do capitalista arrendatário em capitalista proprietário fundiário.

Essa evidência na área de pesquisa, com alguma exceção à regra em nível de país, a originária separação entre a figura do proprietário fundiário e a do capitalista arrendatário tende a desaparecer, uma vez que os capitalistas passam a reunir numa só figura social as duas condições, quais sejam de auferidor de lucro e de renda da terra. Essa metamorfose, que delinea o novo modelo agrícola, independente do sistema agrícola adotado, requer que consideremos o papel do

Estado, pois este já interveio, segundo Romero (1998) a partir das seguintes diretrizes:

1. estimular um ritmo de progresso tecnológico que gera permanente superprodução de alimentos;
2. administrar, por meio de uma política de preços e uma política comercial, a queda dos preços alimentares compatível com a manutenção da remuneração básica do trabalho dos agricultores naquele período, contrabalançada pela razoável valorização de seu patrimônio fundiário;
3. regular o ritmo do êxodo rural para aumentar progressivamente o tamanho das unidades produtivas.

Hoje o Estado ainda mantém políticas de estímulo à produção e difusão da pesquisa, através do seu principal órgão, a Empresa Brasileira de Pesquisa – EMBRAPA. Segundo Luís Carlos Guedes Pinto (2006), Ministro de Estado para a Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, “a Embrapa hoje é a principal instituição de pesquisa agrícola do mundo tropical. É uma referência para o mundo”.

Em relação à política de comercialização agrícola, o governo federal em Agosto de 1994 instituiu a Cédula do Produtor Rural (CPR). Em dezembro de 2004, quanto ao armazenamento, criou o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e a Warrant Agropecuário (WA). Já em relação aos financiamentos criou títulos de Certificado de Direitos Creditórios (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). No que tange às linhas de crédito para a agropecuária, na safra 2004-05, os produtores tinham a sua disposição, segundo o MAPA (2005), duas linhas de financiamento: para custeio e comercialização, e outra, para investimento, conforme tabela número 43 a seguir.

O Plano Agrícola e Pecuário safra 2004/2005, estruturava o crédito rural em dois grandes blocos: 1) custeio e comercialização; 2) investimento. Os recursos para custeios e comercialização visam financiar as culturas aos produtores rurais, já as

linhas de investimentos têm por objetivo financiar a aquisição de máquinas, equipamentos e construções de infraestrutura no meio rural.

Esta última desdobra-se em 5 linhas específicas: 1) moderfrota – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras; 2) finame agrícola especial; 3) proger agrícola; 4) fundos constitucionais; 5) programas BNDES, com as seguintes “famílias” a) moderagro – programa de modernização da agricultura e conservação de recursos naturais; b) moderinfa – programa de modernização da infra-estrutura; c) Prodefruta – programa de desenvolvimento da fruticultura; d) prodeagro – programa desenvolvimento do agronegócio; e) proflorea – programa de plantio comercial e recuperação de floresta; f) prodecoop – programa de desenvolvimento cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária.

TABELA nº 43: Crédito Rural: Volumes Destinados a Safra 2004/05.

CRÉDITO RURAL: VOLUME E FONTES DE RECURSOS (R\$ MILHÕES)	
Fonte de recursos e programas	Safra 2004/05
1 Custeio e Comercialização	28.750
2 Investimentos	10.700
TOTAL	39.450

Fonte: Mapa, Revista Agroanalysis, Agosto de 2005

Pelo dado da tabela acima, foram 39 bilhões de reais no plano safra 2004/05. Já na safra 2005-2006, o governo concedeu R\$ 33,2 bilhões para o plano safra da agricultura empresarial. Do total de recursos, 63 % eram com juros controlados de 8,75 % ao ano (GAZETA MERCANTIL, 5-7/05/2006, B 12)

No que tange ao controle do êxodo rural, o governo possui o programa do Banco da Terra¹²⁵, onde filhos de produtores possuem uma linha de crédito no valor de até R\$ 40.000,00 para aquisição da sua primeira terra, esse programa de compra da primeira terra no município pesquisado pode-se observar no apêndice número 04. Outro programa implantado foi linha de crédito para reforma e ou construção de casas, no meio rural, sendo parte do mesmo a fundo perdido.

¹²⁵ Entre 1999 a 2003, 34.688 famílias em 1.157 municípios forma contemplados com as linhas de crédito superior a R\$ 749 milhões de reais, para a compra de terras. (ZERO HORA, 23-10-2005)

O maior programa para compensar o êxodo rural são os projetos de assentamento rural dentro da política nacional de reforma agrária¹²⁶. Cabe ressaltar que, geralmente, o número de assentamento acontece em função da pressão, dos movimentos de invasão de propriedades, a exemplo do Movimento Sem-Terra¹²⁷ – MST. Na figura número 47 observa-se que os anos de 1995 a 1999 foram de forte pressão via invasões.

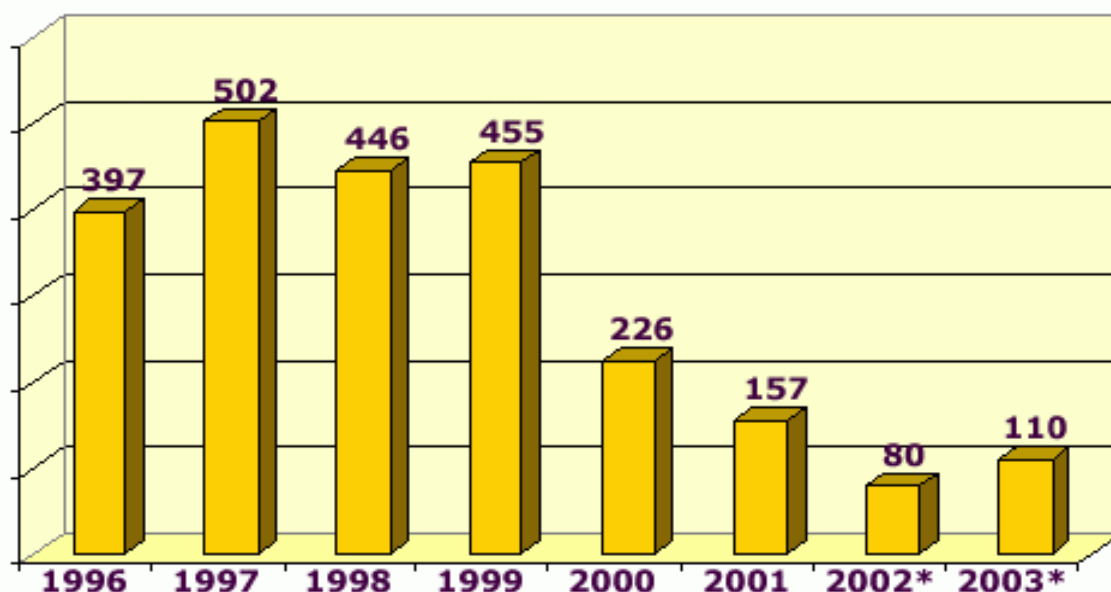


Figura nº 47 - Gráfico: Números de Invasões de Imóveis Rurais entre os Anos de 1996 a 2003.

Fonte: Mapa, 2003.

Na figura número 48 a seguir, podemos observar o resultado da política fundiária realizada pelo Estado brasileiro, entre dois períodos bem distintos da realidade brasileira, no período de 1964 a 1994 e 1995 a 2002. Observa-se que, pós-Plano Real, durante o governo de Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos

¹²⁶ Para um dos líderes do MST, João Pedro Stédile, reforma agrária é “uma ação pública do Estado e com um plano que direciona as políticas públicas para desconcentrar a estrutura fundiária e distribuir a propriedade da terra na linha de que a reforma agrária não é um fim em si, mas instrumento para alcançar o objetivo de distribuir renda, gerar trabalho e ativar a economia do interior do País. (GAZETA MERCANTIL, 3-01-2005)

¹²⁷ O MST nasceu em 1979, a partir de colonos expulsos da Reserva Indígena de Nonoaí, onde em torno de 1,5 mil famílias montaram 30 acampamentos na região, um deles no município de Sarandi R/S, berço do Movimento dos trabalhadores sem Terra.

seus 8 anos, foram assentados 416 mil familiares a mais dos 30 anos anteriores, ou seja, 190 % a mais.

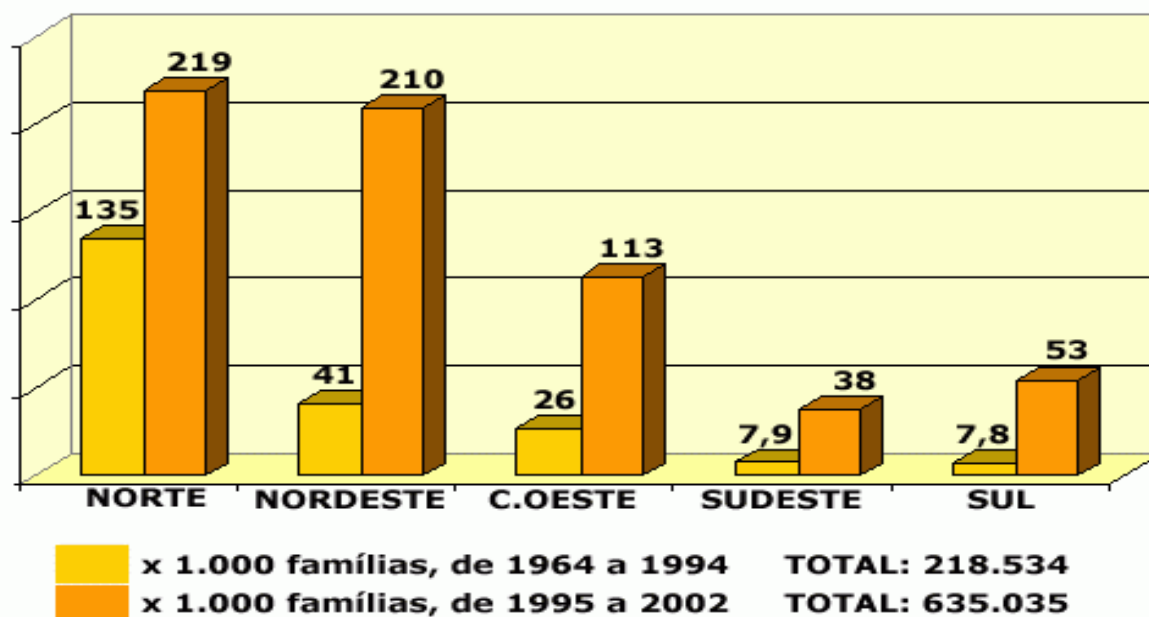


Figura nº 48 - Gráfico: Número de Assentamentos Rurais, por Região Geográfica, entre os Anos 1964 a 2002.

Fonte: Mapa, 2003.

Sabe-se que as questões fundiárias são bastante polêmicas, e temos as mais diversas alegações, no debate do dia a dia. Para um estudioso das causas sociais, Frei Betto (2007),

As terras cultiváveis no Brasil estão em mãos de 5 milhões de proprietários. Quase metade (49 %) sob a posse de apenas 26 mil proprietários. Gente que possui amplas extensões de terra com baixo índice de produtividade – o que tornaria suas fazendas expropriáveis para a reforma agrária.

Diante desse contexto de conflito agrário¹²⁸, o ano de 2004 foi marcado por ações por parte do MST e dos Ruralistas. Na ação Abril Vermelho, “o MST invadiu 102 áreas em 18 Estados, mobilizando 28.563 famílias (cerca de 120 mil pessoas)”. Já o Maio Verde, “os pecuaristas gaúchos percorrerão 2,1 mil quilômetros pelo

¹²⁸ Segundo Jornal Gazeta Mercantil (edição de 18 de Abril de 2004), 51 grupos dividem ações por terras no país.

Estado, de carro e a cavalo “contra uma proposta violenta e ilegal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”. (ZERO HORA, 01/05/2004)

De forma um tanto contraditório, vivemos um paradigma, enquanto existe todo um movimento conflituoso na busca da reforma agrária, como tentativa da volta do homem ao meio rural, por outro lado pesquisa indica a saída do homem do campo, principalmente, dos filhos de pequenos agricultores. Conforme pesquisa Dinâmica Populacional e Sucessão na Agricultura Familiar do Vale do Taquari, coordenada pelo professor Lucildo Ahlert, da Universidade do Vale do Taquari – Univates, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir de um universo de 1.219 propriedades rurais de 37 municípios, entrevistou 1.065 produtores rurais e 784 filhos a partir de 12 anos. A pesquisa apurou que, pelo menos, 30 % das pequenas propriedades não têm sucessores, sendo que entre 2000 a 2004 houve uma queda do número de habitantes da população rural na ordem de 29 %. “Apenas 49,6 % demonstraram o desejo de permanecer no campo, em jornada parcial ou integral” (ZERO HORA, 30 ABR. 2006).

Na figura número 49, traz os resultados da pesquisa com os sucessores dos proprietários rurais a região, quando perguntados sobre “o que desejam do futuro profissional?”

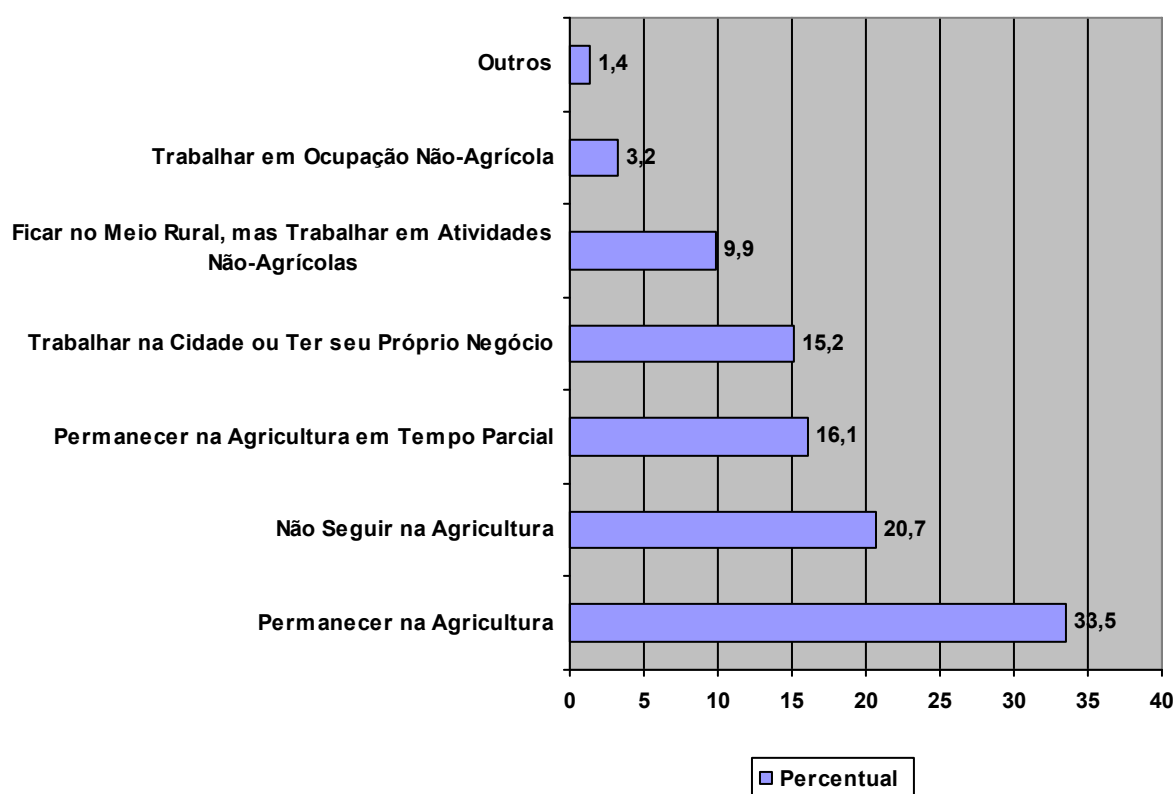


Figura nº 49 – Gráfico: Resultado da Pesquisa com Sucessores dos Proprietários Rurais, no Vale do Taquari.

Fonte: Univates e Fetag/RS.

Nos últimos anos, a Estado brasileiro vem tendo uma forte atuação nas questões relativas ao meio rural. Um exemplo é a criação do Projeto Lei nº 32/2006, que define e institucionaliza a Agricultura Familiar, produtores que possuem uma propriedade de terra de 15 hectares a 100 hectares, dependendo da região. Mas o papel do Estado na questão é clássico, a exemplo da lei de terras, instituído em 1850, o qual transformou a terra no Brasil em propriedade imobiliária, à medida que a mesma só podia ser ocupada mediante a compra. No entanto, mais recentemente o Estado Brasileiro está à frente de novos desafios, a exemplo da compra por grupos estrangeiros, principalmente, em áreas dentro da faixa de fronteira, compras de terras na região amazônica, e o próprio esforço do Estado para que os produtores cumpram com a legislação ambiental.

No que tange à aquisição de terras, no Brasil, por grupos de capital externo, a lei 5.709/71 regulamentada pelo decreto 74.965/74, determina que

as pessoas estrangeiras só podem adquirir imóveis rurais cuja soma não ultrapasse $\frac{1}{4}$ (um quarto) da superfície do município onde se localize, ou, caso se trata de pessoas jurídicas da mesma nacionalidade, não podem ser proprietárias de mais de 40 % (quarenta por cento) do limite de $\frac{1}{4}$ (um quarto) da superfície em cada município.(CASA JURÍDICA, 2008)

Porém, mesmo que o Artigo 190 da Constituição Federal do Brasil preveja a edição de uma lei que regule e limite a aquisição ou arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, a qual ainda não foi redigida e aprovada, a Emenda Constitucional nº6 de 15 de agosto de 2005 mudou o entendimento de empresa estrangeira, somente para as empresas que não tenham sede e administração no Brasil. Somente a estas a Lei 5.709/71 trariam restrições. Uma das formas de obter garantias constitucionais, muitas empresas de capital estrangeiro criam filiais ou constituem novas empresas no país, além de muitos casos se associarem a empresas de capital nacional. Portanto, os grandes proprietários de terras estrangeiros estão se beneficiando dessa medida legal, muito chegada aos outros ramos da economia e adquirirão grande áreas de terras.

Com esse contexto jurídico e de fluxo de capitais proporcionados pela nova onda globalizante, novos agentes sociais e um novo modelo agrícola começa a definir no que tange à estrutura fundiária do país. Basta observar as notícias publicadas em jornais, sobre a compra de terras por parte de grupos de capital estrangeiros. Vejamos algumas manchetes:

1. estrangeiros vão às compras e elevam cotações das terras – Jornal Gazeta Mercantil, edição de 1 de outubro de 2007;
2. falta de controle sobre terras brasileiras: AGU vai elaborar norma jurídica para identificar e limitar a venda de terras para estrangeiros – Jornal Gazeta Mercantil, edição de 28-30 de setembro de 2007;
3. milionários compram áreas ecológicas e criam polêmicas – Jornal Zero Hora, edição de 2 de março de 2008;
4. grupo argentino amplia produção de soja no Brasil – Jornal Gazeta Mercantil, edição de 19 de julho de 2004;
5. *persistirá demanda extranjeira por tierras y subirán precios* – Jornal *El Pais*, Edición de 24 de Septiembre de 2006;
6. Moçambique nega que vá vender terras à China – Jornal Gazeta Mercantil, Edição de 14 de maio de 2008.

Vejamos os detalhes das notícias acima. De acordo com o jornal *Gazeta Mercantil*, (edição de 1 de outubro de 2007) “a entrada de fundos de investimentos na compra de terras no Brasil foi o grande diferencial deste mercado no último bimestre. Segundo o Instituto FNP, as propriedades rurais valorizaram-se 17,3 % em 12 meses”. Em relação a notícias de descontrole sobre as terras brasileiras, o jornal *Gazeta Mercantil* (edição de 28-30 de setembro de 2007) nomina alguns investidores como: Fundação Soros, Microsoft, Google, Precius Woods, Store Enzo e Igreja Unificada, como proprietárias de grandes áreas de terras no país.

Relata o jornal, “até julho último 31.194 imóveis estavam em nome de pessoas físicas estrangeiras e outras 2.039 em nome de empresas” Já com relação à localização da compra de terras, “grupos estrangeiros estão concentrando investimentos na compra de terras em: Oeste da Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e São Paulo”. Outra região de forte investimento por grupos estrangeiros é o chamado Mapito – formado pelo triângulo: Estado do Maranhão, Estado do Piauí e Estado do Tocantins.

Tendo a questão ecológica por trás, com argumentos de preservar os lugares mais bonitos e ecológicos do mundo, segundo *Zero Hora* (edição de 2 de março de 2008) “centenas de websites chama pessoas para comprar florestas, campos e montanhas para salvá-los da destruição e das mudanças climáticas com o clique do mouse”. Relata o jornal a empresa *Cool Earth* pede R\$ 240,00 reais por acre, ou seja, R\$ 600 reais por hectares. Esses novos “ecocolonizadores” se fazem presentes também na Patagônia Argentina.

No Brasil, a preservação ambiental se dá por duas maneiras: oficialmente, pelas criações de Área de Conservação dos mais diversos Biomas, e pelas Áreas de Reservas Indígenas, ambas já perfazem mais de 13 % do território nacional. De forma privada, se é assim que se pode afirmar¹²⁹, através da legislação lei federal 6.938/81 que instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente em vigor que estabelece a criação de Áreas de Proteção Permanentes – APP, situadas no entorno de vertentes, córregos, rios, banhados, lagos, lagoas e relevos declivosos acima de 45 graus. Também determina a criação da Área de Proteção Legal – APL, que estabelece a reserva de 20 % das áreas para preservação do habitat natural

¹²⁹ Áreas encontram dentro das propriedades particulares.

para os Biomas Mata Atlântica e Pampa, 35 % das áreas para a região em que predomina a vegetação Cerrado e 80 % das áreas situadas no Bioma de Floresta Amazônica.

O Brasil é visto por grupos estrangeiros como grande região produtora de grãos e, mais recentemente de etanol a partir do cultivo e industrialização da cana-de-açúcar. O grupo *El Teja*, “segundo maior produtor de soja da Argentina, pretende fazer do Mato Grosso - veja mapa número 50 no anexo nº 14, comparativo entre área do Estado de MT e o *Corn Belt* nos EUA - seja responsável por 40 a 50 % de sua produção em dez anos”. De acordo com sua gerência administrativo-financeiro, “*El Tejar* pretende chegar em 2010 com 200 mil hectares cultivados de grãos nos quatro países em que atua – Argentina, Uruguai, Bolívia e Brasil”. (GAZETA MERCANTIL, EDIÇÃO 19 JULHO 2004)

Já o Jornal *El País* (Edição de 24 de Setembro de 2006) relata que ampliou o interesse por compras de terras por grupos estrangeiros argentinos, graças as boas perspectivas das atividades agrícolas. “*por la demanda argentina, tierras que costaban U\$S 1.200 se fueron a U\$S 3.500 la hectárea*”. No site do mesmo jornal (15 Maio 2005), esse

proceso de concentración de la tierra no solo em el litoral, sino en todo el territorio nacional porque han llegado empresas argentinas muy fuertes que captan fondos internacionales y, por tanto, manejan varios Miles de hectáres de tierra en algunos casos.

A preocupação com terras para a produção de alimentos passou a ser uma preocupação global, mas recentemente a China demonstrou interesse em “comprar terras destinadas a produzir alimentos na América Latina e, África e Leste Europeu, conforme noticiado pelo jornal Beijing Morning, no final de abril”. No caso da China, as estatísticas oficiais afirmam que dos “900 milhões de camponeses chineses dispõem unicamente de 123,4 milhões de hectares para o cultivo, que significa 0,1 hectares per capita, ou 40 % da média mundial”. (GAZETA MERCANTIL, Edição de 5 a 7 de março de 2004). A mesma reportagem afirma que se a China continuar a ter

uma taxa de urbanização de 15 %, perderá cerca de 200.000 hectares cultivados por ano até 2020.

Somados a conversão de terras agrícola em cidades, temos outra variável que é o aquecimento global e a possibilidade de mudanças climáticas, onde poderá ocorrer a alteração da geografia da produção agropecuária. Mas em países desenvolvidos a exemplo da Inglaterra, a terra é objeto de desejo e investimento por parte dos capitais financeiros, o que provocou um aumento dos preços da mesma.

O preço da terra produtiva na Inglaterra e no País de Gales disparou 30 % no ano passado, elevado pelos compradores que fizeram fortunas na área de serviços financeiros. O preço médio por hectares alcançou o recorde de £ 9,702 (U\$S 18,010) no trimestre até setembro, comparado com os U\$S 16,103 no trimestre anterior. O preço cresceu 130 % em uma década, segundo a Royal Institution of Chartered Surveyors (Rics). Mais da metade dos compradores de terras produtivas na Inglaterra, Países de Gales e Escócia não eram produtores rurais, informou a Rics em uma nota enviada, por e-mail. 'Sem dúvida, o mercado está sendo movido por pessoas que não são produtores rurais, investindo os ganhos obtidos com serviços financeiros em Londres'.

Essa corrida à compra de terras cultiváveis tende a acelerar o processo produtivo para um modelo mais intensivo em tecnologia e por conseqüência em capital. Muitas regiões agrícolas com produção para o mercado de produtos com maior valor comercial a exemplo da: soja, cana-de-açúcar, pecuária, forma os responsáveis pelo surgimento do que se convencionou chamar de Agrocidades. A cidade de Sorriso município de Sorriso (MT), com maior área plantada com soja no Brasil e no mundo, com mais de 590 mil hectares; a cidade de Mineiros no estado de Goiás, terceiro maior produtor de leite do Estado; a cidade de Campo Mourão no Estado do Paraná (PR), sede da maior cooperativa agrícola do país – Coamo -; a cidade da Luís Eduardo Magalhães, no Estado da Bahia (BA) maior produtora de soja do Estado; a cidade de Sertãozinho, no Estado de São Paulo (SP), grande produtora de cana-de-açúcar no Brasil e a cidade de Uruçuí no Estado do Piauí (PI), principal produtora de soja do Piauí.

Outra situação que pressiona os preços da terra no Brasil é o seu uso para a produção de energia, a partir do etanol e biodiesel. O primeiro a partir da cana-de-

açúcar e o segundo, com a soja. A soja como principal grão cultivado de forma comercial no Brasil, já é considerado um “Grão Flex”, ou, “Grão Dourado”.

Dessa forma, a tradição milenar dos agricultores de produzirem alimentos, agora se direciona para a produção de matérias primas para a geração de agroenergias. Energia renovável capaz de substituir parte da energia gerada no mundo por combustíveis fósseis, poluente e finita. Dessa forma, a agroenergia se apresenta como uma alternativa ambiental, a atual matriz energética, porém isso pode representar um maior custo à produção de alimentos, dada a redução dos espaços antes cultivados com alimentos.

Em tempos remotos, a agricultura produzia grãos para serem diretamente consumidos pelo homem, mas com o advento e aprimoramento das cadeias produtivas de carnes e leites, os animais passam a ser grandes consumidores de grãos como componente das rações. Hoje, em torno de 70 % do farelo usado na alimentação de animais nos rebanhos do mundo vem da soja, grande fonte de proteínas. Hoje, surge mais uma demanda a produção de grãos para a geração de energia renovável a partir dos processos agrícolas direcionadas para essa nova demanda.

Com isso, tem-se uma maior pressão sobre os preços dos grãos e, por conseqüência, das terras cultivadas. Muitos agentes econômicos perceberam essa tendência e antecipam comprando grandes áreas de terras, o que acelera a sua concentração.

Esses parecem ser alguns dos indícios das novas formas e transformações que a sociedade agrária por hora passa. Com isso, estabelece-se uma nova configuração entre o meio rural e seus habitantes. Hoje, as questões agrícolas e fundiárias perpassam as relações de produção e migram para um processo de valorização do espaço agrário brasileiro e mundial.

Colonos e fazendeiros constituíram durante séculos, as principais relações sociais no meio rural. Ambos, sempre foram definidos de forma um tanto determinista, geralmente por critérios de ordem fundiária, isto é, pelo tamanho da

propriedade rural, e quantidade de terra em sua posse. Essas situações só podem ser aprendidas e percebidas, em observância ao mercado de terras. Nele, encontramos fortes conflitos de interesses, a exemplo das situações de terra de negócio e terra de trabalho.

No Brasil, os estabelecimentos familiares apesar de modernizarem-se, mesmo que de forma não padronizada, mantêm as características de um trabalho nucleado pela família. Porém, as relações capitalistas de produção, tiveram na cultura da soja na região a seu maior expoente, pois representou certa “internacionalização” da agricultura, tornando-se carro chefe da modernização agrícola brasileira.

Na produção de grãos, ao tratar-se de um commodity, a economia de escala conta muito, principalmente, em termos de diminuição/diluição dos custos fixos, mesmo que o modelo agrícola altamente tecnificado, exija um aumento na composição orgânica do capital. Essa equação permite aos produtores que a obtêm, uma maior tecnificação das atividades e permanente busca de eficiência produtiva.

No entanto, a busca da eficiência dos fatores de produção, traz a questão do fator terra, como sendo imprescindível na viabilidade do sistema agrícola adotado. Nesse sentido, esse processo provocou transformações na estrutura fundiária, basicamente através de dois processos: o de expropriação/reaglutinação/concentração e o de fracionamento/desconcentração fundiária. Desse processo resultou transformação do capitalista arrendatário em capitalista proprietário fundiário.

Essas transformações evidenciadas na área de pesquisa, com alguma exceção à regra em nível de país, a originária separação entre a figura do

proprietário fundiário e a do capitalista arrendatário tende a desaparecer, uma vez que os capitalistas passam a reunir numa só figura social as duas condições, quais sejam de auferidor de lucro e de renda da terra.

Nos últimos anos, o Estado brasileiro vem tendo uma forte atuação nas questões relativas ao meio rural. Um exemplo, é a criação do Projeto Lei nº 32/2006, que define e institucionaliza a Agricultura Familiar, produtores que possuem uma propriedade de terra de 15 hectares a 100 hectares, dependendo da região. Mas o papel do Estado na questão é clássico, a exemplo da lei de terras, instituído em 1850, o qual transformou a terra no Brasil em propriedade imobiliária, à medida que a mesma só podia ser ocupada mediante a compra.

No entanto, mais recentemente, o Estado Brasileiro está à frente de novos desafios, a exemplo da compra por grupos estrangeiros, principalmente, em áreas dentro da faixa de fronteira, compras de terras na região amazônica e o próprio esforço do Estado para que os produtores cumpram com a legislação ambiental.

Dentro de um contexto jurídico e de fluxo de capitais proporcionados pela nova onda globalizante, novos agentes sociais e um novo modelo agrícola começa a definir uma nova figura de proprietários fundiários no país. Basta observar as notícias publicadas em jornais, sobre a compra de terras por parte de grupos de capital estrangeiro. A exemplo da manchete: “estrangeiros vão às compras e eleva cotações das terras” ou notícias de que “até julho último 31.194 imóveis estavam em nome de pessoas físicas estrangeiras e outras 2.039 em nome de empresas”

No Brasil, a preservação ambiental se dá por duas maneiras: oficialmente, pelas criações de Área de Conservação dos mais diversos Biomas, e pelas Áreas de Reservas Indígenas, ambas já perfazem mais de 13 % do território nacional. Somados a conversão de terras agrícolas em cidades, temos outra variável que é o aquecimento global e a possibilidade de mudanças climáticas, onde poderá ocorrer a alteração da geografia da produção agropecuária.

Essa corrida à compra de terras cultiváveis, tende a acelerar o processo produtivo para um modelo mais intensivo em tecnologia e por consequência em

capital. Muitas regiões agrícolas com produção para o mercado de produtos com maior valor comercial a exemplo da: soja, cana-de-açúcar e pecuária, foram os responsáveis pelo surgimento do que se convencionou chamar de Agrocidades.

Além da produção de grãos, outra situação que pressiona os preços da terra no Brasil é o seu uso para a produção de energia, a partir do etanol e biodiesel. Dessa forma, a tradição milenar dos agricultores de produzirem alimentos, agora se direciona para a produção de matérias primas para a geração de agroenergia. Com isso, tem-se uma maior pressão sobre os preços dos grãos e, por consequência, das terras cultivadas. Muitos agentes econômicos perceberam essa tendência e se antecipam comprando grandes áreas de terras, o que acelera a sua concentração.

Esses, parecem ser alguns dos indícios das novas formas e transformações que a sociedade agrária por hora passa. Com isso, estabelece-se uma nova configuração entre o meio rural e seus habitantes. Hoje, as questões agrícolas e fundiárias perpassam as relações de produção e migram para um processo de valorização do espaço agrário brasileiro e mundial.

6 CONCLUSÃO

Ao concluir esse estudo, acreditamos ter contribuído com uma nova reflexão a respeito da temática agrária, a partir de uma abordagem, onde procurou estabelecer uma interface entre os diferentes saberes e domínios do campo histórico.

O esforço para reescrever a história rural, com um enfoque socioeconômico, permitiu uma abordagem estrutural, privilegiando o estudo de pessoas no seu meio a partir de um processo sincrônico, com destaque nas mudanças, rupturas e continuidades.

A tese apresentou uma nova abordagem, com objetivo de contribuir na reflexão a respeito das questões fundiárias. Sua interpretação permitiu resgatar o passado contido no presente, através da formação socioespacial. A interpretação da formação socioespacial se deu a partir do estudo do processo de colonização, modernização e transformações da agricultura, mas diante da permanência da classe dos proprietários rurais.

Enquanto fator de produção, a terra está sujeita a constantes alterações em seu preço. Historicamente, tais oscilações de preços ocorrem devido a possibilidades de geração de renda, a qual tem relação direta com o seu potencial produtivo e o valor da sua produção auferida no mercado. Dada a natureza limitada do fator terra, e por ser um fator de produção, indagou-se se a mudança na estrutura

fundiária, a partir do estabelecimento de um mercado de terras, provoca transformações na sociedade agrária regional, visto que estes impactos podem resultar novas relações de produção entre os diversos estratos de produtores.

Ao se analisar as transformações na sociedade agrária, bem como, as mudanças na estrutura fundiária das propriedades rurais, na região de Cruz Alta R/S, a partir do avanço da produção de grãos, entre os anos de 1990 a 2004, Constatou-se que, à medida que ocorreram mudanças nas práticas agrícolas na região, com o avanço da produção de grãos e a constituição do Complexo Agro-industrial, ocorreram transformações da estrutura fundiária, principalmente, quando comparada ao início da ocupação do solo, via colonização. Entre os principais acontecimentos identificados nas fases históricas do desenvolvimento agrícola, tivemos o processo de mecanização das atividades agrícolas, as quais alteram a paisagem do meio rural. Com essas mudanças, derivaram vários outros processos: produção quase que exclusivamente para o mercado de commodities, migração da população rural, mudanças na estrutura fundiária, valorização monetária da terra, ocupação de novas áreas em regiões de fronteira agrícola e importância relativamente grande das políticas de crédito agrícola. Com a nova formação socioespacial da região, identificada nos últimos 15 anos, certamente trouxe impactos na sociedade agrária regional.

Com a expansão das relações capitalistas de produção na agricultura, tivemos alterações e várias formas de territorialidade de propriedade privada da terra, costumeiramente classificada em pequena, média e grande propriedade. Mas ao analisar o processo apropriação da renda fundiária, seja ela diferencial, absoluta e ou agrícola, percebeu-se que a mesma tende a ser transferida via mecanismo de preços para o segmento industrial. Muitas são as situações e facetas em que os lucros/rendas da agricultura são apropriados intersetorialmente, por exemplo, em dada situação conjuntural muitos produtores não conseguem remunerar o capital imobilizado em máquinas e equipamentos e, essa falta de renda agrícola os deixa endividados com as instituições bancárias.

O estudo permitiu identificar a renda fundiária e suas possibilidades de apropriação, além de demonstrar que a renda é um fator determinante no preço da terra. Com o reordenamento das propriedades, ocorreu a diminuição de um milhão

de estabelecimentos rurais, entre os anos de 1985 e 1995, segundo os censos agropecuários, provocando a redução de mais de 5 milhões de pessoas ocupadas no meio rural no período. Em contrapartida, o mesmo censo indicou aumento do consumo de fertilizantes de 61,3 para 110,2 quilos hectares ano, em média entre 1985 a 1995 e, maior mecanização do campo, com ampliação do número efetivo de tratores de 665 mil para 800 mil, em 10 anos, o que resulta em 1 trator para cada 440 hectares.

A elaboração deste estudo possibilitou verificar que a terra enquanto bem de produção, tem seus preços influenciados pelas expectativas: da renda futura, produção agrícola, possibilidades de acesso a crédito e subsídios governamentais. Mesmo que seu proprietário não tenha pretensão especulativa, seus preços acompanham o desempenho dos preços das commodities – dentro da lógica dos mecanismos de mercados -, bem como dos aspectos econômicos, a exemplo da busca, da escala de produção.

Quando identificamos crescimento da oferta de terras, geralmente, está relacionada a problemas de herança; necessidade de crescimento de escala; necessidade de liquidez para pagar dívida, durante as crises; instabilidade de garantia da propriedade da terra e outros conflitos. À medida que o cultivo do solo torna-se uma atividade que assegura renda, começam ampliar-se as melhorias do solo para o aumento da produtividade, o que de certa forma aumenta a renda diferencial - melhorias na fertilidade do solo -, e o concomitante aumento dos preços da terra novamente.

A pesquisa de campo, por exemplo, revelou os seguintes preços das terras praticados: em 1983 um hectare de terra para o cultivo, valia o equivalente a 50 sacas de soja; no ano de 1988 valia 80 sacas de soja; chegando a um patamar de 250 sacas soja no ano de 1991 até o Plano Real. Já no ano de 1996 atinge 480 sacas de soja o hectare, mesmo recuando para 250 no ano de 2000, volta a subir para 310 sacas no ano de 2002, chegando novamente ao patamar de 480 sacas por hectare no ano 2006. Um dos principais fatores que pode provocar a queda de preços das terras é a diminuição dos preços dos produtos agrícolas, os quais tem relação direta com o mercado internacional de commodities e com as políticas cambiais dos pais.

Num horizonte de 15 anos abrangidos pela pesquisa, encontramos 410 transações de terras localizadas dentro do município de Pejuçara, o que dá uma média de 27 negócios por ano, envolvendo mais de 6,7 mil hectares, o que significa, em torno de 440 hectares por ano durante o período de 15 anos. Mas o mais significativo é que essas transações representam 17 % da área total do Município. Outro dado importante foi a informação da maior área transacionada não ultrapassava a 180 hectares. Mas a média de área comprada pelos produtores rurais gira em torno de 16,5 hectares, o que induz a conclusão de que as compras de terras são efetuadas em pequenas áreas.

Das transações de compras de terras realizadas pelo conjunto de produtores rurais entrevistados, observa-se que o maior número de transações de compra de terras (dezesseis) teve preços situados na faixa de 200 a 300 sacas de soja o hectare. Porém cabe destacar que grande parte desses negócios ocorreu há mais de 10 anos. A transação pelo preço de 500 sacas por hectare ocorreu em 2004, quando certo produtor comprou 50 hectares de terras, o qual veio somar-se aos demais 100 hectares de sua propriedade anterior.

A intenção de compra de terras é reforçada à medida que 40 % produtores consideram sua compra um investimento excelente e outros 57 % dos produtores consideram um bom investimento. Dos 30 entrevistados, 13 produtores hoje possuem menos terras dos seus progenitores, mas 17 produtores, ou seja, 56,6 % deles são proprietários de mais terras do que seus pais. Para esses produtores rurais, quando perguntados sobre “o que representa a terra para o senhor?”, percebe-se que, para eles, a terra é dotada de um valor simbólico e de muita significância, pois segundo eles é “meio de sobrevivência, patrimônio para o futuro e alta valorização”.

O mercado de terra é muito envolvente para o produtor rural, pois 83,3 % dos produtores rurais compraram alguma área de terra até a presente pesquisa. Sendo que 64 % deles o fizeram antes dos anos noventa e 36 % compraram terras pós 1990, no período de 15 anos, objeto de nossa análise. Porém cabe destacar que 16,6 % dos produtores ainda não conseguiram comprar terras, são produtores em terras herdadas dos pais e ou pelos cônjuges.

A condição do Brasil de grande produtor mundial de grãos faz a procura por terra aumentar, seus preços tendem a valorização e as melhores terras serem ocupadas. Nesse contexto, assistimos não mais à transformação do capitalista arrendatário em proprietário fundiário, mas o capital financeiro, formado por fundos de investimentos comprando terras, comprando áreas terras do tamanho de muitos municípios, e até igualando-se à extensão de Estados. Essa tendência demonstra que o grande capital preocupa-se com o futuro, no qual o produtivo tenha precedência sobre o especulativo, desse movimento todo surgem as propriedades S/A. No Brasil, vários grupos nacionais e internacionais estão de olho no potencial agropecuário dos 250 milhões de hectares de terras.

A remuneração pelas atividades desenvolvidas, à medida que o setor agropecuário se moderniza com aplicações de nova técnica produtivas, exige uma gestão econômica e financeira cada vez mais profissional. Dada essa necessidade, o setor agropecuário vem se tornando uma atividade que deve ser administrada com determinadas competências na área de gestão, independente do tamanho da área e ou atividade realizada no setor.

Cabe ressaltar que, mesmo que a renda ao ser transferida e não eliminada, se dá em diversas formas: pelos preços pagos pelos insumos usados no processo produtivo, pelo aumento da composição orgânica do capital - à medida que ocorre a compra de máquinas e equipamento com grande conteúdos tecnológicos. Também ocorre uma transferência intersetorial dentro da cadeia produtiva uma espécie de transferência geográfica de valores, à medida que a unidade produtiva moderniza sua produção e vende sua produção a outros setores que compõem o CAI, através dos mecanismos de preços.

Dessa forma, mesmo ocorrendo variações na renda agrícola no decorrer do tempo, o que atrai os novos empresários rurais e até mesmo a continuidade dos negócios dos que já estão na atividade, é a possibilidade de ampliação do capital fundiário à medida que o mercado de terra a valoriza, a exemplo das terras agricultáveis do município de Cascavel no Estado do Paraná, que entre o período de 2000 a 2007, valorizaram em mais de 95 %. Se o preço médio do hectare no Brasil girava em torno de R\$ 4.280,00 reais o hectare no ano 2004, em Cascavel no mesmo período valia R\$ 11.300,00 reais. Entendemos que o preço da terra é

formado a partir de uma expectativa inconsciente, ou pouco racional, de rendas que podem ser auferidas, dado o cenário que o comprador de terra consegue construir e ou visualizar.

A renda agrícola foi também ampliada em muitos períodos pelos ganhos produtivos – do processo de modernização das práticas agropecuárias, a exemplo da adoção da prática do Plantio Direto na Palha e uso de sementes transgênicas, os quais reduzem os custos variáveis de produção. Esses fatos correlacionados contribuem muito para a formação da renda da terra, a qual é o somatório das rendas absoluta, diferencial e renda agrícola.

O preço da terra está relacionado com a renda que ela pode proporcionar no tempo. Mas associado a isso, não são as expectativa futuras em relação às taxas de juros que a precificam, e sim, o conjunto de seus atributos, os quais foram muito bem identificados pela Escola Neokeynesiana: a) renda por sua utilização; b) ser hipoteca em empréstimos bancários; c) ser um bem perene e indestrutível; d) presunção a escassez.

Nossa tese de que a escassez de terras tem-se acelerado, principalmente, a partir da produção de grãos, decorre do fato em que os produtores de grãos, precisam ampliar sua escala de produção frente às constantes reduções da renda agrícola, provocada pelo mecanismo de preços de mercado. Também em função das grandes imobilizações derivada da tecnificação das suas atividades, o que aumenta a composição orgânica do capital. Para que o produtor seja competitivo no mercado, resta-lhe a redução dos custos de produção, porém sendo ele um tomador de preço no mercado, não consegue ter total controle e redução dos custos, restando-lhes apenas uma variável, diluir custos de produção, principalmente, os custos fixos, os quais são possíveis através da ampliação da escala de produção.

Hoje, a questão de ganho de competitividade pela redução dos custos, é apresentada ao produtor através da necessidade de realizar “agricultura de precisão”, a qual consiste na melhor alocação de insumos modernos e maximização da produtividade por unidade de área. No entanto, é a ampliação da produção através do cultivo de nova e maiores áreas que permitem ganhos de escala na atividade. Somadas a ampliação da produtividade da terra, a qual permite maior

renda agrícola e, por conseqüência, maior procura por terras cultivadas. Essas são as questões cruciais que contribuem simultaneamente na valorização das terras. No longo prazo, a sua valorização se dará basicamente pela busca da otimização de escala, o que por sua vez provoca sim a sua eminente escassez.

A velha máxima da economia de que os recursos são escassos diante das necessidades ilimitadas, de forma concomitante, tem-se na terra uma mercadoria escassa e com oferta inelástica, frente à necessidade crescente de produção alimentar dentro de padrões agro-ecologicamente aceitos. Isso tudo tornará o mercado de terra cada vez mais acirrado e capaz de se tornar, no médio prazo, uma questão de soberania e de segurança nacional.

O nível do preço da terra é o resultado das negociações entre compradores e vendedores no mercado de terras, de movimentos de expectativas (ganhos futuros) formado por quatro atributos expectacionais: quase-rendas (rendas produtivas decorrentes da propriedade do ativo; custo de manutenção (em manter o ativo – impostos e tributos); prêmio de liquidez (facilidade vender o ativo no futuro); ganho patrimonial (ganhos esperados no ato da revenda do ativo). Sendo que a terra é um bem não reproduzível, não dotado de valor, porém seu preço é o valor pago para ter seu acesso privado. Por ser um bem imóvel, objeto de compra e venda, a partir das transações, forma-se um mercado de terras. É justamente a formação do mercado de terras que impõe transformações na sociedade agrária, que historicamente era composta por colonos e fazendeiros, hoje polarizados entre produtores familiares e empresários rurais.

Essas transformações evidenciadas na área de pesquisa, com alguma exceção à regra em nível de país, a originária separação entre a figura do proprietário fundiário e a do capitalista arrendatário tende a diminuir, uma vez que os capitalistas passam a reunir numa só figura social as duas condições, quais sejam de auferidor de lucro e de renda da terra. A junção de figuras é uma forma de minimizar as perdas de renda que, em determinados períodos agrícolas, não consegue realizar plenamente a renda absoluta, diferencial e até mesmo a renda agrícola. Os estudos dos custos de produção da cultura da soja apontam valores alocados para remunerar o fator terra não superiores a 9,5 % do total, o que significa

variação de 1,3 sacas de soja equivalente na safra 1999-2000 a 2,3 sacas na safra 2006-2007, no decorrer dos 8 anos analisados.

Isso já é um demonstrativo que, pelos cálculos referentes aos custos de produção realizados pela Companhia Brasileira da Produção, resulta na baixa possibilidade de realização da renda agrícola, menos de R\$ 100,00 pelo hectare cultivado, quando em média o preço da terra em nível de país era de R\$ 3.000,00, isso representa algo em torno de 3,3 % ao ano. Porém, na região de Cruz Alta, segundo a pesquisa, no ano de 2004 um hectare de terra cultivado com grãos, tinha um valor aproximado de R\$ 10.400 reais. Isso significa que a alocação de recursos para remunerar o fator terra, não passava de 1,0 % ao ano. Já em relação ao faturamento proporcionado pela soja, segundo estudos de Roessing e Lazarroto (2006), aponta no período de 7 safras agrícola, saldo líquido médio de R\$ 1.114,60 reais, ou seja, ganho R\$ 159,23 reais ao hectare ano, perfazendo uma rentabilidade líquida no período de 14 %.

Historicamente, o Estado brasileiro vem tendo uma forte atuação nas questões relativas ao meio rural. Um exemplo é a criação do Projeto Lei nº 32/2006, que define e institucionaliza a Agricultura Familiar, formada por produtores que possuem uma propriedade de terra de 15 hectares a 100 hectares, dependendo da região. Mas o papel do Estado na questão é clássico, a exemplo da lei de terras, instituído em 1850, o qual transformou a terra no Brasil em propriedade imobiliária, à medida que a mesma só podia ser ocupada legalmente mediante a compra. No entanto, mais recentemente, o Estado Brasileiro está à frente de novos desafios, a exemplo da compra por grupos estrangeiros, principalmente, em áreas dentro da faixa de fronteira, compras de terras na região amazônica, e o próprio esforço do Estado para que os produtores cumpram a legislação ambiental.

No Brasil, atualmente a preservação ambiental se dá por duas maneiras: oficialmente, pelas criações de Área de Conservação dos mais diversos Biomas, e pelas Áreas de Reservas Indígenas, as quais já perfazem mais de 24,4 % do território nacional. Mas, num futuro próximo, temos a obrigatoriedade da preservação das áreas de preservação permanente e reservas legais dentro das propriedades. Somados a isso, ainda temos a conversão de terras agrícola em cidades, é a

possibilidade que o aquecimento global provoque mudanças climáticas, que altere a geografia da produção agropecuária mundial.

As exigências de mercado e os novos fluxos de capitais, aceleradas pela recente onda globalizante, novos agentes sociais e um novo modelo agrícola começa a definir uma nova figura de proprietários fundiários no país. Basta observar as notícias publicadas em jornais, sobre a compra de terras por parte de grupos de capital estrangeiros. A exemplo da manchete: “estrangeiros vão às compras e eleva cotações das terras” ou notícias de que “até julho último 31.194 imóveis estavam em nome de pessoas físicas estrangeiras e outras 2.039 em nome de empresas”

Essa corrida à compra de terras cultiváveis tende a acelerar o processo produtivo para um modelo mais intensivo em tecnologia e, por consequência, em capital. Muitas regiões agrícolas com produção para o mercado de produtos com maior valor comercial, a exemplo da soja, da cana-de-açúcar e da pecuária, foram os responsáveis pelo surgimento do que se convencionou chamar de Agrocidades. Uma ilustração disso tudo são os mais de 430 municípios que, em 2004, produziam soja e os 337 municípios que cultivavam cana-de-açúcar. Não é por sorte que temos o município de Sorriso no MT, como a maior área de cultivo de soja do mundo, com mais de 540 mil hectares.

Além da produção de grãos, outra situação pressiona os preços da terra no Brasil, é o seu uso para a produção de matéria-prima na obtenção de energia a partir do etanol e biodiesel. Dessa forma, a tradição milenar dos agricultores de produzirem alimentos, agora se direciona para a produção de matérias primas para a geração de agroenergia. Com isso, tem-se uma maior pressão sobre os preços dos grãos e, por consequência, das terras cultivadas. Muitos agentes econômicos perceberam essa tendência e anteciparam, comprando grandes áreas de terras, o que acelera a sua concentração.

Por fim, acreditamos que essa nova abordagem a partir do estudo da geohistória nas questões fundiárias, permitiu identificar mudanças no espaço territorial, com ênfase na renda da terra. Esses parecem ser alguns dos indícios das novas formas e transformações que a sociedade agrária por hora passa. Com isso, estabelece-se uma nova configuração entre o meio rural e seus habitantes. Hoje, as

questões agrícolas e fundiárias perpassam as relações de produção e migram para um processo de valorização do espaço agrário brasileiro e mundial. Essa nova configuração entre os dois principais personagens agrários, mesmo sendo uma tendência, aponta para o surgimento de novos atores sociais e um novo modelo agrícola.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2ª Edição, São Paulo: Editora Unicamp, 1998.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Agricultor Constrói Estradas no MT. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 18 Nov. 2003.

A Terra Não Agüenta. **Revista Veja**, São Paulo: ano 41, nº 44, Edição 5 Nov. 2008.

A falácia da Rentabilidade. **Revista Agroanalysis**, São Paulo: v.24, nº 8, Ago. 2004.

Agronegócio. **Anuário da Revista Exame**, São Paulo: jun. 2007.

BACHA, Carlos, J. C. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BALANZA, Pablo Pacheco. **Populist and Capitalist Frontiers in the Amazon: Diverging Dynamics of Agrarian and Land-Use Change**. Massachusetts,

Dissertation Doctor of Philosophy in the Department of Geography, May 2005. <Disponível em: <http://www.amazonia.org.br>. Acesso em: 02/10/2005, 12:37 >.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**, 2ª Edição, São Paulo: Atlas, 2001.

BARROS, José D' Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**, Petrópolis: Vozes, 2004.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BOLLIGER, Flavio Pinto. **Mercado de terra no Brasil**: Exame pela Abordagem Pós-keynesiano. <Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/nea/mterras/Flavio.doc>. Acesso em 15/04/2007, as 19:30 min.>.

BRASIL. Decreto Lei nº 10.267/2001. **Institui o Georeferenciamento dos Imóveis rurais**.

_____. Decreto Lei nº 8.929 de 22 Ago. 1994. **Criação da Cédula do Produtor Rural**.

_____. Decreto Lei nº 4.504, de 30 de Nov. de 1964, **Estatuto da Terra**.

_____. Decreto Lei nº 6.938/82. **Institui o Serviços Nacional do Meio Ambiente**.

_____. Decreto Lei nº 32/2006. **Institui a Política da Agricultura Familiar**.

_____. Decreto Lei nº 5.570 de 31 Out. 2005. **Define Atribuições ao INCRA**.

_____. Ementa Constitucional nº 6 de 15 Ago. 2005. **Disciplina Atuação da Empresa Estrangeira**.

BRASIL, BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB.

CASTAN, Nelson. **A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura: Um Comentário**. Revista de Economia Política. v. 111, nº 1, Jan.-Mar. 1983.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFRAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 13ª Tiragem, Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARMO; et al. **Água Virtual, Conflitos Internacionais, Escassez e Gestão: o Papel do Brasil**. <Disponível em: http://www.ihe.nl/vmp/articles/Projects/PRO-Virtual_Water_Trade.html. Acesso em 20 Abr.2008, as 20:10 min.>

CARBONI, Maria R. **Algumas Considerações sobre o Conceito de História Regional**. Revista Veritas, Porto Alegre: Editora PUCRS, v.36, nº 142, Jun. 1991.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Uma Estrutura Fundiária Altamente Concentrada: Reforma e Contra Reforma no Brasil**. <Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 30 Jan. 2006, as 21:20 min.>

CASALE, Hélio. Ocupação de Nossa Terra. **Revista DBO Agrotecnologia**, São Paulo: ano 5, nº 18, outubro/novembro 2008.

CASA JURÍDICA, <Disponível em: [http:// www. Casajuridica.com.br/?f=conteudo/ver_destaque&cod_destaque=477](http://www.Casajuridica.com.br/?f=conteudo/ver_destaque&cod_destaque=477). Acessado em 02 Dez. 2008, as 20:30 min.>

Cinco Novas Usinas às Margens do Rio Grande. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 29 Ago. 2005.

Condomínio Cercado de Vinhedos. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 12 Set. 2005.

Conheça o Maior Grileiro do Mundo. **Revista Caros Amigos**, Ano IX, nº 102, Set. 2005.

Companhia Nacional Abastecimento - **CONAB**. <Disponível em [http:// www.conab.org.br](http://www.conab.org.br). Acesso em 01 Dez.2008, as 21:10 min.>

Cooperativa Tritrícola de Produtores Cruzaltense Ltda. – **COTRICRUZ**, 2007.

CONWAY, Gordon. **Produção de Alimentos no Século XXI: Biotecnologia e Meio Ambiente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

Consultoria Agra/FNP. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 8 Mar. 2007.

CORREIA, Cyneida. **Cybergrilagem**. <Disponível em: [http://:www.amazônia.org.br](http://www.amazônia.org.br). Acesso em 31 Mar. 2005, as 14:30 min.>

CHRISTOFIDIS, Demétrios. **Água: Genesis, Gênero e Sustentabilidade Alimentar no Brasil**. <Disponível em: [http://www.pt.genderandwater.org/content/ download/ 2996/33129/five/aguaesustentabilidadealimentarbrasil1.pdf](http://www.pt.genderandwater.org/content/download/2996/33129/five/aguaesustentabilidadealimentarbrasil1.pdf).>

Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico do Estado do Rio Grande do Sul – **DEPLAN**, 2006.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone Editora Ltda., 1985.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço: Os Destinos das Sociedades Humanas**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 2001.

Edição Especial Agronegócio. **Revista Veja**, São Paulo: nº 1848, Ano 37, Abr. 2004.

EUA não Atingirão Meta sem Alcool Brasileiro. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 6 Mar. 2007.

Estrangeiros Vão às Compras e Eleva Cotações das Terras. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 1 Out. 2007.

ETGS, Virgínia E. **Geografia Agrária a Contribuição de Leo Weibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

ESBER, Eugênio. **Vem Aí a Soja Resistente à Seca**. < Disponível em: <http://www.monsanto.com.br>. Acesso em 10 Maio 2007, as 14 horas e 10 min.>

Eles Podem Ser os Donos da Nossa Terra?. **Revista Dinheiro Rural**, São Paulo: ano 05, nº 45, Jul. 2008.

É Só Conversa de Ideólogo. **Revista Veja**: São Paulo, Ano 41, nº 42, Edição 22 Out. 2008.

Food and Agriculture Organization – FAO. Revista Veja. Edição Especial Agronegócios, ano 37, nº 1.848, Abr. 2004.

Fazendas S/A. **Revista Dinheiro Rural**, Edição 035, Ano 4, Set. 2007.

FLORES, Moacyr. **Republica Rio-Grandense: Realidade e Utopia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FUNDAÇÃO ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FEE. <Disponível em: <http://www.fee.tche.rs.org>. Acesso em 14 Nov. 2005, as 10:40 min.>

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Censos Agropecuários 1970, 1985 e 1995. <Disponível em: <http://www.ibge.org.Br>. Acesso em 05 Dez. 2004, as 22:03 min.>

FREI Beto. **E a Reforma Agrária?**. Jornal Correio Riograndense. Caxias do Sul R/S. Edição 09 Maio 2007.

Gestão de Risco no Agronegócio. **Revista Agroanalysis**, nº 09, V. 26, Set. 2006.

GUIMARAES, Cezar. A Dualidade Brasileira de Inácio Rangel. **Revista de Economia Política**. v.14, nº 4, 10 Dez. 1994.

GUIMARAES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GRAZIANO, Xico. **O Carma da Terra no Brasil**. São Paulo: A Girafa Editora Ltda. 2004.

GRAZIANO NETTO, Francisco. **O Paradoxo Agrário**. 2ª Edição, Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

Grupo Argentino Amplia Produção de Soja no Brasil. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 19 Jul. 2004.

HAESBERT COSTA, Rogério da. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2004.

HEIDRICH, Álvaro H. **Além do Latifúndio**. Porto Alegre: Editora Universitária/Ufrgs, 2000.

JORNAL DIÁRIO SERRANO, Cruz Alta R/S: Edições dos anos de 1990 a 2004.

JORNAL EL PAIS. <Disponível em: <http://www.elpais.com.uy/PaginasNotas3.asp?i=345887>. Acesso em 15 Maio 2008, as 21:20 min.>

JORNAL VALOR ECONÔMICO, São Paulo: Edição 14 de Mar. 2003.

JORNAL ZERO HORA, Edições: 26 Jan. 2004; 01 Maio 2004; 29 Ago. 2004; 30 Jul. 2006; 2 Mar. 2008; 10 Fev. 2005; 07 Maio 2006; 26 Dez. 2007. 14-16 Dez. 2007.

JORNAL GAZETA MERCANTIL, Edições: 01 Jun. 2005; 4-6 Ago. 2006; 19 Jul. 2004; 26 Jan. 2007; 18 Nov. 2003; 06 Mar. 2007; 23 Ago. 2004; 1-3 Out. 2004; 23-25 Set. 2005; 5 Jul. 2007; 14-16 Dez. 2007; 25 Nov. 2008; 12 Ago. 2005; 08 Ago. 2007; 28-30 Set. 2007; 18 Abr. 2004; 19 Jul. 2004; 5-7 Maio 2006.

JAKUBASZKO, Richard. O que Será do Agronegócio Daqui Alguns Anos?. **Revista DBO Agrotecnologia**, ano 4, nº 12, Jul/Ago. 2007.

LENZ, Maria Heloisa. **A Categoria Econômica da Renda da Terra**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1981.

LOPES, Alfredo Scheid. A Agricultura é Fundamental para a Sobrevivência da Humanidade. **Revista DBO Agrotecnologia**. ano 4, nº 12, Jul./Ago. 2007.

LOPES, Marcos A.(Org.) **Braudel – Tempo e História**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LINHARES, Maria Yedda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. **Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil**. Rio Janeiro: Campus, 1999.

MAROSO, Gilmar M. **As Fases Históricas do Processo de Transformação das Práticas Agrícolas, na Região do Planalto do R/S, e os Impactos do Mercosul**. Porto Alegre: PUCRS, PPGH - Dissertação de Mestrado, 2002.

MARTINS, José Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 3º Edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos–Filosóficos**. São Paulo: Boitempo: 2004.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 4º edição, São Paulo: Difel, Livro 3 – O processo global da produção capitalista, Volume VI, 1985.

Medo Gaúcho na Terra de Evo. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, 7 Maio 2006.

MENDES, Judas T. G; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio uma Abordagem Econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Revista Agroanalysis**, vol. 25, nº 8. Ago. 2005.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - **MAPA**. <Disponível em: <http://www.mapa.org.br> . Acessado em 05 Ago. 2008, as 21 horas e 30 min.>.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**. <Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em 1 Jul. 2007, 19:30 min. >

Milionários Compram Áreas Ecológicas e Criam Polêmicas. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre: 2 Mar. 2008.

MOREIRA, Roberto J. A Pequena Produção e a Composição Orgânica do Capital. **Revista de Economia Política**. Rio de Janeiro, v. 1, nº 3, jul.-Set. 1981.

Moçambique Nega que Vá Vender Terras à China. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 14 Maio 2008.

NAKANO, Yoshiaki. A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucros na Agricultura. **Revista de Economia Política**. v.1, nº 3, Jul.-Set. 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos**. Campinas: Papyrus, 1987.

Oito % da Soja Brasileira Transgênica. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre. 26 Jun. 2004.

O Desafio de Alimentar 6 Bilhões de Pessoas. **Revista Exame**, ano 42, nº 10, Edição 4 Jun. 2008.

Os maiores Compradores de Terra do Brasil. **Revista Dinheiro Rural**. Edição 0039, ano 05, Jan. 2008.

O Potencial Agrícola, segundo a OCDE. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 5 Nov. 2004.

O País da Energia. **Revista Exame**, São Paulo: Edição nº 917, 7 Maio 2008.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Fazenda Gigante no Reino do Jarí**. <Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/opinião>. Acesso em 29 jul. 2005, as 22 horas.>

PINTO, Luis Carlos Guedes. Mais Equilíbrio nos Negócios pode Melhorar a Renda no Campo. **Revista Agroanalysis**. v. 26, nº12, Dez. 2006.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PEBAYLE, Raymond. **Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)**. These pour Le Doctcrat Es-Lettres. Lille: Université de Paris I, 1974.

Persistirá Demanda Extranjera por Tierras y Subirán Precios. **Jornal El Pais**, Montevideo: 24 Septiembre 2006.

Perda da Área Agricultável na China Tende a Crescer. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 5-7 Mar. 2004.

Plantio de Lavouras quase Dobrou em 10 Anos no País. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 26 Jan. 2007.

Potência de Tratores Cresce 15 % em Cinco Anos. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre: 10 Fev. 2005.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – **PNUD**. < Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acessado em 1 de Jul. 2007, as 20:45 min.>

Produção do Corredor de Exportação Norte cresceu 75,3 % em 2005. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 1 Jun. 2005.

Produtor de Soja quer Plantar na Amazônia. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 4-6 Ago. 2006.

Projeções para o Desenvolvimento do Agronegócio. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: Edição, 14-16 Dez. 2007.

Pressão nos Custos Gera Audiência Pública. **Revista Agroanalysis**, São Paulo: v. 25, nº 4, Abr. 2005.

Preços da Soja e das Terras Agrícolas no MT. **Revista Agroanalysis**, São Paulo: v. 16, nº 8, Ago. 2004.

Procuram-se Herdeiros no Campo. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre: Edição 30 Abr. 2006.

RANGEL, Luiz A. Variação das Commodities em Comparação com Índices Ocasionais. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: Edição 19 Abr. 2005.

Recursos Pressionam o Agronegócio. **Revista Agroanalysis**, São Paulo: v 25. nº 4, Abr. 2005.

REYDAN, Bastian P.; PLATA, Ludwig E. A. **O Plano Real e o Mercado de Terra no Brasil: Lições para a Democratização do Acesso à Terra**. Campinas, mimeografado, 1996.

REYDAN, Bastian P.; RAMOS, Pedro. **Mercados y Politicas de Tierras**. São Paulo: Unicamp, 1996.

REVISTA CARROS AMIGOS. Ano IX, nº102, Set. 2005.

REVISTA EXAME, Edição nº 917, 7 Maio 2008.

REVISTA DINHEIRO RURAL, Edição: Ago. 2005

REVISTA AGROANALYSIS, Edições: nº 195, Out. 2003; nº 196, Nov. 2003; v. 24 Ago. 2005; v.26, Abr. 2006;

RODRIGUES, Roberto. A Soja, o Coringa da Agricultura Brasileira. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 7-9 Mar. 2008.

_____. Energia Renovável, Nosso Grande Trunfo. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 7 Fev. 2007.

ROMERO, Juan Ignacio. **Questão Agrária: Latifúndio ou Agricultura Familiar**. São Paulo: Moderna, 1998.

ROMEIRO, Ademar. et al. **O Mercado de Terra**. Brasília: IPEA, 1994.

ROESING, Joélsio; LAZAROTTO Antonio C. Dificuldades na Busca de Alternativas para a Soja? **Revista Agroanalysis**. São Paulo: v. 26, nº 10, Jan. 2006.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da Terra: Ocupação e Colonização do Centro-Norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931**. Passo Fundo: Editora UPF, 1997.

_____. **Metamorfoses do Território: A Agricultura de Trigo/Soja no Planalto Médio Rio-Grandense 1930-1990**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3ª Edição, São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Análise e Recomendações de Políticas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

SCOLARI, Dante, D. G. **Produção Agrícola Mundial – Potencial Brasileiro**. <Disponível em: [http:// w.w.w.cpafr.embrapa.Br/index.php/ cpafr/publica_es/ documentos](http://w.w.w.cpafr.embrapa.Br/index.php/cpafr/publica_es/documentos). Acesso 27 Out. 2007, as 16:20 min.>

SCHULTZ, Theodore W. **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

STÉDILE, José Pedro. **Campanha para o Limite da Propriedade**.<Disponível em: [http:// www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acesso em 30 Jan. 2006, as 21:00 min.>

STÉDILE, João Pedro. **Repartir a Terra**. Fórum Nacional pela Reforma Agrária e a Justiça no Campo. <Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acessado em 30 Jan. 2006, as 21:45 min.>

Terras se Desvalorizam com os Grãos. **Jornal Gazeta Mercantil**, São Paulo: 12-14 Ago. 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios em Administração**. 8º Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

VIDAL, José W. B. O Brasil é o Futuro da Energia. **Revista Combustível**. Ano 4, nº 25, Abr. 2005.

ZAMBERLAN, Jurandir; Regina O. Zamberlan. **Pejuçara suas Origens na Colônia Visconde de Rio Branco**. Santa Maria: Editora Palotti, v.1, 1991.

ZAMBERLAN, Jurandir. **Centenário da Imigração Italiana – Pejuçara 1899-1999**. Passo Fundo: Editora Pe. Berthier, v. 2, 1999.

ZARTH, Paulo A. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

_____. **Do Arcaico ao Moderno: O Rio Grande do Sul Agrário do século XIX**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

WEBER, Max. **História Agrária de Roma**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WOOD. Ellen Meiksins. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

APÊNDICES

Apêndice nº 01:

Questionário Semi Estrutura para a Entrevista com Produtores Rurais sobre o Mercado de Terras.

O MERCADO DE TERRAS, ENTRE OS ANOS DE 1990-2005, MUNICÍPIO DE PEJUÇARA R/S

Objetivo: pesquisa Tese Dotouramento.

Amostra: pesquisa junto aos proprietários rurais.

Período: Maio de 2007 a Maio 2008.

1. Número do lote.

2. Qual seu sobrenome?

3. Qual sua idade?

1. menos de 16 anos 2. de 16 a 25 anos 3. de 26 a 50 anos
 4. de 51 a 65 anos 5. mais de 65 anos

4. Qual é o seu nível de formação escolar?

1. 1o. Grau 2. 2o. Grau 3. 3o. Grau
 4. Outro

5. Quantos filhos você possui?

1. nenhum 2. um filho 3. dois filhos
 4. três filhos 5. quatro filhos 6. cinco ou mais filhos

6. Qual a idade dos filhos?

1. menos de 16 anos 2. de 16 a 25 anos 3. de 26 a 50 anos
 4. mais de 50 anos

7. Qual o tamanho de sua propriedade?

1. menos de 10 ha 2. de 10 a 25 ha 3. de 26 a 50 ha
 4. de 51 a 100 ha 5. mais de 100 ha

8. Qual foi a forma de aquisição das terras (hectares) de sua propriedade?

1. herança sua 2. herança da conjuge 3. compra
 4. doação 5. outra forma _____

Indique as respostas selecionando uma ou diversas casas (4 no máximo)

9. Quantos hectares de terras, estão em nome dos seus filhos?

1. filhos 2. filhas

Indique as respostas selecionando uma ou diversas casas

10. Caso tenha comprado terras, qual o período da compra?

1. antes de 1990 2. entre 1990 a 2005

Ordene 2 respostas.

11. Quantidade de hectares comprados.

1. menos de 10 ha 2. de 10 a 25 ha 3. de 26 a 50 ha
 4. de 51 a 100 ha 5. mais de 100 ha

12. Comprou áreas de terras (hectares) de algum irmão?

1. irmão 2. irmã

Indique as respostas selecionando uma ou diversas casas

13. Caso tenha vendido terras, qual o período da venda?

1. antes de 1990 2. entre 1990 a 2005

Ordene 2 respostas.

14. Quantidade de hectares vendidos.

1. menos de 10 ha 2. de 10 a 25 ha 3. de 26 de 50 ha
 4. de 51 a 100 ha 5. mais de 100

15. Vendeu área de terras (hectares) para algum irmão?

1. irmão 2. irmã

Indique as respostas selecionando uma ou diversas casas

16. Sobrenome de quem comprou terras.

17. Sobrenome de quem vendeu terras.

18. O lote comprado situa-se dentro da área em estudo?

1. dentro do área estudo 2. no município 3. outro município
 4. outro estado

Indique as respostas selecionando uma ou diversas casas (2 no máximo)

19. O lote vendido situa-se dentro da área em estudo?

1. dentro área de estudo 2. no município 3. outro município
 4. outro estado

Indique as respostas selecionando uma ou diversas casas (2 no máximo)

20. Preço pago por hectare, em sacas de soja.

1. até 200 sacas/ha 2. de 200 a 300 sacas/ha 3. de 301 a 400 sacas/ha
 4. de 401 a 500 sacas/ha 5. mais de 500 sacas/ha

Ordene 2 respostas.

21. Preço de venda por hectare, em sacas de soja.

1. até 200 sacas/ha 2. de 200 a 300 sacas/ha 3. de 301 a 400 sacas/ha
 4. de 401 a 500 sacas/ha 5. mais de 500 sacas/ha

Ordene 2 respostas.

22. Você possui terras hipotecadas, por ter sido dada em garantia de empréstimos.

1. não 2. até 20 % 3. entre 20 a 50 %
 4. entre 51 a 80 % 5. mais de 81 %

23. Dada a conjuntura do setor agrícola, você hoje é:

1. comprador de terra 2. vendedor de terra 3. arrendante
 4. não tem intenção nenhuma

24. Caso pretendas comprar terra, gostaria de fazer a compra quando e onde:

1. antes dos 3 anos, no município 2. entre 3 a 5 anos, no município 3. antes dos 3 anos, no estado
 4. entre 3 a 5 anos, no estado 5. antes 3 anos, fora do estado 6. entre 3 a 5 anos, fora do estado

Ordene 3 respostas.

25. Consideras a compra de terra um investimento:

1. Muito ruim 2. Ruim 3. Médio
 4. Bom 5. Excelente

Mantovani, Genoal								4,00		
Tomasini, Gentil João								5,56		
Turcato, Lídia Conceição Jesus								3,63		
Donato, Salete Turcato								0,10		
Baiotto, Getúlio								24,06		
Maffini, Darci e Lucila								11,36		
Nunes, Zemira Bresolin								3,00		
Donato, Albino								4,49		
Decian, Marcus Lago								40,00		
Maccangnan, Elerson Antonio								60,90		
Bevilacqua, Edésio								4,84		
Da Silva, André								2,60		
De Lima, Vilmar Iziquel								2,25		
Zamberlan, Valdir								2,08		
Pieniz, Natalina Vitória Quaini								1,41		
Pieniz, Ronaldo								1,23		
Pieniz, Ronaldo								0,58		
Pieniz, Ronaldo								2,73		
Pereira da Costa, Hentenores								1,74		
TOTAL 1997								21	191,53	
								M9,12		
Bottega, Ataíde Antonio								22,59		
Boton, Paulo R. e José								3,00		
Costa Beber, Deoclesio, Diomar e Décio								5,00		
Costa Beber, Deoclesio, Diomar e Décio								10,00		
Costa Beber, Deoclesio, Diomar e Décio								5,86		
Costa Beber, Deoclesio, Diomar e Décio								40,86		
Costa Beber, Deoclesio, Diomar e Décio								40,00		
Costa Beber, Deoclesio, Diomar e Décio								20,00		
Gelatti, Alfeu José								5,50		
Klasener, Otto								10,99		
Klasener, Otto								1,43		
Dal Forno, Afílio E.								1,00		
Silva, Dari da								9,25		
Zambon, Eusébio E. e Mauricio								4,29		
Zamberlan, Jose								2,00		
Costa Beber, Marcos e Mateus								20,00		
Costa Beber, Mateus								50,00		
Costa Beber, Mateus								50,00		
TOTAL 1996								18	301,77	
								M16,77		
Daronco, Cleomar A.								14,23		
Furian, Edmundo								5,77		
De Miguel, Ivonir e								14,50		

Laercio										
Perlin, Antonio						7,03				
Tassotti, José						1,00				
Sartori, Luiz Raul						7,00				
Perlin, Sergio						14,81				
Mafini, João C. e outros						24,5				
Mafini, Deonir J. e outros						24,5				
Mafini, Darci e outros						3,7				
Mantovani, Dinisio L.						0,6				
Costa, Antenores P. da						5,00				
Villani, Luiz Carlos						2,00				
Costa Beber, Waldemar e Antonio						19,00				
Costa Beber, Waldemar e Antonio						2,50				
Mori, Sérgio A.						2,00				
Andreola Neto, Benjamin						0,49				
Portella, Gabriel Villani						1,90				
Tassotti, Jorge						6,00				
Costa Beber, Moises						59,58				
Vincensi, Jandir A.						133,40				
Mantovani, Dionísio L.						1,2				
Nunes, Zenira Bresolin						3,0				
Costa Beber, Moises						59,58				
TOTAL 1995						24	413,29			
						m17,22				
Cadore, Abilio						40,10				
Gianluppi, Otilde V.						8,70				
Bresolin, Leonel M.						8,00				
Zamberlan, Airton						5,00				
Bresolin, Leonel						2,00				
Costa Beber, Marcos e Mateus						70,00				
Gianluppi, Gilceu Colvero e Sidenei L.						4,00				
Gianluppi, Sergio						9,91				
Tassotti, Luiz A. e Leonir F						0,4				
Tassotti, Luiz A. e Leonir F						3,60				
Bonini, Ari O. e Gabriel						2,20				
Donato, Gilmar A.						8,50				
Silveira, Flory V. A.						10,00				
Moreira, Flavio						2,50				
Barcellos, Idalencio G.						2,69				
Didoné, Roque						8,50				
Didoné, Agostinho						3,5				
Didoné, Pedrinho N. e Carlinhos						7,00				
Didoné, Carlinhos						10,00				
Didoné, Agostinho						16,36				
Didoné, Agostinho						3,00				
Didoné, Carlinhos						5,00				
Didoné, Roque						2,5				
Didoné, Pedrinho N.						12,50				
Didoné, Roque						15,00				

Silva, Protasto C. da					12,00					
Araldi, Gisela M. F. e Outros					6,50					
TOTAL 1994					27	279,46				
					M10,92					
Bottega, Nilseu					20,60					
Cordeiro, Serino L.					13,20					
Mafini, Darci e Outros					1,50					
Gianluppi, Valdir A. e Vilson José					14,00					
Bresolin, Leandro					4,50					
Gianluppi, Valdir José					9,60					
Regasson, Maria Eli, e Alexandre Bagolin					12,00					
Donato, Albino					6,20					
Donato, Albino					2,00					
Consoli, Gecelmar e Marla Bresolin					4,50					
Basso, Rogério L.					15,00					
Gianluppi, Valdir L.					17,60					
Costa Beber, Antonio					10,00					
Tonel, Celito					14,10					
Villani, Marcos					2,68					
Tolazzi, Ironi, Irineu, Izídio e Elpídio					40,00					
Costa Beber, Udy					100,00					
Gianluppi, Omar A.					37,00					
Costa Beber, Waldemar					20,00					
Mantovani, Dionísio					2,50					
Zambon, Vicente					4,10					
Perlin, Idemar R.					37,10					
Da Silva, Juvenil C.					1,70					
Ferigolo, Clóvis					49,60					
TOTAL 1993					24	389,48				
					m16,23					
Linassi, Ivo					1,00					
Gianluppi, Darci e Selvino					0,50					
Gianluppi, Darci e Selvino					2,50					
Câmera, Waldemar					33,03					
Câmera, Waldemar					7,00					
Vincensi Daranco, Evandro, Erasmo					2,90					
Pelegrin, Nelson Logo e Celso					23,50					
Fredi, Oreste N.					4,30					
Da Costa, Hentenores Pereira					7,00					
Bottega, Idenir e Irineu					4,00					
Buzzatti, Hervei					6,80					
Buzzatti, Hervei					3,01					
Zambon, Vicente e Euzébio					13,90					
Cadore, Agostinho					34,00					
Gianluppi, Valdócir, Joceli e Jerry Mori					38,00					
Daranco, Evandro,					13,00					

Número de Transações	410									
Maior Área	180,00									
Menor Área	0,06									

*Não houve transmissão de propriedade
 28 pesquisados = 7 % da amostra
 28 pesquisados = 2.089 hectares = 30,9 % da área

Apêndice nº 03: Compra de Terras Através do Crédito Fundiário.

Compra de Terras Através do Crédito Fundiário

O Plano Nacional de Crédito Fundiário, criado em no ano de 2005, limita o valor do crédito em R\$ 40.000,00 reais, por beneficiário. Este deve ter como pré-requisito, idade acima de 18 anos, experiência no meio rural de no mínimo 5 anos, nos últimos 15 anos.

Para que o beneficiário tenha acesso ao Plano Nacional de Crédito Fundiário, necessita passar pelos seguintes etapas: 1) inscrição no Sindicato dos Trabalhadores Rurais; 2) análise pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; 3) pelo Comitê Gestor Municipal (composta por representante da Prefeitura Municipal, Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais e Emater); 4) elaboração da

proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais; 5) elaboração parecer técnico, pela Emater; 6) parecer jurídico pelo Escritório Regional da Emater; 7) análise pela Unidade Técnica da Emater e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; 8) análise pelo agente financeiro - superintendência do Banco do Brasil; 9) elaboração da Escritura Pública no Tabelionato; 10) registro da Escritura junto ao Cartório de Registro de Imóveis; 11) Liberação do crédito ao vendedor.

Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pejuçara a senhora Laura Bresolin, o Crédito Nacional Fundiário no município a partir do ano de 2005 até março de 2007, tinha contemplado os seguintes produtores:

Nomes dos Produtores	Ano de Aquisição	Hectares Comprados no Município de Pejuçara
André Bonini	2005	8,33
Tobias Beviláqua	2005	6,50
Evandro Vincensi	2005	6,98
Otto Klansner	2005	6,00
Sidinei Bonini	2005	8,33
Luiz Zamberlan	2006	4,62
Diego Beviláqua	2006	7,00
Dilceu Zamberlan	2006	4,60
Veloir Scheider	2006	5,00
Édio Scheneider	2006	5,20
Rodrigo Quaini	2006	5,20
Luciano Quaini	2006	5,20
José Weischung	2006	7,10
Paulo Kovaleski	2006	7,00
Mateus Didone	2006	3,00
Rodrigo Contri	2006	4,30
Abílio Bresolin Junior	2006	7,00
Cleverson Albuquerque	2007	9,48
Junior Albuquerque	2007	9,95
Diego Pellegrin	2007	5,70
Daniel Vincensi	2007	7,00
Evandro Della Méa	2007	9,80

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pejuçara, março/2007.

A Política nacional do Crédito Fundiário veio substituir o Banco da Terra, instituído durante o governo Fernando Henrique Cardoso, este programa entre 2001

a 2004, tinha financiado segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tinha financiado quatro trabalhadores rurais, num total de 37,25 hectares. Já nos 27 meses do Crédito Fundiário, tinha beneficiado 23 trabalhadores rurais, num total de 143,29 hectares.

Apêndice nº 04: A Trajetória da Compra de Terras Familiar.

A Trajetória da Compra de Terras Familiar

A Chegada no povoado de Pejuçara então distrito do município de Cruz Alta, do bisavó paterno o senhor João Maroso no ano de 1915, proveniente da Colônia de Jaguari R/S, comprando 2 lote de terras o de n 117 e 118, distante hoje 2 quilômetros da cidade de Pejuçara. Para a localização do lote, pode-se observar a numeração dos mesmos na figura nº 20 - Mapa: Loteamento da Colônia Visconde de Rio Branco – entre 1889 a 1930, no Capítulo número 1.

Já o avó materno chega no ano de 1919, proveniente da Colônia Velha de Silveira Martins R/S. Compra um lote de terra aos 21 anos de idade, em 15 de

agosto de 1919, lote nº E 2, distante aproximadamente 10 quilômetros da cidade de Pejuçara.

Porém, mais tarde vende esse lote para seu irmão e em 1927 adquire 1/2 lote colonial de 12,5 hectares situado no lote Z 1, de Bortolo Battglin, passado anos em 1934 adquire mais 1 lote colonial de 25 hectares também de propriedade de Bortolo Battglin. A sua trajetória de compra de terras prossegue, no ano de 1946, com o esforço do trabalho familiar adquire os lotes coloniais de nº 83, 84 e 85 ao lado da cidade de Pejuçara, de propriedade de Fioravante Tagliani e Batista Oberto e Outros, totalizando 73,2 hectares.

No ano de 1953, adquire de Vitório Tassotti, um lote que corta os lotes de numeração 8 e 9 Leste, com área de 16,9 hectares, distante 8 quilômetros da cidade de Pejuçara. Já em 1955, adquire mais 1/2 lote (12,5 hectares) colonial de Augusto Linassi, próximo 5 quilômetros da cidade de Pejuçara. Dos 139,5 hectares comprados durante sua vida, deixou para seu filho e sua filha as terras como herança.

Como seu filho não casou e não teve filho, sua irmã acabou herdando todas as áreas de terras. Porém, com a morte dela em 2008, seus 2 filhos, Gilmara e Gilmar, são seus herdeiros. Hoje a partilha dos bens deixados por Zena, pois seu marido Telmo morera no ano de 2005, seu filho Gilmar, herda as terras dos lotes Z1 com área de 36 hectares, e os lotes nº 84 e 85, com área de 50 hectares, somando 86 hectares.

Como no ano de 1997, eu tinha comprado 4 hectares localizados ao lado da área de terra dos meus pais, hoje possuo uma área de terras de 90 hectares. Essa compra foi realizada por 200 sacas de soja o hectare, totalizando 800 sacas pela área. Isso na época equivalia a R\$ 3.000,00 ao hectare e R\$ 12.000,00 reais no total. Passados 11 anos, essa terra possui valor de mercado de aproximadamente 650 sacas o hectare. Uma valorização no período de 225 %, ou seja, uma valorização média anual de 20 %.

Se realizarmos o cálculo em moeda corrente, verificamos que no final de 2008 o hectare vale R\$ 26.000,00 reais. Como pagamos R\$ 3.000,00 o hectare em 1997, somados a valorização dos preços em soja e a seu cotação de preço, temos uma

valorização em reais da ordem de 766 % em 11 anos, ou que significa um valorização dessa terra em praticamente 70 % ao ano, certamente muito acima das taxas de juros pagas pela poupança, que no mesmo período, teve um rendimento médio de 16,8 % ao não. Portanto, se tivéssemos aplicado na poupança os R\$ 3.000,00 reais em dezembro de 2008 teríamos R\$ 8.566,00 reais, ou seja, R\$ 17.434,00 reais a menos do que esta investido na terra.

Devemos salientar que a terra possui menor liquidez da aplicação em poupança, no entanto, área de terra de pequena extensão são fáceis de vender e os prazos de pagamento da mesma são de curto prazo, no máximo em dois a três anos. Ainda no caso da compra dos 4 hectares, nesse período além da valorização ela me proporcionará rendimentos derivado de seu arrendamento. Anualmente ganho 40 sacas de soja relativo a seu arrendamento, que a valores de dezembro de 2008 me proporcionam R\$ 1.600,00 reais, algo em torno de 1,5 % do imobilizado total.

ANEXOS

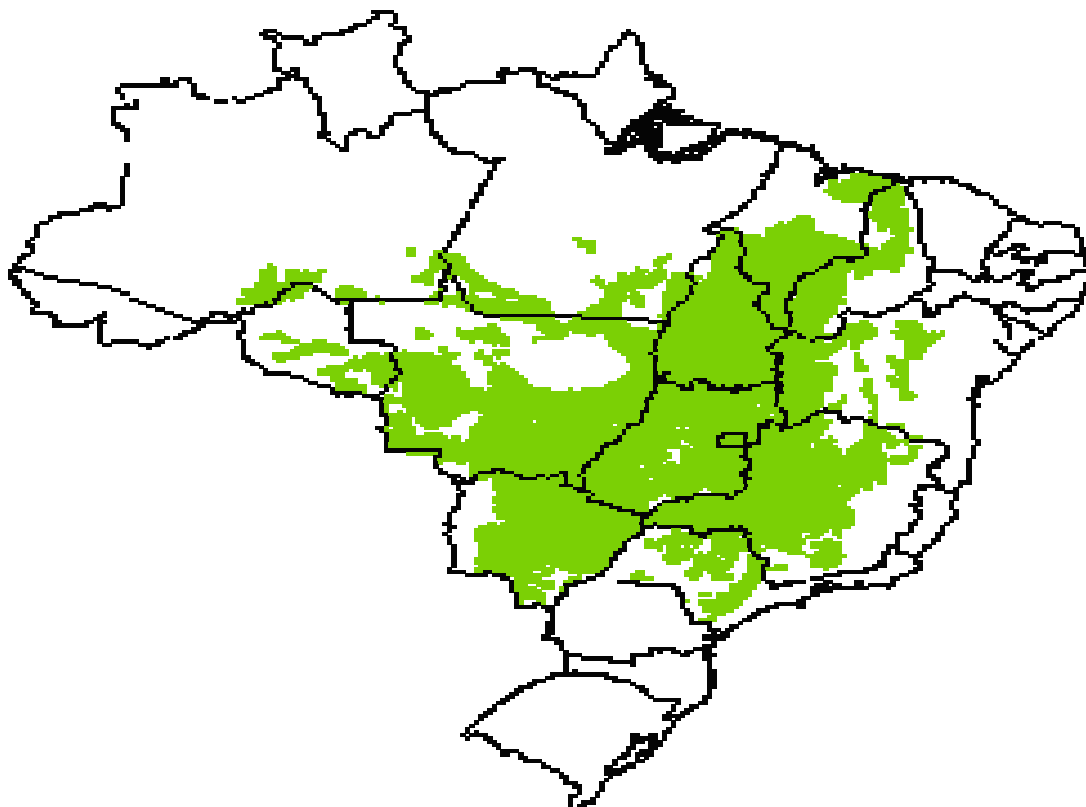
Anexo nº 01

Figura nº 01 - Mapa: Ocupação dos Lotes da Colônia Visconde de Rio Branco Pelos Imigrantes 1899-1930.



Fonte: Zamberlan, 1999.

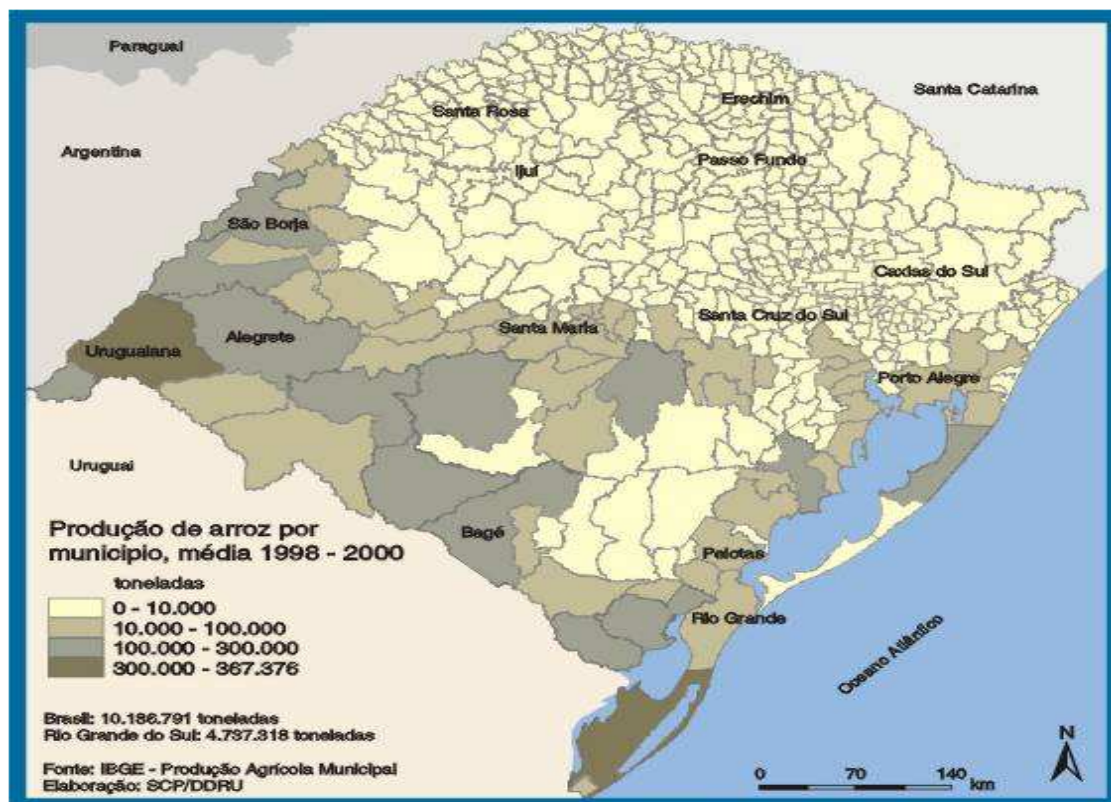
Anexo nº 02
 Figura nº 02 - Mapa: Formação Vegetal Original do Bioma Cerrado do Brasil.



Fonte: IBGE.

Anexo nº 03

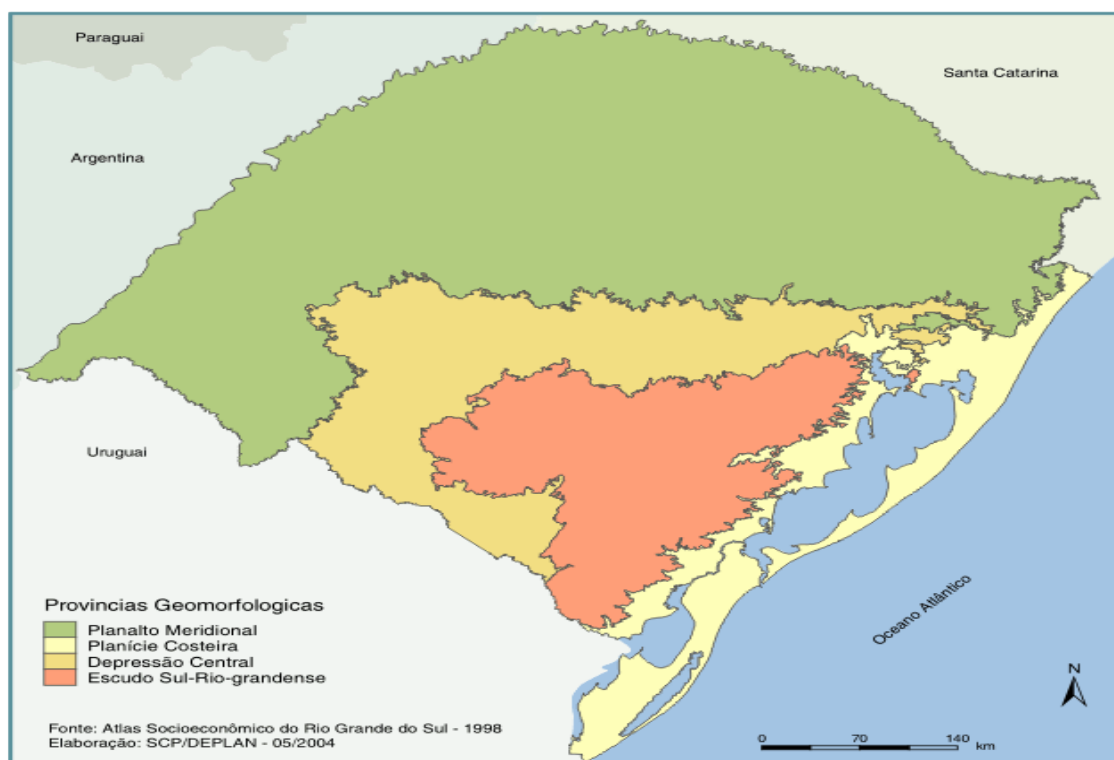
Figura nº 04 - Mapa: Produção de Arroz por Município, Média 1998 - 2000.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Anexo nº 04

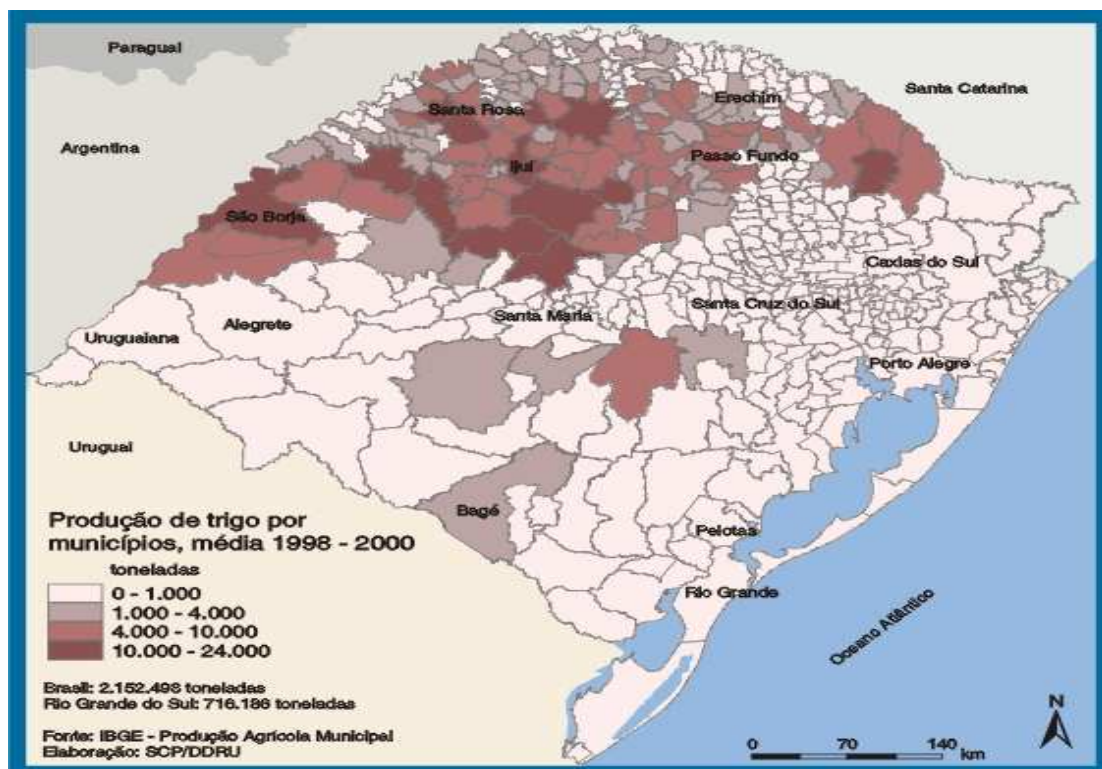
Figura nº 05 - Mapa: Províncias Geomorfológicas do RS.



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul – 1998.

Anexo nº 05

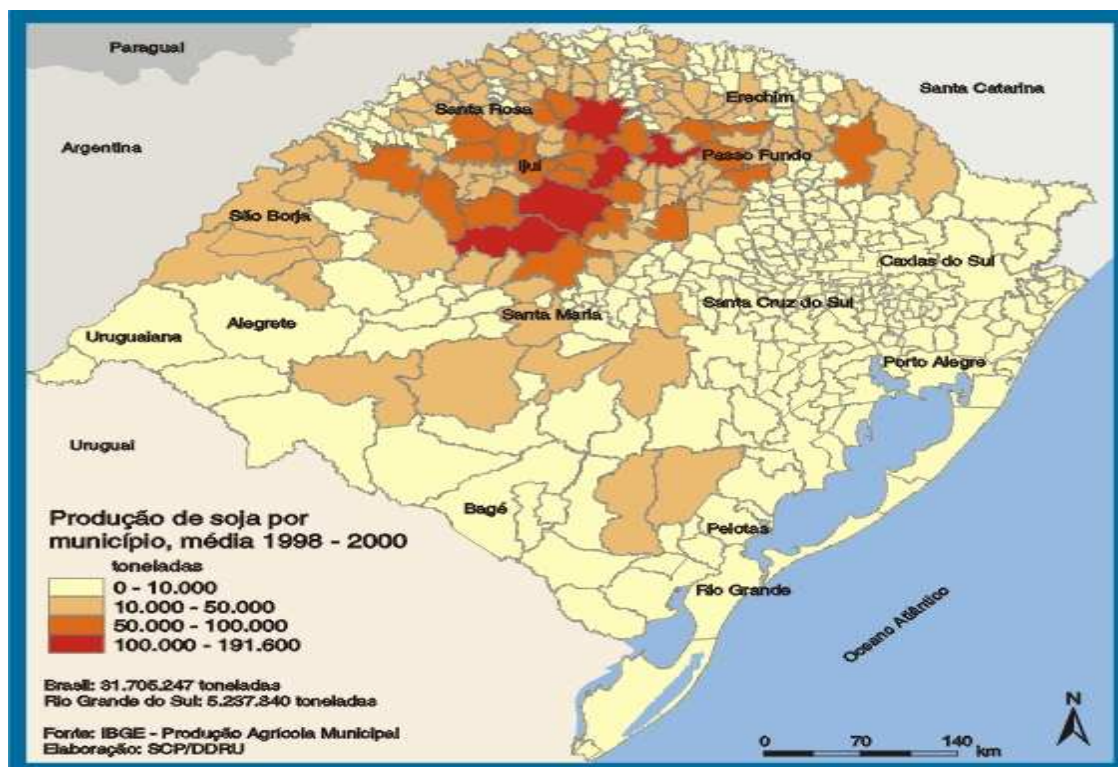
Figura nº 06 - Mapa: Produção de Trigo por Município, Média 1998 –2000.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Anexo nº 06

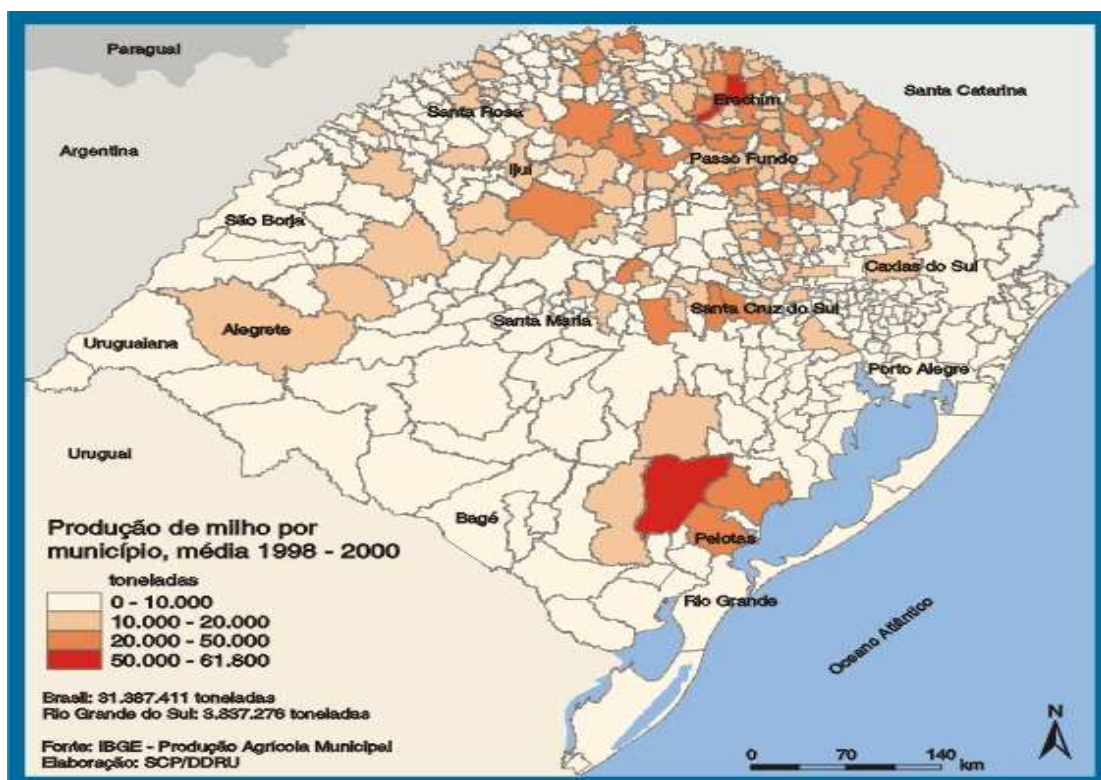
Figura nº 07 - Mapa: Produção Soja por Município, Média 1998 – 2000.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Anexo nº 07

Figura nº 08 - Mapa: Produção de Milho por Município, Média 1998 – 2000.



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Mundial;

Anexo nº 08**Figura nº 10 - Foto: Trator em Exposição na Feira Expodireto Cotrijal.**

Fonte: Maroso, 2007.

Anexo nº 09

Figura nº 11 - Mapa: Brasil - Variação da População Bovina, 1996-2002.

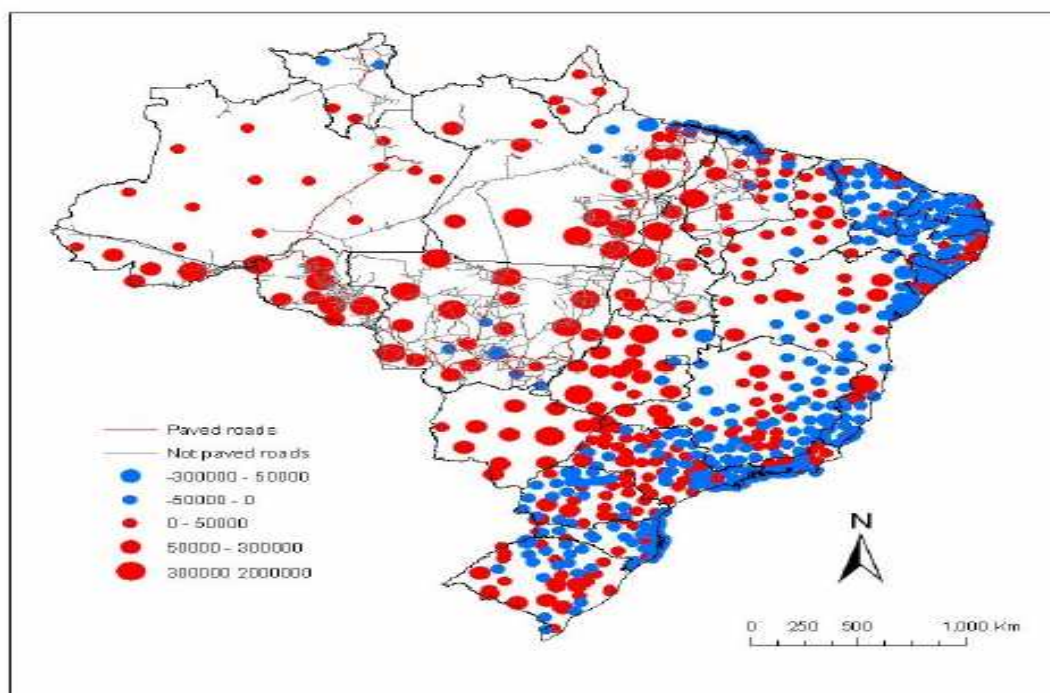


Figure 3.6. Brazil: variations in cattle population, 1996-2002. IBGE.

Fonte: Balanza 2005.

Anexo nº 10

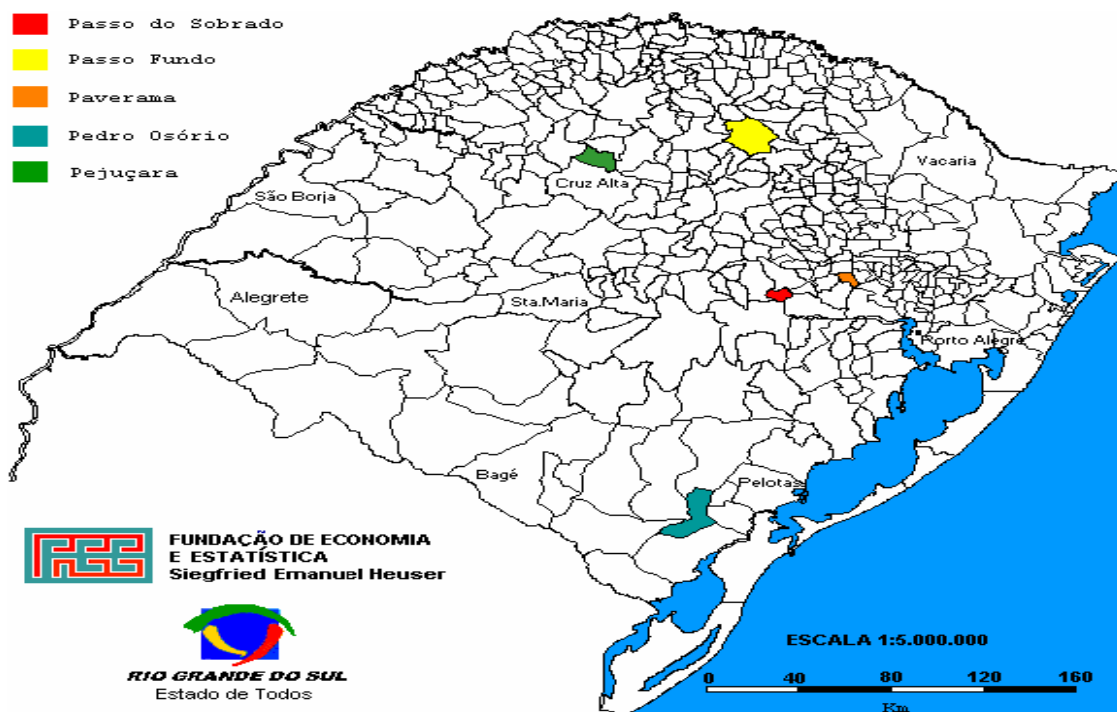
Figura nº 18 – Mapa: Divisão Política do Estado do Rio Grande do Sul – 1850.



Fonte: SAA/ SCP/DEPLAN, 2004.

Anexo nº 11

Figura nº 19 – Mapa: Estado do Rio Grande do Sul, com destaque do Município de Pejuçara.

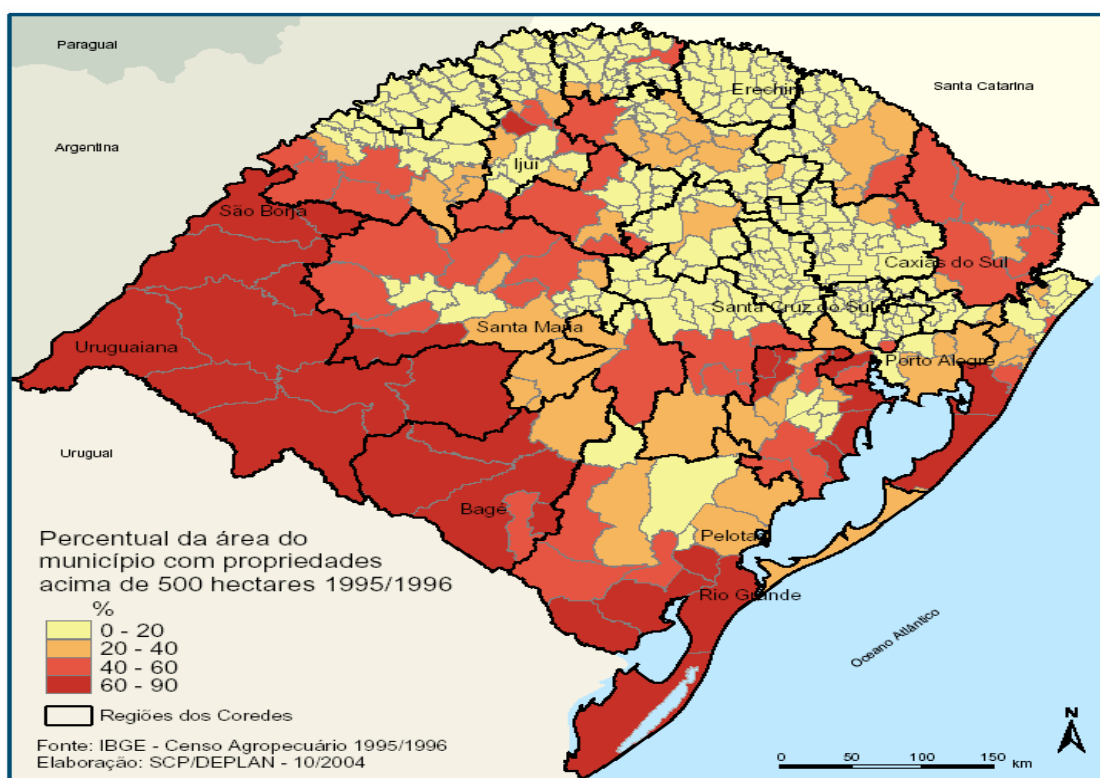


Fonte: Fundação Economia e Estatística do Estado do RS.

Obs: O município de Pejuçara pintado, de verde possui limites territoriais com os municípios de: Cruz Alta, Boa Vista do Cadeado, Ijuí, Panambi e Santa Bárbara do Sul.

Anexo nº 12

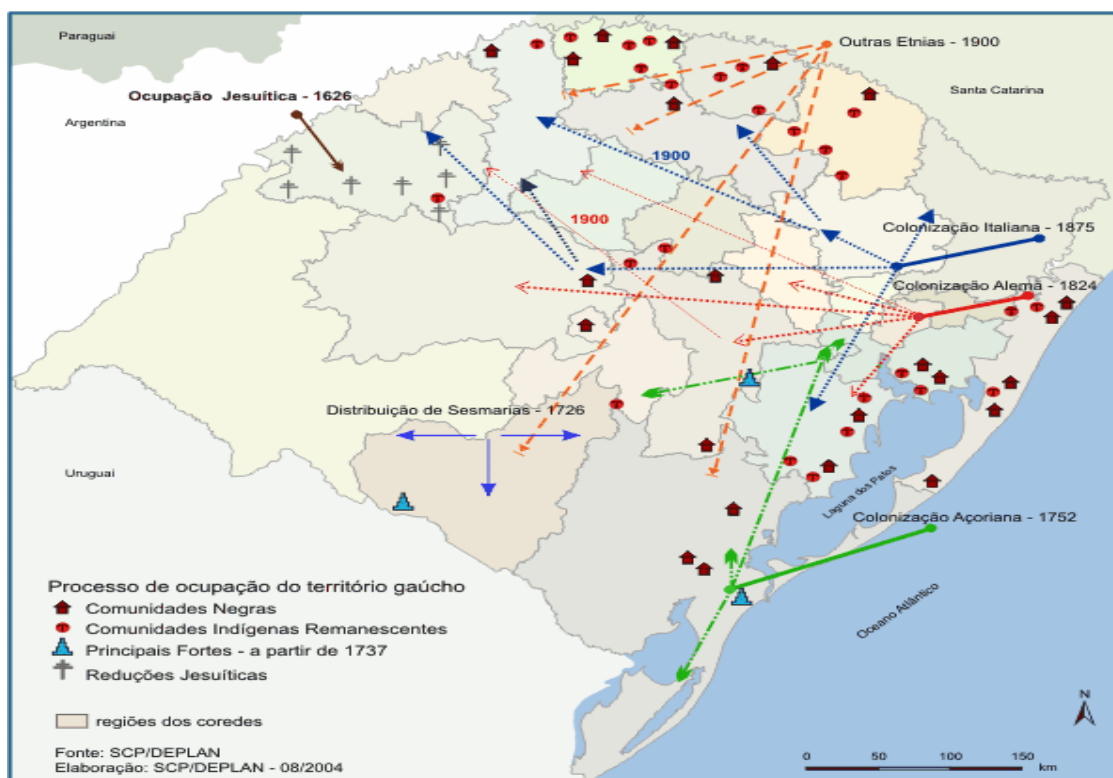
Figura 22 - Mapa: Concentração Fundiária no Estado do Rio Grande do Sul – anos 1995/1996.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/1996.

Anexo nº 13

Figura nº 46 - Mapa: Processo de Ocupação do Território Gaúcho



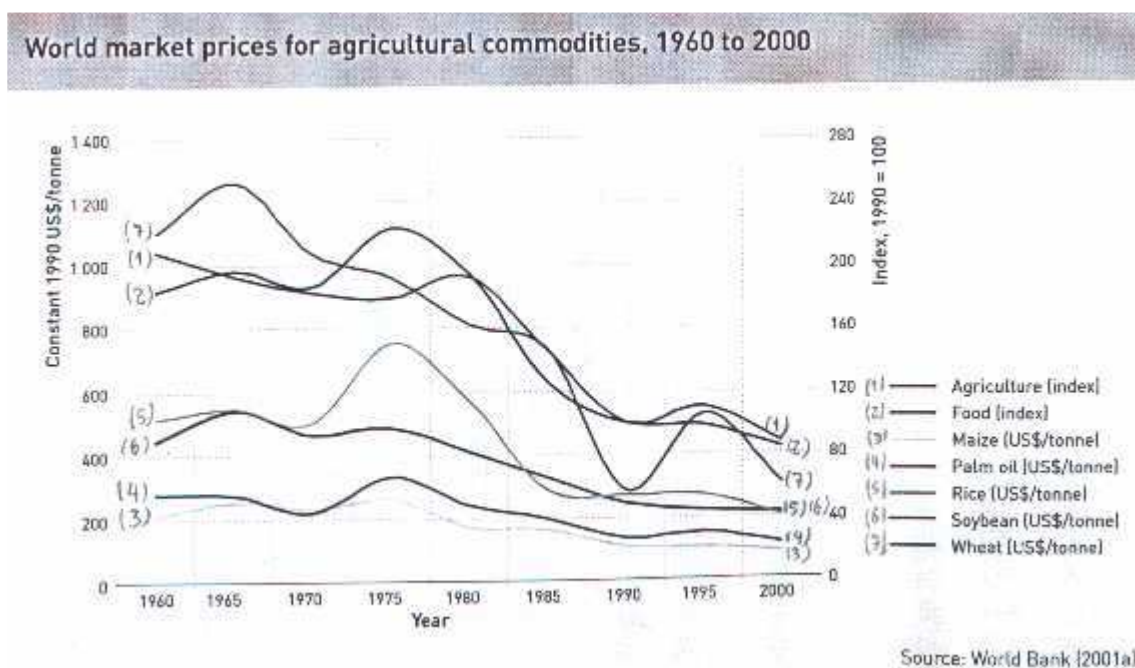
Fonte: Secretária de Planejamento/DEPLAN, 2004.

Figura nº 50 - Mapa: Estado do Mato Grosso Equivale ao Cinturão no Milho (Corn Belt) nos Estados Unidos.



Fonte: J.L Coelho, John Deere, 2001.

Figura nº 51 – Gráfico: Evolução dos Preços das Principais Commodities, entre Anos de 1960 a 2000.



Fonte: Banco Mundial, 2001.

**Dados Internacionais de
Catalogação na Publicação (CIP)**

M354m Maroso, Gilmar Mantovani

O mercado de terras e as transformações na sociedade agrária, na região de Cruz Alta R/S, a partir do avanço da produção de grãos, entre os anos de 1990 a 2004 / Gilmar Mantovani Maroso. – Porto Alegre; Brasil, 2009.

286 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de História, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Moacyr Flores.

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204